



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

WÉRLESON ALEXANDRE DE LIMA SANTOS

DESCAMINHOS DA INFORMAÇÃO EM CURSO: DESINFORMAÇÃO E
LUTA DE CLASSES NO BRASIL DA PÓS-VERDADE

Recife
2023

WÉRLESON ALEXANDRE DE LIMA SANTOS

**DESCAMINHOS DA INFORMAÇÃO EM CURSO: DESINFORMAÇÃO E
LUTA DE CLASSES NO BRASIL DA PÓS-VERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia

Orientador: Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú

Recife
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lillian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

S237d Santos, Wérleson Alexandre de Lima
Descaminhos da informação em curso: desinformação e luta de classes no Brasil da pós-verdade / Wérleson Alexandre de Lima Santos. – Recife, 2023.
224f.: il.

Sob orientação de Hélio Márcio Pajeú.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023.

Inclui referências.

1. Desinformação. 2. Pós-verdade. 3. Educação informacional. 4. Extrema-direita brasileira. 5. Ideologia política. I. Pajeú, Hélio Márcio (Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023-23)

WÉRLESON ALEXANDRE DE LIMA SANTOS

**DESCAMINHOS DA INFORMAÇÃO EM CURSO: DESINFORMAÇÃO E
LUTA DE CLASSES NO BRASIL DA PÓS-VERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovado em: 16/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila de Araújo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Para Ísis, pois você é parte integral dessa jornada.
Para minha mãe, pois o mundo com o qual eu sonho é por você.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a meus pais. Minha mãe que, apesar de nesses anos eu ter começado a morar só, sempre se manteve presente, preocupada e quem, com certeza, desde minha infância, sempre fez de tudo para que eu pudesse ser a melhor pessoa que eu conseguisse. A meu pai, de quem me reaproximei nesses anos e que foi um suporte em um momento delicado, e a quem eu aprendi a reconhecer as formas desajeitadas de mostrar o orgulho que sente por mim. Agora sou o primeiro mestre da família, filho de uma empregada doméstica e de um operador de empilhadeira. Isso não é pouca coisa.

A meus amigos de adolescência, que foram literalmente do terceiro para vida, com quem sou profundamente feliz de compartilhar este momento: Taísa, Tâmisa, Mateus, Stefany, Adrielly, Dieguinho e Naiara. Eu amo vocês.

A meus amigos de faculdade, tanto os que estudaram comigo, quanto os que eu fiz naqueles quatro anos de graduação, que são partes integrais da pessoa que me tornei, e de quem não consigo mais imaginar minha vida sem: Marília, Mayk, Letícia, Rinaldo, Diogo. Vocês são a família que eu escolhi.

(E Mayk, sinto saudades, volte pra Recife!)

Uma menção especial para meu amorzinho Arthur, com quem morei junto durante boa parte desse processo e que compartilhou comigo, não só o mesmo orientador, como também as angústias de escrita. As aulas assistidas juntos, os trabalhos feitos, as preocupações compartilhadas, as conversas tidas, as noites de jogos e o apoio em minhas crises de ansiedade. Você é um dos melhores amigos que eu tenho.

Aos amigos novos que fiz nesses anos, e aqueles de quem me aproximei mais: Ju, Filipe, Yas e Dai. Vocês são importantes demais para mim, e partes essenciais da família que eu escolhi. As conversas ansiosas, os conselhos, os confortos, os filmes, as comidinhas, os jogos. Sou muito feliz de ter vocês na minha vida.

Em especial, Ísis e Marcy. Ísis, que acompanhou esse processo desde quando esse trabalho era o esboço de um projeto, que esteve comigo nas ansiedades da seleção, na felicidade da aprovação, nos perrengues da escrita e no alívio da última linha. Você é uma das pessoas que eu mais admiro nesse mundo. Marcy, pelas conversas, debates, revisões, conselhos, não só nesse

processo, como antes dele, que com certeza constituem uma parte integral de quem eu sou. Você não tem ideia do bem que faz ao outros.

A meus ex-colegas de trabalho, em especial Juliana, Brígida, Bruno e Wilminha, com quem compartilhei angústias e revoltas, alegrias e preocupações, e que sempre se mostraram muito mais do que pessoas com quem trabalho – companheiros, amigos, parceiros.

A meus ex-alunos, que foram motivos de diversos momentos de alegria (e alguns estresses também). As conversas em horas de intervalo, os conselhos amorosos, os livros sugeridos, as séries indicadas, o Clube de Leitura, e diversos outros momentos que me davam uma razão diária para manter a fé num trabalho que pudesse tocar pessoas. Em especial, a Caetano, que hoje ocupa um lugar na minha vida muito maior do que a de um simples ex-aluno, que foi o motivo catalizador de todo esse trabalho ter começado e um dos principais responsáveis por me fazer acreditar que um mundo novo é possível sim, e de que a biblioteca pode ser usada como veículo para uma mentalidade crítica que leve a construção de uma nova sociedade. Sou muito orgulhoso de você.

A meu orientador e amigo, Hélio Pajeú, que me acompanha desde meu primeiro período na graduação em Biblioteconomia lá em 2015 e que foi um dos principais responsáveis por plantar as sementes da pessoa política que sou hoje. Falei para você na virada do ano de 2022 para 2023, e deixo registrado aqui: a pessoa que sou e as coisas que faço e acredito possuem uma enorme influência sua. Muito obrigado por ter entrado em minha vida.

A Luan, que entrou na minha vida ao mesmo tempo que iniciei esse processo e quem me ajuda a ser uma pessoa melhor todo dia. Você é mais importante para mim do que imagina, e eu com certeza venho me tornado alguém mais feliz depois de você. Acredite, eu não vou embora da sua vida tão cedo. Te amo.

Antes de mais nada, nesses últimos dois anos fui atravessado por um agravamento do meu quadro ansioso e depressivo, que afetou bruscamente a escrita desse trabalho e que me levou a iniciar um tratamento medicamentoso com antidepressivos. Terminei esse processo muito melhor, mais leve, mais saudável e feliz do que em seus momentos iniciais, e é por isso que meu último agradecimento vai para minha terapeuta, Tadzia, que me ajudou profundamente no resgate da pessoa que eu havia perdido, e na descoberta da pessoa que eu

sou. Muito obrigado por ter me ajudado a encontrar a felicidade e o prazer em estar vivo!

Finalizo, enfim, com um agradecimento adiantado aos camaradas que venho fazendo e farei pelos próximos anos. Hasta la victoria.

“– Por que você fez isso?
– As pessoas precisam acreditar, Peter, e hoje
em dia, elas acreditarão em qualquer coisa.”
(HOMEM-ARANHA: LONGE DE CASA, 2019)

RESUMO

Tendo em vista as diversas problemáticas que o uso sistemático de informações falsas tem causado ao redor do mundo, essa pesquisa tem o principal objetivo de compreender a desinformação como um fenômeno político relacionado ao capitalismo. É aplicada uma visão materialista sobre a desinformação, com vistas a compreendê-la a partir de manifestações físicas, cognitivas e sociais, tomando como base as visões de Buckland (2017) e Dantas (2012) sobre as dimensões da informação e sobre informação enquanto processo de trabalho, respectivamente; é traçado também um quadro teórico que visa categorizar os tipos de desinformação com base em conceitos trazidos por Araújo (2021) e Miranda e Santos-D'Amorim (2021). A desinformação, portanto, é entendida como uma forma de manipulação de massas por meio da difusão ideológica da classe dominante sobre a classe trabalhadora, por intermédio do uso da produção ideológica de gêneros discursivos pela superestrutura, materializada na forma de aparelhos ideológicos de Estado, tendo como base teórica a filosofia bakhtiniana da linguagem, bem como escritos marxistas sobre ideologia. Nesse sentido, os problemas com desinformação acontecem sob um contexto cultural de pós-verdade, que é entendida como uma consequência do avanço do neoliberalismo em diversas esferas da vida, e que emerge a partir do estabelecimento de um interregno proveniente de uma crise de autoridade e hegemonia do capitalismo. No Brasil, a crise ganha contornos concretos a partir das Jornadas de Junho de 2013, por meio da convergência entre violência policial, cobertura da imprensa, mídias sociais e despolitização. A radicalização de uma Nova Direita é apontada como resultado de um processo que data desde a redemocratização nos anos 1980, mas que somente ganha força a partir das portas da crise abertas em Junho, com uma extrema-direita bem organizada, fazendo uso de produção ideológica para manipulação, e uma esquerda fragilizada que se mostra incapaz de fazer uma força proporcional. Nesse sentido, a educação informacional que almeje combater essa desinformação deve ser feita por uma via radical e revolucionária, na perspectiva de construir as condições de emancipação da classe trabalhadora; seguindo essa linha de pensamento, é buscado trazer qual o papel de bibliotecários e profissionais da informação nesse processo. Ao final, são apontadas possibilidades de ações concretas para esse combate, bem como alguns nortes teóricos de pesquisa, além de apontar os efeitos da luta de classes na Biblioteconomia que impedem que ações mais efetivas sejam tomadas pela categoria como um todo.

Palavras-chave: desinformação; pós-verdade; educação informacional; ideologia; extrema-direita brasileira.

ABSTRACT

Regarding the many problems that the systematic use of false information has caused around the world, this research has the main goal of understanding disinformation as a political phenomenon related to capitalism. A materialist view of disinformation is applied, aiming to see it as a phenomenon of physical, cognitive and social manifestations, based on the views of Buckland (2017) and Dantas (2012) on the dimensions of information and on information as a work process, respectively; a theoretical framework is also outlined that aims to categorize types of disinformation based on concepts brought by Araújo (2021) and Miranda and Santos-D'Amorim (2021). Disinformation here is understood as a form of mass manipulation through the ideological diffusion of the ruling class over the working class, through the use of the ideological production of discursive genres by the superstructure, materialized in the form of ideological apparatuses of the State, based on Bakhtin's theoretical philosophy of language, as well as Marxist writings on ideology. In this sense, the problems with disinformation occur under a post-truth cultural context, which is understood as a consequence of the advance of neoliberalism in various spheres of life, and which emerges from the establishment of an interregnum arising from a crisis of authority and hegemony of capitalism. In Brazil, the crisis takes on concrete contours from the Brazilian Protests in June of 2013, through the convergence between police violence, press coverage, social media and depoliticization. The radicalization of a Brazilian New Right-Wing is pointed out as a result of a process that dates back to the redemocratization in the 1980s, but which only gained strength after the doors of the crisis opened in June, with a well-organized far-right, making use of ideological production for manipulation, and a weakened left that is incapable of exerting proportional force. In this sense, informational education that aims to combat this disinformation must be carried out in a radical and revolutionary way, which aims to build the conditions for the emancipation of the working class; in this train of thoughts, the research tries to give a take on what is the role of librarians and information professionals in this process. In the end, possibilities for concrete actions are pointed out for this fight, as well as new theoretical research guidelines, in addition to pointing out the effects of the class struggle in Librarianship that prevent more effective actions from being taken by the category.

Keywords: disinformation; post-truth; informational education; ideology; Brazilian far-right

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Transtorno de informação.....	30
Figura 2 - Manchete do G1 sobre conversa entre Dilma e Lula	31
Figura 3 - Tweet com mis-information sobre a vacina CoronaVac.	33
Figura 4 - Correção sobre mis-information a respeito da vacina CoronaVac.....	33
Figura 5 - Manchete da Folha sobre patrimônio de Guilherme Boulos	37
Figura 6 - Níveis de circulação da desinformação.....	41
Figura 7 - Dimensões da desinformação.....	47
Figura 8 - Ações do transtorno de informação	49
Figura 9 - Suposto livro didático sobre a Amazônia	52
Figura 10 - Fake news bolsonarista envolvendo a cantora Lady Gaga.	56
Figura 11 - Fake news bolsonarista envolvendo vocalista do ABBA	57
Figura 12 - Mulher confunde painel do Japão com símbolo comunista	62
Figura 13 - Exemplo de postagem do "Placar da Vida"	65
Figura 14 - Exemplo de discurso negacionista literal	68
Figura 15 - Exemplo de discurso negacionista interpretativo	69
Figura 16 - Exemplo de discurso negacionista implicatório	69
Figura 17 - Manifestação neonazista em Charlottesville (EUA).....	73
Figura 18 - Pichação bolsonarista incitando violência	74
Figura 19 - O fenômeno da desinformação.....	78
Figura 20 - Exemplo de discurso neoliberal do desempenho	106
Figura 21 - Manchete do jornal O Estado de São Paulo sobre protestos do MPL.	128
Figura 22 - Cartaz de manifestante em referência aos R\$0,20	129
Figura 23 - Manchete do jornal O Globo sobre os protestos em 18/06/2013.....	130
Figura 24 - Manifestantes com cartaz antipartidário.....	131
Figura 25 - Matéria com guia de comportamento nos protestos.....	132
Figura 26 - Manifestantes queimam bandeira do PT durante ato em São Paulo...	133
Figura 27 - Ato em referência à mídia tradicional em Junho de 2013.....	134
Figura 28 - Cartaz sobre as mídias sociais nas Jornadas de Junho de 2013.....	135

LISTA DE SIGLAS

AIE	Aparelho(s) Ideológico(s) de Estado
ALA	Associação Americana de Bibliotecas
CCI	Competência Crítica em Informação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
EPL	Estudantes Pela Liberdade
FIESP	Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo
IMB	Instituto Von Mises Brasil
IMIL	Instituto Millenium
KKK	Ku Klux Klan
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	PRELÚDIO.....	14
2	E TUDO QUE OUVIMOS É BARULHO.....	25
2.1	Enganar, dividir e conquistar.....	25
2.2	Contos do Vigário.....	48
3	PODER DE FALA.....	80
3.1	Vieses ideológicos.....	80
3.2	A produção do discurso.....	89
4	O MAL DO SÉCULO.....	102
4.1	Uma crise do nosso tempo.....	102
4.2	O gigante acordado.....	121
4.3	Quem matou a verdade?.....	138
5	EM BUSCA DA SOCIEDADE CRÍTICA.....	157
5.1	Partindo do real.....	157
5.2	...em direção à consciência.....	172
5.3	...e para além do digital.....	191
6	INTERLÚDIO.....	199
	REFERÊNCIAS.....	211

1 PRELÚDIO

“A epidemia se espalhou por todos os lados.
A mentira viralizou, tornou-se real.

**O horizonte é o ponto cego
quando se olha só para si”**

(Messias – Dead Fish)

O que vocês lerão a seguir é fruto, dentre outras coisas, de um processo de radicalização das minhas perspectivas de sociedade mediante a desilusão com as respostas que obtinha até então. É uma somatória de experiências profissionais, pessoais e políticas, que convergiram num estudo científico que serve para, ao mesmo tempo, compreender uma realidade e a mim mesmo.

Há diversas maneiras de se começar uma pesquisa a respeito da desinformação, e diversas evidências que poderiam ser elencadas para poder ilustrar o cenário caótico que se desenhou e que, para as visões mais pessimistas (ou realistas, a depender do ponto de vista), parece tender a uma piora. Porém, acredito que antes de trazer evidência do mundo concreto que dialogam mais com o caráter científico que este texto possui, talvez seja importante trazer exemplos extraídos da esfera da cultura, já que, como bem diz Bakhtin (2011), esses gêneros discursivos dão conta de abarcar elementos da realidade e os rerepresentarem de forma provisoriamente acabada, como um reflexo do mundo do qual eles surgiram.

O trecho posto como epígrafe deste trabalho não foi escolhido à toa. No filme em questão, ‘Homem-Aranha: Longe de Casa (2019)’, adaptação cinematográfica da série de quadrinhos homônima da Marvel, o herói que batiza o filme tem que enfrentar o vilão Mysterio, que usa de tecnologias para criar monstros holográficos que ameaçam a cidade, mas que o ajudam a performar uma imagem de herói para a população. Em seu ato final, Mysterio divulga um vídeo com imagens modificadas que faz com que as pessoas acreditem que o Homem-Aranha foi o responsável por sua morte. Esse vídeo ganha dimensões com a ajuda do site de notícias falsas OClarimDiário.net que, nesta obra, é uma adaptação do jornal sensacionalista O Clarim Diário presente nas histórias em quadrinhos originais, comandado por J. J. Jameson, que se empenha diariamente a difamar a imagem do Homem-Aranha.

A narrativa do filme carrega uma subtrama de guerra de narrativas entre aquilo que realmente acontece, e que o Homem-Aranha tenta revelar, contra aquilo que o Mysterio faz parecer que é real, mas que serve apenas como um meio para seus fins. A adaptação do Clarim Diário feita pela Marvel, que deixa de ser um jornal tradicional para ser um site de teorias da conspiração e desinformação, dialoga diretamente com o contexto de pulverização de informações falsas na internet por meio do uso de canais como esses no mundo real.

Mas não é somente a Marvel que retrata a forma como a internet tem sido utilizada para propagar desinformação e inflar ódio, negacionismo e mobilizar massas. Na animação *A Família Addams* (2019), a personagem Margaux Needler espalha boatos entre os moradores da cidade a respeito dos Addams através de um aplicativo de mensagem, com o objetivo de mobilizar a população a expulsar os ‘estrangeiros’ que estavam deixando a cidade ‘mais feia’. O mesmo no filme *Batman*, de 2022, no qual o vilão Charada utiliza de um fórum online para organizar um atentado ao povo de Gotham City no dia da eleição da nova prefeita.

Esses três exemplos, por mais que partam de uma esfera estética, refletem algo que ocorre na esfera ética: as mídias sociais tem sido um instrumento forte nas mãos da extrema-direita como mecanismo de desinformação e mobilização de sua base. Desde o boato do *Pizzagate*, que associava Hillary Clinton (então candidata à presidência dos Estados Unidos contra Donald Trump em 2016)¹ a um esquema de prostituição e tráfico infantil, até o uso de fóruns por pessoas para organizar crimes de ódio e inclusive comemorar as mortes do massacre numa escola na cidade de Suzano (São Paulo) em 2019², está cada vez mais claro como é imprescindível uma politização do uso das mídias sociais e uma disputa em torno dos meios e fins de seu uso.

¹ CANOSSA, C. Pizzagate: o escândalo de fake news que abalou a campanha de Hillary. **Super Interessante**, 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

² RODRIGUES, A. Fóruns da dark web incitam violência e mortes e desafiam polícia. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/foruns-na-dark-web-incitam-violencia-e-mortes-e-desafiam-policia.shtml>. Acesso em: 05 jun. 2022.

É a partir desse cenário que essa pesquisa insurge. Como uma forma de compreender a realidade, mas com o objetivo de encontrar maneiras de modificá-la. Não apenas na política institucional que a desinformação é usada como arma de disputa, mas numa compreensão mais alargada de política que envolve as diversas esferas da vida. Como foi evidenciado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia de Covid-19 instaurada no Brasil pelo Senado Federal (BRASIL, 2021), a grande onda de recusa na adesão das medidas preventivas de combate a Covid-19, bem como no negacionismo em relação ao uso e eficácia das vacinas, teve participação crucial de perfis online utilizados para disseminar desinformação e mover a opinião pública. Como fica evidenciado no documento, foram articulações entre setores da economia, como empresas de plano de saúde, com membros do governo federal e influenciadores digitais, que ajudaram a dificultar o combate à pandemia e a proteção da população (BRASIL, 2021).

Essas mídias sociais têm sido utilizadas não só para incentivar a adesão em atitudes negacionistas ou na reprodução de discursos de ódio como elementos isolados, mas sim, de uma forma mais abrangente, como uma maneira de empurrar a população em direção a ideais fascistas da extrema-direita, tudo isso sob a máscara do acesso à informação 'livre'. A problemática que norteia este trabalho, entretanto, surge pela primeira vez dentro de um contexto de minha atuação profissional como bibliotecário.

Durante três anos (2019-2021), atuei como bibliotecário em uma escola da rede privada na cidade do Recife, trabalhando com estudantes do Ensino Fundamental I e II. A biblioteca era equipada com diversos computadores que os alunos utilizavam para acesso livre durante os intervalos e ao fim das aulas. No dia a dia, pude observar o grande uso que os alunos faziam do YouTube, tanto para verem vídeos quaisquer, como também para realizarem pesquisas escolares, por demanda de professores ou por conta própria. Neste cenário, sempre senti dificuldade em orientar os alunos a respeito do conteúdo presente no vídeo, sobre como identificar se as informações eram verdadeiras, pois nas pesquisas que realizei sobre confiabilidade de fontes online, o conteúdo era mais

aplicável à textos escritos do que a gêneros de audiovisual³, e estudos encontrados voltados ao YouTube diziam respeito a critérios técnicos como quantidade de inscritos ou presença de links⁴, que não necessariamente dariam conta de atender à necessidade sentida, já que maior quantidade de inscritos significa popularidade e não qualidade, bem como os links disponibilizados podiam ser, igualmente, falsos.

A problemática começou a tomar contornos mais concretos em um dia específico. Nessa ocasião, um aluno frequentador assíduo da biblioteca, que na época tinha em torno dos 12 anos, veio até mim para falar sobre um vídeo que ele havia visto em casa, no YouTube, que chamou sua atenção: tratava-se de uma *gameplay*⁵, que possuía em torno de 1 hora de duração, no qual o youtuber falava, dentre outras coisas, sobre anarco-capitalismo e outros ideais dessa natureza. Ciente do que esse conteúdo significava, observei que o problema era maior do que eu tinha noção até então, pois não se tratava somente de uma ação de educação que se encerrava no uso dessa plataforma na biblioteca de maneira infotécnica, mas sim uma educação mais aprofundada e crítica que pudesse munir esses sujeitos de uma consciência a respeito do teor do discurso comunicado no vídeo. Tratava-se de um vídeo de entretenimento que, ao mesmo tempo que pretendia divertir, desinformava seu público em relação uma série de questões, sendo difícil aplicar os critérios dos estudos pesquisados até então dentro deste cenário.

Quando confrontado com a realidade material mais ampla, é possível ver que esse problema não é um caso isolado, mas um sintoma de algo mais profundo. Uma coluna do *The New York Times* demonstra como o YouTube foi responsável por ter radicalizado o Brasil para a direita; com o uso de seu algoritmo de redirecionamento, a plataforma conduzia seus usuários para conteúdos de natureza conspiratória e negacionista, ajudando inclusive muitos

³ TOMAÉL, M. I. *et al.* Avaliação de fontes de informação na internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/293>. Acesso em: 5 jul. 2022.

⁴ RAMOS, V. L. YouTube e a disseminação de conteúdo científico na internet: perspectivas sobre critérios de qualidade em vlogs. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169532>. Acesso em: 06 jun. 2022.

⁵ Nome comumente dado aos vídeos cujo conteúdo consiste em partidas gravadas e/ou tutoriais de jogos online.

partidos de extrema-direita a ganharem novos adeptos por meio da influência desses vídeos (FISHER; TAUB, 2019). Segundo os autores da coluna, canais como o do youtuber Nando Moura utilizam do aparente entretenimento como isca para espalhar esses tipos de ideais. Alguns produtores desse tipo de conteúdo foram eleitos para cargos públicos na eleição de 2018, como o ex-deputado estadual Arthur do Val (do canal MamãeFalei), e uma investigação feita pelo The Intercept Brasil aponta que cinco entre os 10 canais mais populares da plataforma em 2018 foram de extrema-direita (GHEDIN, 2019), sendo uma evidência da contribuição do YouTube na eleição de Jair Bolsonaro à presidência e na popularidade crescente que a extrema-direita e seus ideais vêm obtendo no país.

Levando em consideração as práticas informacionais desenvolvidas pela população com a cada vez maior presença das mídias sociais no dia a dia, é possível ter uma dimensão da importância que a plataforma de vídeos possui em comunicação e na forma com a qual as pessoas enxergam a realidade. Uma pesquisa conduzida pela Câmara dos Deputados constatou que o YouTube é o terceiro maior veículo de informação utilizado pelas pessoas para se informar, com 49% afirmando fazer uso da plataforma para este fim; o site figura atrás apenas do WhatsApp, com 79% de uso, e da televisão, com 50% (VALENTE, 2019). A mesma pesquisa constata que o YouTube é a mídia social que possui maior adesão entre os jovens de 15 à 29 anos, com 55% da amostra afirmando utilizá-la como fonte de informação. Além disso, dados de uma pesquisa realizada pela própria Google (empresa dona da plataforma) revelam que, em 2020, 91% dos brasileiros entrevistados aumentaram o uso do YouTube em decorrência da pandemia, afirmando que utilizam a plataforma para, dentre outras coisas, consumir entretenimento e se informar (CAPOBIANCO, 2020).

Esses dados apontam para um horizonte preocupante. Se antes da pandemia foi possível observar o poder que o YouTube possui em afetar a realidade material do país; com a evidência do aumento em seu uso e levando em conta as consequências desastrosas que o uso de desinformação vem desempenhando em questões políticas e sanitárias no Brasil, é possível perceber como está sendo fácil para as pessoas ficarem sujeitas a serem influenciadas por narrativas supremacistas da extrema-direita que reforçam

discursos de ódio (como homofobia, racismo, xenofobia, misoginia, dentre outros) e fortalecem o negacionismo científico e histórico, sem poderem perceber o teor implícito nas falas emitidas nos vídeos.

Mediante esses problemas e constatações empíricas, esse trabalho então se pergunta: que dimensões políticas devem ser consideradas quando se trata de combate à desinformação? Entretanto, mudanças precisaram ser feitas. A pesquisa, inicialmente, se centrava somente no YouTube enquanto campo de investigação; contudo, ao decorrer de seu desenvolvimento, fui percebendo que seria preciso expandir a investigação em questões mais amplas antes de me debruçar sobre uma mídia em específico. Percebi que era necessário compreender a realidade, antes de ver como ela se materializa em um gênero discursivo. Por isso, antes mesmo de propor uma compreensão sobre um material informacional específico, esse trabalho pretende pavimentar o caminho com as perspectivas de desinformação e educação informacional que devem ser tomadas como horizonte estratégico antes de pensar nas táticas práticas que serão aplicadas sobre a realidade.

Indo adiante, um elemento central dessa pesquisa trata-se das questões de ideologia e neutralidade. É comum ouvir em diversos meios da Ciência da Informação e da Biblioteconomia sobre o caráter isento da profissão bibliotecária, sobre como a atuação é feita de forma imparcial ou próxima de algo 'sem ideologia'. Essa pesquisa, contudo, parte da premissa de que não é possível haver isenção e de que todo ato é ideológico, mesmo que seu ator não o declare ou enxergue dessa forma.

Em fato, Löwy (2002), ao retomar ideias de Marx, afirma que a própria ciência não é isenta e que toda descoberta e estudo científico partem de um local ideológico e servem a um interesse – constatamos isso ao observar como a medicina, por exemplo, utilizou de uma série de investigações com véu científico como forma de patologizar a homossexualidade durante décadas (TREVISAN, 2018). Feitas por seres humanos, que pertencem a classes sociais e que existem na materialidade do tempo e do espaço, e não em abstrato, as pesquisas científicas são atravessadas por todos os conflitos que tensionam as produções humanas, não podendo estar alheia aos conflitos de classe existentes na sociedade.

Se nem mesmo a ciência, com todos seus métodos e critérios, pode ser feita de forma isenta de ideologia, assim também são as informações cotidianas comunicadas das mais diversas formas, produzidas e emitidas pelos mais variados sujeitos, provenientes dos ambientes mais plurais. Freire (1999) já falava que quem comunica sempre comunica algo, e esse algo vem carregado de sentidos que estão diretamente ligados às questões materiais da existência.

A compreensão de desinformação aqui trazida se baseia, dentre outros autores, em Fallis (2015) e em seus pensamentos a respeito do objeto de estudo em questão, porém busca ir além, recorrendo às definições de informação trazidas por Buckland (2017) e Dantas (2012) como forma de expandir a ideia de desinformação para além de uma informação falsa compartilhada, e como algo muito mais complexo. A ideia de desinformação aqui trazida não abarca somente a informação fabricada para ser falsa, mas toda informação que é deliberadamente manipulada, falseada ou distorcida e disseminada com a intenção de enganar pessoas e moldar a opinião pública a respeito de um determinado assunto.

Como trazido por Santos-D'Amorim e Miranda (2021), os pilares da desinformação são a intencionalidade e a veracidade. Neste estudo, defendo que essa intencionalidade não é de caráter individual do sujeito, mas parte de um meio social material a partir de ideologias conectadas a questões de classe. Baseado em Marx e Engels (2007), que afirmam que é o meio material que afeta a formação da subjetividade, e em Volóchinov (2018), que afirma que a consciência individual é formada por meio de um processo de subjetivação de ideologias forjadas coletivamente no calor da luta de classes, defendo que a intenção por trás da desinformação não se dá no âmbito do sujeito isolado, mas sim nos interesses de classe aos quais aquela informação atende. Sendo assim, é necessário lançar um olhar para além do sujeito e ver quais interesses de classe que circundam aquela informação, já que muitas das vezes elas podem estar sendo comunicadas sem que o sujeito tenha total consciência da raiz de seu teor.

Mediante essa condição, politizar é preciso se há alguma pretensão de que uma consciência seja tomada a respeito dos reais efeitos e intenções das desinformações. Para isso, recorro a Freire (1999; 2015; 2021) para pensar em

uma educação para informação voltada à tomada de consciência crítica, uma consciência de classe, que mobilize os sujeitos em ações de mudança real da situação concreta. Assim, defendo que uma práxis revolucionária é um caminho imprescindível a ser tomado, já que

não se trata de acreditar ingenuamente que a pregação moral ou a crítica filosófica possam transformar a sociedade. O que se faz necessário é uma ação revolucionária, uma prática revolucionária, na qual irão se transformar, simultaneamente, as circunstâncias, as condições sociais, as estruturas, o Estado, a sociedade, a economia e os próprios indivíduos, autores da ação (LÖWY, 2002, p. 23).

Para isso, o combate à desinformação deve ser feito numa relação dialética de teoria e prática em busca das sínteses que poderão levar a uma mudança radical da sociedade. A educação informacional que se pretende revolucionária busca educar mais sobre os teores discursivos das informações obtidas do que por caracteres técnicos; a informação é vista como um fator cultural, como nos postulados de Capurro e Hjørland (2007), e como um elemento sógnico da realidade que está carregado de ideologias e significações.

Os discursos que essas informações carregam se organizam em gêneros, podendo ser primários (que dizem respeito à vida em sua esfera ética) ou secundários (a vida em sua esfera estética) (BAKHTIN, 2011). Cada gênero vai apresentar uma organização única, que dialoga com a forma com a qual os sujeitos socialmente organizados atuam na realidade, dentro do campo da infraestrutura, constituindo convenções, valores e crenças que se cristalizam em uma superestrutura – elementos esses que partem diretamente de uma relação material.

É com esse norte teórico que a pesquisa se lança no objetivo de compreender a desinformação enquanto um fenômeno político relacionado ao capitalismo. Como objetivos específicos, será buscado a) caracterizar a desinformação em suas relações com estratégias burguesas de dominação de classe; b) discutir as dimensões ideológicas da produção informacional, identificando seus produtos enquanto gêneros do discurso; c) compreender a pós-verdade tendo em perspectiva suas relações com o neoliberalismo, e sua manifestação brasileira como consequências da despolitização forçada por

representações da burguesia nacional; e, por fim, d) discutir a educação informacional para o combate à desinformação sob uma perspectiva dialógica e revolucionária.

Em sua metodologia, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória que, segundo as definições de Santos (1999), pretende obter uma maior proximidade com a temática, buscando abordar suas nuances e as informações disponíveis. Esta pesquisa, portanto, busca algumas aproximações teóricas iniciais de desenvolvimento de uma compreensão sobre desinformação, mas ainda de forma embrionária, sem dedicar-se a investigações mais profundas de níveis explicativos.

O principal procedimento utilizado foi o de levantamento bibliográfico, que se configura como a pesquisa na literatura científica disponível a respeito do tema escolhido (SANTOS, 1999), fazendo uso de uma análise interpretativa para investigar os pontos de convergência e divergência entre os autores, na busca de sínteses por meio de uma leitura crítica (SEVERINO, 2013), por meio do uso do pensamento lógico-dedutivo. Trata-se de uma pesquisa teórica que busca desenvolver a compreensão inicial de três premissas, a saber:

- a) Desinformação é algo mais complexo que as mentiras vinculadas nas mídias sociais;
- b) o problema brasileiro com desinformação possui relações com os protestos de Junho de 2013;
- c) somente identificar fontes confiáveis não é o bastante para combater a desinformação.

Para desenvolver o raciocínio sobre essas premissas, a pesquisa faz aproximações com o materialismo dialético de autores como Lênin, Althusser, Marta Harnecker e Rosa Luxemburgo, o dialogismo de Bakhtin e Volóchinov, além de obras dos próprios Marx e Engels. É feito uso de estudos de Capurro, Buckland e Marcos Dantas para desenhar a compreensão sobre desinformação que o trabalho almeja; busca-se também o apoio em filósofos como Byung-Chul Han e na teoria gramsciana sobre crise para enxergar os contornos da pós-verdade, além de alicerçar-se em estudos da sociologia para compreender o contexto de pós-verdade no Brasil após Junho de 2013.

Nesta pesquisa, a suposta complexidade da desinformação tem suas primeiras aproximações para ser vista como resultado da atuação de diversos elementos da realidade que não só dizem respeito explicitamente à produção e uso da informação, como a produção e reprodução da vida de forma mais ampla. É posta em perspectiva a oposição entre os interesses de classe da burguesia e do proletariado, na qual a desinformação agiria sob esse movimento de tensão.

Esta pesquisa, portanto, não pretende trazer algo como uma teoria geral da desinformação, ou qualquer tipo de ambição teórica desta natureza; ela visa, na verdade, realizar uma aproximação entre os estudos sobre desinformação e pós-verdade e as contribuições teórico-metodológicas do marxismo, de forma a desenvolver compreensões iniciais sobre ambos os temas, sem necessariamente comprometer-se em construir explicações mais profundas.

Sendo assim, o estudo se divide em quatro capítulos, cada um voltado ao esforço de não apenas explicar e discutir as nuances da problemática, mas principalmente, de ser um percurso pessoal de compreensão da realidade. No primeiro capítulo **Tudo Que Ouvimos é Barulho**, e então entro no garimpo de definições acerca da desinformação e busco encará-la como um fenômeno de caráter físico, cognitivo e social; trazendo também definições acerca alguns tipos de desinformações e categorizando-as enquanto os caracteres mencionados anteriormente, de forma a consegui visualizar o assunto com maior clareza. É nesse capítulo onde traço qual a compreensão de desinformação que será trabalhada ao decorrer do trabalho.

O capítulo seguinte, **Poder de Fala**, abordo a ideologia e sua relação com as relações de classe e de produção de gêneros discursivos. Vemos como ela opera enquanto forma de enxergar a realidade e sobre como ela se materializa por meio da fala e dos textos. Ancorado nos estudos bakhtinianos, vemos a maneira com a qual o discurso reflete essa relação material do conflito de classes e sua organização em gêneros discursivos enquanto expressões, acabadas e inacabadas, dessa realidade. Neste capítulo, me dedico a traçar as relações entre desinformação e dominação ideológica, buscando refletir as fontes de informação enquanto materiais ideológicos sob a ótica dos gêneros discursivos.

O terceiro capítulo aborda **O Mal do Século**, onde me lanço no esforço de contextualizar a pós-verdade e sua conexão com as consequências do

neoliberalismo em crise e um processo candente de despolitização para, ao final, buscar as possíveis raízes de nossos problemas atuais com desinformação nas Jornadas de Junho de 2013, em que a cobertura midiática tradicional convergida com o acesso às mídias sociais sob um movimento gradativo de despolitização podem ter apontado o norte para os problemas que observamos hoje. Finalizo-o falando sobre a Nova Direita, sua prática radicalizada e as relações entre esses dois elementos, o conteúdo ideológico das desinformações disseminadas e a situação material que nos encontramos.

Por último, sigo então **Em Busca da Sociedade Crítica**, no qual falo efetivamente sobre o combate à desinformação, especialmente sob o viés educacional, tendo em perspectiva as reflexões feitas nos capítulos anteriores. Aqui, me debruço sobre a educação informacional necessária para desenvolver uma consciência crítica sob uma perspectiva revolucionária. Se um problema se apresenta estrutural e sistêmico, as medidas contra ele devem atingir essa estrutura de forma antissistêmica, engajando os indivíduos para ação e, principalmente, demandando dos sujeitos-bibliotecários uma formação crítica e uma coerência entre teoria e prática que possam fomentar as mudanças necessárias para a sociedade que buscamos. A expectativa é que, ao fim dessas páginas, os horizontes encontrados não sejam somente os de entendimento a nível teórico, mas também os de mobilização para ações radicais de mudança. Desejo, assim, uma boa leitura!

2 E TUDO QUE OUVIMOS É BARULHO

“Você se tornou ferramenta de uma ferramenta,
canibais digitais te dizendo para calar-se e dançar.
Aumente um conto e as multidões irão se reunir.”
(Noise – Nightwish)

2.1 Enganar, dividir e conquistar

Estamos em crise. A cada dia que passa, vemos que o ideal de sociedade, que fomos levados a acreditar ter começado a construir, está ruindo aos poucos, sendo levado em uma onda de narrativas construídas para perpetuar a hegemonia de poder da classe dominante e esmagar a existência e chances de emancipação dos grupos oprimidos.

No Brasil pós-Junho de 2013 e do golpe-impeachment de Dilma Rousseff de 2016, passamos por sete anos de regimes neoliberais, com uma base social cada vez mais fascitizada; e dentro do caos trazido pela pandemia de Covid-19 e o total descaso pelas mais de 690⁶ mil vidas perdidas (e ainda contando) por parte de um governo genocida, vemos a ciência ser desacreditada e o ódio pelo outro ser a regra dessa nova sociabilidade na qual nos vemos condicionados. Tudo isso compartilhado, curtido e comentado naquelas redes que também fomos levados a crer ser o glorioso futuro da comunicação.

A presença da figura de Jair Bolsonaro, contudo, não é uma exceção à brasileira; vemos a ascensão de movimentos de extrema-direita ao redor do mundo, materializados também no golpe contra Evo Morales na Bolívia em 2019, na gestão de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA) entre 2017 e 2021, e no *referendum* do Brexit no Reino Unido em 2016. Esses movimentos vêm acompanhados de ideais nacionalistas, anti-imigrantista, negacionistas, racistas, LGBTfóbicos e com forte apelo à manipulação e falseamento de informações para enganar, dividir e conquistar. Nesta conjuntura global, estamos despolitizados, desinformados e desacreditados. Estamos numa pandemia de desinformação.

⁶ Número referente a quantidade de mortos pela doença no mês de finalização deste trabalho, em janeiro de 2023, segundo levantamentos do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/01/27/brasil-tem-media-de-77-mortes-por-covid-tendencia-e-de-estabilidade.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2023.

Contudo, necessitamos começar pelo princípio. Antes de compreendermos o que seria a desinformação e como ela se comporta, devemos nos ater, mesmo que de forma breve, ao que seria então a informação, para despistar logo de início qualquer ideal errôneo a respeito do primeiro fenômeno em questão – afinal de contas, desinformação não é uma não-informação.

Para pensarmos informação tendo em vista sua correlação com a desinformação, devemos pensá-la enquanto um objeto social. Capurro e Hjørland (2007, p.155) a ilustram-na sob essa ótica ao dizerem, de maneira categórica, que “informação é o que é informativo para determinada pessoa”, isto é, qualquer coisa pode ser considerada informativa desde que faça sentido para alguém. A informação, portanto, não estaria estritamente ligada a um suporte (livros, documentos administrativos, matérias de jornal, etc.), mas sim, aos contextos culturais e sociais dos sujeitos em sua interação com o mundo. Pensar em informação dessa forma, nos permite fugir dos locais comuns que nos são dados quando pensamos nesse assunto, e nos fornece meios para enxergar a informação em sua maior abrangência, estando presente nos mais diferentes processos, meios e suportes, inclusive naqueles não convencionais.

Absolutamente tudo pode ser informação, mas nem tudo será informação para todos. Essa atribuição do que é informação diz mais a respeito da interpretação do sujeito do que a essência da informação em si; essa interpretação que atribuirá o caráter informativo se relaciona com o contexto e a formação social do sujeito, tendo relação não somente com o momento imediato do contato com a informação, como também com sua trajetória de formação e todas suas interações ao decorrer da vida.

Para um arquiteto, uma rachadura num prédio só será informação porque ele está dotado de um processo de formação e de contatos discursivos prévios que lhe guiaram a uma determinada posição interpretativa. O sentido que aquela rachadura terá para ele será diferente se ele entrou em contato com ela quando era estudante ou depois de anos de atuação. Toda interpretação acerca de uma informação depende de um contato discursivo; esse contato virá tanto enquanto repertório ideológico, quanto como o momento imediato.

De maneira mais ilustrativa, podemos explicar da seguinte forma: no cotidiano escolar, para uma bibliotecária, uma criança cabisbaixa e solitária na

hora do intervalo pode significar nada além de uma tristeza comum e que em nada afeta seu trabalho; para um profissional da psicologia, no entanto, o fato daquela criança estar daquela forma pode ser algo relevante e fornecer informações importantes para o desenvolvimento de seu trabalho no ambiente em questão. Ou seja, um estado físico e emocional – elemento não convencional quando comumente pensamos em informação – pode ser considerado algo informativo por fazer sentido e trazer um certo impacto para determinado sujeito em determinado contexto, pois “informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.187); e esse sentido só ocorre porque este profissional da psicologia está dotado de um processo de formação prévio, tanto academicamente quanto no contexto de atuação, que o permite extrair algo informativo daquele estado físico e emocional. Este mesmo exemplo também seria válido se estivéssemos falando do pai ou mãe da criança em comparação com algum funcionário da secretaria do colégio.

Outro exemplo pode ser dado se pensarmos nas pinturas corporais feitas por determinados grupos indígenas brasileiros. Para pessoas brancas, alheias a estas questões, as pinturas podem ser vistas sob um caráter apenas estético e contemplativo; para os indígenas, as pinturas carregam informações que dizem respeito a sua ancestralidade, fé, ritos, tradições, organização social, identificação com o grupo, etc. – fazem um sentido único devido às relações únicas desenvolvidas no contexto. Por outro lado, para estudiosos de antropologia que se dedicam a pesquisar os costumes indígenas, aquelas mesmas pinturas, por mais que eles estejam mais ou menos envolvidos com estas culturas, farão um sentido diferente do que para os membros daquele grupo. Para antropólogos e antropólogas, as pinturas carregarão as mesmas informações a respeito de ancestralidade, fé, tradições, etc., porém, a relação estabelecida será científica e laboral, e não de vivência e constituição primordial de suas identidades. O conteúdo das informações será o mesmo, mas o sentido será totalmente diferente, exatamente por conta do tipo de relação que foi estabelecida entre os sujeitos e as informações dispostas.

Quando afirmo que desinformação não é uma não-informação, estou falando justamente desse seu caráter sociocultural que faz sentido para um determinado conjunto e para outro não. Se há um grupo de pessoas que, ao

receber mentiras no WhatsApp, usam-nas como base para tomar suas decisões, e essas mesmas mentiras são capazes de reunir multidões em torno de uma narrativa que, por mais falsa que seja, faz sentido e apela para algo desses grupos, devemos encarar a desinformação como referente a informações compartilhadas e que geram significados. Este ‘algo’ apelado também diz respeito à trajetória de formação histórica e social dos sujeitos, e ao repertório discursivo ao qual ele absorveu e internalizou, criando uma série de idiossincrasias que serão ativadas e contactadas nos momentos de interação com informações, seja qual for sua natureza.

Tendo em mente que “não é a informação compartilhada, mas a interpretação compartilhada, que mantêm as pessoas unidas” (CAPURRO, HJORLAND, 2007, p. 174), e olhando para o cenário distópico desinformativo no qual nos encontramos, podemos compreender mais claramente essa questão. Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a pandemia de Covid-19, publicamente defende o uso de um medicamento sem eficácia comprovada⁷ como forma de tratamento para a doença, e essa fala – por mais refutada e comprovada como sem embasamento científico – circula entre certos grupos, ao ponto de fazer com que essas pessoas decidam tomar tal remédio e/ou desdenhar das/protestar contra as medidas sanitárias para contenção do avanço da pandemia⁸, vemos concretamente uma evidência da desinformação como informação por ter sido interpretada e atribuída sentido por um conjunto de sujeitos em um determinado contexto.

Desta forma, estar desinformado não seria o mesmo que estar não-informado, já que estar não-informado implica dizer que determinadas pessoas não possuem acesso a certas informações. No caso daquelas desinformadas, há sim um acesso a informações que levam a uma tomada de decisões tendo-as como base, mas informações manipuladas, tendenciosas, falsas e que não condizem com a realidade. Por isso, não devemos encarar a desinformação

⁷ GULLINO, D. Bolsonaro compartilha em rede social defesa do uso da hidroxiclороquina para tratar coronavírus. **O Globo**, Brasília, online, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-compartilha-em-rede-social-defesa-do-uso-da-hidroxiclороquina-para-tratar-coronavirus-24356364>. Acesso em: 05 mar. 2021.

⁸ TAJRA, A.; ANDRADE, H. de. Carreatas contra isolamento social têm críticas a Maia e apoio a Bolsonaro. **UOL**, São Paulo; Brasília, online, 18 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/18/carreatas-contraisolamento-social-tem-criticas-a-maia-e-apoio-a-bolsonaro.htm>. Acesso em: 05 mar. 2021.

como uma falta de acesso a informações, mas como o acesso a informações que são, em sua essência, prejudiciais ou fabricadas para um fim específico.

Nesta perspectiva, a primeira compreensão a se ter em mente é de que a desinformação faz parte de um complexo de fenômenos informacionais distintos que afetam a forma como os sujeitos se informam e tomam atitudes em sociedade. Juntamente com a *mal-information* (má-informação) e a *mis-information* (informação incorreta), a desinformação compõe o que é chamado de *information disorder* (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), ou transtorno de informação⁹; e apesar de fazerem parte do mesmo conjunto, cada fenômeno possui uma definição, usos e efeitos distintos.

Os critérios que diferenciam os três fenômenos dizem respeito a intencionalidade e a veracidade, sendo a intencionalidade o mais crucial dos dois (SANTOS-D'AMORIM; MIRANDA, 2021). Enquanto a má-informação é intencionalmente danosa, porém totalmente verdadeira, a *mis-information* é circunstancialmente falsa, porém sem dano intencional, ou seja, não foi direcionada no sentido de causar prejuízo. A desinformação encontra-se no meio desses dois conceitos, como uma junção de forças, sendo intencionalmente danosa e propositalmente falsa, conforme explicitado na imagem abaixo:

⁹ A tradução usada oficialmente em documentos da UNESCO é “desordem da informação”, mas aqui optei por traduzir como “transtorno de informação” uma vez que a palavra *disorder* não necessariamente se aplica a uma “desordem” ou “falta de ordem”, pois é usada para designar “transtornos” no sentido patológico, como em *eating disorder* (transtorno alimentar) ou *anxiety disorder* (transtorno de ansiedade) e, visto que a compreensão de *information disorder* busca trazer uma conotação de uma “doença da informação” ou uma relação informacional enferma, acredito que essa tradução seja mais adequada.

Figura 1 - Transtorno de informação



Fonte: WARDLE; DERAKHSHAN, 2019

O primeiro conceito, a má-informação, se configura como uma informação verdadeira, mas que é usada para ferir ou comprometer alguma pessoa ou grupo (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). Seriam os vazamentos de informações sigilosas, por exemplo, que visam causar alguma espécie de vexame público na vítima ou comprometer sua vida em quaisquer uma de suas esferas.

A má-informação é verdadeira e nada possui de manipulada ou fabricada, porém sua existência serve apenas para prejudicar alguém em benefício de outrem – podendo esse outrem ser desde um indivíduo em suas ambições particulares, até mesmo membros de uma determinada classe social em suas intenções de manter poderio. É nisso que ela se difere em relação à desinformação: em ambas há o direcionamento para o dano, porém uma é totalmente fincada na realidade, e a outra se constitui através de falsificações e adulterações.

Podemos citar como exemplo de má-informação a divulgação do áudio da conversa entre o então ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff pelo então juiz Sérgio Moro em 2016 durante as investigações da Operação Lava Jato que culminariam no impeachment de Rousseff e na prisão de Lula. Emersa em controversas, a ação conduzida por Moro ajudou a prejudicar a já abalada imagem do ex-presidente ao construir uma narrativa que colocava a ligação como uma evidência de tentativa de obstrução da justiça – mesmo que a

conversa divulgada tenha ocorrido horas depois do juiz ter ordenado a suspensão do grampeamento do telefone de Lula, demonstrando claramente as intenções danosas de Moro com essa divulgação¹⁰. Podemos classificar o fato como má-informação pois, mesmo que o áudio seja verdadeiro e a conversa tenha realmente acontecido, sua divulgação ao público surge com o objetivo de deteriorar a credibilidade de Lula na tentativa de retirá-lo de vez do jogo político.

Figura 2 - Manchete do G1 sobre conversa entre Dilma e Lula



O segundo conceito, *mis-information*, diz respeito à informação incorreta disseminada, mas sem a intenção de causar algum dano (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). Ela pode se apresentar como a informação vaga que abre margem para interpretações, mensagens ambíguas, e também como informações falsas que o sujeito compartilha sem conhecimento de sua fraudulência (KARLOVA; LEE, 2012; FALLIS, 2014 *apud* SANTOS-D'AMORIM; MIRANDA, 2021).

Ela é o conceito que mais se aproxima da desinformação por conta de sua dimensão fraudulenta, mas difere-se deste justamente no caráter da intencionalidade: enquanto o agente disseminador de desinformação tem total consciência dos efeitos que ela pode causar e a compartilha intencionalmente

¹⁰ NUNES, S. Conversa entre Dilma e Lula foi grampeada após despacho de Moro. **G1**, Paraná, online, 17 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/conversa-entre-dilma-e-lula-foi-grampeada-apos-despacho-de-moro.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

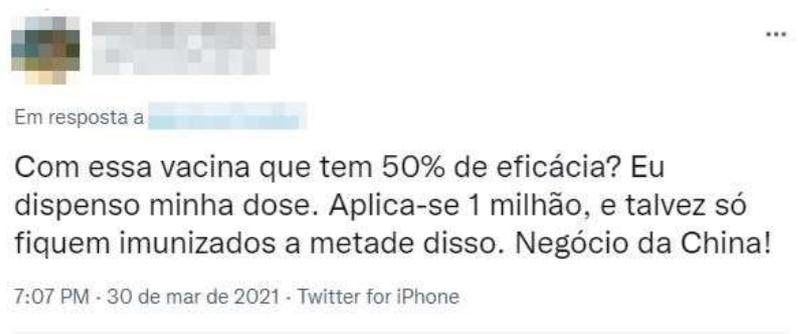
para enganar, o agente que dissemina *mis-information* não tem noção de seu potencial danoso e muitas vezes faz isso com boas intenções, pois crê que aquela informação pode genuinamente ser útil para alguém e não pretende causar dano algum com ela.

A *mis-information* pode surgir a partir de interpretações equivocadas por parte dos sujeitos a respeito de determinado assunto, que repassam a informação incorreta adiante sem ter conhecimento de sua falsidade. Essas interpretações são capazes, inclusive, de serem derivadas de uma grande exposição à desinformações combinada a um excesso de informações reais que ocasionam numa confusão nas pessoas, abrindo espaço para que elas repassem suas próprias visões a respeito de determinado tema.

Um exemplo de *mis-information* que podemos enxergar foi a série de interpretações erradas decorrentes da divulgação dos resultados dos testes de eficácia da vacina contra Covid-19, CoronaVac, elaborada pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac¹¹. Somada à proliferação de desinformações antivacina, em especial com teor xenofóbico e anticomunista a respeito do governo chinês, a divulgação dos resultados dos testes da vacina CoronaVac desencadeou uma série de interpretações erradas na população a respeito de sua eficácia na proteção contra o novo Coronavírus. Pessoas começaram a acreditar que, por apresentar uma eficácia global em torno dos 50%, a vacina só iria proteger metade dos vacinados, desembocando em receios em relação a vacinação por acreditarem que seria inútil vacinar todos, já que somente metade seria protegida – ou que a vacina não seria garantia de proteção por conta dessa porcentagem.

¹¹ É errada interpretação de que vacina com 50% de eficácia gera anticorpos apenas em metade dos vacinados; entenda. **G1**, [s.l.], online, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/01/13/e-errada-interpretacao-de-que-vacina-com-50percent-de-eficacia-gera-anticorpos-apenas-em-metade-dos-vacinados-entenda.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2021

Figura 3 - Tweet com *mis-information* sobre a vacina CoronaVac.



Fonte: reprodução – Twitter, 2021.

Figura 4 – Correção sobre *mis-information* a respeito da vacina CoronaVac



Fonte: reprodução – G1, 2021.

É permitido dizer que é um tipo de *mis-information*, pois as pessoas que repassaram esse discurso receoso sobre a eficácia da vacina o fizeram em decorrência da má interpretação de dados somada a um ambiente de incertezas causado por desinformações antivacina. Nenhuma delas pretendia fortalecer movimentos que se opõem a vacinação, mas foram pegas em narrativas difusas que ocasionaram nessa disseminação de informações falsas, mas sem intencionalidade de dano. Há uma diferença muito evidente entre o sujeito que compartilha mensagens afirmando coisas como “não tomem a vacina chinesa, pois ela é um plano para reduzir a população global”, e entre o sujeito que repassa os dizeres “a vacina chinesa não é confiável porque tem 50% de eficácia

e só vai proteger metade das pessoas” – há uma clara divergência na origem e pretensões por trás das afirmações, e ambas as situações não podem ser tratadas em pé de igualdade.

A desinformação, conforme pontuado brevemente acima, diferencia-se da *mis-information* e da má informação por ser intencionalmente enganosa e totalmente falsa. As três características principais que dão conta de descrever o fenômeno são trazidas por Fallis (2015), e são o ponto de partida para poder, de fato, compreender sobre o que se trata o objeto de estudo em questão.

A primeira delas é a premissa com a qual começo este capítulo: desinformação é informação. Fallis defende esta ideia, pois “informação é algo que representa uma parte do mundo como sendo de uma determinada forma” (FALLIS, 2015, p. 404, *tradução nossa*), sendo assim, se uma mensagem falsa ecoa entre grupos e faz com que esses grupos a usem como lente para enxergar a realidade, ela deve ser considerada como um tipo de informação da mesma forma que aquelas produzidas em meio científico – conforme já reforçado anteriormente. Despender atenção para essa instância ajuda a evitar visões míopes que se propõem a enxergar o fenômeno desinformacional como algo que surge e se comporta num vácuo totalmente único e despreendido das premissas que circundam outros fenômenos informacionais.

A segunda característica diz que a desinformação “é uma informação enganosa; isto é, é uma informação que *provavelmente* causará *falsos entendimentos*” (FALLIS, 2015, p. 406, *tradução nossa*, destaques do autor). O autor destaca o *provavelmente*, pois ele afirma que mesmo quando o sujeito que recebe a mensagem não é enganado por ela, o agente disseminador ainda está reproduzindo desinformações (FALLIS, 2015). Sendo assim, uma informação ainda será desinformação mesmo que não surta efeito, pois ela carrega em si um potencial danoso; se determinado alvo não é afetado, ela poderá ricochetear e atingir outros sujeitos que serão envolvidos nas narrativas enganosas que a compõem.

A terceira e última característica dá conta de nos trazer que a desinformação é intencionalmente enganosa, ou seja, ela não engana por acidente, mas é criada justamente com essa intenção (FALLIS, 2015). Para ser vista dessa forma, a mensagem deve ter sido fabricada, manipulada ou adulterada para causar alguma espécie de mal-entendido naqueles que a

consumirem. Seja por uma fabricação completa, seja por escolhas linguísticas de caráter duvidoso, seja por omissão de fatos, se a intenção por trás da mensagem é criar falsas impressões nas pessoas, ela é uma desinformação. Mensagens/notícias que por acaso acabam causando confusão em uma parcela da população, mas que essa confusão é fruto de outros fatores que são alheios a mensagem (como de ordem interpretativa de quem lê), não são considerados desinformações.

A desinformação pressupõe uma intenção e o conhecimento de seu conteúdo fraudulento e dos efeitos decorrentes de sua disseminação. Erros cometidos em jornais, por exemplo, de maneira honesta e sem segundas intenções por trás (como um erro na digitação de uma vírgula que altera um valor em dinheiro, por exemplo) não podem ser considerados como desinformação, pois a autoria da mensagem não possuía intenção de enganar grupos, de modo que o erro foi cometido de maneira desatenta. Contudo, caso essa autoria tenha consciência de que a mensagem poderá causar mal-entendidos, e nada faz para corrigi-la, ela será considerada desinformação uma vez que a fonte está ciente dos efeitos danosos que ela poderá causar e deliberadamente escolhe não tomar atitudes em relação a isso.

Este último ponto é importante para desmistificar a imagem de que a desinformação se manifesta somente nos veículos de mídia não-oficiais (redes sociais) e é crucial para compreender que grandes corporações midiáticas são também agentes disseminadores desse fenômeno.

Entendo que, dentro do nosso atual cenário, o jornalismo vem sofrendo um desgaste de sua imagem, enfrentando a incredibilidade e a perda da capacidade de comunicação com a população que antes tinha; porém, isso não o isenta de também ser um agente disseminador de desinformação quando convém. A forma com a qual a mídia tradicional desempenha papel na produção de desinformação hoje não acontece da mesma forma que as *fake news*, por exemplo, mas esses veículos também trabalham para omitir/manipular determinadas informações para atender a seus próprios objetivos.

Dado que um dos objetivos da desinformação é moldar a opinião pública de forma atender os interesses daqueles que disseminaram a mensagem (BRISOLA; BEZERRA, 2018), e cientes de que os conglomerados de mídia fazem parte de um setor empresarial cujos donos possuem interesses de classe

bem específicos, a redação de manchetes/matérias com certas escolhas linguísticas que pretendem moldar as opiniões de acordo com determinada visão, ou a forma como as reportagens são apresentadas e editadas em telejornais de modo a criar uma narrativa bem delimitada utilizando fatos concretos, também são formas de propagação de desinformação, pois essas informações tentam moldar a opinião pública em favor dos interesses da burguesia – grupo este cujos donos dos conglomerados de mídia fazem parte (e.g. Silvio Santos, Família Marinho, Família Saad, dentre outros).

Um exemplo de desinformação propagada por veículos de imprensa que, por mais que tenha bases totais na realidade, foi redigida de uma forma a causar mal-entendidos e prejudicar determinado(s) grupo(s) é a manchete do jornal Folha de São Paulo de outubro de 2020 a respeito do então candidato à prefeitura da cidade de São Paulo, Guilherme Boulos, e sua declaração de patrimônios. Na época, o representante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) era um dos principais nomes na disputa, causando um furor na política brasileira; nesse contexto, o jornal lança uma matéria alegando que o candidato havia deixado de declarar uma quantia em dinheiro junto com seu patrimônio e, dentro da lógica de polarização que toma as redes e a sociedade brasileira, a manchete dava a entender que se tratava de uma grande quantia em dinheiro – que na realidade se tratava de apenas R\$579 na conta bancária do candidato¹². Podemos configurar esse exemplo como desinformação, pois a autoria tinha total consciência de que, escrita da forma que foi, a manchete serviria de combustível para inflamar ataques a Boulos e causar danos à sua imagem por ajudar a construir uma narrativa de que ele seria mais um político corrupto que possui mais posses do que afirma ter, comprometendo assim sua popularidade e chances de vencer o pleito.

¹² MANCHETE da Folha de S. Paulo sobre patrimônio de Boulos viraliza na web. **Catraca Livre**, São Paulo, online, 23 out 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/manchete-da-folha-de-s-paulo-sobre-patrimonio-de-boulos-viraliza-na-web/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

Figura 5 - Manchete da Folha sobre patrimônio de Guilherme Boulos



Fonte: reprodução – Twitter, 2021.

A partir disso podemos então inferir que desinformação não precisa ser completamente falsa – ela poder ter âncoras na realidade, mas se manifestar em uma mensagem construída de maneira tendenciosa o bastante para causar desentendimentos entre as pessoas. Não há outro motivo para uma desinformação existir que não seja causar mal-entendidos e manipular determinados grupos de acordo com os interesses daqueles que a produziu – ela existe para ser usada de acordo com fins específicos, e nada além disso, pois enganar configura-se como sua função primordial (FALLIS, 2015). Elas podem não somente serem criadas com o intuito de enganar e com total consciência de seu potencial danoso, como também podem beneficiar a fonte de alguma forma.

Entretanto, a afirmação de que a desinformação é **uma** informação intencionalmente falsa que Fallis (2015) e Wardle e Derakhshan (2017) trazem não é o bastante para dar os contornos necessários que almejo neste trabalho, pois ela abre margem para uma generalização que não dá o peso necessário a certas situações. Se usamos a definição de Capurro e Hjørland (2007) da informação como algo informativo para alguém, e se voltamos aos exemplos dados no qual uma rachadura ou um semblante triste podem ser informações a

dependem dos sujeitos, podemos ver que nem toda informação falsa necessariamente será desinformação, mesmo se ela for comunicada na intenção de prejudicar alguém.

Baseado nisso, observo que as definições de Fallis (2015) e Wardle e Derakhshan (2017) deixam escapar, por exemplo, informações da ordem do cotidiano, da comunicação rápida e fortuita, que possuem uma dinâmica de funcionamento diferente das registradas – como informar as horas ou indicar uma direção para um turista perdido –, pois elas são informações que se dão em um âmbito informal, cuja validade se dissipa rapidamente. Apesar disso, o ponto onde pretendo chegar não se localiza em relação ao suporte, mas à própria compreensão da relação entre informações falsas e desinformação.

O dano causado, por exemplo, por um adolescente que informa a data errada de entrega de uma atividade escolar para seu colega, por questões de desavença, não se compara ao dano causado pelo uso de robôs para espalhar informações falsas em períodos eleitorais. Se ambos os casos forem categorizados como desinformação, então estaremos causando uma banalização do segundo caso, pois isso implicaria dizer que, já que ambas as situações são casos de desinformação, se formos elaborar ações de combate ou de estudo, devemos dá-las a mesma proporção e o mesmo enfoque de tratamento – o que seria errado. Em ambos os cenários há o uso de informações falsas na intenção de causar dano, mas somente um deles pode ser considerado como desinformação.

Os exemplos seriam relativamente mais comparáveis se, em outro cenário, esse adolescente, ainda por desavença com seu colega, criasse uma conta falsa em uma rede social e a usasse para espalhar mentiras; ou se disparasse mensagens em grupos de WhatsApp dizendo que esse colega assediou garotas, por exemplo, ou que espalhou boatos sobre demais estudantes, tudo na intenção de isolar esse colega do resto da escola. Tanto o exemplo da prova quanto o exemplo do WhatsApp ocorrem no mesmo âmbito (das relações cotidianas informais de menor instância), porém somente o segundo exemplo se compara com um caso de desinformação e pode ser categorizado como tal, e há uma razão muito clara para isso.

Embora ambos os exemplos possuam os mesmos atores (dois adolescentes), o mesmo ambiente (a escola) e o mesmo tipo de relação

(desavenças pessoais), o segundo exemplo possui algo que o primeiro não possui: uma complexificação na forma de espalhar informações falsas, a mobilização de afetos contra determinado alvo e uma camada de apelo às massas. Mesmo em ambos os casos havendo informações falsas intencionalmente comunicadas na intenção de prejudicar, no segundo exemplo há um nível estratégico que o primeiro não possui. É com base nesse raciocínio que observo que a definição convencional a respeito de desinformação parece necessitar de um maior desenvolvimento, para justamente poder discernir entre os dois casos citados que, muito embora pareçam similares em um primeiro olhar, a partir de uma análise mais atenta é possível perceber as nuances que os diferenciam.

Outro ponto importante para ser dedicado atenção é o alvo de cada um dos cenários. Enquanto no primeiro cenário a informação falsa é comunicada diretamente para o sujeito que se pretende prejudicar, no segundo, ela é direcionada para as pessoas que se relacionam com o alvo, buscando prejudicá-lo a partir das ações tomadas pelos outros sujeitos em relação a ele. Sendo assim, podemos dizer que a desinformação não é **uma** informação falsa, mas um fenômeno **composto por** informações falsas dotado de um nível de complexificação estratégica e de apelo a afetos que visa prejudicar seu alvo a partir das ações mobilizadas nas massas. Essas informações podem ser totalmente fabricadas, ou ter seu conteúdo manipulado e adulterado para criar um cenário favorável que atenda aos interesses individuais de seus criadores.

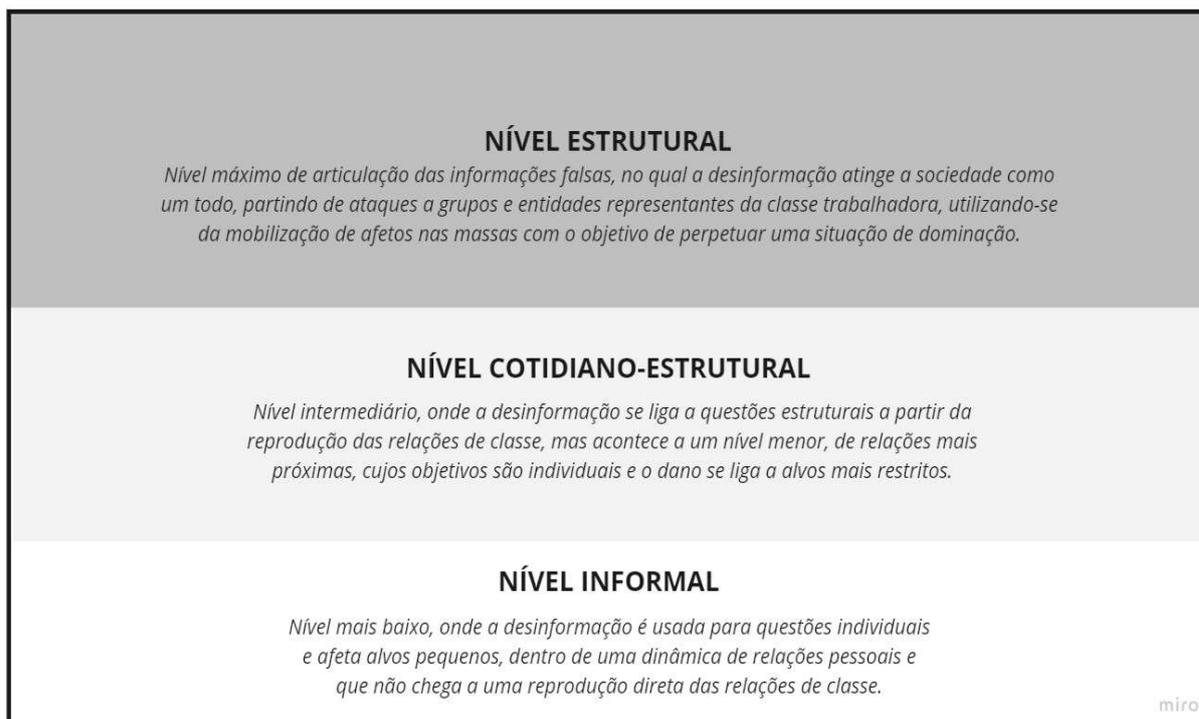
Em um nível maior de complexificação, esses interesses individuais não dizem respeito a um sujeito isolado em si, mas sim a uma classe social. Na medida em que a sociedade é formada por classes, com interesses antagônicos entre si, já que dizem respeito a manutenção de sua existência enquanto grupo no poder (MARX; ENGELS, 2012), esses interesses supostamente individuais dizem respeito aos desejos comungados por uma classe que existe enquanto classe para si.

Em outras palavras, poderíamos dizer que há um nível informal e cotidiano, no qual os interesses individuais aos quais a desinformação atende podem ser localizados em um sujeito determinado, isto é, acontece dentro de uma esfera micro de relações pessoais entre sujeitos com certa proximidade. E também há nível mais complexo de caráter estrutural, com a desinformação

usada em grande escala, voltada para grandes massas ou dialogando com questões mais amplas que dizem respeito a vivência em sociedade como um todo, esses “interesses individuais” são os interesses de uma classe voltada para si mesma, que pretende enganar e dissimular para atender seus objetivos enquanto um grupo que comunga dos mesmos interesses materiais. A desinformação a nível cotidiano, entretanto, também pode ocorrer como uma manifestação da desinformação a nível estrutural, quando ela funciona como forma de reprodução na infraestrutura de questões cristalizadas na superestrutura, sendo assim um nível intermediário de caráter cotidiano-estrutural.

Nos cenários citados anteriormente, o caso do adolescente que espalha boatos sobre o colega é um exemplo de desinformação do cotidiano que ocorre em um nível informal, já que ela trata de relações pessoais, questões de afinidade e demais fatores que dizem respeito somente a convivência daqueles sujeitos enquanto um pequeno grupo em um de seus locais de socialização. Já uma desinformação do cotidiano ocorrendo em nível estrutural seria se, por exemplo, se tratasse do pai de um estudante da rede privada que, ao não gostar de um professor por considera-lo inapropriado para seu filho, espalha boatos no WhatsApp a respeito do profissional com o objetivo de mobilizar os demais responsáveis em torno de pressionar a escola a demiti-lo. Nesse caso, por mais que ocorra também no cotidiano, as relações se conectam com questões estruturais mais amplas como a escola enquanto propriedade privada, os pais e responsáveis em posição de coerção e o professor enquanto trabalhador.

Figura 6 - Níveis de circulação da desinformação



Fonte: o autor, 2022

A ação da desinformação gera pessoas desinformadas, porém, Araújo (2021) indica que na literatura científica, o termo ‘desinformação’ é usado tanto para designar o processo mencionado anteriormente, da articulação de informações falsas, quanto os efeitos dessas ações. Esse fato trata-se de mais uma evidência da necessidade de haver um maior desenvolvimento na definição do que seria a desinformação. Sendo assim, para dar início a um trabalho desse desenvolvimento, recorro novamente às definições de informação, mas agora tomando como base os pensamentos de Buckland (2017) com sua compreensão acerca das dimensões da informação.

Para o autor, existe a ‘informação-enquanto-coisa’, ‘enquanto-conhecimento’ e ‘enquanto-processo’, que dão conta de abarcar, respectivamente: aquilo do qual se extrai a informação, o ato de se tornar informado e o ato de informar. Neste paralelo, podemos afirmar que o fenômeno desinformacional atua em três frentes, nas quais estão a ‘desinformação-enquanto-coisa’ (aquilo que desinforma), ‘desinformação-enquanto-conhecimento’ (o ato de estar desinformado) e a ‘desinformação-enquanto-processo’ (o ato de desinformar).

Estas três categorias de (des)informação se conectam com as três dimensões da informação trazidas pelo próprio autor, quais sejam: a dimensão física, a cognitiva e a social. O autor afirma que

A habilidade de influenciar o que é conhecido dentro de um grupo pode ter consequências políticas, econômicas e práticas importantes. O que as pessoas sabem é parte constituinte de sua cultura, e saber, acreditar e entender sempre ocorrem dentro de um contexto cultural. Desta forma, informação sempre tem aspectos físicos, cognitivos e sociais que nunca podem ser verdadeiramente separados (BUCKLAND, 2017, p. 51, *tradução nossa*).

Mais nitidamente, a 'informação-enquanto-coisa' está conectada com a dimensão física, da mesma forma que a 'enquanto-conhecimento' conecta-se com a cognitiva e a 'enquanto-processo' com a social. No paralelo traçado, a dimensão física do fenômeno desinformativo diz respeito às informações enganosas verdadeiramente compartilhadas, ou seja, o registro produzido que contém a informação enganosa que foi disseminada, i.e., nas definições de Buckland (2017), o documento.

A dimensão cognitiva do fenômeno desinformativo refere-se ao estado de caos e confusão causado pelo compartilhamento de informações enganosas, em consonância com uma das visões apontadas por Araújo (2021), quer dizer, tratam-se das pessoas e das atitudes desinformadas por elas adotadas tomando como base as informações que receberam, em outras palavras, o conhecimento gerado por essas informações e as decisões dele decorrentes.

Por último, a desinformação em sua dimensão social se conecta com a informação-enquanto-processo de Buckland (2017), mas para essa compreensão é necessário fazer algumas considerações. Para o autor, essa definição abarca o processo individual do sujeito de se tornar informado, ou seja, de transformação do conhecimento explícito em conhecimento tácito. Muito embora esse processo realmente se dê dentro de um ambiente individual e subjetivo de cada sujeito, ele somente ocorre mediante um processo mais amplo de caráter social e coletivo.

O processo individual de como o conhecimento explícito se torna tácito não ocorre de forma isolada do meio social, já que o acesso a esse conhecimento, a forma com a qual ele vai estar disposto, bem como seus

significados são mediados pelo meio social. Nenhum processo de informar e se informar acontece isolado do meio social, mas por conta dele, dentro dele e a partir das condições materiais que ele fornece. Todo processo de se informar será afetado pelas interações do sujeito com seu meio de forma remetente às condições materiais históricas que formaram esse meio.

Sendo assim, apesar de basilar para a compreensão de desinformação que aqui trago, o texto de Buckland (2017) por si só não dá conta de trazer o aprofundamento necessário para a explanação da relação entre processo de informação e sua dimensão social. Desta forma, longe de abandonar as contribuições que o autor pode trazer, observo que essa relação pode ser melhor desenvolvida se recorrermos a Dantas (2012) e sua compreensão acerca da informação.

Para o autor, a informação é processo, mas não qualquer tipo: ela é um processo de trabalho. Para o autor, a informação

será um processo pelo qual o dispêndio de energia por parte de um agente qualquer, visa, teleologicamente, recuperar, mesmo parcialmente, aquela energia que o próprio agente despende ou dissipa, e que não pode deixar de dissipar, por força das leis da termodinâmica (DANTAS, 2012, p. 288)

Ao passo em que a informação é um processo dialógico comunicacional de estabelecimento de significados por meio da intelecção de signos no meio material (DANTAS, 2012), ela é um processo de trabalho na medida em que demanda o empenho de energia e tempo do sujeito para a geração de seu produto que, nesse caso, é o conhecimento. Da mesma forma que existe o cansaço físico do sujeito ao depositar uma força de trabalho na construção de um muro, por exemplo, também há o desgaste do corpo no processo de trabalho da informação, mas nesse caso, esse desgaste se dá de forma mental. Não atoa há a sensação de cansaço e estafa após longas horas estudando, por exemplo. Esse cansaço é fruto do processo de trabalho de extrair informação para transformá-la em conhecimento.

Na teoria marxista, o processo de trabalho é aquele no qual o trabalho desempenhado por um sujeito é depositado na construção de determinado produto que possui valores de uso (PROCESSO, 1988), entendendo aqui 'valor

de uso' como a utilidade que determinada mercadoria tem para seu usuário, e 'trabalho' como a interação de uma pessoa com o mundo material que conscientemente o modifica de acordo com um determinado propósito (PROCESOO, 1988).

O processo de trabalho é composto por três elementos, que são o objeto sob o qual se trabalha, os meios sob o qual se desempenha o trabalho, e a atividade humana realizada no processo de produção (HARNECKER, 1973). Os objetos sob os quais se trabalham são dois: a matéria bruta, isto é, aquela presente na natureza que o trabalho a extrai para modifica-la, e a matéria-prima, que é a substância que sofreu a modificação nesse processo (HARNECKER, 1973).

Sob essa ótica, no tripé 'dado-informação-conhecimento', podemos dizer que os dados são a matéria bruta sobre a qual se é extraída a informação, que é a matéria-prima do conhecimento – o produto final. É como a madeira extraída da natureza (matéria bruta), que é aplanada em uma fábrica (matéria-prima) e que depois é utilizada para a construção de móveis (produto final), por exemplo. Entretanto, diferentemente de demais produtos, na qual a força de trabalho se traduz enquanto trabalho 'morto', ou 'congelado' – isto é, o trabalho que foi desempenhado em um processo prévio que se materializa em um objeto externo ao sujeito – o processo de trabalho da informação é 'trabalho vivo', já que, diferentemente de outras matérias-primas, a informação não pode ser tangível (DANTAS, 2012).

Não seria surpresa se afirmarem, por exemplo, que livro é informação (ou conhecimento), mas como bem disse Von Foerster (1980 *apud* DANTAS, 2012), somente ter um livro não é sinônimo de que alguém estará informado. Utilizando o exemplo do autor, somente andar por uma biblioteca não vai garantir que o sujeito se informe, é necessário que ele abra o livro, que ele o leia, que dedique tempo e energia para absorver seu conteúdo – a informação só vai existir aí, nesse momento de leitura, nesse processo de trabalho vivo.

Isso se dá porque a formação de sentidos e significados que esse processo gera se dá dentro de uma relação discursivamente ativa (BAKHTIN, 2011). Os sentidos registrados em um livro por seu autor só serão complementados de fato a partir do momento em que eles entram em interação com os sentidos de um leitor, isto é, só se pode dizer que algo é informativo em

relação a conhecimentos prévios e compartilhados pelo outro (CAPURRO, 2007). Sendo assim, um livro não lido não é nada mais do que um amontoado de páginas com palavras e imagens, só haverá informação se os pensamentos de seu autor (materializados nesse documento) entrarem em contato com seu leitor dentro de uma relação discursiva ativa, que demanda tempo e energia – aí está a informação.

Em um exemplo metalinguístico, uma dissertação de mestrado nada mais é do que o fruto de um processo de trabalho de seu pesquisador. Com base em livros, artigos e demais materiais informacionais (matéria-bruta), através de um trabalho de leitura e interpretação (matéria-prima), o pesquisador produziu conhecimentos que são seus e que depois estão registrados em um suporte para ser avaliado, aprovado e disponibilizado ao público, mas que só serão informação para alguém se forem lidos – do contrário, serão nada mais do que um dado perdido em algum repositório institucional, tornando-se no máximo uma métrica em alguma estatística de produtividade do programa de pós-graduação.

Mas, esse processo de trabalho só foi possível por conta dos meios empregados em sua execução. Segundo Harnecker (1973), esses são em sentido estrito e em sentido amplo. O primeiro são os instrumentos localizados diretamente entre o trabalhador e a matéria sobre a qual ele trabalha, e o segundo, são as condições materiais que favorecem o acesso ao primeiro e a matéria-prima para a execução do trabalho. Se um sujeito não possui a propriedade sobre o segundo, conseqüentemente ele não terá a propriedade sobre o primeiro – ou terá um acesso limitado. Um pescador pode ter uma vara de pescar, mas se o lago não for público, ele não terá os peixes, a não ser que trabalhe para seu dono.

O mesmo se aplica na questão do livro: um autor pode ter computador, softwares, papel, caneta e todo o mais necessário para escrever sua obra, mas se ele não tiver uma editora, ele não será publicado, e conseqüentemente não será lido. Então o processo de informação (tanto de informar quanto de ser informado), inevitavelmente, passa por questões que dizem respeito a estruturas sociais que vão para além do sujeito. Se não há editoras interessadas em publicar determinada obra, ela jamais verá a luz do dia, e os sujeitos jamais terão acesso àquele conteúdo, estando sujeitos aos desejos comerciais dessa editora em questão ao que deve ser posto em circulação.

O mesmo exemplo na internet: um produtor de conteúdo pode ter a câmera, microfone, os softwares de edição e captação de som e imagem, pode ter uma conta numa plataforma e até mesmo publicar seu vídeo nela – mas se ele não agir de acordo com as políticas algorítmicas da plataforma, ou se seus donos e possíveis patrocinadores não estiverem interessados que seu conteúdo seja acessado, ele dificilmente será visto.

Diferentemente da informação-enquanto-conhecimento, que diz respeito a uma dimensão particular do sujeito enquanto ser social e que, por mais que possa ser investigada nas suas relações com o coletivo, remete às condições únicas daquele sujeito nas suas interações com esses significados sociais, a informação-enquanto-processo depende de um contexto coletivo, pois esses processos são formados a partir das condições materiais proporcionadas.

Assim, a dimensão social do fenômeno da desinformação dá conta de abarcar o aparato material necessário na articulação de informações falsas para sua disseminação, e conseqüentemente as intenções, ideologias e interesses materiais de classe a ela atreladas – trata-se daquilo que compõe o contexto e que vai influenciar e determinar de que forma será tomado o processo de informar e seus possíveis significados.

Partindo dessas reflexões, proponho que uma conceituação embrionária a respeito da desinformação seria defini-la como um fenômeno material constituído pela manipulação e cooptação de grupos mediante o uso de informações falsas em um nível de complexidade estratégica com o objetivo de manter uma situação de poder; ela ocorre tanto em níveis de menor instância de relações pessoais do cotidiano, quanto em níveis perigosos de maior instância, na qual servem para reproduzir e manter relações de dominação de classe, levando seus alvos a defenderem interesses que, em essência, favorecem apenas o grupo dominante.

Com base na discussão traçada com Buckland (2017) e Dantas (2012), podemos afirmar que a desinformação é composta por três elementos distintos: o documento, o conhecimento e o processo de informação, na qual a primeira seria as informações falsas que estão registradas e são compartilhadas; a segunda, as conclusões formadas pelas pessoas que receberam as informações e as visões de mundo formadas a partir disso, e a terceira, a articulação dos mais variados elementos materiais de produção de significados e os objetivos

empreendidos para a criação das condições ideais que favorecerão a manipulação e sua conseqüente situação de dominação.

Apesar de se dividirem a um nível de episteme, as três dimensões operam em conjunto, não podendo ser compreendidas de forma isolada. Assim sendo, é necessário saber a diferenciação entre os materiais desinformativos, as atitudes desinformadas e os ideais desinformadores. *Materiais desinformativos* dizem respeito aos registros informacionais de teor enganoso e fraudulento que são lidos e compartilhados, as *atitudes desinformadas* tratam das decisões erráticas tomadas pelos sujeitos que foram afetados pelo contato com as informações enganosas, e os *ideais desinformadores* tem a ver com as intenções por trás da elaboração dessas informações falsas. Aqui, o adjetivo ‘*desinformativo*’ carrega um caráter de voz ativa, no sentido de ação concreta que age sobre algo/alguém (como em ‘material educ**ativo**’); já o adjetivo ‘*desinformada*’ traz um teor de voz passiva, ou seja, a reação ou posição de quem sofre ou sofreu a ação (como em ‘pessoa educ**ada**’ ou ‘ação educ**ada**’); enquanto que o adjetivo ‘*desinformador*’ assume um papel de articulador, isto é, aquele que realiza ou comanda a ação (como em ‘sujeito educ**ador**’).

Figura 7 - Dimensões da desinformação



Fonte: o autor, 2022

Num exemplo prático, um ideal desinformador seria a intenção de que as pessoas não realizem distanciamento social durante a Pandemia de Covid-19 para que a economia continue circulando e o lucro do empresariado siga crescendo (e aqui entram as condições materiais empregadas para atender a essas intenções); um material desinformativo seriam os robôs criados para disseminação de notícias falsas ou os vídeos que minimizam a Pandemia ou descredibilizam as pesquisas que defendem as medidas restritivas; já uma atitude desinformada é a adesão a esses ideais, visualizada na recusa ao uso de máscaras de proteção e na ida a bares, shows e demais aglomerações não-essenciais.

Ao saber distinguir entre as três, é possível evitar a confusão entre a ação de quem almeja algo, o ato em si e a decisão tomada por quem sofreu a ação – há uma relação de poder que atravessa a questão e desnivela a capacidade de articulação entre os sujeitos. As ações desinformativas possuem características e operacionalizações distintas umas das outras, mas todas funcionam sob o mesmo fenômeno que dão a elas um objetivo comum a ser compartilhado: intencionalmente enganar e causar mal-entendidos, seja utilizando-se de um falseamento total da realidade, seja adulterando fatos reais em prol de uma narrativa. Conhecer é necessário para evitar confusões conceituais que esmaecem o debate e prejudicam as sínteses que possam surgir para combater o problema.

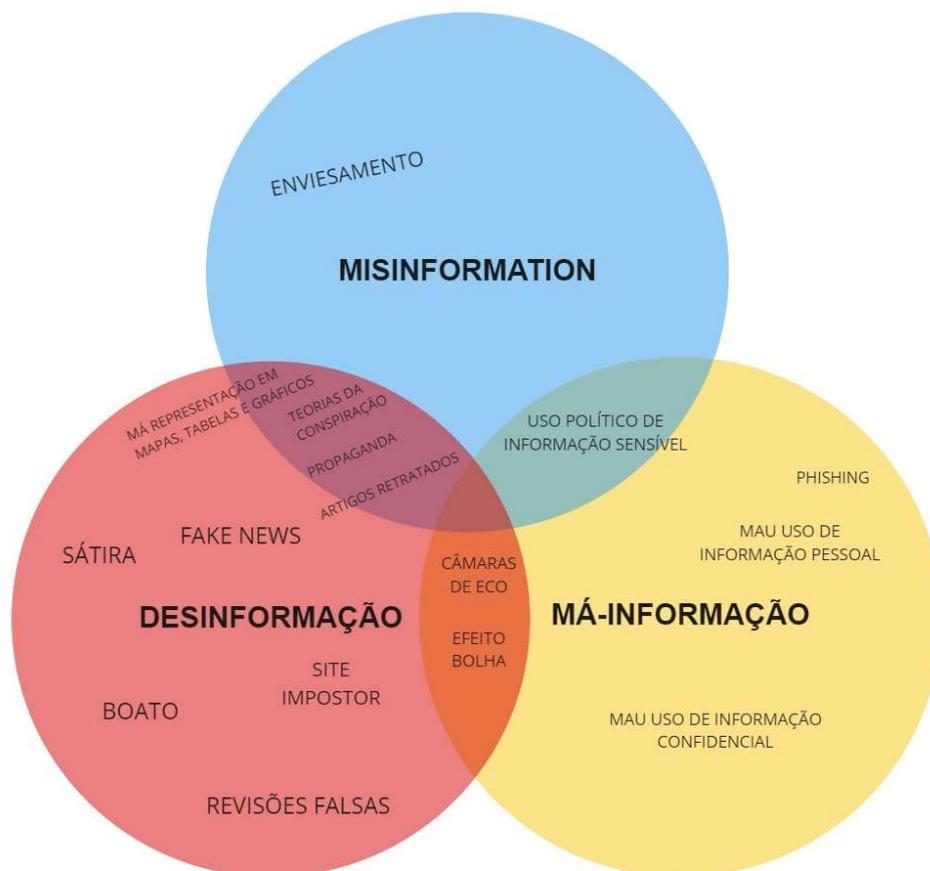
2.2 Contos do Vigário

Na concretude do fenômeno desinformacional podemos ver ações que não somente causam o problema, sendo elas agentes ativos de sua disseminação, como também servem para preparar o campo e criar as condições de incerteza, confusão e instabilidade necessárias para que a desinformação gere consequências, apresentando-se não somente como a notícia falsa fabricada, mas também como vídeos no YouTube, correntes de WhatsApp, *tweets*, falas em discursos oficiais ou entrevistas, fotos manipuladas e memes.

Para Araújo (2021), nosso contexto informacional presente é composto por alguns elementos principais, sendo eles: as *fake news*, os testemunhais falsos, o negacionismo, o discurso de ódio, a desinformação, a infodemia e a

pós-verdade. Santos-D'Amorim e Miranda (2021) nos ajudam a complementar esse quadro teórico ao trazerem mais alguns conceitos que ajudam a fortalecer nossa compreensão, conforme demonstrado no esquema abaixo:

Figura 8 - Ações do transtorno de informação



Fonte: SANTOS-D'AMORIM; MIRANDA, 2021, *tradução nossa*.

Uma questão que encontramos ao tratar dessas ações, como podemos observar, é que existem diversas nomenclaturas e tipos que parecem falar sobre situações distintas, e esse excesso de designações acaba confundindo nosso entendimento por trazer termos diversos que operam sob um fenômeno único. Assim sendo, proponho que as ações de desinformações sejam divididas em duas categorias: **desinformações condicionantes** e **desinformações objetivas**.

Para nossa consideração, desinformações condicionantes seriam aquelas localizadas enquanto ideologias norteadoras que servem para criar condições nas quais as desinformações objetivas poderão ter efeito. Tipologias

dessas desinformações seriam, assim, o negacionismo (científico e histórico) e o discurso de ódio; mantendo-se no plano discursivo, esses dois elementos não agem em si, mas mobilizam e norteiam ações que, por sua vez, se traduzem em desinformações objetivas. Essas, por conseguinte, seriam aquelas que efetivamente causam os desentendimentos por meio de ações concretas; sendo elas as *fake news*, os testemunhais, bem como qualquer outro tipo de produção informacional (vídeos, *tweets*, fotos, mapas, gráficos, mensagem de WhatsApp, memes etc.) que materializam e disseminam/reforçam discursos de ódio e ideologias negacionistas. Essas ações geram como consequência uma proliferação dessas ideologias e discursos que irão, portanto, se materializar em gêneros discursivos primários e secundários que por sua vez constituem novas desinformações objetivas, criando assim um ciclo.

Relacionando com o que foi discutido anteriormente, as desinformações objetivas comportam os materiais desinformativos, ou seja, aquilo que efetivamente é compartilhado, e representa então a ‘desinformação enquanto documentos’; já a desinformação condicionante diz respeito aos ideais desinformadores, isto é, os interesses que pretendem ser atendidos, caracterizando, portanto, a ‘desinformação enquanto um processo’.

A infodemia elencada por Araújo (2021) não se encaixa nas duas categorias de desinformação, pois ela se configura como uma pandemia de informações, ou seja, a proliferação de informações (verdadeiras e falsas) em determinado ambiente que confundem e levam as pessoas tomarem decisões tendo-as como base; nesta perspectiva, então, ela não pode se conceituar como um tipo, mas como consequência da disseminação dessas informações. O mesmo vale para o conceito de pós-verdade que, para Araújo (2021), é uma cultura condicionante que afeta a proliferação de desinformações e a relação das pessoas com o próprio conceito de verdade; desta forma, por mais que condicione algo, ela cria o lastro para que as duas categorias de desinformação elencadas possam ganhar força, não podendo ser encaixado como um tipo, mas como o contexto no qual os tipos traçados se manifestam. Esse conceito será abordado com mais afinco posteriormente.

No que diz respeito as desinformações objetivas, a primeira ação que desejo abordar, e talvez aquela que mais causa confusão conceitual atualmente, são as *fake news*. Muitas vezes os debates parecem não saber diferenciá-las

em comparação com a desinformação, dando a entender que o fenômeno desinformacional é o mesmo que *fake news*, mas isso é um equívoco – toda *fake news* é desinformação, mas nem toda desinformação é *fake news*.

O termo é polêmico e rejeitado por alguns estudiosos, pois sua popularidade e a falta de conhecimento geral acerca de seu significado geraram como consequência um sequestro malicioso de seu uso por parte de alguns políticos e demais figuras públicas, que acabam denominando como *fake news* toda e qualquer notícia/informação com a qual não concordam, mesmo que elas sejam totalmente verdadeiras (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017).

No que nos interessa, *fake news* são definidas como “a mentira intencional a serviço de alguma causa escusa” (PINHEIRO, 2019, p. 88), podendo essa causa servir desde interesses pessoais de ganhar dinheiro, até fins mais amplos de manter uma agenda política e econômica a serviço de entes e entidades bem específicos.

A tática de criar informações totalmente falsas com o intuito de atingir um objetivo não é nova; um exemplo do século XX, que talvez podemos considerar como um primórdio do que hoje conhecemos como *fake news*, são os chamados “Protocolos dos Sábios de Sião” (PINHEIRO, 2019). Forjada nos últimos momentos do regime czarista na Rússia entre 1903 e 1905, essa mentira consistia de documentos (protocolos) falsos que descreviam supostos planos secretos de uma conspiração judaica para a dominação mundial; após a revolução bolchevique de 1917, com a mudança do regime, os protocolos foram espalhados pelo mundo pelos opositores da Revolução Russa – tendo como um de seus disseminadores o magnata dos automóveis Henry Ford –, e auxiliaram na proliferação do antissemitismo pela Europa, sendo inclusive utilizados por Adolf Hitler para inflar o ódio que deu suporte a seu regime na Alemanha Nazista (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, s.d.).

O que torna as *fake news* tão problemáticas e relevantes hoje, apesar de sua tática já ser antiga, é a correlação entre a falsificação de informação e a rapidez de disseminação proporcionada pelas tecnologias digitais – se no século XX levou-se pelo menos 12 anos para que a farsa dos Protocolos ganhasse proporções mundiais, hoje isso levaria questão de dias ou semanas. Há um outro exemplo de *fake news* antiga, porém datado do início deste século, que está mais próximo de nossa realidade e mais fácil de ser recordado: trata-se da foto

de um suposto livro didático dos Estados Unidos que mostra a Amazônia como território internacional.

A mentira, surgida na internet no início dos anos 2000, circulou por bastante tempo por consistir de uma foto alegando a existência de um livro didático utilizado em escolas estadunidenses que ensinava às crianças que a Floresta Amazônica era um território internacional sob gerência dos Estados Unidos e das Nações Unidas (BUARQUE, 2010). A mensagem circulava por e-mails e blogs buscando causar indignação nas pessoas e continuava a ser republicada em outros locais mesmo após ser desmentida por figuras oficiais, tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos, e mesmo sem conter nenhuma evidência factível da existência do livro (BUARQUE, 2010).

Figura 9 - Suposto livro didático sobre a Amazônia



Fonte: G1, 2010

Fake news, portanto, tornaram-se um problema devido ao avanço das forças produtivas da humanidade que geraram novas formas mais velozes de comunicação que permitiu que esse ato tomasse um novo corpo e novas

proporções. Para Rubin, Chen e Conroy (2015) existem três tipos de *fake news*: as fabricações, os boatos e as sátiras. As fabricações podem ser exemplificadas com a imprensa marrom e os *clickbait*s (em tradução livre, “iscas de clique”) que utilizam de manchetes sensacionalistas para obter acesso e com isso gerar lucro para seu produtor (RUBIN; CHEN; CONROY, 2015; SANTOS-D’AMORIM; MIRANDA, 2021).

São nessas fabricações que encontramos as *fake news* que buscam similaridade com o jornalismo. Elas se apoiam na credibilidade que a imprensa tradicional acumula historicamente para emular aparências de verdade e garantir que sua mensagem seja passada adiante com mais eficiência (BUCCI, 2019), tudo isso tendo como chamariz o sensacionalismo apelativo que desperta a curiosidade e recorre ao emocional de quem lê. Essa simulação de seriedade vai desde a própria estrutura do site, que tenta replicar a estética de páginas da mídia reais, até os próprios artifícios linguísticos que as matérias jornalísticas possuem.

Um ponto que desejo ressaltar é que, mesmo que a grande mídia também seja responsável por disseminar desinformação (como afirmei anteriormente), há uma diferença clara entre essa ação e as fabricações. As matérias desinformativas da mídia podem ser manipuladas, tendenciosas, conter informações imprecisas, mas ainda assim possuem raízes em fatos verdadeiros e passíveis de auditoria e responsabilização; já as *fake news* fabricadas não – elas não possuem qualquer relação com a realidade e são totalmente falsas em toda sua essência. Por mais que os veículos profissionais também desinformem em certo nível, eles não produzem *fake news*.¹³

As *fake news* enquanto boatos se alicerçam menos nessa emulação jornalística e mais na velocidade de alcance que uma informação possui online. Alguns tipos de boatos, segundo Santos-D’Amorim e Miranda (2021), são os rumores e a falsa atribuição de autoria (ex.: citações em páginas da internet que

¹³ Esta afirmação é feita levando em consideração o contexto informacional atual, ou seja, a relação da desinformação da grande mídia com a produzida na internet. Se em algum momento veículos tradicionais de jornalismo criaram notícias falsas e as veicularam, temos então uma outra discussão que não cabe no escopo deste trabalho. A questão é que em relação ao conteúdo jornalístico tradicional, as *fake news* são totalmente falsas, enquanto que a desinformação jornalística possui lastro de verdade, mas com manipulações.

atribuem sua autoria a determinada personalidade, porém sem indícios de qual obra).

Boatos sempre estiveram presentes em nossa história, e já demonstraram consequências reais em determinados momentos, como o caso do boato sobre estouro da barragem de Tapacurá que correu pela Região Metropolitana do Recife em julho de 1975, causando pânico e histeria entre as pessoas (GUIMARÃES JUNIOR, 2018)¹⁴. A *fake news* do mapa da Amazônia mencionada acima é um tipo de boato da mesma forma que o caso de Tapacurá, e que se pode afirmar como um exemplo primitivo das consequências que essa ação possui quando se encontra com veículos de rápida disseminação como é a internet. Esses boatos tentam se mostrar factíveis forjando fontes, autorias ou documentos que supostamente embasariam a informação para tentar emular uma credibilidade, podendo eles serem disseminados por meio de postagens nas redes sociais, em mensagens disparadas por aplicativos como WhatsApp e Telegram ou em matérias de blogs.

No que diz respeito às sátiras, que se caracterizam por sites humorísticos que parodiam o estilo de páginas jornalísticas utilizando da ironia como efeito cômico (RUBIN; CHEN; CONROY, 2015), devo discordar das autoras enquanto sua classificação como um tipo de *fake news* e, conseqüentemente, como desinformação. Ora, se partimos do pressuposto de que a desinformação é deliberadamente falsa e intencionalmente enganosa com o objetivo de moldar a opinião pública – como defendido no tópico anterior – não podemos classificar uma sátira ou paródia como desinformação, pois elas não se propõem a causar danos em quem lê.

Sites satíricos se apresentam explicitamente como exagerados (ex.: o site “Sensacionalista: um jornal isento de verdade”) e, por mais que as informações contidas lá sejam falsas, sua intenção não é enganar, tampouco moldar opiniões em prol de um benefício, mas causar humor por meio da clara paródia da realidade. Obviamente, poderão haver pessoas que não estarão atentas ao seu teor humorístico e poderão crer que se trata de uma verdade, mas o problema jaz muito mais no campo interpretativo de quem lê do que nas intenções de quem

¹⁴ ANDRADE, M. do C. “Tapacurá estourou!” **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

produz. Sendo assim, se formos classificar as sátiras como algo dentro do transtorno da informação, creio que devemos classificá-la enquanto *mis-information*, pois as consequências danosas que essas informações podem gerar serão fruto de uma interpretação equivocada dos sujeitos, e não do conteúdo em si.

Desta forma, as *fake news* se demonstram enquanto boatos disseminados online, como também enquanto fabricações e sites impostores que ganham tráfego pelo uso de *clickbaits*, sendo as sátiras, portanto, circunstancialmente enganosas. A principal característica das *fake news*, tanto como falsificação jornalística quanto boatos, é seu tom discursivo de ineditismo. As *fake news* sempre carregam algum tom de estarem trazendo alguma ‘novidade’, algo ‘inédito’, na lógica do *breaking news*. Ao passo que a falsificação jornalística, por conta de sua estrutura, carrega não só o discurso, mas a estética de uma *news* (tanto no sentido de ‘novidade’ quanto de ‘notícia’); a *fake news*-boato, mesmo que não siga a estética de uma matéria jornalística, carrega o tom discursivo da novidade, de um fato inédito sendo comunicado.

Um exemplo recente desse tipo de boato é a *fake news* que circulou pelos meios bolsonaristas pós resultado das eleições de 2022, que anunciava que uma suposta ministra do Tribunal Internacional de Haia estaria em contato com o candidato Jair Bolsonaro na articulação de uma intervenção federal por reconhecer a fraude em sua derrota na reeleição à presidência, mas que se tratava na verdade de uma montagem contendo uma foto da cantora Lady Gaga em uma entrevista virtual realizada em 2020¹⁵.

¹⁵ POR QUE bolsonaristas acreditam que Lady Gaga fará intervenção federal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, online, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/11/por-que-bolsonaristas-acreditam-que-lady-gaga-fara-intervencao-federal.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Figura 10 - *Fake news* bolsonarista envolvendo a cantora Lady Gaga.



Fonte: reprodução – internet, 2022.

Como podemos notar, o boato não possui nenhuma característica de uma estrutura de matéria jornalística, mas possui uma construção discursiva que traz um tom de ‘novidade’, evidenciado pelo uso da palavra ‘urgente’ em destaque. O mesmo exemplo pode ser visto em outra *fake news* envolvendo uma suposta juíza sueca que alegava reconhecer as fraudes nas eleições brasileiras de 2022, mas se tratava na verdade de uma montagem com uma das vocalistas da banda pop sueca ABBA¹⁶.

¹⁶ POR QUE bolsonaristas acreditam que cantora do Abba é juíza renomada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, online, 07 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/11/por-que-bolsonaristas-acreditam-que-cantora-do-abba-e-juiza-renomada.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2022.

Figura 11 - Fake news bolsonarista envolvendo vocalista do ABBA



Fonte: reprodução – internet, 2022.

No exemplo também podemos ver o apelo a uma suposta narrativa de novidade, em especial com as palavras ‘mídia internacional’ em destaque, quase que numa simulação de manchete, que não chega a necessariamente ser uma reprodução fiel da estética jornalística, mas que ainda assim carrega o tom de algo inédito sendo comunicado. Bucci (2019) nos elenca de forma mais esquemática algumas características bem distintas que nos ajudam a conhecer o termo mais claramente:

Provêm de fontes desconhecidas [...] Sua autoria é quase sempre forjada. [...] Têm – sempre – o propósito de lesar o público, [...] Dependem da existência das tecnologias digitais da internet [...] Agem num volume, numa escala e numa velocidade sem precedentes na história [...] as notícias fraudulentas dão lucro (BUCCI, 2019, p. 41-42)

Elas tomaram conta do debate público após seu uso nas campanhas e governo do ex-presidente estadunidense Donald Trump, da mesma forma que o ex-presidente da república brasileira Jair Bolsonaro, demonstrando como podem ser utilizadas estrategicamente de forma a obter poder e perpetuar uma agenda

de interesses políticos e econômicos. As *fake news*, juntas a outros tipos de desinformações objetivas, formam um corpo de ações que auxiliam na manipulação das massas e confluem para uma guerra de narrativas, tendo como campo de batalha as redes sociais, mas causando impactos para além delas, se estendendo portanto para nossa vida social *offline*.

A segunda desinformação objetiva que abordo são os testemunhais. Na literatura científica, podemos encontrar o termo “testemunhal” em diversas áreas, porém, é na comunicação que encontramos o uso que mais se aproxima de sua definição enquanto desinformação. Na área em questão, testemunhais se referem a peças publicitárias que utilizam de relatos pessoais acerca do uso de determinado produto para melhor convencimento do público a consumi-lo (GUARESCHI; ROMANZINI; GRASSI, 2008).

No que diz respeito à desinformação, os testemunhais são relatos amadores (em vídeo e áudio) de pessoas que afirmam ter “testemunhado” algum fato secreto e escondido e que aquele produto é a prova de que “estamos sendo enganados” e que “a verdade está vindo à tona” (ARAÚJO, 2021). Ela se relaciona com os testemunhais propagandísticos pois, da mesma forma que esse encontra seu sucesso comercial ao colocar um relato de alguém como forma de causar identificação no consumidor e influenciá-lo (GUARESCHI; ROMANZINI; GRASSI, 2008), os testemunhais falsos se popularizam por trazerem relatos de “gente como a gente”, com linguagem cotidiana e jeitos comuns, causando também um sentimento de identificação naqueles que têm acesso a esse tipo de material (ARAÚJO, 2021).

O que entendemos aqui como testemunhais falsos encontra apoio em dois conceitos estrangeiros: o estadunidense *bullshit* (FRANKFURT, 2005) e o espanhol *cuñadismo* (ARGEMÍ, 2019). Ambos os conceitos se complementam, mas precisam ser abordados de forma isolada primeiramente.

O que Frankfurt (2005) denomina como *bullshit* (em tradução livre, “merda”), proponho que seja traduzido como “pala”¹⁷. Para o autor, a pala

¹⁷ Palavra coloquial proveniente do dialeto recifense, utilizada para caracterizar conversas fiadas, histórias inventadas ou qualquer outra afirmação que provoque a desconfiança por parte de quem a ouve. Defendo esta tradução pois, assim como *bullshit* provém de um caráter informal e cotidiano e é usada pelo autor para nomear o fenômeno observado, o mesmo pode ser dito sobre “pala”, que também se origina de um lugar de informalidade e demonstra uso e aplicabilidade semântica mais próxima do termo original que “merda”.

denomina o ato de falar coisas sem o menor compromisso com a veracidade dos fatos (FRANKFURT, 2005); seria o ato de falar apenas pela vontade de dizer algo, e fazer afirmações sem necessariamente se ater se o que está sendo dito é ou não verdade.

A principal diferença entre uma mentira e uma pala, é que no caso da primeira, a pessoa que mente sabe o que é verdadeiro e tem consciência de que o que está falando não o é (FRANKFURT, 2005), já na pala, a pessoa não sabe o que é verdadeiro, tampouco sabe se o que está falando é falso, apenas fala sem saber se o que foi dito condiz ou não com a realidade.

O conceito de *cuñadismo*, por sua vez, deriva da palavra *cuñado* que, segundo Argemí (2019), significa um sinônimo para a palavra “atualizado”; em tradução para o português brasileiro, observo que *cuñado* teria o mesmo significado que “estar por dentro”, fazendo com que *cuñadismo* possa ser traduzido como “pordentrismo” ou o ato de “estar por dentro das coisas”, no sentido de estar informado.

O pordentrismo é o ato de opinar sobre tudo na tentativa de parecer mais informado que os demais (ARGEMÍ, 2019). Ele é fruto de uma vaidade em deter informações aparentemente exclusivas e utilizá-las como forma de se prospectar dentre seus pares afim de exibir um suposto conhecimento e habilidade de argumentar sobre os mais variados temas, mesmo com nenhum domínio sobre eles.

Para Argemí (2019), o pordentrismo online se baseia no compartilhamento de manchetes jornalísticas sem se atentar ao conteúdo, somado com comentários que exaltam um suposto conhecimento pessoal de quem compartilha acerca do tema. É nesse *status* pessoal adquirido por aparentemente estar informado que jaz a interseção entre o pordentrismo e a pala. Sobre o segundo tema, Frankfurt (2005) nos diz:

A proliferação contemporânea de pala também tem raízes mais fundas, em várias formas de ceticismo que negam que nós temos qualquer acesso confiável a uma realidade objetiva e que portanto rejeita as possibilidades de saber como as coisas realmente são. [...] Mais do que procurar primeiramente chegar a representações fieis de um mundo comum, o indivíduo se volta à tentativa de passar uma representação honesta de si mesmo (FRANKFURT, 2005, p. 64-65, *tradução nossa*)

Isso significa que há um total desdém por se dedicar a checar fontes para ter certeza a respeito de alguma afirmação, pois é mais importante a imagem que o sujeito passará acerca de si para os outros, do que a informação comunicada. Frankfurt então converge com Argemí (2019) quando esse nos diz que:

O sucesso do estímulo à vaidade por ser o primeiro a saber de algo, ou o mais consciente, é muito notável, porque permite conhecer alguma coisa com certa exclusividade sobre uma infinidade de assuntos, obter respostas a perguntas vitais que nunca lhe haviam sido feitas, e sentir interesse por personalidades e temas das quais nunca haviam sido ouvidos falar (ARGEMÍ, 2019, p. 296, *tradução nossa*)

O estímulo a vaidade de obter o *status* de estar por dentro de algo gera esse desdém pela checagem dos fatos em detrimento da imagem pessoal que Frankfurt (2005) afirma; essa vaidade entra em ebulição no meio digital, pois a pala tende a crescer em ambientes onde os sujeitos possuem maiores chances de falar e serem ouvidos (FRANKFURT, 2005), e com a possibilidade de produção informacional fornecida pelas redes sociais, os testemunhais falsos surgem materializando essas duas características.

A vaidade, a necessidade de opinar e o desdém pela verdade são as marcas dos testemunhais falsos. Em seus registros amadores, os sujeitos relatam fatos secretos testemunhados por eles ou por pessoas próximas (a vaidade da informação exclusiva), realizam afirmações acerca de algo, geralmente em tom alarmista, sem buscarem conferir a veracidade dos fatos (o desdém pela verdade) e compartilham no intuito de informar sobre algo grave que eles aparentemente têm conhecimento sobre (a necessidade da opinião). Seus produtores partem do pressuposto da certeza de estarem informados e cientes sobre algum acontecimento, e essa certeza de vaidade narcísica ignora se a suposta 'evidência' deste fato é realmente ou não verdadeira e basta para impulsionar a produção e a disseminação desse tipo de conteúdo.

Nessa ação, é crucial criar a identificação entre quem recebe o testemunhal e quem o produz, pois ninguém quer se mostrar como vítima de uma enganação, ou passar pelo constrangimento de ser visto disseminando uma informação falsa, então é necessário se mostrar como alguém de confiança – seja por ser uma pessoa comum, seja por de alguma forma ocupar um lugar que

valide suas afirmações (ARGEMÍ, 2019). Desta forma, os produtores dos testemunhais ora tentarão se mostrar como uma pessoa qualquer, ora como alguém que possui propriedade para falar sobre o assunto.¹⁸

Há diversos exemplos de testemunhais que buscam “revelar segredos” a respeito de uma infinidade de temas, porém um que viralizou durante o furor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rouseff em 2016 foi o da manifestante que invadiu o Palácio da Alvorada e registrou em vídeo uma denúncia sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) estar transformando a bandeira do Brasil em vermelho como símbolo do comunismo – quando na verdade, a “denúncia” dizia respeito de um monumento em homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil¹⁹. A manifestante em questão não buscou saber a respeito da origem do monumento, tampouco se importou com seu significado, pois a necessidade de se mostrar informada acerca da “conspiração comunista brasileira” e reafirmar suas supostas certezas era maior do que se ater a veracidade dos fatos.

¹⁸ Neste caso, é comum que os sujeitos se apresentem como “pai de família”, “cidadão de bem”, “alguém que ama o país”, “alguém preocupado com nossa juventude” ou qualquer outro tipo de categoria abstrata que pode abarcar diversos significados, aumentando as chances de haver uma identificação por parte de quem obteve acesso a esse material. Da mesma forma, eles podem tentar obter credibilidade afirmando ocupar, ou conhecer pessoas que ocupem, locais que de certa forma atribuam autoridade: “sou irmão de um médico que me disse”, “meu primo é funcionário em local x”, “a moça da minha igreja é mãe de um aluno”, “fui estudante da escola tal”, e assim por diante.

¹⁹ MANIFESTANTE confunde bandeira do Japão com símbolo comunista. **VEJA**, São Paulo, online, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/manifestante-confunde-bandeira-do-japao-com-simbolo-comunista/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Figura 12 - Mulher confunde painel do Japão com símbolo comunista



Fonte: Reprodução – YouTube, 2021.

Precisamos de cautela para que não haja confusões entre o que são testemunhais e *fake news*, já que ambos são desinformações objetivas compartilhadas em grande escala. Ao distingui-las devemos estar cientes do que Frankfurt (2005) traz a respeito da diferença entre mentira e pala: quem mente o faz em confronto com a verdade, pois está ciente do que é real ou não; para a pala, o sujeito “não está nem no lado da verdade nem no da mentira. Seus olhos não estão de forma alguma nos fatos [...] ele apenas os seleciona ou os cria para servir a seus propósitos” (FRANKFURT, 2005, p. 56, *tradução nossa*).

Como defendi anteriormente, as *fake news* são mentiras deliberadas, ou seja, quem as cria está ciente de que elas são uma fraude, e sabe o que é verdade, enquanto os testemunhais quem os criam não sabe se o que diz é verídico, mas fala mesmo assim sem se importar. Também, enquanto as *fake news* reconhecem a credibilidade do jornalismo ao ponto de querer imitar sua estrutura, os testemunhais se constituem em oposição a essas instâncias oficiais e se alicerçam em uma ampla gama de produções amadoras²⁰ que defende a

²⁰ Também existem testemunhais de sujeitos que tentam passar credibilidade exibindo títulos oriundos desses locais oficiais (supostos especialistas, professores, doutores, jornalistas, dentre outros), porém, nesses casos, os sujeitos sempre estarão se colocando como “em oposição ao sistema”. São professores, por exemplo, que por mais que aparentemente pertençam a essas instituições ditas manipuladoras, estão vindo a público para provar a existência da doutrinação nesses espaços, utilizando seu título para se atribuírem autoridade e passar credibilidade em sua fala. Não é estranho, contudo, que por vezes esses títulos sejam falsos ou exagerados para engrandecer a autoria do testemunho.

existência de uma natureza manipulativa em jornais, universidades, escolas e demais instituições, o que acaba por afirmar que elas não são dignas de confiança (ARAÚJO, 2021).

Por fim, a terceira ação que trago são as produções informacionais enganosas. Caracteriza-se como uma categoria mais ampla que abarca uma gama maior de ações, mas que se conectam por uma característica em comum: são má representações ou adulterações de produtos informacionais tradicionais. Nesta categoria estão inclusos alguns tipos trazidos por Santos-D'Amorim e Miranda (2021), a saber: artigos retratados, propaganda, revisões falsas e má representações em mapas, gráficos e tabelas; mas, junto a isso, também estão todas as produções informacionais características da internet que por ventura disseminam desinformações (como postagens em blogs e redes sociais, *tweets*, vídeos de TikTok e YouTube, *stories* de Instagram, memes, dentre outros), mas que não compartilham das características próprias das *fake news* e dos testemunhais.

No que diz respeito aos termos apresentados pelas autoras citadas, as revisões falsas são avaliações em plataformas de *e-commerce* que visam influenciar na compra de produtos por meio de mensagens enganosas (SANTOS-D'AMORIM, MIRANDA, 2021), essas avaliações irão ou exaltar o item ou difamá-lo, e suas autorias podem, por muitas vezes, terem alguma relação direta com o produto avaliado. Já artigos retratados são artigos científicos cuja publicação foi retratada e retirada de circulação das revistas, seja por erros não-intencionais na descrição dos dados, seja por falsificações intencionais (como plágio, autoria forjada e manipulação de imagens) (SANTOS-D'AMORIM; MIRANDA, 2021). Em relação a propagandas, elas são definidas como “um tipo de comunicação baseado em uma argumentação que tem a finalidade de convencer” (GUARESHI; ROMANZINI; GRASSI, 2008, p. 571).

O que conecta os três como produções informacionais enganosas é o fato de que, ao contrário das *fake news* e dos testemunhais, eles não possuem características próprias e distintas o suficiente ao ponto de elevá-los ao status de categorias autônomas; todos os três figuram-se como produções informacionais tradicionais (artigos científicos, peças propagandísticas e revisões de produtos) cujo único atributo que os definem como desinformações é o fato de terem sido concebidos com a intenção de enganar as pessoas.

O mesmo vale para as más representações em mapas, tabelas e gráficos, que nada mais são do que a manipulação e adulteração de produtos informacionais tradicionais para atingir objetivos escusos. Gráficos verdadeiros e mal representados continuarão sendo gráficos, ambos com suas propriedades, mas se diferenciarão pelo fato de um deles ter sido concebido para lesar o público acerca de determinado assunto.

Em relação às produções típicas da internet, a mesma premissa é válida. Fazem parte de um conjunto de produtos com qualidades próprias, mas que se diferem destes por estarem propagando desinformações. Tanto um vídeo da Lorelay Fox²¹ com dicas de maquiagem, quanto um de outro *youtuber* com conteúdo anti-vacina são vídeos do YouTube, porém um deles possui uma intenção primeira de induzir o público a adotarem narrativas enganosas. Para reconhecer as diferenças entre essas produções online e as *fake news* e testemunhais, é necessário estar alerta às características elencadas por Bucci (2019), Frankfurt (2005) e Argemí (2019) explicitadas anteriormente; a diferença basilar entre elas está nas particularidades que as duas últimas ações apresentam no que diz respeito à escala de alcance, intencionalidade de quem produz, estrutura discursiva e a forma que se aproveita das tecnologias digitais para existir.

Em questões mais práticas, a diferença entre uma *fake news* por exemplo e uma Produção Informacional Enganosa é que, enquanto a *fake news* é explicitamente falsa e **finje ser** verdadeira através da imitação do jornalismo tradicional, a Produção Enganosa **pode ser** parte do jornalismo tradicional. É quando, por exemplo, as informações dispostas em um gráfico numa matéria de jornal estão organizadas de forma tal que induzem o leitor a pensar algo determinado.

Enquanto uma *fake news* e um testemunhal provém de fontes desconhecidas, ou de sujeitos que se dizem contra as instituições tradicionais, as Produções Enganosas provêm desses sujeitos, que discursivamente são corretos, mas que na prática operam na manipulação da opinião pública – podendo esses sujeitos serem, inclusive, instituições reconhecidas. Essas produções conseguem passar um ar de legitimidade maior porque vai ao

²¹ Drag Queen e YouTuber no canal Para Tudo. Disponível em: <https://www.youtube.com/@lorelayfox>. Acesso em: 18 jan. 2023.

encontro com as formas tradicionais de atribuição de autoridade, como o nome do autor, a instituição proveniente, dentre outras.

Um exemplo de Produção Informacional Enganosa foi a série de postagens feita por órgãos oficiais do Governo Brasileiro durante a Pandemia de Covid-19 em 2020 sob o nome de 'Placar da Vida'. Na intenção de reforçar o discurso negacionista, essas postagens se utilizavam de informações verdadeiras, porém organizadas de forma tal que passavam a impressão de que não havia gravidade na pandemia. O fato de terem sido feitas por instituições oficiais tornava a informação mais crível e mais difícil de ser contestada.

Figura 13 - Exemplo de postagem do "Placar da Vida"



Fonte: Reprodução – Twitter, 2022.

Algo que desejo salientar aqui, e que é o fio que conecta todas as ações objetivas descritas, é que se há um aspecto que se repete na tipificação de todas

elas, é o fato de que apelam para o emocional de quem as recebe e mobilizam sentimentos. *Fake news*, testemunhais e produções informacionais enganosas, hora são alarmistas e tentam convencer por meio do apelo emocional, hora servem de base para sustentar essas crenças e sentimentos. Como visto, tanto a *fake news* do mapa da Amazônia, quanto o testemunhal sobre a suposta conspiração comunista do PT tentam apelar para sentimentos de medo e indignação e chocar seu público para leva-lo a ação.

Esses sentimentos mobilizados e os ideais reforçados são o que aqui chamo de desinformações condicionantes que, para o escopo deste trabalho, foram considerados como o negacionismo e o discurso de ódio; ambos conduzem o teor que as *fake news*, testemunhais e produções enganosas terão.

O negacionismo é, como o próprio nome sugere, o ato de negar a veracidade de acontecimentos ou o conhecimento acerca da existência deles (COHEN, 2001); indivíduos negacionistas rejeitam fatos e buscam alternativas argumentativas para sustentar sua crença, mesmo que elas não tenham qualquer embasamento factível. No escopo do estudo acerca da desinformação, o negacionismo se apresenta relacionado a negação de descobertas científicas e a recusa na aceitação de evidências que contrariem esse pensamento.

O negacionismo carrega um forte teor ideológico que conversa com projetos provenientes de uma esfera de poder burguesa em relação ao resto da sociedade, ele dialoga com diversas instâncias ideológicas e com os interesses aos quais elas atendem e derivam, tudo isso relacionado a questões materiais de existência, mas tal tópico será abordado com mais afinco posteriormente.

A primeira aparição do negacionismo enquanto tática estratégica foi por volta dos anos 1950 com a descoberta da correlação entre fumo e câncer de pulmão (PIVARO; GIROTTI JÚNIOR, 2020); na ocasião, as indústrias do tabaco financiaram pesquisas científicas para se contraporem a essa descoberta e disseminarem a dúvida entre a população geral acerca da validade das evidências contrárias aos interesses econômicos do grupo. Foi essa ação a responsável por delinear o método de descredibilização da ciência que posteriormente seria adotado por outros setores econômicos na gana por defender seus interesses.

De fato, o negacionismo científico está diretamente relacionado a interesses econômicos da burguesia – que aqui seria não só a burguesia

econômica das indústrias e bancos, como também a burguesia da fé, que tem sua faturação proveniente do uso de igrejas como forma de enriquecimento –, que veem seu acúmulo de capital ameaçado mediante a descobertas da ciência. A negação das mudanças climáticas, por exemplo, está intimamente ligada aos interesses das indústrias de petróleo frente a comprovação da correlação entre o consumo de dióxido de carbono e o aquecimento global antropocêntrico, da mesma forma que atende aos interesses do agronegócio em contraponto aos efeitos do desmatamento florestal no equilíbrio ambiental, já que

o interesse econômico em negar as mudanças climáticas se relaciona com a manutenção do sistema capitalista, uma vez que a preservação ambiental vai contra os princípios de produção e consumo de recursos desenfreados que objetivam o lucro acima de tudo (PIVARO; GIROTTI JÚNIOR, 2020, p. 1079)

O mesmo vale para as ideias criacionistas em contraposição à teoria da evolução de Darwin, que atende aos interesses dos setores da fé em seu projeto político de manutenção de um modelo de sociedade. Para Miranda (2020), o avanço conservador sobre a educação e as tentativas de inserir o criacionismo na grade curricular das escolas do ensino básico estão diretamente relacionados a doutrina econômica neoliberal e seus desdobramentos nas malhas sociais.

A capilarização dessas ideologias negacionistas na grande massa da população, portanto, advém do monopólio da elite burguesa sobre os meios de comunicação e o uso de seu poderio econômico e político para instrumentalizá-los como veículos de disseminação ideológica para convencer a classe trabalhadora a aderir a interesses que lhe são, em essência, alheios. Com o advento das novas tecnologias, essa instrumentalização passa para as redes sociais e o uso do que aqui consideramos como desinformações objetivas; os demais sujeitos, ao receberem essas informações que de alguma forma lhe fazem sentido e apelam para algo dentro de si, dissociados da consciência teórica sobre sua realidade material, agem como propulsores desses ideais sem se ater de que eles lhe são, na verdade, prejudiciais.

O comportamento negacionista científico ocorre através do desdém pelas ideias que o refuta, a seleção de certas informações que lhe são interessantes em detrimento de outras para sustentar um argumento (*cherry picking data*) e a desconsideração da evidência científica como um todo – incluindo seu contexto

e estudos anteriores que a complementam (HANSSON, 2017). O que há é uma manipulação ou desprezo pela ciência em detrimento de uma crença, ou como uma tentativa de defender interesses pessoais que vão na contramão das descobertas científicas.

Entretanto, o negacionismo não ocorre somente pela completa rejeição aos fatos; na verdade, Cohen (2001) nos elenca três tipos de negacionismo: literal, interpretativo e implicatório. O negacionismo literal é o correspondente ao senso comum sobre o tema, ou seja, a rejeição e negação sobre os fatos ou o conhecimento acerca deles. O interpretativo diz respeito, não a negação dos fatos, mas aos indivíduos que tentam atribuir novas interpretações acerca deles; aqui, a existência é aceita, mas as reais acepções recebem novos significados que divergem do original. Já o implicatório não nega os fatos, tampouco tenta atribuí-los novos sentidos, mas age sobre as consequências de seus impactos – os fatos são aceitos e sua existência não é contestada, mas suas implicações são minimizadas.

Esses negacionismos ficam evidentes se tomarmos como exemplo a Pandemia de Covid-19 no Brasil. Frases que buscavam afirmar que não há pandemia ocorrendo, ou que “essa história de pandemia é invenção” são tipos de negacionismo literal por negarem a existência de um acontecimento cuja realidade material o confirma.

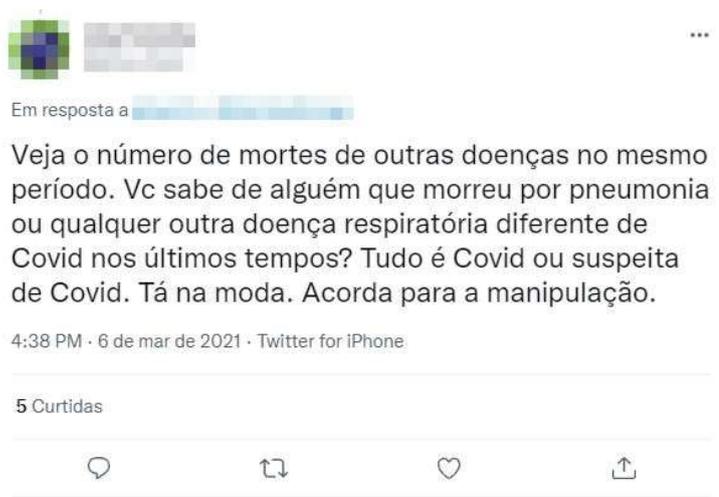
Figura 14 - Exemplo de discurso negacionista literal



Fonte: Reprodução – Twitter, 2021.

Já aquelas que buscavam afirmar que as mortes não eram por conta da Covid, mas por outras doenças respiratórias, são negacionistas interpretativas por aceitarem a existência das mortes, mas atribuírem outro significado a elas.

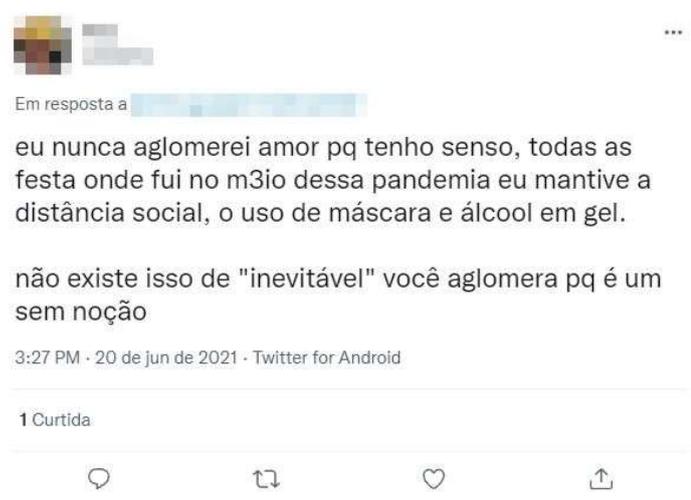
Figura 15 - Exemplo de discurso negacionista interpretativo



Fonte: Reprodução – Twitter, 2021.

Deste modo, afirmações que diziam que a pandemia estava próxima do fim, mesmo com um alto índice de mortes, ou de indivíduos que declaravam estar mantendo um distanciamento social e respeitando a quarentena, mesmo indo a festas com grandes aglomerações, são tipos de negacionismo implicatório por minimizarem o impacto evidente que as atitudes possuem frente aos fatos e às constatações científicas.

Figura 16 - Exemplo de discurso negacionista implicatório



Fonte: Reprodução – Twitter, 2021.

Da mesma forma, discursos relacionados a pandemia que pregam ideias como “é um tempo de aprendizagem”, “estamos vivendo em um novo tempo e precisamos nos adaptar” ou “apesar de tudo isso, eu pude me conhecer melhor”, também são discursos negacionistas implicatórios, pois diminuem os impactos da pandemia na vida de milhões de pessoas e buscam desenhar um cenário no imaginário coletivo de que a gravidade da situação é menor do que ela parece ser, mesmo com a realidade concreta dizendo o contrário.

O negacionismo científico ocorre em paralelo ao negacionismo histórico, que seria a negação da existência de determinados acontecimentos históricos como o Holocausto Judeu durante a Segunda Guerra Mundial ou a Ditadura Militar Brasileira de 1962 (ARAÚJO, 2021). Ele tem o mesmo padrão de comportamento que o negacionismo científico, com a única diferença de que se debruça sobre acontecimentos históricos ao invés de fatos da contemporaneidade.

Como forma de justificar suas crenças sem embasamento, os negacionistas muitas vezes recorrem ao uso de teorias da conspiração para tentar sustentar seus argumentos. Essas teorias buscam trazer explicações aparentemente incontestáveis sobre algo que jaz escondido da maioria da população, elas partem do pressuposto de que há alguma espécie de complô maior que forja evidências científicas para esconder seus reais interesses.

Esse pensamento conspiracionista é “hipercético em relação a toda informação que não favoreça a teoria, por interpretar excessivamente as evidências que apoiem uma teoria preferida e pela incoerência” (LEWANDOWSKY; COOK, 2020, p. 3); ao contrário de um ceticismo saudável que olha para as evidências e parte de um pensamento investigativo na tentativa de compreender a realidade e desvelar intenções ocultas reais, o pensamento conspiracionista acredita que qualquer evidência que vá contra suas crenças é falso e, no fundo, é mais uma tentativa de esconder dos demais uma suposta verdade.

Conforme demonstram Pivaro e Girotto Júnior (2020), para membros do Partido Republicano (nos EUA), as mudanças climáticas são fruto de uma conspiração socialista, e essa resposta tautológica basta para justificar a negação de um fato científico. Isso implica, portanto, que não seria surpresa se essas teorias – e o negacionismo decorrente delas, viessem acompanhadas,

mesmo que não fortemente, de um discurso de ódio acerca de determinados grupos. Como visto, a conspiração judaica dos Protocolos dos Sábios de Sião veio atrelada a um forte ódio antissemita que posteriormente viria a desencadear no regime nazifacista que dominou a Europa no século XX.

Sendo assim, o discurso de ódio figura como uma segunda manifestação das desinformações condicionantes por, assim como o negacionismo, impulsionar ações objetivas de desinformação. Por mais que, como defendi anteriormente, esse discurso possa se associar a ideias negacionistas, ele se apresenta como um fenômeno paralelo, com características e imbricações próprias, que só irá se aproximar do negacionismo em momentos que serão convenientes para seus disseminadores.

Discursos de ódio são declarações baseadas em ressentimento, ódio e medo enunciadas por um determinado grupo em relação a outro; esses discursos são responsáveis por mover ações de agressão e intolerância contra seus alvos através da instigação ao expurgo desses sentimentos pelos sujeitos que os absorvem. Essas declarações de ódio, mesmo que se mantenham num plano discursivo, possuem efeitos na realidade, pois elas norteiam ações; é o constante compartilhamento de discursos de ódio contra a população LGBTQIA+²², por exemplo, que instiga as ações de agressão contra esse grupo de pessoas.

Esses discursos partem de uma esfera de poder socialmente construída em relação a determinado(s) conjunto(s). Eles estão conectados com as hierarquias e opressões sociais estruturais da sociedade capitalista e aos grupos que, de alguma forma, se beneficiam delas; são discursos contra sujeitos marginalizados (como a população negra, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, mulheres, pessoas de periferia, indígenas, dentre outros) que nutrem e são nutridos pelas opressões formadoras dos pilares que sustentam nossa sociedade (o racismo, capacitismo, LGBTfobia, machismo, higienismo, etc.).

²² Sigla que significa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, *queers*, intersexuais, assexuais e demais manifestações de identidades de gênero e sexualidades. Apesar de haverem variações da sigla que apresentam mais letras, ou letras diferentes, optou-se pelo uso desta por ter-se visualizado maior aderência em seu uso em textos e discussões mais gerais.

O ódio é engendrado dentro da própria sociedade em seu percurso histórico de luta de classes, e as redes sociais deram-no amplitude, permitindo seu alastramento e nítida visualização por conta de sua lógica de compartilhamento e permissão do anonimato (REBS, 2020); esse discurso materializado na comunicação online torna-se uma informação tóxica, ou seja, aquela que “envenena o receptor ao injetar nele o ódio, que o move a agir no ambiente digital e fora dele conforme os afetos relacionados ao ódio e à violência.” (WILKE, 2021, p. 21).

Essas informações espalhadas pelas redes tornam o ambiente informacional hostil e contagioso, afetando o relacionamento das pessoas nas plataformas e criando um “campo de guerra” com ataques deliberados e ameaças a integridade física e emocional dos sujeitos (WILKE, 2021), tornando-se mais um instrumento de perpetuação de opressões, pois essas violências expurgam esses sentimentos tanto online quanto em ações offline.

Da mesma forma, é imprescindível para nossa compreensão reforçar que o discurso de ódio é, historicamente, um dos alicerces de movimentos da extrema-direita responsáveis por atrocidades nutridas por sentimentos de repulsa e pelo desejo de eliminação de certos grupos; exemplos claros disso são o movimento nazista alemão, fomentado pela propagação de discursos de ódio antissemita, homofóbico e racista, bem como a Ku Klux Klan (KKK) nos Estados Unidos que defende uma supremacia racial branca sustentada por um discurso de ódio racista e xenófobo.

A preocupação com a propagação dessas informações tóxicas no ambiente digital – e aqui me refiro também a sites, blogs e fóruns online, no qual as redes sociais são apenas mais um meio disseminador em operação mais recentemente –, é que ela vem atrelada ao crescimento de páginas de grupos que tem como um de seus pilares a propagação e nutrimento de discursos de ódio (e a violência decorrente deles) contra sujeitos sociais.

Para a antropóloga Adriana Dias (RODRIGUES, 2013), entre 2002 e 2009 o Brasil possuía cerca de 20.502 páginas com conteúdo neonazista, e só em maio de 2020 cerca de 200 novas páginas com esse conteúdo foram criadas no país (ALESSI, 2020); em tempos mais recentes, também, pudemos presenciar uma reaparição desses grupos extremistas em campo aberto, expressando suas

ideologias de forma mais explícita tanto nas ruas quanto nas redes sociais, e não só no Brasil.

A cidade universitária estadunidense de Charlottesville foi palco de um claro exemplo da reaparição desses grupos. Em agosto de 2017, grupos neonazistas se reuniram em uma marcha pelo campus da universidade portando tochas, em referência a KKK, e entoando gritos racistas e contra imigrantes como “vidas brancas importam”²³ e “você não vão nos substituir” (SENRA, 2017), o grupo ainda trazia discursos contra gays e judeus. O protesto acontece na esteira do governo do ex-presidente Donald Trump, um ano após sua eleição, que teve a campanha marcada pela disseminação de *fake news* e o reforço a discursos de ódio contra pessoas LGBTQIA+, latinas, mulçumanas, dentre outras.

Figura 17 - Manifestação neonazista em Charlottesville (EUA)



Fonte: Acervo digital Reuters, 2017.

No Brasil, um processo parecido foi visto no pleito eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. Com uma campanha também marcada pelo uso massivo de *fake news* e pela incitação do ódio a grupos semelhantes aos de Trump (como pessoas negras e a população LGBTQIA+), mas também a grupos particulares da sociedade brasileira, como os povos indígenas, nordestinos e a “petralhada”²⁴, o segundo turno da disputa entre Bolsonaro e o candidato do PT, Fernando Haddad, foi marcado por um disparo no índice de denúncias de discurso de ódio online e incitação à violência a grupos alvos das falas de

²³ Em referência ao movimento negro *Black Lives Matter* (“vidas negras importam”).

²⁴ Termo pejorativo para designar principalmente eleitores do PT, mas também qualquer outra pessoa que se identifique de esquerda.

Bolsonaro (MESQUITA, 2018); além disso, levantamento feito pela Agência Pública nesse mesmo período reportou cerca de 50 ataques feitos por apoiadores de Bolsonaro entre 30 de setembro e 10 de outubro de 2018 em todo o país (MACIEL et. al., 2018), esses ataques variavam desde linchamentos homofóbicos, ameaças de estupro a jornalistas, até atropelamento de apoiadores do PT.

Aliado a isso, pichações em banheiros de instituições de ensino com incitação à violência a pessoas LGBTQIA+ e negras foram encontradas fazendo menção diretamente a Bolsonaro²⁵; não surpresa, entre janeiro de 2019 (mês de posse de Bolsonaro) e maio de 2021 houve um aumento de 270% de grupos neonazistas no Brasil, configurando pelo menos 530 núcleos com um total de cerca de 10 mil pessoas, cujos alicerces para seu surgimento são páginas e fóruns da internet (FANTÁSTICO, 2022).

Figura 18 - Pichação bolsonarista incitando violência



Fonte: Metrôpoles, 2018.

²⁵ CAMPOS, R. "Morte aos gays e lésbicas", diz pichação pró-Bolsonaro em cursinho. **Metrôpoles**, [s.l.], online, 11 out. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/morte-aos-gays-e-lesbicas-diz-pichacao-pro-bolsonaro-em-cursinho>. Acesso em: 01 jul. 2021.

A proliferação desses discursos, portanto, buscar naturalizar essas ideologias no meio social, não só atraindo novos adeptos a células desses grupos extremistas, como também banalizando suas ideias permitindo que elas ganhem aderências de demais sujeitos que não necessariamente se identifiquem com tais grupos. Rebs (2020) afirma que o surgimento do ódio está intimamente relacionado a frustrações e sentimentos de ressentimento, decepção e rancor atrelados a um processo de construção social dos sujeitos; essas ideologias odiosas que surgem de uma esfera de poder e interesses bem específica, ao serem propagadas pela internet contaminando o ambiente digital, como defende Wilke (2020), abrem o lastro para que essas frustrações latentes nos mais variados sujeitos encontrem coro nesses discursos, encorajando-os a reproduzirem essas falas e agirem movidos por elas – é essa frustração originária do ódio o “algo” ao qual essas informações tóxicas apelam.

É assim que esses discursos de ódio criam as condições para a propagação das desinformações objetivas, a partir do apelo aos sentimentos reclusos de rancor e remorso nas pessoas, alimentando e sendo alimentado por essas tipologias de desinformação, tendo seu *modus operandi* como elemento basilar para sua popularização contemporânea (WILKE, 2020).

Nesse panorama conceitual que tracei a respeito dos dois tipos de desinformação, podemos utilizar suas premissas para observar o fenômeno desinformacional como um todo, admitindo a pluralidade, porém sem se perder em definições avulsas que dificultam sínteses efetivas. Consideremos, portanto, as desinformações condicionantes como todo discurso ou ideologia que irá nortear o teor das informações disseminadas, e as objetivas como as ações compartilhadas em si – ambas estão correlacionadas, mas a interação delas com os sujeitos informacionais e o ambiente de circulação define o traço que as separam.

Para uma breve consideração, Santos-D’Amorim e Miranda (2021) ainda elencam as teorias da conspiração como um tipo de desinformação e, por mais que elas tenham sido abordadas brevemente quando dissertei acerca do negacionismo, observo que essas teorias operam enquanto uma categoria em si, mas que se correlaciona com os tipos de desinformação aqui elencados, não podendo ser encaixada em nenhum dos dois.

Uma teoria da conspiração poderá ser nutrida por negacionismos (ex.: o aquecimento global é uma mentira para controlar a população) ou por discursos de ódio (ex.: os gays querem implantar uma ditadura para ensinar sexo a nossas crianças), da mesma forma que poderá surgir tanto como uma *fake news*, uma produção informacional enganosa ou um testemunhal (como o exemplo citado acerca da teoria da conspiração comunista brasileira); sendo assim, esse conceito transita entre as duas desinformações elencadas, propagando negacionismos e discursos de ódio em diferentes formas objetivas de desinformação, sendo um conceito paralelo, porém correlacionado.

Em conjunto com os dois tipos de desinformação mencionados, existe uma terceira categoria, de ordem cognitiva, que podemos chamar de **desinformação subjetivada**; aqui ela configura-se como a 'desinformação enquanto um conhecimento' por dar conta de caracterizar o efeito do acesso a desinformações objetivas e condicionantes pela população. O conteúdo dessas desinformações será absorvido – ou seja, subjetivado – e transliterado na assimilação dos ideais carregados pelas mensagens recebidas (isto é, a informação convertida em conhecimento), que ocasionará na adesão e reprodução desses ideais em ações e decisões de teor negacionista ou impulsionada por ódio.

Faria sentido afirmar que a desinformação gera desconhecimento, porém, o desconhecimento é algo que acomete a todos, em maior ou menor nível, pois é impossível que um único sujeito possua conhecimento acerca de tudo; em fato, a formação do conhecimento em si, principalmente se feito de forma crítica, pressupõe a consciência do próprio desconhecimento acerca de certos elementos da realidade e das limitações de cada um na formação de um pensamento.

De acordo com Moser, Mulder e Trout (2009), é necessário distinguir entre o conhecimento aparente e o conhecimento verdadeiro. Para os autores, o conhecimento aparente é aquele que acredita saber verdadeiramente sobre algo, enquanto o conhecimento verdadeiro seria aquele formado a partir de uma investigação epistêmica, uma vez que os autores definem o conhecimento em si como uma crença verdadeira e justificada.

A justificação que dá base ao conhecimento, ainda segundo os autores, é válida na medida em que possui provas suficientes para sua sustentação e

possui pouca ou nenhuma chance de contestação. Essa justificação ocorre dentro do contexto social de determinados grupos frente as condições materiais de interpretação do mundo que eles possuem. Em corroboração a isso, Prado Júnior (1973) afirma que o conhecimento é a abstração da realidade e a transformação de sua compreensão em pensamento, ou seja, a formação do conhecimento não acontece em um campo puramente idealista, mas sim no confronto dialético entre realidade e ideal, dada as condições materiais para tal dentro de um recorte histórico e geográfico.

Sendo assim, para ser considerado conhecimento, as justificações que o sustentam devem ter bases fortes e uma comprovação que pode ser verificada na realidade – o que impede considerar, por exemplo, o conhecimento de povos originários como não válidos, uma vez que suas interpretações da realidade ocorrem dentro de um determinado contexto, com determinadas condições, e podem ser comprovados pela observação atenta da realidade. Um conhecimento é verdadeiro na medida em que outras formas de investigação pode chegar na mesma interpretação, já que ambas estão norteadas por uma noção epistemológica, isto é, um estudo de teor filosófico acerca da realidade (MOSER; MULDER; TROUT, 2009).

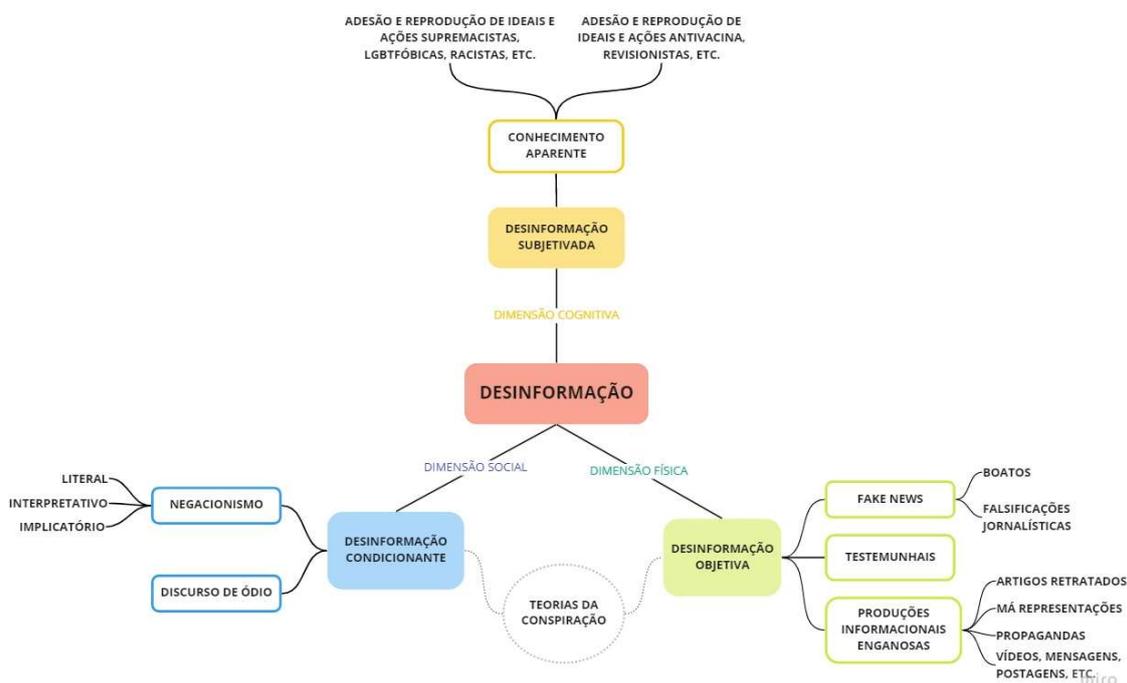
Nesta linha, uma crença é justificável quando há dados suficientes que corroborem para sua afirmação (MOSER; MULDER; TROUT, 2009), o que nos mostra que, em relação as desinformações, há uma tentativa de reproduzir o método de legitimação epistêmica e de imitar a maneira como um conhecimento justificável se forma, a partir da criação de fontes falseadas. A desinformação subjetivada, portanto, gera um conhecimento aparente, uma crença acerca da consciência sobre algo, mas que não pode ser comprovada na realidade e que carece de justificações fortes que a sustentem. A questão, portanto, não é tratá-la como um desconhecimento, mas como a formação de um conhecimento dissociativo, que se encontra a parte da realidade e que precisa ser confrontado com um processo de formação de conhecimento legítimo, dotando assim as pessoas de habilidades para realizar, mesmo que num nível mais simples, alguma forma de investigação epistêmica acerca da realidade.

Ao falar sobre desconhecimento, devemos também ter a honestidade de reconhecer que essa lógica não pode ser aplicada somente àqueles que se informam através de *fake news*, por exemplo, mas também àqueles que se

informam através de veículos de mídia tradicional, ou por outras fontes formais, que não reconhecem as intenções por trás das informações que receberam, e que também não consideram a existência de outras narrativas que possam servir de contraponto àquela que acreditam. Desconhecimento faz parte de todos, não somente daqueles que acreditam em mentiras da internet, pois todos estão sujeitos à ignorância acerca de algo.

Sendo assim, o fenômeno da desinformação é caracterizado por três tipos distintos: a) a desinformação objetiva, o registro informacional que carrega a mensagem fraudulenta; b) a desinformação condicionante, o teor ideológico que o discurso da mensagem carrega; e c) a desinformação subjetivada, que seria o conhecimento formado a partir do acesso a informações enganosas. Essas três desinformações ocorrem em dimensões diferentes e se manifestam de múltiplas formas, como podemos ver na representação abaixo:

Figura 19 - O fenômeno da desinformação



Fonte: o autor, 2022

É importante frisar que essa representação dá conta de abarcar o processo de **reprodução** da desinformação e não sua produção, uma vez que há um caráter estrutural mais profundo que é preciso levar em consideração. A

produção da desinformação está ligada a questões capitais da propriedade privada sobre os meios de comunicação e de produção de bens culturais, a agendas políticas na manutenção e fomento de políticas públicas de acesso à informação e educação de qualidade, assim como a jornada de trabalho e tempo de lazer, dentre outros fatores que se conectam com a forma de funcionamento do capitalismo; todos esses pormenores precisam ser avaliados com maior profundidade de detalhes em um estudo a parte, algo que não será possível no escopo deste trabalho.

É neste sentido, da reprodução da desinformação, que as atitudes desinformadas se caracterizam como a aderência aos ideais das desinformações condicionantes, uma vez que essas ideologias partem de e atendem a uma esfera de poder da classe dominante e a estruturas preliminares reais de opressão, não sendo possível, portanto, colocar em pé de igualdade o discurso racista reproduzido por uma pessoa pobre da periferia com o de uma pessoa rica de bairro nobre.

A consequência do processo de propagação de desinformação com outros tipos de informação é a infodemia, ou seja, a grande quantidade de informações disponíveis que afeta no discernimento das pessoas. É necessário estar alerta, portanto, a estrutura sob a qual essas desinformações são construídas, e de que forma elas atendem a questões materiais mais amplas que vão para além de um vídeo compartilhado no WhatsApp. Mais precisamente, ter atenção às estruturas ideológicas nas quais essas informações ganham corpo é primordial, e é isso que faremos no capítulo a seguir.

3 PODER DE FALA

“Eles criaram uma sociedade repressiva e nós somos seus cúmplices inconscientes. **Sua intenção de dominação jaz na eliminação da consciência.** Nós fomos levados a um transe; eles nos fizeram indiferentes a nós e aos outros, estamos focados no nosso próprio ganho. Eles estão a salvo desde que não sejam descobertos; esse é o seu método primordial de sobrevivência – nos manter adormecidos, nos manter egoístas, nos manter sedados.” (Eles Vivem, 1989)

3.1 Vieses ideológicos

Uma questão primordial que ronda, ou deveria rondar, qualquer discussão sobre informação – seja em quaisquer dimensões que ela se apresente –, diz respeito a uma possível neutralidade da informação. Seja em sua concepção enquanto bem informacional, seja em seu uso, a informação está perpassada por uma série de questões humanas e sociais que interferem em sua composição, que colocam em xeque a ideia de uma neutralidade da informação. Qualquer estudo que se dedique a refletir acerca da informação, principalmente àqueles que buscam pensar sobre ações de mediação e educação para informação, devem estar atentos a esses caracteres que são estruturais e condicionam a forma como informamos, produzimos e nos apropriamos de informações.

No que diz respeito à desinformação, Santos-D’Amorim e Miranda (2021) já nos apontam que um de seus elementos basilares é a intencionalidade, ou seja, as intenções por trás da produção e disseminação de informações falsas. De acordo com Silva (2016), é possível perceber uma conexão entre a intencionalidade de uma informação e as mais variadas formas de ideologias; para o autor, “toda informação está atrelada a fenômenos ideológicos que podem ser reconhecidos” (SILVA, 2016, p. 76).

Para nossa consideração, ideologias são um conjunto de ideias provenientes de um grupo de sujeitos socialmente organizados que dialogam com seus interesses materiais, ajudam no embasamento e justificação de atitudes e decisões e pautam seu modo de vida e visão de mundo. Para Eagleton (1997), o componente basilar da ideologia é o fato de que ela se conecta com

questões relacionadas ao poder, ou seja, para justificar ações que visam a manutenção do poder por determinado grupo, ou sua subversão por outrem.

Para algo ser considerado ideológico, ele necessita estar conectado com a justificação de determinada ordem social, ou com tentativas de manutenção dessa ordem. Ainda segundo o autor, enunciados como ‘tomei banho hoje pela manhã’ não possuem nada de ideológico, uma vez que eles apenas comunicam algo que não se conecta a relações de exploração ou dominação.

As ideologias constituem aquilo que chamamos de superestrutura, ou seja, um conjunto de legitimações jurídico-políticas, valores, crenças e formas de consciência formadas a partir das relações estabelecidas pela infraestrutura, ou base – isto é, os sujeitos em suas ações e relações do cotidiano (HARNECKER, 1973).

A infraestrutura são as relações materiais de produção e reprodução da vida estabelecidas pelos seres humanos no decorrer de sua existência. Desse compêndio de relações, será forjada uma superestrutura, que se constitui como o reflexo imaterial das relações materiais, e a forma cultural, jurídico-política e ideológica pelas quais os sujeitos disputam seus significados e formas de constituição. Ela é diretamente determinada pelas relações materiais e condições de existência de cada classe, tendo correlação direta com a forma que essas pessoas se organizam em sociedade frente determinados cenários e condicionamentos da realidade. Como nos diz Marx (2011, p. 60),

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes.

Segundo Harnecker (1973), é possível dizer que há dois níveis da superestrutura: as instituições jurídico-políticas, o Estado, a forma do direito como as legislações, etc; e as ‘formas de consciência’, ou, em outras palavras, as ideologias. Toda classe vai ter um conjunto de crenças correspondente proveniente de seu modo de vida e dos mais variados níveis de relação que estabelecem em seu cotidiano. Essas classes comungam dos elementos constituintes dessa estrutura ideológica e os perpetuam através das gerações, que vão modificar esses elementos, atribuir novos significados e resgatar outros

dependendo do curso histórico material que a luta de classes condiciona, e é esse processo de disputa que ocorre na infraestrutura que irá constituir as formas de cristalização na superestrutura, tanto em sua forma ideológica quanto jurídico-política.

A superestrutura ideológica é composta por práticas culturais, costumes, superstições, valores, modos de vestir, linguagens, dentre outros elementos que ajudam os indivíduos a constituírem sua identidade enquanto membros de determinada classe, além de servir para conectar esses sujeitos, modulando suas opiniões, ditando sua visão de mundo e guiando suas atitudes nas mais variadas esferas da vida, seja ela política, familiar, no trabalho, e assim por diante.

Quando Marx (2011) afirma que cada classe estabelece sua superestrutura, ele quer dizer que cada um dos elementos constituintes dessa superestrutura dialoga com a situação material decorrente da luta de classes, partindo dos interesses que atendem as necessidades reais de cada classe para a manutenção e melhoria de sua condição de vida. As ideologias, desta forma, estão diretamente atreladas a esse elemento material, pois são elas que irão dar as justificativas necessárias que cada sujeito precisa para embasar suas ações em prol de sua emancipação ou da dominação sobre outro grupo. Elas carregam um DNA histórico, que vai sofrer certas alterações no decorrer dos séculos, mas ainda mantendo a codificação basilar original, apenas adaptada a novas condições de existência.

As ideologias, entretanto, não se localizam dentro da cabeça de cada um, mas na realidade concreta. Como diz Eagleton (1997, p. 47),

de nada adianta lembrar a mim mesmo que sou contra o racismo quando me sento em um banco no parque onde se lê “só para brancos”; ao sentar nele, apoiei e perpetuei a ideologia racista. A ideologia, por assim dizer, está no banco, não em minha cabeça

Isso se dá porque a ideologia é firmada e afirmada por meios de atos concretos, cognoscíveis e vistos no mundo real – em ações, no discurso em um enunciado, em decisões, em atitudes, sejam elas de discordância, concordância ou suposta neutralidade. Elas não estão somente naquilo que determinado sujeito pensa, mas principalmente no conteúdo daquilo ele fala, faz, defende,

condena, releva, justifica, enfim, na maneira com a qual ele se relaciona com a realidade e seus elementos.

Segundo Lênin (2020), não existe ideologia ‘extraclasse’ ou ‘supraclasse’, pois não é possível, na forma como a sociedade capitalista se constitui, que um pensamento seja formado sem estar conectado, em alguma medida, a questões materiais de classe. Para o autor, essas ideologias são de dois tipos: burguesa e socialista, que possuem suas manifestações ideológicas. Essas duas categorias não devem ser encaradas como formas estáticas e rígidas, mas como “uma abreviatura para um leque imenso de discursos espalhados no tempo e no espaço” (EAGLETON, 1997, p. 171). Isso significa dizer que, muito embora determinado sujeito se diga defensor da classe trabalhadora ou use de termos provenientes dessa classe, não necessariamente as ideias que ele irá carregar poderão ser ditas como ideologias socialistas, por exemplo, já que, na medida em que essas ideias se localizam na concretude dos atos no tempo e espaço, e não em meras palavras, são os conteúdos das ações empreendidas que dirão se determinado sujeito age portando uma ideologia socialista ou burguesa.

Em linhas gerais, as ideologias socialistas e burguesas se nomeiam dessa forma pois, uma vez que ideologia diz respeito a formas de dominação e de disputas de poder, são os efeitos concretos dessa luta que irão determinar o caráter de certa ideologia. Mesmo que o posicionamento ou ação de certo sujeito aparente defender a classe trabalhadora, se num plano concreto ela em nada contribui para a diminuição do poder real da burguesia, esse sujeito estará portando uma ideologia burguesa, e somente mediante um processo de análise cuidadosa será possível verificar o teor de classe contido em algumas manifestações ideológicas, já que elas ocorrem muitas vezes longe do domínio consciente total do sujeito.

Contudo, isso não implica dizer que todo trabalhador possui uma forma de consciência socialista, muito embora essa ideologia seja a ideologia de sua classe por excelência, já que a classe dominante opera por meio daquilo que Freire (2021) chama de invasão cultural, ou seja, um processo de dominação que bombardeia a classe trabalhadora com elementos ideológicos da classe dominante. Essa invasão da classe dominante gera uma contradição na qual é totalmente possível um mesmo sujeito possuir tanto elementos de ideologia socialista quanto de ideologia burguesa.

Essa relação também ocorre no sentido inverso, mas não da mesma forma. Ao passo que na relação ideologia dominante-dominada há uma invasão cultural e ludibriação, na relação ideologia dominada-dominante há uma espécie de antropofagia ideológica, ou cooptação, por parte da burguesia.

o que às vezes se percebe como ideológico em uma forma de consciência não é o modo como ela ocorre, ou se é verdadeira ou não, mas o fato de ser funcional para legitimar uma ordem social injusta. Desse ponto de vista, não é a origem das idéias [sic.] que as faz ideológicas. Nem todas as idéias [sic.] que se originam na classe dominante são necessariamente ideológicas; inversamente, uma classe dominante pode apoderar-se de idéias [sic.] que germinam em outro lugar e utilizá-las para seus propósitos. [...] Mesmo as formas de consciência que têm raízes na experiência das classes oprimidas podem ser apropriadas por seus senhores (EAGLETON, 1997, p. 50).

Isso significa que a classe dominante rouba ideias originárias da situação material do proletariado e as preenche com seu teor de classe. Podemos citar como exemplo a apropriação das pautas raciais, de gênero e sexualidade pela classe dominante, transformando-as em questões de consumo e representatividade vazia, no qual o combate à essas opressões se dá pela via de transformar esses grupos em nichos de mercado, através de produtos para cabelos cacheados, peças de roupa com a bandeira do movimento LGBTQIA+ ou joias com símbolos do feminismo ou ícones feministas como a Frida Khalo, por exemplo. Essa cooptação apaga o teor de classe e as medidas necessárias para atingir os problemas em suas raízes (o que demandaria um esforço estrutural), e responde por meio de vitórias simbólicas que, por mais que tenham sua importância, de nada servem para resolver o problema de fato, apenas aquietam os ânimos desses grupos enquanto a máquina de opressão segue trabalhando.

Por ser expressão da luta de classes, tanto o processo de invasão cultural quanto de cooptação pela burguesia gera ideias que se alastram no senso comum na medida em que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47., grifo dos autores). Por estar dotada da propriedade sobre os meios de difusão intelectual e, conseqüentemente, ideológica, a classe dominante tem o poder de fazer com que suas ideologias tenham maior

penetrabilidade no corpo social, e assim tenham a capacidade de se infiltrar em nichos da classe trabalhadora, gerando frutos em suas mentes e conseqüentemente angariando aliados para seus interesses.

Essa difusão ideológica vai ocorrer por meio daquilo que Althusser (2007) denomina como “Aparelhos Ideológicos de Estado” (AIE). Para o autor, uma das principais funções desses aparelhos é garantir a reprodução das relações de produção, ou seja, assegurar a reprodução das relações de exploração que possibilitam a forma de produção do capital. Reproduzir essas relações e sua força de trabalho

não exige somente uma reprodução de sua qualificação, mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes de exploração e repressão, de modo que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante (ALTHUSSER, 2007, p. 58).

Sendo assim, esses aparelhos garantem não somente que os trabalhadores estejam aptos a vender sua força de trabalho, mas também que haja um impedimento para que esses sujeitos se enxerguem enquanto explorados nessa relação e acabem por concordar com a ordem vigente. Os aparelhos de Estado servem tanto como formas de coerção por meio da força (seja ela física ou não), quanto para a geração de consenso que permite o domínio – sendo os primeiros os aparelhos repressivos, e os segundos os ideológicos (ALTHUSSER, 2007).

Segundo o autor, pode-se nomear os domínios nos quais agem os AIE, e são eles: a) religioso; b) escolar; c) familiar; d) jurídico; e) político; f) sindical; g) **de informação**; h) **cultural**. Eles agem em conjunto, mesmo que não aparentem dialogar entre si explicitamente, atuando de maneira tal que consigam cercar as mais diversas esferas da vida social para submergir os trabalhadores na ideologia dominante. Dentre esses, os principais são a dualidade dos aparelhos escola-família (ALTHUSSER, 2007), já que o primeiro se responsabiliza por assegurar, desde tenra infância, que as ideias de comportamento da sociedade de classe sejam incutidas nas pessoas, enquanto que o segundo é onde a reprodução das relações de produção se dão de forma

mais estrita, por meio de normas de comportamento e um reforço direcionado dos ideais perpetuados pelos demais AIE.

Contudo, apesar de levar o nome de 'Estado', Althusser (2007) ressalta que a maioria dos AIE se dá dentro do âmbito privado – igrejas, escolas, jornais, família, etc. Isso se dá, pois “o Estado, que é o Estado *da* classe dominante, não é nem público nem privado, ele é ao contrário à condição de toda distinção entre público e privado” (ALTHUSSER, 2007, p. 69, destaque do autor). Essa noção remonta à visão de Marx (2011) a respeito do caráter do Estado; para ele, o Estado não é somente uma instituição, ou um conjunto delas, mas uma força que garante a gestão do sistema pela e para a classe dominante, funcionando através de aparelhos que permitem a manutenção das relações sociais de produção e reprodução da vida por meio das vias jurídica, política, cultural, institucional, dentre outras. Em Marx (2011), o Estado, tanto enquanto aparelho como enquanto poder, é palco da luta de classes por permitir as condições para a existência da classe dominante.

Por conta disso, chama-se de 'aparelhos ideológicos de **Estado**' não por estarem necessariamente 'dentro do Estado' (na concepção de senso comum, na qual 'Estado' é sinônimo de público), mas por partirem da atuação do Estado enquanto uma superestrutura. É o domínio da burguesia sobre o Estado e seus aparelhos que garante o grau de liberdade e penetrabilidade que determinadas instituições e grupos terão dentro da sociedade, mantendo assim sua hegemonia.

Por isso, para garantir que sua ideologia se torne uma nova hegemonia, é necessário que a classe trabalhadora domine materialmente o Estado e seus aparelhos, através de meios concretos, subvertendo a lógica, e munida de uma ideologia socialista (LÊNIN, 2020), na medida em que é a ideologia capitalista que provém da classe dominante burguesa.

Sendo assim, a difusão ideológica acontece, em maior nível, através da educação, da mídia (tradicional e digital), de discursos políticos, de sermões religiosos, de produtos culturais, etc. Mas ela também está presente no cotidiano, em menor nível, nas conversas do dia a dia, nas lições de família, nas piadas, brincadeiras, dentre outros, que servem de coro tanto da atuação dos AIE, como também das ideologias da classe trabalhadora que entram em confronto com a classe dominante.

Vejam os um exemplo dessa relação de dominação: um trabalhador, em seu horário de almoço, assiste a um programa de TV ou vídeo no YouTube que, transversalmente por piadas e brincadeiras, ou do sensacionalismo, carrega um discurso punitivista, mostrando uma série de criminosos sendo presos e reproduzindo falas no tom “bandido bom é bandido morto”; mais tarde, esse mesmo sujeito, em seu ambiente de trabalho, profere falas que carregam a mesma raiz ideológica e que, por sua vez, serão reproduzidas por seus colegas em suas respectivas famílias, que irão fazer coro a essa fala nas igrejas, escolas, salão de cabeleireiro, mercados, jogo de futebol, conversas na porta de casa, e assim por diante. Digamos agora que nosso trabalhador em questão é um homem negro morador de uma periferia; ao andar na rua durante a noite, com suas roupas do dia a dia, ele é confrontado por policiais que, por conta de suas vestes (e da informação racial na cor de sua pele), afirmam que ele possui “cara de bandido” e, em uma abordagem, agem com violência e truculência, guiados pelo mesmo ideal punitivista que esse mesmo trabalhador proferiu anteriormente.

Independentemente de o trabalhador em questão compactuar com ideias que fazem sintonia com as dos policiais, ele ainda sofre as consequências da proliferação delas porque toda ideologia carrega a semente de sua classe, mesmo que ela esteja sendo reproduzida por um sujeito pertencente a outra. Esse ideal punitivista não pertence à classe trabalhadora negra e periférica, mas à classe dominante branca e burguesa, e é na realidade imediata que a contradição das mentes é constatada pois, mesmo que esse trabalhador reproduza esses ideais, as estruturas racistas já estavam postas e elas condicionam sua forma de existência independente das ideias que ele possui (ou acredita possuir), pois essas ideias surgiram não para beneficiá-lo, mas para dominá-lo e eliminá-lo – elas nascem em oposição a ele.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

É parte da estratégia de dominação que a classe dominante utilize de artifícios para transmitir seus interesses como interesses universais (MARX;

ENGELS, 2007), isto é, ela precisa fazer com que a classe dominada desenvolva a ilusão de que terão seus interesses atendidos somente mediante o contentamento daquela que a domina; para isso, ela precisa lançar mão de artifícios que possam convencer a classe trabalhadora a aderir a ideias escusas.

De acordo com Eagleton (1997), as ideologias necessitam comunicar algo que seja cognoscível às pessoas, algo com a qual elas possam se identificar, que, de alguma forma, consiga dialogar em algum nível com sua realidade material, do contrário essas ideologias correrão o risco de serem rejeitadas. É por meio desse diálogo com a realidade que, por mais que as ideologias possam estar justificando algo por meio de falsificações, elas ganham aderência pelas pessoas, pois, ainda segundo o autor, essas ideias estão, de uma forma ou de outra, traduzindo necessidades e desejos genuínos.

É justamente nesse campo da dominação ideológica por meio da invasão cultural e cooptação, e dessa necessidade de subversão das mentes dos trabalhadores, que podemos encontrar a desinformação. Como visto, dois de seus aparelhos ideológicos são os de cultura e os de informação, e nesses aparelhos estão os mais variados meios de produção e instituições como editoras, a imprensa, produtoras de audiovisual, empresas de *big tech*, rádios, arquivos, museus, bibliotecas, dentre outras. Harnecker (1976), por exemplo, localiza as bibliotecas como um exemplo de quando as ideologias atingem um alto grau de sistematização, que possibilita a reprodução das relações de produção de forma mais fortalecida. Isso se dá, pois essas instituições não somente servem para guardar memória ou disseminar informações, mas como uma evidência do que aquela sociedade considera como relevante ser lembrado ou informado, e em que grau está a disputa de classes em torno dessa memória e dessas narrativas.

Se a ideologia ajuda como forma de justificação para algo que eu preciso e/ou desejo – mas não consigo nomear –, através de discursos ideológicos é possível dar sentido a desejos e necessidades reais, mas que, até então, não eram possíveis serem justificados ou explicados. Isso ocorre com muito mais eficiência quando esses discursos conseguem dialogar com a realidade material das pessoas, e estabelecer maiores efeitos de sentido.

A desinformação entra nesse jogo como uma forma de embasamento para essas justificativas. Como exposto anteriormente, o conhecimento

verdadeiro é formado através de uma crença justificada, que é provada real através de uma busca epistemológica baseada em evidências; para Buckland (2017) o documento atua como evidência na medida em que, ao documentar, eu estou criando as possibilidades de provar que algo é real ou que uma vez existiu. As desinformações, nas suas formas objetivas enquanto documentos, servem para simular essa forma de justificação, já que elas poderão ser usadas como base para argumentos, ou como prova de algo supostamente real, por mais conspiratório que seja. O que elas fazem é mobilizar os desejos e afetos da população, através dessa simulação de evidência de uma justificativa, para conduzi-la à defesa de interesses e ações favoráveis à classe dominante.

As desinformações disseminam ideologias da classe dominante, não porque são seu principal veículo, mas porque elas ajudam embasar argumentos de justificação a discursos ideológicos que são constantemente comunicados por diversos outros aparelhos. Não é uma desinformação odiosa que causa a violência contra a população negra, mas é o discurso racista presente na estrutura da sociedade, tomando como base de evidência desinformações odiosas, que causa esse acontecimento. Não é a *fake news* sobre uma suposta abusadora de crianças que causa o linchamento público de uma pessoa inocente, mas o discurso punitivista e sensacionalista presente em programas policiais na TV, por exemplo, que com base numa *fake news* ganha maior proporção.

Há um fator linguístico presente nessa questão. O discurso, que para Eagleton (1997) é peça central nas questões ideológicas já que objetiva uma produção de efeitos em seus receptores, não diz respeito ao que se fala, mas ao conteúdo presente nessa fala, aquilo que está nas entrelinhas do que foi dito. É no teor do discurso que se encontra a ideologia, e suas intenções são determinadas não em abstrato, mas em relação à realidade.

3.2 A produção do discurso

Para Volóchinov (2018, p. 91, grifo do autor) “tudo que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*”, quer dizer, toda ideologia é formulada através de significações de elementos da realidade e da atribuição de um sentido único dentro de

determinado recorte social, geográfico e histórico, e que muda de acordo com o tempo – isto é, através do estabelecimento de signos, que podem ser entendidos como um elemento linguístico que representa algo externo a ele, localizados na realidade, como uma forma de intelecção e representação do mundo material.

Essa atribuição de sentido, de signos ideológicos, pode ocorrer tanto a elementos materiais (como objetos, imagens, textos), quanto a elementos imateriais decorrentes da ação e vivência humana (como o trabalho, a família, os relacionamentos). O sentido acontece a partir da interação entre a consciência individual de um sujeito com a de outro, estando essa interação atravessada por elementos estruturais da realidade que vão condicionar a circulação de produtos ideológicos bem como que tipo de relações os sujeitos irão desenvolver.

Sendo assim, um signo é algo a qual um sujeito, ou um conjunto de sujeitos, atribui significado e sentido. O signo também é um território em disputa; Eagleton (1997) afirma que os diversos interesses sociais “puxam o signo de um lado para o outro”, ou seja, lutam por seus significados, fazendo com que, na decorrência da história, um mesmo signo sofra alterações e ganhe significados diferentes. Essa disputa pode ser vista, por exemplo, com a bandeira arco-íris que representa o movimento LGBTQIA+ que, de um lado é disputada para ganhar um teor classista, do outro o conflito é para dá-la um teor mercadológico. Essas disputas engendradas dentro da sociedade vão forjando os significados que farão com que as pessoas desenvolvam suas visões de mundo a respeito de algo.

Neste sentido, o processo de formação de uma consciência se dá a partir da intelecção de signos ideológicos externos (VOLÓCHINOV, 2018), da **subjetivação** desses signos. Antes de uma consciência individual existir, ela entrará em contato com sistemas ideológicos pré-formados decorrentes da superestrutura na qual ela irá se inserir, sua consciência, portanto, será formada a partir da subjetivação desses signos e sua conseqüente assimilação. Em outras palavras, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

É por isso que Marx e Engels (2007) afirmam que o mundo espiritual está contaminado pelo material – as relações materiais estabelecidas pela humanidade no curso da luta de classes forjam signos ideológicos o tempo todo,

as consciências individuais absorvem esses signos, dão a eles significados, e os retornam para o mundo por meio de interação discursiva; nesse processo dialógico, a ideologia é reforçada ou enfraquecida e campos semânticos entre sujeitos socialmente organizados são formados.

Sobre a natureza do signo, Volóchinov (2018, p. 94) nos diz que muito além de um reflexo da realidade, ele é “também uma parte material dessa mesma realidade. Qualquer fenômeno ideológico sígnico é dado em algum material: no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo e assim por diante”; ou seja, qualquer signo ideológico é dado a partir de um registro do qual pode ser absorvido e sofrer um processo de intelecção e interpretação, o que implica dizer que o signo ideológico possui uma informação, que é absorvida e transformada em conhecimento. Se esse signo ideológico informa, e essa informação gera conhecimento, a forma de conhecimento gerada será ideologicamente enviesada.

Esse processo de estabelecimento de signos e significados, e consequentemente de informações, só é possível pois essas relações são mediadas pela linguagem, isto é, uma forma de comunicação estabelecida em comum por um grupo de sujeitos, composta por signos e sentidos, que acontece dentro de um contexto histórico-social-geográfico específico.

A linguagem, por si só, constitui de certa forma uma superestrutura (VOLÓCHINOV, 2013), pois é pelas convenções sociais entre sujeitos organizados que códigos linguísticos vão se formando; daí acontece de haverem diferenças no uso de palavras e expressões entre regiões diversas de um mesmo país, entre falantes de uma mesma língua em países diferentes, ou até mesmo de grupos sociais distintos dentro de uma mesma cidade – porque os códigos linguísticos convencionados por esses sujeitos são únicos dentro da circunscrição de suas relações sociais.

A linguagem não é só a palavra falada ou escrita, mas também um conjunto de gestos e signos utilizados por determinadas pessoas para se comunicarem (VOLÓCHINOV, 2013), daí as linguagens de sinais usadas por surdos, gestos peculiares de grupos sociais ou até mesmo olhares e expressões cheias de significados para um pequeno grupo de amigos. Essa comunicação está sustentada por um movimento de significação, ou seja, pela atribuição de

sentido a determinado signo e sua constância até a assimilação dele pelo grupo em questão e sua conversão em valor social (VOLÓCHINOV, 2013).

Essa sucessão de atribuição de sentido fará com que a linguagem, e os seus mais variados recursos, deem origem a discursos; são eles que, com sua organização própria, serão os responsáveis por carregar esses significados entre os coletivos sociais e estabelecer as pontes comunicacionais entre os sujeitos – todo processo humanamente interativo é um processo discursivo.

Tal processo é feito através da passagem do universo da sensação para o universo da enunciação. De acordo com Volóchinov (2013), a sensação compõe aquilo que chamamos de linguagem interna; nessa linguagem, que ocorre dentro da mente de cada sujeito, estão as opiniões e pensamentos que trabalham ininterruptamente na formação de discursos que, depois, serão externalizados levando em consideração o meio social para o qual essa fala se direciona.

Sempre que alguém fala algo, ela fala não somente a partir de si, mas tendo em vista a audiência para quem discursa. A forma de diálogo entre mãe e filho, entre esse filho e seus amigos, entre esses amigos e os professores, entre esses professores e a direção do colégio, e entre a direção do colégio e os pais dos alunos, será diferente; não só por conta dos atores que desempenham esse diálogo (e suas posições sociais), como também por conta das relações entre as partes e os interesses e intenções contidos no conteúdo daquela conversa. A linguagem, portanto, possui um direcionamento (VOLÓCHINOV, 2013), cuja forma do discurso ser expresso é trabalhada levando em conta os mais diversos fatores que compõem o cenário no qual a fala se dará, sempre tendo em mente que “todo discurso tem como objetivo a produção de certos efeitos em seus receptores e é emitido a partir de uma “posição subjetiva” tendenciosa” (EAGLETON, 1997, p. 177).

A passagem da linguagem interior, a sensação, para a linguagem exterior, a enunciação, forma, conseqüentemente, um enunciado. Para Bakhtin (2011, p. 261), os enunciados “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo [da atividade humana]”; eles dialogam com as relações materiais dos quais os sujeitos insurgem e se estabelecem de forma única, sejam escritos ou verbais.

Um enunciado é a maneira na qual a linguagem se materializará de forma singular, ou seja, cada forma de enunciação, estabelecida por um grupo socialmente organizado, será composta de maneira única pelos membros desse determinado grupo, comunidade ou classe. Esses enunciados únicos se remetem a elementos da realidade e as convenções que os sujeitos, em seus processos de socialização e com todos os elementos que ditam as condições para essa socialização, formam no decorrer da história; além disso, as formas nos quais esses enunciados irão se modificar serão condicionados pelas modificações materiais realizadas pelo ser humano em seu processo de inserção na realidade.

Os enunciados carregam discursos, que aqui não dizem respeito ao que se fala, mas ao que está implícito nessa fala e para onde se orienta uma prática que o sujeito desempenha ou pretende que seja desempenhada no mundo material. O discurso é toda a carga ideológica, remetente à realidade, que certas enunciações carregam. Ele é a expressão linguística dos tensionamentos materiais do processo de significação ideológica, que surgem como consequência dos conflitos de classe que estruturam nossa existência.

Posso tomar como exemplo o seguinte cenário: um sujeito abre um vídeo da Lorelay Fox no YouTube e comenta 'LGBTs no topo'. Na primeira vista, esse enunciado carrega um discurso de teor progressista, pró-LGBTQIA+, que valida a existência dessa comunidade, que reconhece a opressão sofrida e que defende uma melhoria na qualidade de vida dessa população. Porém, ao mesmo tempo, no momento em que esse sujeito fala 'no topo', ele reconhece a existência de uma estrutura composta por 'topo e base', mas não realiza uma contestação dessa ordem.

Desta forma, esse enunciado, ao passo que carrega um discurso pró-LGBTQIA+, também traz um discurso que parte de um local que normaliza a estrutura capitalista, no qual o 'empoderamento' ou a melhoria de vida dessa população parte por ocupar o lugar 'no topo' dessa estrutura, normalizando então as relações de hierarquia. Então, por mais que haja manifestações ideológicas progressistas, na base desse discurso há ideias pró-capitalistas, uma ideologia burguesa, que facilmente poderia aderir a medidas liberais pró-LGBTQIA+ como o 'empoderamento via consumo', mas que se afasta de ideais anticapitalistas que veem esse tipo de empoderamento como algo paliativo que não resolve o

problema. Os discursos, desta forma, nem sempre são claramente visíveis, sendo necessário um processo de análise atenta que requer uma constante investigação da realidade.

As maneiras de enunciação não ocorrem de maneira livre, sem forma, mas se forjam sob uma estrutura, as quais Bakhtin (2011) vai denominar como gêneros do discurso. Para Harnecker (1973, p. 87) estrutura é “uma totalidade composta por um conjunto de relações internas e estáveis que determinam a função que os elementos desempenham dentro desta totalidade”; mesmo que haja mudanças nos elementos com as quais as relações são estabelecidas, seja por avanços nas formas de produção, por exemplo, se as relações continuam as mesmas, então não houveram mudanças nas estruturas (HARNECKER, 1973).

Os gêneros discursivos são estruturas na medida em que são formas cujos discursos se organizam de acordo com as relações materiais de produção e reprodução da vida dos sujeitos, na qual dois ou mais sujeitos socialmente organizados estabelecem uma relação comunicativa, munidos de uma linguagem inteligível por ambas as partes, dentro de um padrão relativamente estável.

A carta e o e-mail, por exemplo, são gêneros diferentes, pois não só há uma modificação em alguns elementos (como o suporte), como também há nas relações estabelecidas: a temporalidade de resposta entre uma e outra se diferem, o que modifica a forma de comunicação e todos os aparelhos necessários serem empreendidos para que a mensagem chegue de um canto para outro. Já o livro e o e-book são o mesmo gênero, mas com elementos diferentes, já que se modifica o suporte, mas as relações estabelecidas não.

Esses gêneros vão se manifestar de formas simples e complexas, oral e escrita, verbal e não-verbal, sempre carregando seus estilos e conteúdos temáticos em unidades composicionais únicas que ajudarão para distinguir um gênero do outro.

Aos gêneros simples, ou primários, Bakhtin (2011) vai denominar aqueles que pertencem ao campo ético da vida, isto é, a vida enquanto acontecimento do mundo concreto. São aqueles gêneros discursivos que dialogam com a imediatidade da vida e com seus inacabamentos, que tem uma temporalidade determinada e cuja conexão com a vida real se mantém mais estreita. Podemos tomar como exemplo disso cartas, relatórios, conversas de WhatsApp,

videochamadas, videoaulas, palestras, dentre outros. Todos esses gêneros dizem respeito a uma comunicação imediata entre sujeitos e se dão na temporalidade do curso da vida.

Já os gêneros complexos, ou secundários, são denominados por Bakhtin (2011) como aqueles pertencentes ao campo estético da vida, ou seja, gêneros dotados de um acabamento que perdem a conexão com a realidade material (apesar de referenciá-la) e são incorporados pela interferência criativa do sujeito enquanto autor. São exemplos desses gêneros as mais diversas obras de arte (peças teatrais, obras literárias, filmes, séries, telenovelas, etc.), mas também produções típicas do digital, como vídeos do YouTube, postagens de Instagram, memes, dentre outros.

Tomando como base os pensamentos de Bakhtin (2011), observo que podemos afirmar que também existem dois tipos de gêneros do discurso quando se trata de material informativos (os primários e os secundários) que se diferem não por sua relação com a esfera ética, mas pelo fator da autoria.

Nos gêneros primários estão aqueles produtos de informação que estão tão entranhados no cotidiano que sua autoria é difícil de determinar, e cujo significado, interpretações e sentidos atribuídos a ele/a partir dele recaem majoritariamente sobre o colo de quem o interpreta. Podemos dizer que são, por exemplo, sinalizações de trânsito das mais diversas formas, semáforos, gestos de determinadas comunidades (como um cartão vermelho no futebol), ou aqueles convencionados socialmente (como um dedo indicador em riste sobre os lábios cerrados). São informações e interpretações obtidas através de gêneros cujo significado foi atribuído e convencionado socialmente, na qual a autoria nominal é desconhecida ou de difícil atribuição.

Já nos secundários, estão aqueles cuja intervenção autoral é mais proeminente e que passaram por um processo de acabamento, ou seja, são aqueles nos quais há a intervenção de uma pessoa num processo de produção ideológica. Como exemplo temos cartas, artigos científicos, livros, redações escolares, produtos da indústria cultural de forma geral, mas também relatórios, protocolos, formulários, dentre outros tipos de documentos.

Nesses gêneros, há uma autoria nominal mais fácil de ser identificada, podendo ser uma pessoa ou uma instituição (com a lembrança de que uma autoria institucional nunca é necessariamente da instituição, mas das pessoas

físicas que a compõem), e as interpretações, significados e intenções obtidas por/a partir desse documento possuem um equilíbrio maior entre seus autores e seus leitores. São gêneros que passam por um processo de intervenção criativa em sua concepção, isto é, que recebem um acabamento dentro de uma estrutura discursiva.

Antes mesmo de fontes, os materiais dos quais extraímos informação (livros, periódicos, microfilmes, documentários, podcasts, dentre outros) são gênero discursivos, o que implica dizer que eles carregam em si uma nota ideológica remetente a seu produtor. Quando se dedica a verificar a veracidade de fontes de informação, o que vêm sendo feito é uma análise da forma composicional – isto é, autoria, editora, referências, local de publicação, etc. Deixa-se de lado o estilo e a unidade temática dessas obras, que é onde pode ser visto com mais propriedade o tom desinformativo de determinado material²⁶.

É totalmente possível uma peça desinformativa possuir uma forma composicional semelhante a fontes confiáveis, mas sua fraudulência está presente em suas unidades temáticas e em seu estilo. As desinformações objetivas, por exemplo, trazidas no capítulo anterior, são exemplos de gêneros discursivos de informação secundários, ao passo que, por mais que possam não conter autoria explícita, são materiais de informação que passaram por uma intervenção de autoria, e não que existem no mundo concreto de forma entranhada no cotidiano. O ‘Placar da Vida’ exemplificado anteriormente possui diversos elementos em sua forma composicional que lhe dariam um tom de credibilidade (o fato de ter sido publicado por uma instituição oficial, possuir informações verdadeiras), mas sua fraudulência é reconhecida ao analisar o tom discursivo de reforço ao negacionismo que pode ser visto em seu estilo e unidade temática.

Esses gêneros discursivos são frutos de um processo de produção ideológica e, para Volóchinov (2013), produtos ideológicos são obras dotadas de uma estética e um acabamento autoral. Já que toda produção é dotada de uma intenção única, desde a mais banal até a mais complexa, e essas intenções

²⁶ Na teoria bakhtiniana, a forma composicional é tudo aquilo que compõe o gênero em sua materialidade, o estilo é a “impressão” do autor e do gênero (ou seja, aquilo que torna um gênero diferente do outro e uma obra de um autor diferente da outra, mesmo pertencente a um mesmo gênero), e a unidade temática é o conteúdo que a obra traz e os sentidos que ela pode despertar.

dialogam em alguma instância com núcleos ideológicos, essas obras estão dotadas da ideologia de seus autores (e dos grupos aos quais esses autores pertencem) e servem como mecanismo de sua propagação.

A formação desses produtos ideológicos diz respeito a um processo de enunciação que se dá na passagem da linguagem interior para a linguagem exterior (VOLÓCHINOV, 2013), que se divide em etapas, mas que operam de forma tão imbricadas que não podem ser verdadeiramente separadas. Na primeira etapa dessa passagem, é dado um reforço à orientação social do discurso, isto é, para quem ele se direciona, ocorrendo neste estágio “a primeira prova e a primeira verificação das formas ideológicas da sensação” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 154). Leva-se em conta quem será o público, quais suas ideias e opiniões, o local dos quais eles possivelmente vêm, quais as possíveis relações que esse público estabelece/estabeleceu com o autor. É uma etapa no qual há uma organização subjetiva do discurso tendo em vista para quem o enunciado irá se direcionar.

Na segunda etapa, há organização e materialização dessa linguagem interior enquanto uma linguagem exterior na forma de produto ideológico de fato. O ouvinte deixa de ser uma abstração e passa a ser encarado como uma representação real de um grupo (VOLÓCHINOV, 2013). É nesta etapa que a linguagem sai de um plano abstrato meramente ideológico e se converte enquanto um gênero do discurso concreto.

Na terceira etapa, esse produto se organiza levando em conta questões técnicas exteriores ao autor; são feitas adaptações e modificações levando em conta fatores como o mercado, impedimentos empresariais, o suporte que carregará o produto ideológico, etc. (VOLÓCHINOV, 2013).

Quando se trata de produções informacionais, esse processo de produção ideológica tem, em seu primeiro estágio, a passagem da linguagem interior (os pensamentos, opiniões pessoais não verbalizadas, informações subjetivadas enquanto conhecimento) para a linguagem exterior (as opiniões e informações verbalizadas e socializadas). Como, por exemplo, o conhecimento a respeito de qual o melhor trajeto para ser tomado para um ponto turístico (linguagem interior) e a forma com a qual esse conhecimento será passado para um turista de forma compreensível (linguagem exterior)

A forma com a qual esse conhecimento será comunicado (no sentido de palavras escolhidas, entonações empregadas, informações omitidas e dadas ênfase), bem como o modo como o raciocínio será estruturado (a estrutura dos argumentos), serão determinados pelo público ao qual o comunicador está se dirigindo diretamente, ou ao qual ele pretende atingir indiretamente. Neste estágio um fato pode ter informações, deliberadamente, ocultadas, distorcidas, fragmentadas e descontextualizadas para que o comunicador encaixe seu discurso de acordo com o público ao quem se destina em prol de agradá-lo e convencê-lo. É neste estágio onde é possível subverter um fato em desinformação antes dela ser posta no mundo.

Referente ao segundo estágio, é quando essa informação se materializa em um gênero utilizado para comunicar o que se pretendia. Já no terceiro, são as limitações impostas pelo suporte e a tecnologia referente a isso, seja o limite de caracteres de uma postagem, o tempo de vídeo de uma mídia social, ou questões mais amplas como mercado editorial e condições materiais de expressar essa informação.

No campo da arte, a passagem da linguagem interior para a exterior é quando a ideia vira a obra de fato, no campo da informação, é quando os pensamentos e opiniões se materializam em torno de um gênero discursivo, ou quando o conhecimento tácito se transforma em conhecimento explícito. Isso se dá, pois, aquilo que denominamos como fontes de informação nada mais são do que gêneros discursivos utilizados para se informar. Há informação tanto no meio ético quanto no meio estético, e ela não está alheia ao processo de enunciação e formação discursiva no qual as obras de arte se inserem, por exemplo.

Um discurso do presidente da república para seus apoiadores é um acontecimento do meio ético, cheio de significações, e que é possível de informar algo para outras pessoas, sejam elas apoiadoras ou opositoras ao governo; uma reportagem jornalística, um vídeo de Instagram ou uma foto num *tweet* são acontecimentos do meio estético que sofrem a intervenção de seus autores e se encarregam de significados outros e informam outras coisas, não só sobre o acontecimento em si, mas também sobre o posicionamento ideológico do autor sobre o fato.

Essas produções ideológicas circulam pela sociedade através da atuação dos AIE (isto é, da superestrutura), materializados em gêneros do discurso tai

como os livros didáticos publicados pelas editoras e adotados pelas escolas e secretarias de educação; as legislações, súmulas e jurisprudências dos tribunais e esferas do legislativo; as revistas religiosas e jornais de partidos políticos; os filmes e séries produzidos e escolhidos para serem disponibilizados em plataformas de *streaming*, dentre diversos outros exemplos.

Os produtos postos para serem produzidos, circulados e distribuídos não são escolhidos por acaso, já que controlar não somente o que se conhece, mas também como se conhece e quais significados podem surgir, são formas eficientes de dominação. Controlar de que forma a realidade será lida pelas pessoas através de quais informações serão divulgadas e como elas serão comunicadas ajuda a moldar a opinião pública, aquietar insurgências populares, bem como criar consenso na base.

Frohmann (2006) relata a atuação dos AIE na legitimação de certas documentações ao afirmar que um documento, ao entrar na esfera legal, possui maior peso do que algum que não entrou. Por exemplo, o boletim de um aluno emitido por sua escola tem mais peso socialmente do que uma mera lista com suas notas escritas pelo próprio aluno. Isso se dá, pois esse processo de legitimação é resultado da cristalização de relações da infraestrutura na superestrutura. A forma como se avalia crianças e adolescentes no sistema escolar é uma cristalização superestrutural das disputas forjadas na base da sociedade por educadores, diretores escolares, empresários, pais e responsáveis, etc., e o nível de articulação e poder de influência que certos setores possuem em detrimento de outros. Os documentos emitidos a parti desse modo nada mais são do que o registro disso, sua oficialização – ou, nas palavras de Harnecker (1973), uma estruturação jurídico-política.

O próprio Frohmann (2006) exemplifica essa relação da infraestrutura e superestrutura na produção documental ao falar sobre as instituições e a materialidade da informação enquanto documento, usando como exemplo uma pesquisa de doutorado que investiga os regimes de informação relacionados às leis do *apartheid* da África do Sul e a discriminação racial sofrida pelas pessoas negras naquele país.

Os documentos que oficializam atitudes discriminatórias apenas cristalizam as ideologias da classe dominante em forma de lei, pois essas ideologias são traduções das relações materiais decorrentes na infraestrutura.

As pessoas negras (e demais etnias) carregam, usando as palavras de Frohmann (2006), uma informação racial em sua pele que sucinta em atitudes discriminatórias, pois essa informação foi cunhada em decorrência de um processo histórico de colonização e escravização de povos originários dos continentes americano, africano e asiático pelos europeus. Para legitimar a dominação, foram criados uma série de documentações e legislações que dessem suporte a essas relações. Não foram as leis que criaram o racismo, mas o racismo que criou a lei – os documentos apenas o oficializaram.

A superestrutura, portanto, na legitimação dessas relações através da coerção e criação de consenso, e a materialização dessas relações em documentos é apenas mais uma maneira de balizar essas ações. Os conteúdos desses gêneros, ou seja, seus teores discursivos, são manifestações enunciadas de relações já estabelecidas na base – isto é, se uma matéria de jornal possui um teor racista, ela está refletindo um modo de pensar da sociedade.

Até mesmo o mais formal dos documentos reflete essas relações, como bem demonstra Trevisan (2018), ao relatar como diversos documentos jurídicos e médicos registraram, durante uma boa parte dos séculos XIX e XX, os termos ‘sodomia’, ‘uranismo’ ou ‘perversão sexual’ como sinônimos de ‘homossexualidade’, e como o termo ‘libertino’ nas políticas higienistas muitas vezes eram usados para abarcar homens gays.

A produção ideológica da classe dominante sempre ocorreu de forma alargada, seja através de desinformações explícitas na grande mídia, seja por meio de outros produtos informacionais como leis, cartilhas, livros, filmes, documentários, etc. A grande questão é que “em qualquer momento histórico dado, certos pontos de vista socialmente determinados irão produzir mais verdades que outros” (EAGLETON, 1997, p. 56), e em nosso tempo histórico podemos ver uma radicalização das ações da classe dominante, em especial com a insurgência de diversos grupos neonazistas ou na eleição de líderes de extrema-direita em vários países, como exposto no capítulo anterior. É a radicalização nessas formas de atuação, que conseqüentemente impactam na radicalização do processo de produção ideológica, que faz com que tenhamos hoje essa grande massa de desinformações com teor negacionista e odioso, cujo

conteúdo nada mais é do que a reemergência do racismo e LGBTfobia já presentes na sociedade, mas que agora ganham maior corpo e força.

Como afirmam Marx e Engels (2007), a burguesia necessita transmitir seus valores enquanto valores universais, para angariar adeptos na classe trabalhadora. Ao povoar o senso comum de sentidos antipopulares, a classe dominante faz com que os significados atribuídos às informações recebidas, mesmo no mais individual dos planos, passem a condizer com seus interesses de dominação. Essa atuação também influencia na forma com a qual as pessoas atribuem senso de verdade àquilo que leem/veem, e se os pontos de vistas dominantes de hoje produzem verdades radicalizadas à direita, e essa forma de construção de verdades nos coloca sob uma crise a respeito do que é real, é necessário investigarmos o que constitui essa crise.

4 O MAL DO SÉCULO

“A crise consiste precisamente no fato de que **o velho está morrendo e o novo ainda não consegue nascer**. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.”
(GRAMSCI, Antonio, [19-?])

4.1 Uma crise do nosso tempo

Para compreender a grande massa de desinformações online a qual estamos sujeitos hoje em dia, devemos também saber a partir de qual o contexto nossa conjuntura informacional se desenvolveu e como ela se encontra atualmente. A infodemia atual surge sob uma cultura conhecida como pós-verdade; o termo ganhou popularidade recentemente após ser eleito como palavra do ano em 2016 pelo dicionário de Oxford, porém seu uso tem indícios desde o início dos anos 1990, e tem o primeiro registro em título de livro ainda em 2004 (ARAÚJO, 2020).

Pós-verdade é uma deturpação da verdade e da credibilidade, na qual emoções e opiniões pessoais valem mais do que fatos concretos e cientificamente comprovados, apelando dessa forma para a subjetividade dos sujeitos na formação de uma opinião (SILVA, 2018a).

Ela é uma cultura na medida em que, retomando Buckland (2017, p. 51, *tradução nossa*), “saber, acreditar, e entender sempre ocorrem dentro de um contexto cultural”, o que implica dizer que a forma com a qual as verdades vão ser atribuídas e adotadas dizem respeito ao contexto cultural em que as pessoas estão inseridas, e aos movimentos da realidade que moldam e condicionam esse contexto. Não podemos jamais perder de vista que todo contexto cultural é formado pelos atores sociais em suas dinâmicas de produção e reprodução da vida, estando ele atrelado a questões políticas e econômicas que vão guiar a forma como a sociedade será conduzida. Uma cultura de pós-verdade implica dizer que houveram movimentos da concretude que criaram as condições para o surgimento de uma superestrutura que coloca em xeque a ideia de uma verdade objetiva.

A pós-verdade é consequência direta dos movimentos históricos de evolução da sociedade capitalista e das ideologias a eles atrelados. Ela surge num contexto de nova modernidade pós-guerra, a qual Bauman (2001) vai denominar de *modernidade líquida*, porém, essa “nova modernidade” não implica necessariamente em uma pós-modernidade, mas em uma nova fase da modernidade adaptada aos resultados das evoluções das formas de produção feitas pela humanidade. O que há é uma fase tardia do sistema capitalista que, alicerçada nas mudanças surgidas após a Segunda Guerra Mundial e na criação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) do século XXI, ganha um novo corpo, mas mantém seu conteúdo.

Segundo Bauman (2001), uma das grandes características da nossa fase da modernidade é a individualização dos sujeitos, na qual a coletividade perde espaço para o individualismo. Desta forma, dentro da modernidade líquida, os sujeitos são individualizados e culpabilizados em si; os problemas nunca obtêm força o bastante para serem elevados ao senso de totalidade, deixando-os pairar dentro do campo individual de cada um. Esse processo de individualização causa a corrosão do senso de coletividade – os sujeitos não se veem mais no outro, mas em si mesmos, e quando se veem no outro, é em busca de algo semelhante a si.

Essa ebulição do individualismo compromete o surgimento de verdades coletivas, tornando míopes as visões acerca da realidade na qual somente aquela individual, ou igualada, é vista. Nossa erosão das verdades se liga ao processo de individualização dos sujeitos; sem um senso de coletividade que conecte os mais variados indivíduos em sujeitos socialmente organizados, não há verdade que ecoe entre os grupos e seja forte o bastante a abranger certa totalidade, pois os indivíduos isolados em si e entre seus pares olham para a verdade que diz respeito apenas a si próprios. As verdades coletivas, que são construídas a partir da materialidade dialética dos conjuntos, somem e dão lugar a uma verdade individual, narcisista, que atende a uma visão e uma necessidade própria de cada sujeito por si, e não se conecta com outras realidades ao ponto de se tornar uma verdade de conjunto em diálogo com a concretude.

Esse processo de individualização dos sujeitos gera uma segmentação dos mesmos entre seus iguais e a hostilização daqueles que lhe são diferentes; esses indivíduos se fecham em suas células narcisistas e rejeitam aqueles que

os opõem, mesmo que no menor dos níveis de oposição, e essa segmentação dos iguais cria uma sensação de “nós contra eles”, de um suposto combate a existência “deles” em prol de “nossa” sobrevivência (BAUMAN, 2001).

Nosso tempo é propício aos bodes expiatórios – sejam eles políticos que fazem de suas vidas privadas uma confusão, criminosos que se esgueiram nas ruas e nos bairros perigosos ou “estrangeiros entre nós”. O nosso é um tempo de cadeados, cercas de arames farpados, ronda dos bairros e vigilantes; e também de jornalistas de tabloides “investigativos” que pescam conspirações para povoar de fantasmas o espaço público funestamente vazio de atores, conspirações suficientemente ferozes para liberar boa parte dos medos e ódios reprimidos em nome de causas plausíveis para o “pânico moral” (BAUMAN, 2001, p.53)

Sob essa condição, as verdades e existências que, de alguma forma, fazem contraponto às verdades e existências desses indivíduos em células são combatidas para, ou serem expelidas dessas comunidades, ou serem devoradas e subjugadas a elas (BAUMAN, 2001); desta forma, por exemplo, a ciência que se opõe a uma verdade narcisista individual, e aqueles que ousam portá-la, são combatidos por serem vistos como ameaça a existência daquela comunidade reclusa e cheia em si. Porém, mesmo que esses indivíduos se unam pontualmente, já que compartilham de uma mesma interpretação acerca de algo, como Capurro e Hjørland (2007) afirmam que ocorre, eles ainda se mantêm individualizados e arriscam romper com essa união na menor das divergências.

A individualização, contudo, não é um movimento fantasma que surge em e de um vazio, mas é parte intrínseca da lógica capitalista de exaltação do indivíduo, e que ganha novos contornos e reforços em decorrência do surgimento da doutrina neoliberal, que tem como grandes marcos iniciais o Ronald Reagan nos EUA, a Margaret Thatcher no Reino Unido e a ditadura de Pinochet no Chile.

Segundo Paulani (2016), o neoliberalismo, que surge em oposição ao Estado de Bem-estar Social que dominou a Europa pós-guerra, encontra terreno para sua difusão após a crise econômica enfrentada em meados dos anos 70. Ele traz em sua essência doutrinária a ideia de que a liberdade individual é sinônimo de liberdade econômica, pois é da primeira que tudo deriva (PAULANI, 2016), uma vez que é essa liberdade individual que fundamenta, dentre outras coisas, o consumo.

Para o neoliberalismo, “ao tornar livres os preços e transformar tudo em mercadoria comercializável e regido pelas leis do mercado, o homem se libertaria” (CASIMIRO, 2020, p. 59). Ao colocar essa importância basilar no mercado, o neoliberalismo fundamenta que é a liberdade econômica, gerida sob um mercado livre, que vai consequentemente desenvolver as liberdades civis e políticas, fazendo com que qualquer ataque contra esse ideal de mercado livre seja encarado enquanto um ataque à liberdade em si (PAULO NETTO, 2012)

Com esses ideais de liberdade, o significado de ‘democracia’ se transforma em sinônimo de ‘liberalismo’ (PAULO NETTO, 2012), fazendo com que a defesa em torno da democracia sob o senso comum se generalize em uma defesa do sistema capitalista, do livre mercado e do modo de representação burguesa, dificultando utopias gerais que almejem ir além do sistema de representação vigente. Para Paulo Netto (2012, p.84), na essência do neoliberalismo jaz “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”. Segundo o autor, ao passo que prega um Estado mínimo para a sociedade, o neoliberalismo se agarra na defesa de um “Estado máximo para o capital”, que tem a liberdade de penetrar e mercantilizar tudo aquilo que for possível, mas que vem às custas da diminuição de garantias sociais e uma precarização da vida em detrimento da circulação do capital.

Sendo assim, a ideologia libertariana, que está na raiz do neoliberalismo, coloca o indivíduo acima de tudo, na qual a ideia de verdadeira liberdade está vinculada a liberdades individuais generalizadas sem o menor compromisso com o coletivo (MIGUEL, 2018). Sob a lógica libertariana, o ‘eu’ está acima do ‘nós’, como se todo sujeito fosse isolado dos demais e como se não houvesse nenhum fio que conectasse as mais diversas realidades em algum nível; para o libertarianismo, a liberdade individual é a única existente, colocando o indivíduo em detrimento do coletivo, e ignorando todas as diferenças impostas por um sistema naturalmente desigual. Essa ideologia, contudo, ignora que a liberdade individual pressupõe uma liberdade coletiva (BAUMAN, 2001), e que sem uma emancipação do coletivo, os indivíduos jamais serão verdadeiramente livres.

Como formação de subjetividade e organização da vida social, o capitalismo neoliberal vai gerar aquilo que Byung-Chul Han (2017a) chama de

sociedade do desempenho, onde os sujeitos exploram a si mesmos (e onde há uma exploração dessa autoexploração) guiados por discursos de super desempenho individual e competição exacerbada, na qual os indivíduos devem dar o melhor de si independente da situação. Vemos evidências dessa doutrina na quantidade de consumo e oferta de *coaches*/palestras motivacionais e livros de autoajuda, no discurso cada vez maior em defesa do empreendedorismo e investimentos financeiros e em slogans de empresas e instituições na linha *Just Do It*²⁷, “revolucione!”, “você pode!” etc.

Figura 20 - Exemplo de discurso neoliberal do desempenho



Fonte: Reprodução – Pinterest, 2021.

É sob essa ótica, em que cada um está por si e todos são concorrentes, que a individualização torna as pessoas cegas aos problemas coletivos e focadas em si próprias. Como dizem Marx e Engels (2007; 2012), a concorrência isola os sujeitos uns dos outros e impede uma organização sob um senso coletivo que possa pautar ações de mudança da realidade; sendo assim, numa sociedade onde todos são competidores, o outro surge como inimigo a ser eliminado, e a partir do momento em que um se torna entorpecido em relação a existência do outro, o ódio, e as ações e discursos consequentes dele, encontra o lastro para sua ascensão.

²⁷ Em tradução livre, “apenas faça”. Slogan da companhia de peças de roupas esportivas Nike.

Outra consequência causada pelo neoliberalismo e, portanto, característica de nossa neomodernidade, é a colonização do público pelo privado, que diz respeito não só ao espaço público em si, mas também que “o “interesse público” é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados” (BAUMAN, 2001, p. 51). Junto a isso, a desvalorização do Estado causada pelo neoliberalismo em detrimento do “deus mercado”, já que um de seus motes é a globalização do livre-mercado desregulado, trouxe como consequência um divórcio entre a noção de poder e o Estado, na qual o poder agora é global e se impõe sobre os Estados-nações, subjugando-os e forçando-os a aderirem a sua lógica com a consequência de sofrerem embargos caso aconteça o contrário (BAUMAN, 2001).

Na interseção dessas duas consequências podemos ver a internet, em especial as mídias sociais, e seus impactos em escala global. A internet tornou-se a ágora do século XXI; os debates de forma mais ampla não ocorrem mais em praça pública, em comícios ou em associações de moradores, mas, majoritariamente, em caixas de comentários do YouTube, em postagens do Twitter e em fóruns online. Hoje, postagens feitas por políticos em redes sociais são trazidas para o telejornal em horário nobre por serem compreendidas como questões de interesse público, programas matinais mostram as tendências do momento a partir dos *trending topics* do Twitter, protestos de milhões de pessoas tomam países surgidos a partir de *hashtags* e grupos em redes sociais²⁸. Da mesma forma, teorias da conspiração surgidas em fóruns online ganham proporções ao ponto de criarem movimentos e ações fora das redes²⁹.

Mas, para além disso, a internet e as mídias sociais operam hoje quase como um quinto poder, maior que todos os outros quatro e potencialmente nocivo a eles; ela é um poder global, que se impõe sobre as nações e atravessa as relações nos mais variados níveis, estando desde a administração pública até as relações menores da vida privada, em tendência expansiva e sem previsão de estagnação. Uma de suas forças está no fato de passarem a impressão de

²⁸ O movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos e o protesto #EleNão ocorrido em outubro de 2018 no Brasil contra a eleição de Bolsonaro são exemplos disso.

²⁹ Exemplo disso é a narrativa do *Pizzagate*, na qual a ex-candidata à presidência dos Estados Unidos, Hillary Clinton, foi acusada de usar os porões de uma pizzeria num esquema de tráfico de pornografia infantil.

que esse poder é composto por nós, o povo, omitindo que, na realidade, ele é composto por e pertence a um seleto grupo de pessoas que se sustentam a partir do usufruto de nossa autoexposição e conseqüente autoexploração.

As mídias sociais dão amplitude a individualização neoliberal da modernidade líquida ao conectar todos em uma aldeia global, mas ainda assim não ser o suficiente para unir em uma massa coletiva. Esses sujeitos conectados, mas isolados em si, trazem a lógica de suas comunidades celulares para o ambiente digital que, apesar de aparentemente caminharem em uma mesma direção em certos ambientes, ainda mantém seu espaço individual e negação do outro; o digital em si, portanto, não é capaz de formar uma massa, ou gerar efeitos de manadas, é capaz somente de gerar, como diria Han (2018), um enxame.

Esse processo de negação do outro, capitaneado pelo constante reforço em prol do desempenho e da competição por meio do discurso motivacional, traz para nossa contemporaneidade aquilo que Han (2017a) vai chamar de *sociedade positiva*, uma sociedade incapaz de lidar com o negativo, com o erro, ou com a alteridade dos fatos e das pessoas, e que busca sempre o conforto positivo.

Em boa parte das redes sociais, não é possível *descurtir* algo, apenas curtir, não é possível reprovar, apenas aprovar – e por mais que algumas disponibilizem botões de reação, uma reação não tem o mesmo impacto que uma reprovação explícita. A negação do outro e a não-alteridade nas relações gerou uma busca incansável por positividade e que, nas palavras de Nunes (2022), faz com que a busca pelo ‘menos pior’, pela via ‘menos dolorosa’, e pela narrativa que ‘incomoda menos’ seja um grande *modus operandi* da nossa subjetividade atualmente³⁰.

Nessa perspectiva, para Han (2017b),

A verdade é uma negatividade na medida em que se põe e impõe, declarando tudo o *mais* como falso. Mais informação ou um acúmulo

³⁰ O negacionismo implicatório bebe diretamente da fonte dessa positividade exacerbada, pois faz com que os sujeitos minimizem os impactos de suas ações e busquem ‘ver o lado positivo das coisas’ o tempo inteiro, evitando assim um confronto com a negatividade da realidade imediata. Ele é um negacionismo positivo, pois ele nega a negatividade; pela minimização dos acontecimentos, é criada uma sensação de autoproteção que visa com que os sujeitos evitem entrar em contato com a negatividade dos fatos. A sociedade positiva é, por excelência, uma sociedade negacionista.

de informações, por si sós, não produzem qualquer verdade; faltam-lhes direção, saber e o *sentido*. [...] A hiperinformação e a hipercomunicação gera precisamente a *falta de verdade*, sim, a *falta de ser*. Mais informação e mais comunicação não afetam a fundamental *falta de precisão do todo*. Pelo contrário, intensifica-a ainda mais. (HAN, 2017b, p. 24-25, grifos do autor)

A pós-verdade é, então, uma resposta positiva a negatividade da verdade. Quando defrontados com a negação que a verdade traz às convicções e crenças pessoais, os sujeitos recorrem a um conforto positivo que vise apaziguar e reforçar aquilo que já estava construído em si, agora abalado pelo choque com uma verdade. Dessa forma, recorrem a uma verdade que lhes seja positiva, uma pós-verdade, que os recoloca no eixo e permita que a vida seja reproduzida sem a revelação de sua própria negatividade, ou seja, de suas limitações e falta de conhecimento acerca de algo – suas lacunas informacionais –; a vida segue sem o reconhecimento de sua própria incompletude, de seu individualismo frágil e de um outro que o nega. Não haveria uma pós-verdade sem uma cultura individualista de base, sem o constante reforço do discurso em defesa do indivíduo como ente supremo inquestionável, e estímulo à competição que exclui as relações com outros.

Esse é o primeiro ponto para compreender a pós-verdade como um resultado do neoliberalismo: **o culto ao indivíduo** e seus desdobramentos na lógica de competitividade e hostilização do outro. Retomando a citação de Han (2017b), ao dizer que mais informação não necessariamente implica em um reconhecimento da verdade, podemos ver mais profundamente as relações entre individualismo, informação e pós-verdade. O sentido da informação que gera um conhecimento surge a partir de uma interação, construída através do diálogo entre o sujeito e um outro externo que favoreça o estabelecimento desse sentido (em diálogos presentes e passados, num processo constante), se não há um outro, ou há um processo de negação do outro, não haverá algo com que essa informação possa ser confrontada, então esse sentido é individual e não-dialógico.

A exposição a uma gama de informações sem o confronto com o outro, ou sem o preparo para buscar o confronto a outras, em uma sociedade positiva, gera a busca pelo reforço àquilo que já é conhecido – o conhecimento gerado a partir disso, e a verdade construída a partir desse conhecimento, é acrítico e

individual(ista), e arrisca não encontrar eco na realidade. A individualização conduz a uma ideia de que o conhecimento (e as verdades, por conseguinte) não é uma construção coletiva socialmente organizada, mas individual.

No que diz respeito a esse processo amplificado pela internet,

As mídias sociais e sites de busca constroem um *espaço de proximidade* absoluto onde se elimina o de *fora*. Ali encontra-se apenas o si mesmo e os que são iguais; já não há mais negatividade, que possibilitaria alguma difusão. Essa *proximidade digital* apresenta o participante com aqueles setores do mundo que lhe *agradam*. Com isso, ela derriba [sic.] o caráter público, a consciência pública; sim, a consciência *crítica*, privatizando o mundo. A rede se transforma em esfera íntima ou zona de conforto. (HAN, 2017b, p. 81, *grifos do autor*)

Uma das características da pós-verdade é seu fortalecimento pelas chamadas câmaras de eco, ou bolhas informacionais (ARAÚJO, 2020), e esses estratos digitais são formados pelo uso dos algoritmos, que redirecionam as pessoas para aquilo que seu rastro digital indica que desejam, aumentando a distância do outro – é uma consequência direta do processo de individualização neoliberal e, desta forma, os sujeitos ficam expostos somente a informações que reafirmam aquilo que já acreditam.

A amplificação que as mídias sociais fazem do funcionamento da razão neoliberal, em especial a que diz respeito às lógicas de competitividade e hostilização, encontram um novo reforço na sensação de anonimato que é concedida. Podemos ver esse impacto quando passamos a enxergar essas mídias enquanto locais de afeto. Na medida em que, na mídia tradicional, os conteúdos vinculados obedecem uma programação previamente estabelecida e sem um envolvimento real do público; nas mídias sociais, a organização de seus usuários se dá através de sentimentos de simpatia e antipatia (eu sigo aquilo/aquele que eu gosto e bloqueio aquilo/aquele que não gosto, e assim escolho o que vejo ou deixarei de ver de maneira personalizada), de forma que as *timelines* estão povoadas de relações de afeto entre quem consome e quem produz as informações lá disponíveis.

O que ocorre é que a internet permite dar vazão a uma característica presente fora dela – se as mídias sociais são mídias de afeto, e, inevitavelmente, o ódio é um tipo de afeto, as mídias sociais são, também, ambiente de ódio. O anonimato em um local povoados por afetos, mas dentro de uma lógica

individualista e não-dialógica, permite o sentimento de total liberdade em desvelar crenças e características que são reprimidas socialmente; e em uma sociedade de constante competição, fechada em si e com repressão ao outro, o anonimato concebido favorece o expurgo do ódio (HAN, 2018). Essa problemática se agrava a partir do momento que, muito além de afetos, elas são, sobretudo, locais de despersonalização ou de assujeitamento.

Ao entrar em uma mídia social, eu não estou interagindo com uma pessoa, mas com uma representação dela, com seu registro; a mídia social transforma tudo em registro, e a própria existência e humanidade de alguém se converte em um documento. O 'eu' não interage com o outro enquanto pessoa, mas sim enquanto uma foto, um vídeo, um texto, um áudio – o humano deixa de ser humano e se torna um documento que eu leio. Porém, esse registro documental não carrega um caráter de um passado ou de um presente-passado estáticos, mas de um presente orgânico e vivo, que serve como um registro 'ao vivo' das mudanças da vida.

Como diz Han (2018), o tempo do digital é diferente e mais imediato que o tempo do analógico; logo, enquanto que, ao ler uma carta ou olhar fotos de um álbum, o sentimento despertado é uma nostalgia referente a um passado relativamente distante, ao olhar as fotos e textos de algum perfil em uma rede, eu não estou olhando para um registro passado de alguém, mas para o seu retrato presente, e quando se trata de referência ao passado, ele não se dá mais em meses ou anos, mas em dias ou semanas. Para Buckland (2017), um documento tem a possibilidade de garantir socialmente a existência de alguém; da mesma forma, no digital, só está vivo para o mundo, aqueles que estão ativamente presente nas redes, caso o contrário, nada mais são além de fantasmas estranhos, uma memória de um passado que não cabe no tempo da hipercomunicação e hiperinformação.

Essa despersonalização, ao esvaziar o sujeito e transformá-lo em informação processável, favorece sua desumanização pois, de fato, na rede ele não é humano, mas informação registrada. Enquanto que, para eliminar pessoas no mundo *offline*, é preciso um movimento de violência brutal e explícita que acarreta em níveis de resistência e punibilidade, no digital, o mesmo tipo de força não é necessário, afinal de contas, a pessoa em si não está sendo eliminada, mas sim sua representação – remove-se o registro e o humano permanece.

Sendo assim, da mesma forma que alguém pode triturar relatórios, queimar fotos ou destruir microfílmes facilmente, no digital, bastam alguns cliques ou *hashtags* para excluir o perfil de alguém ou força-lo a ser excluído, fazendo com que a internet permita que se destruam pessoas como se destroem papéis.

A lógica de agressor-agredido da internet reproduz a lógica opressor-oprimido que está na raiz da sociedade de classes; aquele que agride o faz reproduzindo uma estrutura que sustenta a organização da violência hierárquica, servindo de coro ao ódio que está presente da própria formação histórica da sociedade capitalista. Da mesma forma que eliminar livros LGBTQIA+ de acervos bibliográficos configura-se como a eliminação de registros que representam pessoas reais, assim se dá o ataque deliberado a perfis de pessoas na internet que também servem como representação de pessoas reais – a lógica é a mesma, mudam-se apenas os artifícios. Se pretende-se combater o ódio digital, é preciso que os esforços se voltem também para as sementes que germinam esse sentimento no mundo real, trata-se de um movimento mais amplo, pois a internet não criou o ódio generalizado, apenas o escancarou.

É nesse contexto que as desinformações surgem. Com o aumento da produção de informações e as consequências do individualismo sob pós-verdade, as antigas táticas de uso da desinformação como forma de manutenção da dominação e propagação de ideologias encontram uma nova forma de agir, nutrindo-se do contexto atual e se aproveitando dos novos veículos de comunicação para serem propagadas.

O segundo ponto para compreender as relações entre pós-verdade e neoliberalismo está na conexão deste último com a **despolitização**. Para Paulo Netto (2012, p. 88), “a proposta neoliberal centra-se inteira na despolitização das relações sociais”; isso porque, ao colocar o mercado no centro como um fim inevitável, faz-se necessário uma diluição da consciência das pessoas a respeito de sua realidade material, gerando diversos níveis de defesa do capitalismo (muitas vezes inconscientes) que evidenciam uma contradição entre a realidade vivida e aquela enxergada.

Nisso, torna-se importante ressaltar que a despolitização das relações sociais feita pelo neoliberalismo se generaliza na medida em que esse modelo se globaliza. Vale lembrar que o neoliberalismo se expande e se fortalece ao redor do mundo de forma escalonada a partir dos anos 90 com a dissolução da

União Soviética, na qual a crença geral era de que a humanidade havia chegado ao ‘fim da história’³¹, onde o capitalismo neoliberal era o ápice das formas de socialização humana e para o qual não haveriam alternativas.

Em decorrência disso, a política se centraria necessariamente em torno daquilo que Fraser (2020) chama de ‘neoliberalismo progressista’ e ‘neoliberalismo conservador’; no qual ambos defendem a mesma política econômica que mantém a estrutura do capitalismo intacta, com a diferença de que o primeiro advoga em torno de algum nível de reconhecimento das minorias sociais (agora fragmentadas em raça, gênero e sexualidade, por exemplo, sem uma perspectiva totalizante de classe), enquanto o segundo se mostra mais ‘selvagem’ e com desdém para essas questões.

Tanto essa forma de política, quanto as formas de pensamento que a produção ideológica da indústria cultural de maneira geral vai se encarregar de propagar, darão conta de formar um “realismo capitalista” (FISHER, 2020), uma manifestação ideológica no qual a forma de vida capitalista é a única provável, e qualquer tentativa de vislumbrar um mundo além disso é considerada ‘utópica’, ‘idealista’ ou ‘impossível’, sendo mais fácil imaginar o mundo sendo destruído pelo capitalismo do que o fim dele. Além disso, Nunes (2022) ressalta que o trunfo discursivo que marca a ascensão do neoliberalismo entre os anos 80 e 90 é a sua elaboração como a única alternativa racional, tecnocrática e, conseqüentemente, incontestável (afinal de contas, como contestar algo que se apresenta dessa forma?).

Ora, se não há alternativa para o capitalismo, se ele é a única forma de economia possível, e se até mesmo as políticas mais ‘socialmente responsáveis’ (termo tipicamente neoliberal) não colocam a questão de classe em perspectiva, por que devemos tensionar a luta de classes então? Por que advogar em torno de uma elevação da consciência para uma tomada revolucionária como o horizonte que a União Soviética ajudava a apontar? Com a ajuda da desinformação midiática tradicional, sempre apta a defender o capital e atacar os movimentos sociais como já adereçado em capítulos anteriores, essa nova forma de pensamento acaba por ganhar adesão nas mais diversas frações da classe trabalhadora.

³¹ Termo especialmente cunhado pelo texto de mesmo nome do autor Francis Fukuyama.

É por isso que a despolitização é um elemento central da pós-verdade; aqui ela não só nutre a pós-verdade e suas desinformações, como também é nutrida por ela, pois a falta do senso de coletividade, ou o definhamento da consciência de classe, é consequência de um processo orquestrado de despolitização. Sob um ambiente despolitizado, as desinformações atuam como formas de intensificá-lo e mantê-lo.

Para Fernandes (2019, p.103), “sob pós-verdade, a política é justificada com ficções construídas por aqueles que controlam narrativas e que são validadas pelo senso comum”, pois, uma vez que o senso comum é formado por ideias da classe dominante através de sua atuação na superestrutura por meio de seus AIE, torna-se mais fácil radicalizar alguns pensamentos à direita, e complexificar a manipulação de alguns outros, se as sementes para que esses pensamentos floresçam já estão plantadas no senso comum.

Despolitização é o processo de alteração de significados políticos e do apagamento do reconhecimento dos interesses de classe de uma pessoa ou grupos (FERNANDES, 2019), é um processo onde sujeitos pertencentes a determinada classe são levados a defender interesses que essencialmente são prejudiciais a si mesmos. A falta do senso coletivo causada pela individualização neoliberal é resultado de despolitização, pois, ao impedir que os sujeitos se reconheçam no outro, impede também que os interesses e problemas que são sentidos como individuais sejam vistos como problemas de classe, o que leva esses sujeitos a serem cooptados pelas ideologias da classe dominante, desvirtuando-os do caminho que os levaria a sua emancipação e ao atendimento de seus interesses agora fragmentados.

Fernandes (2019) nos elenca dois tipos de despolitização: pós-política e ultrapolítica. A pós-política é a despolitização atuante sob o senso comum que prega ideias de imparcialidade e neutralidade que se dizem além de qualquer posição ideológica, onde as disputas políticas, sociais e econômicas dizem respeito somente a caracteres técnicos (FERNANDES, 2019). Sob a pós-política, os discursos se munem de falas do tipo “nem esquerda, nem direita”, “sem ideologia” ou “sem radicalismos” e defendem que as soluções para os problemas estão em sujeitos técnicos e altamente preparados, sob um véu inexistente de neutralidade que esquece que a própria posição de uma não-ideologia é uma posição ideológica.

O problema da pós-política é que ela apaga os conflitos existentes na sociedade e combate qualquer discurso que tente revelá-los, favorecendo a manutenção do *status quo* e não agindo para uma mudança. As propostas técnicas que ela defende são rasas e não dão conta de ir à raiz dos problemas para gerarem soluções reais; munindo-se de um discurso supostamente neutro e focado apenas nas aparências das questões políticas, ela relativiza o conteúdo das posições radicais (ex.: “a esquerda e a direita são iguais”), e pauta decisões e posicionamentos que, em um plano concreto, não trazem mudanças e mantém as coisas da forma como estão. O espectro da imparcialidade que tanto ronda os debates atualmente é um espectro pós-político.

Exemplos de discursos pós-políticos são aqueles em defesa da democracia, mas que deixam esse conceito em um plano abstrato que não é forte o bastante para refletir os conflitos e contradições existentes dentro do sistema democrático vigente. Da mesma forma, discursos que tratam como “radical demais” qualquer posicionamento que se oponha veementemente a certas questões que legitimam agressões, como o posicionamento antirracista ou a defesa às questões de gênero.

Em conjunto a pós-política, que apaga os conflitos através de uma visão técnica que não contesta a ordem vigente, a ultrapolítica é uma tática de despolitização que apaga os conflitos alicerçada no ódio, no medo e “pela gestão do pânico pela via conservadora e de forma autoritária” (FERNANDES, 2019, p. 255). É uma despolitização onde os preceitos democráticos, até mesmo os mais esvaziados pós-politicamente, são ignorados ou irrelevantes e onde a política pode ser feita por e para uns em contrapartida a existência de outros (FERNANDES, 2019).

A ultrapolítica cria ficções polarizadas de um campo de guerra na política, onde existe um “inimigo” a ser combatido sob o ideal de “se você não está conosco, está contra nós”. Ela ignora as nuances e contradições que compõem a ordem política e baseia sua ideia de polarização em sentimentos de raiva e medo, jogando as pessoas umas contra as outras, em conflitos falsamente radicalizados e sob ideais de oposição deturpados. É sob uma visão ultrapolítica que, por exemplo, aqueles que criticam de alguma forma as medidas de Bolsonaro, mesmo que em algum momento tenham se aliado a ele, são

prontamente atacados e vistos como inimigos, ou até mesmo taxados de “comunistas”.³²

Ela se sustenta através da instigação ao ódio e ao medo, na manutenção desses sentimentos, na eleição de um inimigo comum a ser combatido e na criação de fantasmas de apelo a pânicos morais que justificarão uma guinada falsamente radical. Através da ultrapolítica é justificável que indivíduos apoiem medidas que, essencialmente, vão contra seus interesses materiais de classe e existência. A ultrapolítica tira o foco do conflito da estrutura social e o direciona para as consequências das contradições geradas por essa estrutura, na qual os conflitos são centrados dentro da própria classe ao invés de olhar que esses problemas são gerados como consequências da ação de uma classe para outra.

Esses processos de despolitização favorecem e movem as desinformações na medida em que a ultrapolítica, para sustentar sua narrativa de guerra, vai se usar das desinformações para espalhar seus ideais e fazer a manutenção da despolitização generalizada – tirando proveito da individualização neoliberal; enquanto que a pós-política, com seu viés tecnicista, irá impedir que o problema da desinformação seja visto dentro dos conflitos materiais e passe a ser encarado como algo meramente processual, cuja solução está em ações de caráter tecnocrata. A ultrapolítica irá falsear conflitos para instigar a propagação de desinformação, e a pós-política irá impedir uma

³² É importante reforçar que a ultrapolítica também ocorre no campo da esquerda com quando se ignora os interesses de classe que certos políticos possuem/representam e personaliza-se todos os problemas em torno dessa figura, quando há uma crença de que somente certo candidato poderá acabar com esses problemas, ou quando há alguma crítica radicalizada à esquerda às decisões da esquerda hegemônica, e esses sujeitos são prontamente atacados como “colaboradores da barbárie”. Em exemplo concreto, é a personalização de todos os problemas em torno de Jair Bolsonaro ao ponto de recorrer-se a discursos como “qualquer coisa menos Bolsonaro”, e que não enxerga que Bolsonaro é, na verdade, somente uma expressão dos interesses de classe da burguesia, e que a tal ‘qualquer coisa’ pode facilmente ser uma outra expressão posterior desses interesses de classe na forma um candidato com ‘discurso mais polido’, porém que, em termos práticos, tomaria as mesmas atitudes que Bolsonaro e sua equipe – o que, na realidade, não traria mudanças reais, somente aparentes. Da mesma forma, é centralizar os problemas em torno de Bolsonaro, mas ignorar todos os demais membros do governo e as articulações políticas feitas em prol do empresariado, do qual Bolsonaro é apenas mais um representante. O mesmo se aplica àqueles que acreditam que um certo candidato de esquerda é a **única** solução contra o ‘inimigo Bolsonaro’ (e quem o criticar está sendo colaborador de todo o mal que poderá surgir posteriormente), mas que não analisam o conteúdo do discurso de ambos os candidatos e a que interesses amplos e reais eles atendem, fixando-se apenas no sentimento de ojeriza à Bolsonaro e não se debruçando sobre as necessidades concretas decorrentes da luta de classes.

visualização do verdadeiro conflito subjacente que poderia trazer soluções reais para o problema.

É através de um processo de despolitização ultrapolítico que o negacionismo e, principalmente, o discurso de ódio ganham proporção; pois é por meio dessa distorção dos significados políticos, com a criação de espantalhos, que os sofrimentos latentes da classe trabalhadora em decorrência dos efeitos do capital são desvirtuados em direção ao ódio em relação a grupos estrategicamente escolhidos e a respostas falsas que escondem os reais culpados pelas mazelas sentidas, o que impede uma tomada de consciência que leva a uma guinada revolucionária em prol da libertação coletiva.

A despolitização trazida por Fernandes (2019) conversa com a individualização trazida por Bauman (2001): sujeitos individualizados e incapazes de um senso coletivo não constroem consciência de classe e ficam sujeitos às narrativas despolitizadoras. A individualização não só é resultado de um processo de despolitização, como também fortalece ele. Nessa perspectiva, a consciência de classe é a consciência daquilo que é político e o reconhecimento do local ocupado dentro da luta de classes e dos interesses correspondentes a ele – longe da visão deturpada de consciência de classe que tenta conceitua-la como um vazio “reconhecimento de privilégios”.

O terceiro e último ponto que nos ajuda a visualizar as relações entre neoliberalismo e pós-verdade, e que por consequência serve de auxílio para compreender o último, está nas questões envolvendo **as contradições do sistema capitalista e as crises delas decorrentes**. A pós-verdade que vivemos não é uma cultura em abstrato, tampouco um contexto que deve ser mencionado meramente como estratégia discursivo para falar sobre desinformação, ou um tópico para ser tocado de forma rasa – ela se conecta intimamente com os resultados das crises capitalista e, mais precisamente, com as consequências da crise do neoliberalismo de 2008.

Na teoria gramsciana, a crise é um processo que faz parte da dinâmica de funcionamento do capitalismo, gerada em decorrência da sua forma de funcionamento, que acentua as contradições que ele tanto se empenha em esconder, sendo então nele próprio que devemos buscar o conteúdo e causa da crise (FILIPPINI, 2017). Nesse sentido, a política de gestão do capitalismo pelos aparelhos de Estado funciona na forma de coerção e consenso, como já

explicado no capítulo anterior; sem o consenso, o domínio da burguesia se vê dificultado, o que faz com que ela lance mão de tentativas diversas, inclusive coercitivas, para reconquistar sua hegemonia, que agora se vê abalada sempre que uma crise surge.

Isso se dá porque, apesar da crise se apresentar em diversas maneiras, a crise de autoridade é seu elemento central, já que ela é marcada pela perda do consentimento na base (FERNANDES, 2019). É justamente nesse período de crise de hegemonia, quando a velha não funciona mais e a nova ainda não surgiu, que se abre uma janela de oportunidades, ou interregno, onde as dinâmicas do capitalismo podem, ou serem reforçadas e continuarem a se desenvolver, ou serem subvertidas e superadas por uma nova forma de organização social (FILIPPINI, 2017; FERNANDES, 2019).

De qualquer forma, a crise nunca é um evento em específico, ou algo que se esvai rapidamente, ela é um processo – é preciso que as dinâmicas que foram colocadas em xeque no período em que a crise de abriu sejam reorganizadas e que a classe dominante recupere certo nível de consentimento. Mas isso não é certeza de que os problemas enfrentados no interregno foram superados; há sempre o risco de que algumas das questões enfrentadas nesse processo (ou sintomas mórbidos, na linguagem de Gramsci), se configurem ao fim do interregno como parte de uma nova hegemonia.

Fraser (2020) aponta que a crise que vivemos atualmente envolve um enfraquecimento, ou colapso, das autoridades dos partidos políticos estabelecidos e de seus representantes, o que faz com que as pessoas de forma geral busquem novas ideologias, lideranças e organizações. Ainda segundo a autora, nossa crise de hegemonia atual é o rosto de algo muito mais profundo que envolve não somente a crise dos partidos, mas uma crise ecológica do eminente colapso climático, uma crise econômica e social de forma mais ampla.

Na dinâmica global que se seguiu pós fim da União Soviética, da polarização geral entre duas formas de neoliberalismo, uma focada somente na questão econômica e distributiva e outra empenhada em tímidas políticas de reconhecimento simbólico sem mudanças reais na parte econômica, ambos os lados que se mostravam não dialogavam com as necessidades reais da classe trabalhadora (FRASER, 2020), tampouco faziam uma ação de politização para o reconhecimento de suas mazelas e o desenvolvimento de uma consciência de

classe real. As políticas e discursos em torno de “empoderamento” e “diversidade” para minorias sociais pela via mercadológica serviam mais como formas de aquietação do que de politização, e o problema nessa dinâmica está em que, como diz Fernandes (2019, p. 226), “um povo despolitizado não se sente representado por ninguém”.

Quando a crise econômica surge em 2008 e os partidos de uma forma geral, tanto os conservadores quanto os progressistas, optam por recorrer a salvar os bancos e o empresariado ao invés de atender aos apelos da população, a estrutura de consentimento é abalada e uma crise de hegemonia é instaurada (FRASER, 2020). Uma série de movimentos da base surgiram em resposta à crise econômica, mas não obtiveram resposta, já que os partidos estavam preocupados demais em salvar a burguesia, e a mídia hegemônica continuava seu trabalho de ser defensora dos interesses da classe dominante.

De todas as consequências dessa crise, a que nos interessa neste trabalho diz respeito ao tempo histórico em que ela ocorreu e quais mudanças produtivas o capital passava naquele momento. Essa crise hegemônica ocorre ao mesmo tempo em que as mídias sociais se tornam mais populares, em especial o Facebook, Twitter e YouTube, que surgem em períodos próximos à crise de 2008, e é justamente o surgimento desse ‘novo’, e das novas dinâmicas que ele traz, que colabora para a crise entre ele e o ‘velho’ que estava posto.

Segundo Han (2018), o surgimento das mídias sociais gera um processo de desmediatização, isto é, a possibilidade de cada um ser não somente consumidor passivo, mas produtor ativo de informação e, ainda segundo o autor, “a desmediatização generalizada encerra a época da *representação*” (HAN, 2018, p. 37, grifo do autor). Com uma crise de hegemonia e de autoridade posta, que leva consigo o poder de consentimento que a mídia tradicional, enquanto um AIE, possuía, o tensionamento gerado entre esse velho e esse novo dentro dessa crise expõe uma contradição basilar do capitalismo que serve de fundamento para a crise de verdades que vivemos: **a divisão do trabalho**.

Segundo Marx e Engels (2007, p. 36), “com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material [...] caibam a indivíduos diferentes”. Ou seja, é a partir da divisão do trabalho entre aquele manual e aquele intelectual que é estabelecida uma forma única de existência para os sujeitos, no qual somente será possível para o indivíduo se

dedicar a uma dessas atividades, jamais podendo ser crítico e artesão, e onde o papel que lhe está atribuído deve ser executado de forma exclusiva.

Ainda segundo os autores, “com a divisão do trabalho [...] estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36, grifo dos autores). Isso significa que ao dividirem os trabalhadores entre aqueles de nível intelectual e os de nível manual, está dada a base para a distribuição desigual das maneiras de acesso aos frutos do trabalho e, conseqüentemente, das formas de propriedade. Isso fica evidente, por exemplo, na maneira com a qual trabalhadores de curso superior recebem melhores salários que aqueles de ensino básico e, principalmente, os analfabetos.

Mas a questão aqui vai além disso, a divisão do trabalho estabelece uma dinâmica no qual existem aqueles que sabem e que devem ser ouvidos e aqueles que não sabem e devem ouvir, entre os “estudados” e os “não estudados”, ou, de forma mais clara, entre os “inteligentes” e os “burros”. Então existe o administrador que deve ser ouvido porque sabe, e o operador da máquina que deve apenas ouvir, a empregada doméstica que apenas limpa e cozinha, e a dona da casa que ensina como limpar e cozinhar – em suma, existe a divisão entre aqueles que pensam, sabem e falam, e aqueles outros que são meros receptáculos vazios que somente ouvem e executam, sem espaço para pensamento crítico.

A possibilidade, portanto, que as mídias sociais trazem de que cada um possa produzir e disponibilizar informação evidencia a contradição dessa divisão do trabalho entre intelectual e manual, em especial na figura dos especialistas, cientistas e jornalistas. A dinâmica posta até então era de que a TV e o rádio falavam a verdade porque tinham especialistas que sabiam e que podiam dizer o que era melhor para todos; mas como dar credibilidade a veículos e especialistas que dizem que a economia vai bem para um sujeito que vê seu salário congelado e o preço dos produtos subindo? Como acreditar em uma mídia que fala que os especialistas (os políticos, os experientes, aqueles que estudaram) sabem o que estão fazendo, se as condições de vida sentidas pela consciência prática se mostram cada vez piores?

A partir do momento em que é desvelada a fraude das mídias tradicionais e seus especialistas em relação a um conhecimento monolítico a respeito do que seria 'melhor', mas sem uma politização a respeito das questões referente à divisão do trabalho e dos passos necessários para superá-la, há uma crise, e o mecanismo que melhor responde a ela traz agravamentos com consequências desastrosas. A partir do momento em que aquilo que fomos levados a acreditar que nos representava se mostra como falso, torna-se necessário então buscar novas formas de representação que preencham a lacuna deixada.

Mais precisamente, é a partir do momento em que aqueles sujeitos que antes eram ensinados que deviam apenas ouvir, de repente ganham uma voz e alcance tão grandes quanto a de qualquer especialista. Com a antiga forma de consentimento nessa questão – referente a autoridade pelas vias da mídia e da ciência – agora abalada, novas formas de construção de hegemonia surgem, capitaneadas por esses sujeitos antes postos à margem e que agora possuem aparelhos que contestam os caminhos de atribuição de autoridade até então vigentes. O problema está em que essa nova forma não está totalmente rompida com a lógica do capital – apesar de acontecer em um local potencialmente popular e subversivo, ela ainda se dá dentro das dinâmicas sociais do capitalismo, então as contradições não se encerram, apenas se agravam.

É assim que, ao invés de se rebelar contra a defesa de interesses da burguesia por parte da mídia tradicional, rebela-se contra o jornalismo em si; no lugar da revolta contra o sistema que impede o acesso à educação e que gera uma segregação intelectual na sociedade, há a revolta contra os cientistas. Da mesma forma, ao invés de revoltarem-se contra a defesa do capital, direcionam-se contra à política representativa como um todo.

Nesse horizonte, o Brasil enfrenta problemas generalizados em relação a representação e suas consequências na pós-verdade, porém a situação que nos encontramos agora remonta a um evento em específico responsável pela eclosão dos ovos das serpentes que viemos alimentar: trata-se das Jornadas de Junho de 2013.

4.2 O gigante acordado

Em Junho de 2013, o Brasil foi palco de uma série de manifestações que tomou conta de todo o país e que foi responsável por uma mudança em nossa conjuntura política e social. Em meio à Copa das Confederações, uma espécie de evento prévio à Copa do Mundo que o país sediaria no ano seguinte, uma manifestação iniciada pelo Movimento Passe Livre (MPL) nas ruas da cidade de São Paulo contra o aumento de R\$0,20 na passagem de ônibus serviu de evento catalizador de indignações populares que se espalharam como fogo pelos quatro cantos da nação. O que começou como um protesto organizado por uma entidade de esquerda com uma pauta definida, gradativamente, angariou mais adeptos e, conforme crescia, acabou sendo preenchida com mais e mais reivindicações difusas que deram a Junho significados totalmente opostos.

Ainda há várias interpretações a respeito do que significaram as Jornadas de Junho no Brasil. Segundo Fernandes (2019), elas foram a eclosão da crise de representação política que vinha em curso no país. Ainda segundo a autora, Junho de 2013 gerou o acirramento de múltiplas crises, abrindo então um interregno da crise de autoridade hegemônica que se traduz em sintomas mórbidos de diversos tipos. É nessa linha de pensamento que defendo que Junho de 2013 foi o responsável por abrir a porta para as contradições em relação à divisão do trabalho e a representação midiática e informacional dentro do contexto brasileiro.

O que eclode em Junho de 2013 é também fruto de um processo precedente de despolitização e, sobre isso, Fernandes (2019) nos diz

A despolitização no Brasil é o resultado indireto da conciliação de classes, dos métodos de coerção e da construção do consentimento na base de senso comum no poder, bem como resultado direto do projeto de direita para remover, diluir ou contorcer a ideologia, alterar a consciência de massa, controlar a produção cultural e seus resultados, **bem como divulgar informações manipuladas e preconceituosas como legítimas (posteriormente elaborado como *fake news* e a era da pós-verdade)**, reter o pensamento crítico e impedir a organização e mobilização coletiva, desde a ação de partidos políticos até comícios locais (FERNANDES, 2019, p. 215-216, grifo nosso).

Porém, só entender a despolitização não é o bastante para compreender o DNA das Jornadas de Junho de 2013. Singer (2013) aponta que as manifestações foram protagonizadas, majoritariamente, por membros da classe

média tradicional e por quem ele chama de 'novo proletariado', abarcando os jovens que ingressaram no mercado de trabalho colhendo frutos dos governos do PT entre 2003 e 2013, mas que convivem com baixa remuneração e más condições de trabalho.

Os desejos difusos proferidos em Junho são consequências indiretas das realidades e interesses contraditórios que atravessaram os governos de Lula e Dilma com suas políticas de conciliação de classe. Ao promoverem a inserção da classe trabalhadora por meio do consumo, os governos petistas causaram um esmaecimento da visão acerca dos problemas de conflito de classe existentes, despolitizando parte da base (FERNANDES, 2019).

As medidas petistas foram marcadas por contradições que, com o passar do tempo, culminaram na indignação generalizada e difusa que pôde ser vista nas Jornadas. Ao mesmo tempo que davam condições mínimas aos trabalhadores através do poder de compra, elas também atendiam aos interesses de acúmulo infinito da classe dominante; com isso houve uma despolitização da base popular e criou-se então um consenso de classe, marcado pela aquietação da classe trabalhadora e de movimentos correspondentes que, tendo seus interesses imediatos atendidos, retiraram-se dos espaços públicos de disputa política e se contentam com as reformas propostas (FERNANDES, 2019).

A contradição está no fato de que, apesar de promoverem políticas de inserção pelo aumento do poder de compra (como a possibilidade de comprar carros populares, por exemplo), essas ações não foram acompanhadas por uma melhoria na infraestrutura do país, o que fez com que, apesar de uma maior possibilidade de acesso a certos itens, a classe trabalhadora ainda padecia de más condições estruturais (SAAD-FILHO, 2013).

As indignações geradas por meio das condições fomentadas pelo PT fluem por duas vias: primeiro, um incômodo da classe média com o aumento da cidadania adquirida por membros da classe mais baixa, o que fazia com que seus 'espaços de exclusividade' diminuíssem; também, demandas da classe trabalhadora mais pobre por uma maior expansão dessa cidadania através de melhores serviços públicos e condições de vida (SAAD-FILHO, 2013).

A faixa etária que capitaneou esse movimento primeiramente abarcava os mais jovens que, segundo Nunes (2022), justamente por conta da idade e da

fase de vida em que se encontravam, possuíam maiores expectativas que os pais e estavam mais sensíveis a mudanças bruscas de qualidade de vida, já que vinham num processo de promessas de melhorias do Governo Lula, como maior acesso ao ensino superior e conseqüentemente melhores salários e empregos.

Aliada à revolta da classe média conservadora, com as políticas de conciliação, o PT permitiu que duas realidades coabitassem o Brasil durante um tempo: ao mesmo tempo que promovia políticas populares, repreendia manifestações de movimentos e sindicatos; enquanto promovia políticas de cotas raciais nas universidades, manteve o aumento da população carcerária e a repressão policial nas favelas. Adicionado a isso, os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e o escândalo do Mensalão amplamente divulgado pela mídia com a ideia de que a corrupção surgiu com o PT (SAAD-FILHO, 2013), ajudou a adicionar mais ingredientes no caldo fervente que viria explodir posteriormente.

Na maré de suas contradições, os governos do PT também viram surgir gradativamente uma onda conservadora que viria desaguar posteriormente (FERNANDES, 2019). Há um aumento paulatino de políticos fundamentalistas evangélicos entre o final dos anos 1990 e os anos 2000, tendo como marcos a formação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 (criada pelo bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da Rede Record) e sua consolidação como uma força política após as eleições de 2010, além de nomes de destaque como o pastor Marcos Feliciano, mas tendo influência também de outros líderes religiosos não parlamentares como o pastor Silas Malafaia (TREVISAN, 2018).

Não surpresa, foi em 2011, um ano após, que ocorre o caso do projeto Escola Sem Homofobia que, sete anos mais tarde, seria carro-chefe da campanha de *fake news* de Jair Bolsonaro para presidência sob o título de kit gay³³. Ainda, 2013 viu surgir o Projeto de Lei 6583/2013 que defendia a criação de um Estatuto da Família, que buscava oficializar o conceito de família como o modelo heterossexual, sob a bandeira da “família tradicional” (TREVISAN, 2018).

³³ Consistia de um projeto com materiais informativos sobre questões de gênero e sexualidade que visava combater a homofobia nas escolas promovido pelo Ministério da Educação, na época liderado por Fernando Haddad. O projeto foi engavetado depois de pressões de setores religiosos por alegarem uma doutrinação nas escolas – a então chamada “ideologia de gênero”, e pelo fantasma conspiratório da “ditadura gay”.

Esse aumento de políticos fundamentalistas acontece concomitante com o aumento de pessoas que se identificam como evangélicas, conduzido pelo crescimento no número de igrejas pentecostais nas periferias do país (TREVISAN, 2018). Com esses locais esvaziados pelos movimentos populares aquietados com as políticas de conciliação petistas, ao mesmo tempo que possuía uma população despolitizada que ainda sofria as consequências das explorações impostas pelo capitalismo, essas igrejas se tornaram locais de assistencialismo e conseqüentemente favoreceram a proliferação de ideologias conservadoras nessa parte da população (FERNANDES, 2019; TREVISAN, 2018).

No culminar de todas as contradições, a crise econômica de 2008 e seus efeitos ajudaram a dar mais corpo às demandas das manifestações, sendo importantíssimo frisar que ela desempenha um papel crucial para a temporalidade e a maneira com a qual Junho de 2013 ocorreu (ATAIDE, 2017). As Jornadas ocorrem dentro de um cenário global de manifestações contra o capitalismo neoliberal como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, a Primavera Árabe e o movimento dos Indignados na Espanha, sendo difícil não acreditar que esses movimentos desempenharam influência no que viria a ocorrer no Brasil (ATAIDE, 2017).

Um ponto importante para o acirramento das tensões que levaram à Junho foram uma série de políticas implementadas pelo Governo Dilma (muitas delas em resposta à conjuntura global da crise) que acabaram por alienar a juventude e rifar alguns de seus planos (NUNES, 2022). Além disso, questões como a construção da Usina de Belo Monte, o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 (e das Olimpíadas de 2016), os despejos realizados para a construção de estádios, os impactos ambientais e para os povos indígenas do Vale do Xingu trazidos com a construção de Belo Monte, todos ditos necessários para ajudar a custear os programas sociais do governo, ajudavam a dar um recado que colaborou na revolta generalizada: “dali para frente, os ganhos dos pobres teriam de se dar cada vez mais à custa não dos ricos, mas dos ainda mais pobres, com a expansão da fronteira extrativista e a intensificação do trabalho e da especulação imobiliária” (NUNES, 2022, p. 117)

Isso responde a forma como o ‘fim da história’ foi gerido no Brasil, com um “centrismo” marcado por um consenso ideológico entre direita e centro-

esquerda tocado desde os anos 1990 (NUNES, 2022), que pregava que o único horizonte possível era gerir o capitalismo dentro dos limites neoliberais, vez ou outra com algum retorno social. Quando esse *modus operandi* entra em crise, na medida em que não é mais possível fazer os acordos e torna-se necessário tomar alguma posição, a política tanto de direita e de esquerda se revela rifada aos interesses dos empresários (NUNES, 2022), o que só adiciona mais um grão na avalanche que viria desabar posteriormente.

É nesse caldo fervente de contradições que Junho de 2013 explode: uma classe trabalhadora que teve parte de seus interesses atendidos, mas que não bastou para apagar suas mazelas estruturais e que demandavam por melhorias; um crescimento do conservadorismo religioso, tanto enquanto força política real, quanto como força de influência nas periferias do país; grupos sociais insatisfeitos com as reformas tímidas propostas pelos governos petistas e que demandavam uma atuação mais efetiva; uma juventude iludida por promessas de um futuro que não encontrava respaldos em sua realidade material; uma política de conciliação da vez mais desgastada e evidenciada como limitada, e uma elite na esteira de uma crise econômica que, sob a lógica do acúmulo infinito, desejava romper com o pacto de classes promovido pelo PT em nome de políticas de austeridade.

Entender Junho de 2013 implica em saber a complexidade que a sociedade brasileira se encontrava no período anterior aos protestos e as condições materiais que permitiram que as manifestações ocorressem. O que começa como protestos de uma entidade de esquerda representante da classe trabalhadora contra as condições precárias de vida nos centros urbanos, acaba por migrar ideologicamente para um *boom* de demandas que tem em seu núcleo tanto ideais fascistas e reacionários quanto vozes dissidentes de uma classe trabalhadora não-organizada.

Essa migração ideológica, contudo, não ocorre por acaso; apesar do caráter espontâneo que a adesão aos protestos do MPL possui inicialmente (ATAIDE, 2017), a cobertura midiática desempenhou um importante papel na forma como a consciência coletiva dos movimentos se desenvolveu, e foi no confronto entre a imprensa e as mídias sociais que as primeiras condições para nossos problemas com desinformação puderam ser geradas.

Singer (2013) divide as Jornadas de Junho em três etapas: a primeira ocorrendo com as manifestações dos dias 6, 10, 11 e 13 de junho; a segunda entre os dias 17 e 20 de junho; e a terceira do dia 21 de junho até o final do mês. É possível ver a convergência entre a cobertura midiática e a migração ideológica presente nessas três fases.

Como ressalta Fernandes (2019), as manifestações iniciadas pelo MPL na defesa do Passe Livre tinham um caráter totalmente de esquerda com viés anarquista, tendo uma pauta definida e com um discurso conciso no embate ao capital. A cobertura midiática até então era de rechaço aos movimentos e de defesa da propriedade privada e 'liberação do trânsito', muitas vezes referindo-se a eles como vândalos de forma indiscriminada e retratando a violência policial como resposta a uma suposta brutalidade dos manifestantes (CALIL, 2013; CAMPOS; MELO; SAMPAIO, 2016). Não é surpresa esse posicionamento da mídia, uma vez que ela opera como a boca da classe dominante que, sendo capitalista, irá defender valores intrínsecos à lógica do capital como a propriedade privada (MORAES, 2010); a mídia então atuava para desinformar a população omitindo a realidade concreta das manifestações e demonstrando um enquadramento da situação que favorecia única e exclusivamente aos interesses da burguesia nacional.

Figura 21 - Manchete do jornal O Estado de São Paulo sobre protestos do MPL



Fonte: Acervo Estadão, 2021.

Com a repressão policial, alguns setores da classe média se solidarizaram com o movimento, marcando assim a segunda movimentação ideológica das Jornadas (FERNANDES, 2019), ocorrida no dia 13 de junho. A espontaneidade dessa adesão ainda conseguiu ser pautada pelas lideranças do MPL, conduzindo as demandas ainda em torno de pautas referentes às condições de vida da classe trabalhadora, como saúde, educação e segurança; o discurso ‘não é só pelos 20 centavos’ foi a marca dessa movimentação. Muito embora muitos dos novos agregados não tivessem participado de manifestações anteriores, tampouco fossem organizados em partidos ou coletivos políticos, havia ainda um pequeno fio de conectava suas consciências com as das lideranças do MPL, sendo então essa liderança politizada uma peça fundamental para segurar o viés que as manifestações pretendiam seguir até então (ATAIDE, 2017).

Figura 22 - Cartaz de manifestante em referência aos R\$0,20



Fonte: Grafias de Junho, 2021.

A repressão policial, movida pelo clamor da mídia por uma 'liberação do trânsito' (CALIL, 2013), demonstrou-se mais severa, ao ponto de ser impossível que os veículos de imprensa mantivessem um posicionamento favorável à repressão dos movimentos. Parte disso se deu pelo fato de que próprios trabalhadores desses veículos foram vítimas da truculência policial, tendo uma jornalista do jornal Folha de São Paulo atingida no olho por uma bala de borracha (CALIL, 2013). Nesse momento, a narrativa da mídia toma outro corpo e passa a apoiar os movimentos e rechaçar a atuação da polícia, porém sem estar comprometida com o teor da pauta proposta pelo MPL.

Figura 23 - Manchete do jornal O Globo sobre os protestos em 18/06/2013

O GLOBO

UM PAÍS QUE SE MEXE

O Brasil nas ruas

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais
Redução do preço das tarifas de ônibus é mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maior parte das cidades. Para Dilma, manifestações são legítimas

Uma mobilização como foi realizada em um dia no Brasil, pelo menos 240 mil pessoas, em 11 capitais, foram convocados para protestar. O movimento começou em São Paulo, com uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, com cerca de 100 mil. Em outros pontos, os atos foram realizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Salvador. Os manifestantes exigem a redução das tarifas de ônibus, a abertura de vagas em universidades públicas e a abertura de empregos para jovens. Para Dilma, os protestos são legítimos, mas a Copa e o governo não são o motivo dos atos. Ela também pediu para que os manifestantes não se envolvam em atos de violência e que os partidos políticos não se envolvam na organização. Dilma disse que os protestos são pacíficos e são uma expressão da democracia. **ALMEIDA**

NO ALVO DE RADICAIS
Um carro foi incendiado e a Alcy foi depredada no Rio por um grupo de radicais, que não teve apoio da maioria do Brasil, manifestantes tentaram bloquear o trânsito no túnel do Carregado.

Escorregado em Brasília
CIBRIS

DEBILITADO "As ruas brasileiras pedem a sua legitimidade e a presença da democracia. É por isso que os jovens se manifestam."

DEPRESIONADO ESPERANDO RESPOSTA "Desprezados há os jovens que se manifestam e a grande maioria. Dizem que são radicais mas não são."

DEPRESIONADO DAÍ "A maioria critica o que não entende e não sabe nada. Muitos são os que não sabem nada."

Fonte: Acervo Digital Globo, 2021.

A narrativa adotada pela mídia agora tentava clamar por um apaziguamento dos protestos, para que ocorressem de forma “ordeira” e indicando que “os mais radicais” fossem ignorados, além de tentar a todo custo, por meio de manchetes e editoriais, emplacar as próprias pautas como pertencentes aos manifestantes, tendo como exemplo mor um apelo por uma ‘luta anticorrupção’ (CALIL, 2013). Desta forma, a mídia colabora para retirar o forte viés de classe presente no início dos protestos e preenche-lo com significados vazios de ‘defesa da pátria’ e ‘demonstração de patriotismo’, removendo qualquer tom politizador, caracterizando a manifestação como ‘feita por brasileiros’ e ‘apartidárias’, ou ‘acima de qualquer ideologia e pelo Brasil’ (CALIL, 2013).

Com isso, é marcada a terceira mudança ideológica das Jornadas (FERNANDES, 2019), na qual outras multidões somaram aos protestos com pautas que incluíam os gatos da Copa do Mundo de 2014, luta contra a

corrupção, discursos atipartidários como ‘não me representa’ e ‘meu partido é o Brasil’. Fica claro que imprensa desempenhou um papel fundamental na onda pós-política que varreu os protestos e foi o responsável por colocar em evidência palavras de ordem sem significado como ‘o gigante acordou’, ‘rezem pelo Brasil’ e ‘estamos mudando o país’, além de demandas vazias que podem ser preenchidas com qualquer significado como ‘mais saúde’, ‘mais educação’ e ‘mais segurança’ (SAAD-FILHO, 2013).

Figura 24 - Manifestantes com cartaz antipartidário



Fonte: Grafias de Junho, 2021.

Com essa movimentação ideológica, a direita organizada encontrou campo para pôr em pauta suas demandas antipopulares, ao mesmo tempo em que a esquerda (organizada e desorganizada) viu uma chance de disputar as ruas em defesa da classe trabalhadora. Símbolo disso é que tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – a maior representante sindical da América Latina –, quanto a Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – a maior representante da burguesia nacional – convocaram manifestações visando as mais diversas reivindicações (ATAIDE, 2017).

Com o tom aparentemente apaziguador e ‘pró-pacifismo’ que a mídia adotou, juntamente com a adesão de massas despolitizadas, a visão aparente era de que todos estavam em conjunto lutando pelo mesmo objetivo, mas isso é um engano. A defesa por ‘mais educação’ pode servir tanto para reivindicar maiores investimentos públicos em escolas estaduais, municipais e

universidades federais, quanto a privatização de unidades de ensino. Isso se deu porque, com essa movimentação da mídia e das organizações, a segunda fase das Jornadas promoveu um cruzamento de classes onde a classe trabalhadora pobre e a classe média tradicional aliada com os interesses da burguesia se encontraram para disputar os significados das ruas (SINGER, 2013).

O problema é que a hegemonia midiática estava de acordo apenas com uma fatia das multidões que protagonizaram Junho, o que fez com que somente parte dela ganhasse força o bastante para se alastrar e se tornar hegemônicas. Calil (2013, p. 387) aponta que a imprensa adotou uma “estratégia de converter as manifestações populares em uma grande festa”, tratando-as como um grande evento festivo, e foi essa euforia vazia que ajudou na cartada final da movimentação ideológica das Jornadas, onde as multidões pós-políticas abriram caminho para outras multidões ultrapolíticas conservadoras, que tomaram as ruas com demandas profascistas de intervenção militar, combate a bandeiras de partidos da esquerda e desejos neoliberais de menor intervenção estatal e maior liberdade por meio do domínio do mercado (FERNANDES, 2019).

Figura 25 - Matéria com guia de comportamento nos protestos

A12 | Metrópole | SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2013 | O ESTADO DE S. PAULO

PROTESTOS EM SP: Estratégias do ativismo Europa tem atos de apoio, pelo A12

Guia orienta a gravar ato e até como se vestir

Roteiro compartilhado na internet ensina como agir em caso de violência em protesto

Ribeira Ferreira Santos
Roberta Pennigfort | 2013

Um “guia de conduta” nacional para quem vai participar dos protestos de hoje contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, ou mesmo quem quer ajudar sem sair de casa, tem circulado pelas redes sociais, com milhares de compartilhamentos. Intitulado de “Tudo o que você precisa saber sobre o ‘quinto ato’”, o texto reúne mais de 30 orientações, compiladas por jovens ativistas que vêm acumulando experiência em manifestações.

No roteiro, há dicas, por exemplo, de como andar sempre em grupo, para não correr risco de agressão por parte da polícia e de como fazer fotos e gravar vídeos, para que depois as imagens sejam compartilhadas nas redes sociais para denunciar casos de violência.

São listados conselhos práticos como uso de tênis confortáveis, “que sirvam para correr”, e de roupas impermeáveis, que barrem o contato da pele com o gás lacrimogêneo, além do uso de óculos de natação para proteger os olhos e de máscaras próprias para pintores de parede.

Advogados vão defender presos

Cerca de 500 advogados se dispuseram a defender os manifestantes presos nos protestos contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo. O grupo divulgou no Facebook a divisão dos profissionais por distritos policiais e os horários de plantão.

“O nosso trabalho será para garantir que não haja abusos e ilegalidades aos manifestantes, para que pessoas não sejam presas para averiguação, o que é vedado pelo ordenamento jurídico”, afirmou o advogado Guilherme San Juan Araujo, J.A.B.

“Tome banho. A oleosidade da pele também ajuda a fixar o gás lacrimogêneo”, diz o texto. “Não use brinços, piercings, colares, gravatas. Leve calças e blusas extras, guardadas na mochila, para você trocar as roupas contaminadas.”

Para quem não quer participar, mas gostaria de ajudar os manifestantes, é pedido o des-

bloqueio do sinal Wi-Fi, para que possa ser usado da rua, a colocação nas janelas de bandeiras brancas, como forma de apelo à calma, adesivos de garrafas d’água e embalagens de vinhos, assim como a proteção de grupos em portaria de prédios. Pode-se também que os rostos das lideranças não sejam fotografados, evitando “perseguições” por parte da polícia.

Pacifismo. “Seja pacífico. Lute, mas não recorra à violência. Se houver manifestações de violência, filme e reporte. Afaste-se dos ambientes onde está acontecendo combate, depredações e conflito. Essas ações invalidam e deturpam o valor da manifestação”, diz o guia. O texto também explica o que a polícia tem e não tem direito de fazer com os manifestantes, como agir em caso de prisão e como prestar os primeiros socorros a feridos.

Em São Paulo, sites como “V de vencer e outras táticas de defesa em manifestações e protestos”, também compartilhados por milhares de pessoas nas redes sociais, criaram passo a passo como agir após agressões de policiais militares com gás lacrimogêneo, spray de pimenta, bala de borracha. O site elabora até cartilhas de fuga.

Voluntários se reúnem no Facebook para formar equipes de prestação de primeiros socorros e recolhimento dinheiro para compra de água, panos, curativos e remédios. No fim de semana, diversos grupos marcaram encontros antes do protesto para organizar o apoio aos manifestantes.

Moradores de Pinheiros, na zona oeste, batizo onde fica o Largo da Batata, local previsto para início do protesto de hoje na cidade, também colocaram a disposição suas casas como pontos de apoio. “A ideia é ter um local de segurança para os amigos que vão participar do protesto. Se precisar, há acesso à internet, banheiro, água, roupas e alimentos”, disse uma moradora do bairro, que não quis se identificar.

Dicas. Cartilha diz para manifestante não ser violento e usar tênis confortável, para correr

PERCURSOS

Três possíveis caminhos dos manifestantes no protesto de hoje

Fonte: Acervo Estadão, 2021.

Figura 26 - Manifestantes queimam bandeira do PT durante ato em São Paulo



Fonte: El País, 2021.

As manifestações, ao final, foram guiadas ao esvaziamento dos discursos originais que dialogavam com o aumento do custo de vida, dando ao final de Junho uma cara despolitizada nas cores da bandeira do país, e um discurso redirecionado a entidades representativas, mas esvaziados em sentido e pobres em materialidade.

Para Nunes (2022), os protestos contra a Copa do Mundo realizados em 2014 e as manifestações pró-impeachment de Dilma em 2015 ainda são legados de Junho, por remeterem diretamente a alguns dos vários desejos e demandas engendradas naquele mês. Principalmente, porque o tom discursivo adotado pelos participantes em ambas as situações encontra coro nos mesmos discursos que protagonizaram as Jornadas de Junho em seu ápice.

Apesar do papel primordial que a imprensa desempenhou em dar novos tons aos protestos populares, sua adesão tardia a narrativa pró-manifestação não foi o bastante para parar um movimento engendrado por ela mesma e que, com a crise de representação latente na sociedade e a desmediatização em curso, encontrou solo fértil para florescer. Ao tentarem defender seus interesses enquanto representante da classe dominante, os conglomerados de mídia acabaram por se deparar com uma tentativa de formação de contra-hegemonia que, no bojo da despolitização generalizada que tomou conta das manifestações que a própria mídia ajudou a guiar, acabou por se voltar contra ela.

A utilização da internet e das mídias sociais como forma de contraponto às narrativas divulgadas pela imprensa tradicional foi um elemento marcante e ímpar para o desenvolvimento das Jornadas (SAAD-FILHO, 2013; SANTOS, 2014). O uso do Facebook e Twitter para disseminar vídeos e relatos a respeito da real situação das ruas, em contraste com o que era mostrado na televisão e jornais, foi decisivo na adesão espontânea das massas e no tratamento que a imprensa recebeu das multidões; porém, ao mesmo tempo, é nesse confronto entre uma nova forma de comunicação da informação com a velha, que se firma o campo do interregno que afeta nossa conjuntura informacional e que abre as portas para a era da pós-verdade brasileira e a epidemia de desinformações que enfrentamos.

As mídias sociais atuaram como uma espécie de narrativa contra-hegemônica (MORAES, 2010), uma vez que buscavam trazer o ponto de vista da classe trabalhadora vítima da truculência policial e da desinformação dos veículos de comunicação. Muitos coletivos e organizações de esquerda, além de indivíduos isolados, utilizaram nas mídias sociais para denunciar a manipulação (SANTOS, 2014), o que colaborou para o rechaço à imprensa durante as manifestações, tomadas por gritos de ‘a mídia não me representa’ e ‘a Globo mente’.

Figura 27 - Ato em referência à mídia tradicional em Junho de 2013



Fonte: Grafias de Junho, 2021.

Figura 28 - Cartaz sobre as mídias sociais nas Jornadas de Junho de 2013



Fonte: Grafias de Junho, 2021.

A contrarreação por parte de manifestantes e apoiadores sobre a desinformação midiática com uso do Facebook na exposição daquilo que a mídia tentava esconder encontra vestígios em uma ação politizada de denunciar os monopólios de comunicação e seus interesses de dominação, através do uso de veículos de mídia alternativas como jornais comunitários, zines e outras formas de comunicação. Mas o uso dessa ação não só por veículos de esquerda, mas também por membros da direita, em especial a conservadora, para instigar as pautas reacionárias que ecoavam nas ruas com o chamado da mídia tradicional, acabou por também se perder no meio da migração ideológica que as Jornadas tomaram.

Da mesma forma que os movimentos da rua começaram politizados e à esquerda, e posteriormente foram migrando de posição conforme a mídia tradicional instigava o esvaziamento dos protestos, assim também foi o uso das mídias sociais como forma de disputa de narrativa. Com a contestação da legitimidade da mídia corporativa como mediadora de informações, as mídias sociais se tornaram um local de busca por uma verdade até então ocultada, mas a questão é que, “na suposta busca pela verdade [...] essas fontes de conteúdo on-line serviram para a difusão de boatos e de “notícias plantadas”” (SANTOS, 2014).

Inicialmente, as mídias sociais foram os principais meios para denunciar a realidade a respeito da truculência policial

as versões midiáticas que responsabilizavam os manifestantes pela violência perderam credibilidade e difundiram-se informações acerca da selvagem repressão policial. Alguns vídeos divulgados tornaram-se muito conhecidos, como um que mostra um policial militar destruindo a sua própria viatura, de o objetivo de responsabilizar os manifestantes; e outro que mostra o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo em direção a um apartamento no 7º andar de um prédio, em represália contra a filmagem da ação policial (CALIL, 2013, p. 383)

Foi por causa de ações como essa que as primeiras multidões começaram a se agregar às manifestações em solidariedade com os membros do MPL. A grande questão é que, quando essa ação entra em contato com a massa despolitizada que se junta aos protestos posteriormente, em especial a ultrapolítica, o discurso por trás da denúncia sobre a manipulação da imprensa se perde em esvaziamento e a ação acaba, também, perdendo seu viés politizado. A frase “a mídia mente” perde seu complemento subjetivo “porque está na defesa do capital e dos grandes empresários” para se tornar um oco que pode ser completado por qualquer coisa que convenha: “poque é comunista”, “porque quer acabar com a família tradicional”, “porque é satanista”, dentre outros.

O mesmo acontece com frases como “a Globo não me representa”, no qual o **me representa** perde um sentido politizado totalizante de classe de que não representa os interesses “da minha classe”, para ganhar um sentido despolitizado e individualizador de não representa “aquilo que **eu** penso” – o “eu” inicial deixa de ser um “eu” coletivo para se tornar um “eu” individualista.

Os testemunhais que tanto se proliferam nas mídias sociais hoje em dia são descendentes dos problemas causados por esse processo despolitizador de Junho. Sem politizar a respeito da representação da mídia, que não diz respeito a ela em si, mas a seu trabalho em defesa aos interesses do capital, o esvaziamento dos sentidos acerca dos problemas da representação informacional até então criou um senso comum de que o problema está na mídia em si, nos representantes em si, e não no conteúdo por trás deles. Direciona-se uma crítica vazia sobre toda a mídia tradicional e geram-se reações de contra-narrativas ocas, fazendo com que hoje torne-se comum acreditar em vídeos que

surjam no WhatsApp relatando algo em detrimento de uma notícia apurada dos veículos tradicionais.

Sem uma politização posterior dos protestos que pudesse guiar as visões acerca dos problemas num direcionamento de conjunto, o sentido inicial das denúncias sobre a representação da mídia se perde em despolitização junto com todas as outras pautas de Junho de 2013. Para Fernandes (2019) o que se segue pós Junho de 2013, em especial após o impeachment de Dilma em 2016, é um processo massivo de despolitização, o que só causou o agravamento dos problemas informacionais eclodidos em Junho, dando luz às condições de nossa atual infodemia.

O legado de Junho de 2013 encontra-se na forma como a política vem sendo feita e discutida, e em especial, nos tons discursivos dados para justificar determinadas decisões. Nunes (2022) afirma que a vitória da direita em Junho não é algo dado, que já estava predestinado a ser, mas o resultado de uma derrota da esquerda em fazer um contraponto. Para o autor, a esquerda radical organizada, por ainda ser minoria representativa, não foi capaz de dar condução aos protestos quando eles se tornaram gigantescos, optando por retirarem-se e não convocarem mais atos; ao mesmo tempo, a esquerda moderada hegemônica, centralizada em especial da figura do PT, quando obrigada a tomar uma posição e assumir de fato qual lado defendia, optou por se colocar como defensora e aliada do sistema, escolhendo abraçar ora o tom pacificador, ora a ação coercitiva por meio da repressão policial.

Com esse vácuo deixado pela esquerda, coube a direita preenche-lo, dando as respostas que pôde às demandas e emplacando sua própria narrativa (NUNES, 2022). O fato é que não foi a direita que venceu por excelência, mas a esquerda que falhou em dar corpo às demandas da classe trabalhadora. Enquanto o lado radical se retira e o moderado opta por defender aquilo que as massas criticam, coube a direita direcionar as revoltas em torno de sua própria agenda, apontando para o horizonte no qual nos encontramos, com frações da classe trabalhadora tomadas por reacionarismo e um tecido social latente em ideais fascistas.

Se hoje é necessário estar desmentindo notícias falsas sobre kit gays distribuídos em escolas, vacinas com chips de espionagem chinês ou um complô internacional para o fechamento de igrejas, é porque estamos lidando, dentre

outras coisas, com os resultados de uma crise de autoridade em informação que, assim como é intensificada por um lado, não é combatida proporcionalmente do outro. A crise das verdades se encontra, principalmente, nas ideologias e práticas políticas centradas em torno tanto de uma ‘nova direita’, quanto de uma esquerda debilitada.

4.3 Quem matou a verdade?

Como foi dito no início deste trabalho, a desinformação é um fenômeno, caracterizado pela manipulação ou falseamento de informações como maneira de manipulação das massas. Essa dinâmica é parte integral da dominação de classe e todas as formas de desinformação que vemos hoje, como as *fake news* e os testemunhais, são frutos de uma radicalização desse processo de produção ideológica da classe dominante. E se há uma radicalização nesse aspecto, é porque a forma com a qual essa classe vem fazendo política se radicalizou em termos mais amplos.

De início, aquilo que chamam de ‘nova direita’ é na verdade “a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum” (MIGUEL, 2018, p. 19). Sob esse guarda-chuva de nova direita há uma reorganização de três grupos seculares da política brasileira, que são conhecidos como a ‘Bancada BBB (Bíblia, Boi e Bala)’, e que correspondem, respectivamente, aos setores religiosos, a latifundiários e representantes do agronegócio, e a políticos do eixo militar e armamentista (TREVISAN, 2018).

Se formos endereçar realmente o surgimento de uma ‘nova direita’, devemos buscar sua origem não em Junho de 2013, mas sim num período muito anterior a este, a saber: no processo de redemocratização pós-Ditadura Militar. De acordo com Casimiro (2018), após o fim da ditadura, diversos grupos representantes da direita, como empresários e até mesmo militares, se organizaram em torno de entidades coletivas que visavam influenciar na Assembleia Constituinte e pautar inserções naquela que viria ser a Constituição Nacional de 1988.

O autor mostra uma série de grupos financiados ou compostos por membros da direita nacional e suas articulações tanto dentro quanto fora do

Congresso Nacional para pautar os interesses da burguesia, capitaneadas principalmente por um discurso pró-neoliberalismo que defendia que as mudanças realizadas nos EUA e Reino Unido deveriam ser replicadas no Brasil, por serem as ‘mais modernas’ e provenientes de um ‘mundo civilizado’.

Como exemplo dessas organizações é possível citar o Movimento Cívico de Recuperação Nacional, formado por empresários e militares, que apoiou uma série de candidaturas conservadoras, como a de Fernando Collor de Melo, e possuía em seu quadro de membros nomes como José Ermínio de Moraes Filho (do Grupo Votorantim), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau) e o bibliófilo e empresário José Mindlin (membro do Instituto Liberal), além de contar com apoios de membros de empresas de mídia e comunicação como Victor Civita, do Grupo Abril, e Roberto Marinho, da Rede Globo (CASIMIRO, 2018).

O estudo de Casimiro (2018) mostra diversos coletivos empresariais formados pelas mais variadas camadas da burguesia nacional (tanto industrial quanto financeira), representantes do agronegócio e militares – alguns desses inclusive que desempenharam algum papel durante a ditadura. Neste sentido, Pierucci (1987) já deu conta de descrever as bases sobre as quais essa nova direita se sustentava, as quais posso citar algumas como: o sentimento de ameaça pelo ‘outro’, como migrantes, crianças de rua e, em especial, nordestinos; o desprezo pela noção de ‘direitos humanos’, associando-os com ‘direitos para presos’; o apelo pela censura moral a várias formas de espetáculo, como programas de TV; a valorização do “espírito de empreendedor” como força motriz do progresso do país; além de um racismo velado que é disfarçado em um discurso sobre respeito às diferenças.

Essas bases que Pierucci (1987) elencou ainda podem ser vistas nas mais variadas formas de manifestações discursiva de membros da direita brasileira. Elas se conectam, em maior ou menor nível, com as fundações ideológicas que Miguel (2018) traz a respeito da ‘nova direita’ pós-2013, que são o que norteiam suas atuações políticas e discursivas. Para o autor, essa ‘nova direita’ é guiada por três vertentes principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo. Essas três vertentes são a base de todo o tom que as desinformações possuem, sendo o libertarianismo a principal delas, sobre a qual as outras duas bases se proliferam dentro desse quesito, servindo quase como

o ‘respaldo filosófico’ ou a ‘justificativa científica’ para a qual as desinformações mais radicalizadas irão empurrar os sujeitos no fim das contas.

Essa ‘nova direita’ ganha um rosto dentro daquilo que ficou conhecido como ‘bolsonarismo’, que, para Nunes (2022), é o encontro em torno da figura de Bolsonaro de grupos e tendências políticas que há um tempo já estavam presentes na sociedade, mas que vai para além dele; pois, para o autor, Bolsonaro é o nome que batiza esse movimento por calhar de ter sido a figura que estava na crista da onda de quando esses elementos começaram a ganhar uma forma maior e emergir.

O autor define o bolsonarismo como “um projeto interclasses sustentado pela política, no topo, e por fortes afinidades eletivas, na base” (NUNES, 2022, p. 29). Nisso, Nunes (2022) faz uma distinção essencial de que nem todo eleitor do Bolsonaro é necessariamente um bolsonarista, pois o bolsonarismo diz respeito a uma reunião de sujeitos em torno de figuras como Bolsonaro (mas não só ele), com uma orientação política específica – mais especificamente, uma orientação voltada para a extrema-direita com doses de fascismo.

Ainda segundo Nunes (2022), existem algumas matrizes discursivas que compõem o bolsonarismo (e, por extensão, se conectam com as vertentes da Nova Direita). Ao passo que as bases ideológicas trazidas por Miguel (2018) ajudam a compreender a cúpula dessa Nova Direita, ou seja, seus articuladores e atores políticos ativos numa relação ‘de cima para baixo’, as gramáticas e matrizes de Nunes (2022) lançam luz sobre como essas ideias ganham corpo, forma e sentido na base, ajudando a disseminar essas ideologias dentro a classe trabalhadora.

As matrizes discursivas são as responsáveis por gerar não somente enunciados, mas também “estruturas afetivas”, isto é, formas de pertencimento, autoentendimento e identificação (NUNES, 2022). Existem três tipos de matrizes discursivas: as restritas a determinado grupo ou classe; aquelas amplamente compartilhadas, mas cujo sentido permanece o mesmo independente do grupo ou classe; e aquelas compartilhadas, mas com significados diferentes para cada estrato social (NUNES, 2022).

Essas matrizes discursivas são o militarismo, o empreendedorismo e o anti-intelectualismo, que possuem um caráter transversal; o libertarianismo econômico e o anticomunismo, que possuem uma orientação ‘de cima para

baixo', e o conservadorismo, que já estava muito bem disseminado por todas as classes (NUNES, 2022).

É a conjunção dessas matrizes discursivas com as bases ideológicas orquestradas pela classe dominante que a Nova Direita ganha aderência na base social e que também vai estabelecer o elo de conexão entre o que eles pretendem dizer e aquilo que a população vai entender, seja através de produções ideológicas como livros ou editoriais, seja através de informações falsas.

O primeiro dos pontos a ser explorado é o libertarianismo, já definido anteriormente. Ele começa a ser fertilizado na sociedade brasileira a partir da atuação de *think tanks*, e adquire a forma de um elemento agregador de sujeitos da base social, em especial jovens de classe média, ganhando forças a partir da chegada do PT ao poder em meados dos anos 2000 (CASIMIRO, 2018; NUNES, 2022).

Think tanks são “entidades que reúnem especialistas de várias áreas com o objetivo produzir e difundir ideias – em geral conservadoras -, de modo a influenciar a opinião pública” (VASCONCELOS, 2021). Eles se apresentam como instituições responsáveis por reunir informações e desenvolver conhecimentos que ajudarão na formulação de políticas públicas, atuando como mediadores entre produção de conhecimento científico, política e sociedade.

Os *think tanks* tiveram sua origem nos EUA por volta do século XX, e começam a atuar no Brasil nos anos 1980 com a criação do Instituto Liberal (CASIMIRO, 2020). Eles são um dos carros-chefe da atuação da burguesia nacional na tentativa de influência nas decisões políticas, tendo em seu quadro de membros diversos sujeitos provenientes de empresas, bancos e setores da mídia tradicional.

Além do Instituto Liberal, outros *think tanks* brasileiros são o Instituto Millenium (Imil), o Instituto Von Mises Brasil (IMB) e o Estudantes Pela Liberdade (EPL); esses três últimos desempenhando um papel crucial nos últimos acontecimentos da sociedade brasileira, em especial o Estudantes Pela Liberdade, que é uma divisão nacional do *Students For Liberty*, dos EUA, e responsável pela criação do Movimento Brasil Livre (MBL) em 2014 (CASIMIRO, 2018; 2020; NUNES, 2022).

A atuação dessas instituições se centra basicamente em servir como “intelectual coletivo” da burguesia (CASIMIRO, 2018), como uma forma não-partidária de elaborar ideias, publicar materiais e traçar planos para definir os rumos da política nacional. O Instituto Liberal, por exemplo, surgiu em 1983

partindo da proposta de uma difusão do neoliberalismo no Brasil, seja por meio da cultura seja por meio da proposição de políticas públicas [...]. Como alternativa de atuação pedagógica, em função dos recursos materiais e simbólicos que dispunham no momento, a aposta do Instituto Liberal foi no investimento no recurso de doutrinação ideológica (CASIMIRO, 2018, p. 262-263)

Entre as figuras que compunham o Instituto estavam donos de instituições como a Gerdau, Unibanco, Grupo Ipiranga, Grupo Pão de Açúcar, e, entre os financiadores, as Organizações Globo (CASIMIRO, 2018). O Instituto possui articulações com o *think tank* estadunidense *Atlas Network* e, em 2013, passou por uma reconfiguração em sua forma de atuação, passando a produzir materiais para as mídias sociais (CASIMIRO, 2020). Apesar disso, o Instituto Millenium e o Mises Brasil merecem um destaque especial justamente por surgirem como resposta da burguesia ultraliberal aos Governos Lula entre 2003 e 2010 (NUNES, 2022).

O primeiro deles, o Instituto Millenium, possui uma dinâmica de atuação que consiste pela presença de ‘convidados’ e ‘especialistas’ que escrevem matérias e colunas tanto para o Instituto, quanto para os veículos de imprensa, focados principalmente na promoção de ideias sobre um Estado mínimo e na formação de um consenso em torno de pressupostos neoliberais (CASIMIRO, 2020). Entre seus fundadores e mantenedores estão nomes do campo econômico como o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ex-ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes. Há também nomes da mídia e imprensa, como Giancarlo Civita (Grupo Abril), João Roberto Marinho e Luiz Eduardo Vasconcelos (Rede Globo), Rodrigo Constantino (colunista de jornais como O Globo) e Pedro Bial (jornalista e apresentador).

Além de possuir relações com organizações ultraconservadoras que advogam em defesa dos ‘valores da família’ (CASIMIRO, 2020), o Instituto também trabalha na promoção de encontros voltados particularmente para alunos de graduação, visando uma disputa na juventude universitária – que ele

enxerga como estratégica. Somado com essa ampla atuação, muitos intelectuais pertencentes ao Imlil possuem ligações em grandes espaços midiáticos, tais como as revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Exame*; os jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Comercio*, *Valor Econômico* e *Estado de São Paulo*; além de emissoras de TV como *Rede Globo*, *Record* e *Bandeirantes* (CASIMIRO, 2020).

Já o Instituto Von Mises Brasil, que recebe seu nome a partir de um dos pensadores do neoliberalismo, tem como principal marca a extensa produção informacional em forma de blogs, podcasts e livros, além da organização de eventos de teor libertário (CASIMIRO, 2020). O tom ideológico que suas publicações possuem já podem ser vislumbrados na medida em que, segundo Casimiro (2020), um dos pensadores basilares que exerce grande influência intelectual nas produções do IMB é responsável por ideias como ‘a instituição de um livre mercado para órgãos do corpo’ e a ‘organização de ações de boicote e discursos de repúdio para ações como a homossexualidade (que o autor chama de **homossexualismo**) e o uso de drogas (CASIMIRO, 2020).

É por meio da articulação desses aparelhos que ideologias libertarianas começam a ganhar maior corpo socialmente. Segundo Nunes (2022), o libertarismo econômico é uma matriz discursiva que opera em sentido ‘de cima para baixo’, ou seja, parte das classes mais altas para as mais baixas. Ele ganha coro ao ir ao encontro com outras matrizes discursivas que possuem sentidos diferentes para cada classe, como o empreendedorismo – que para a classe trabalhadora surge como sinônimo de melhoria de vida, e para a classe dominante tem um sentido de enriquecimento e acúmulo infinito de capital (NUNES, 2022).

Essas instituições, porém, possuem uma relação muito mais estreita com a desinformação que vai além da influência em grandes conglomerados de imprensa e produção cultural. Muitos desses institutos foram inaugurados em edições do evento Fórum da Liberdade, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais, e que possui patrocínio de uma série de organizações da classe dominante (CASIMIRO, 2020).

Esse Fórum pode ser considerado como “um evento catalisador da ideologia neoliberal, libertária e liberal-conservadora” (CASIMIRO, 2020, p. 78). Foi responsável por realizar inauguração do Instituto Millenium e do Instituto Von Mises Brasil, além de já ter contado com a presença de membros do Governo

Bolsonaro como Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni. Entretanto, esse mesmo evento também foi o responsável pela estreia da produtora audiovisual Brasil Paralelo, além de ter possuído como atrações de destaque o escritor Olavo de Carvalho em edições entre os anos 2000 e 2005 (muito antes de Bolsonaro surgir) e do escritor Leandro Narloch em 2014, 2016 e 2018 (CASIMIRO, 2020).

Tanto Olavo quanto Narloch são responsáveis por uma produção ideológica altamente desinformadora e que ganhou bastante amplitude. Apesar de Olavo ter atuado fortemente na internet, pelas mídias sociais e na oferta de cursos, aquilo que o liga a Leandro Narloch é o fato de que ambos tiveram obras publicadas e distribuídas em livrarias ao redor do país, com direito a algumas delas virarem *best-sellers*.

Leandro Narloch é responsável pela publicação do livro 'Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil', que posteriormente deu origem a série bibliográfica 'Guia Politicamente Incorreto', abrangendo diversos temas. Em sua primeira obra, Narloch coloca em xeque assuntos como a escravidão no Brasil, atribuindo aos próprios africanos a culpa e retirando-a da colonização, servindo de coro para deslegitimar a narrativa em torno da 'reparação histórica' com a população negra. Tanto sua obra quanto as de Olavo de Carvalho foram publicadas por editoras de renome, pertencentes ao Grupo Editorial Record, que também publica livros com caráter científico sério, como a do sociólogo Jessé de Souza (SILVA, 2018b).

A contribuição que o libertarianismo dá para a desinformação é por meio da veiculação de Produções Informativas Enganosas, além de atuarem nos bastidores das desinformações mais explícitas, servindo apenas como patrocínio oculto, e não como rosto. Acredito que seu tipo de atuação é uma das mais perigosas, pois essas produções informativas circulam sob um véu de legitimidade, por possuírem a mesma forma composicional que outras obras de renome e prestígio, divergindo às vezes apenas em sua unidade temática e estilo.

Tanto os livros disponibilizados pelo IMB, quanto as obras de Narloch, passando pelas postagens e podcasts dos demais *think tanks*, correm despercebidos pelo público geral enquanto formas de desinformação, infiltrando-se em ciclos diversos e bombardeando ideologias que estão intimamente ligadas com a atuação mais explícita e violenta da extrema-direita.

É essa forma de produção ideológica – de desinformação – que fertiliza o solo no qual as consequências de *fake news* e testemunhais irão florescer, pois ajudam a despolitizar a base social, apelando para matrizes discursivas diversas, que fazem com que os sujeitos caiam em armadilhas tanto pós-políticas quanto ultrapolíticas.

A segunda base ideológica, o fundamentalismo religioso, é visto na forma como as desinformações se alicerçam em pânicos morais de um suposto “abalo a fé cristã” por meio de ficções homofóbicas, de uma “sexualização da infância”, e da escola como ambiente de corrupção das crianças. Entretanto, essa dinâmica não é nova, visto que nos estudos de Pierucci (1987) já era possível ver como a direita se usava de artifícios de cruzadas morais contra produções culturais, bem como o pânico da sexualização da infância e a violência sexual contra crianças.

Um exemplo antigo é trazido por Trevisan (2018), que nos relata um caso ocorrido em São Paulo no início dos anos 1990, no qual uma mãe observou uma fissura anal no filho ao banhá-lo e criou um boato de que ele teria sido abusado sexualmente na escola (que posteriormente, com ajuda da cobertura midiática, desenvolveu-se em narrativas de um esquema internacional de venda de pornografia infantil), mas no fim foi descoberto de que não passava de uma constipação intestinal na criança.

Outro exemplo pode ser dado com o ano de 2009, no qual uma polêmica foi criada por conta de pulseiras coloridas que eram usadas por crianças nas escolas, mas que, segundo boatos, cada cor tinha um significado diferente e cada um com uma conotação sexual³⁴. O medo da sexualização da infância capitaneada pelas *fake news* do kit gay, ou da chamada *mamadeira de piroca*, nas eleições de 2018 é histórico, e não inédito.

O fundamentalismo religioso se liga a matriz discursiva do conservadorismo, que já vinha sendo paulatinamente incentivado, no lado de cima, pelas conquistas de minorias sociais como a comunidade LGBTQIA+ e a população negra, e no lado de baixo, através de pânicos morais mobilizados em

³⁴ PIZA, P. T. ‘Pulseira do sexo’ gera polêmica entre pais e educadores em SP. **G1**, São Paulo, online, 13 dez. 2009. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1412235-5605_00-PULSEIRA+DO+SEXO+GERA+POLEMICA+ENTRE+PAIS+E+EDUCADORES+EM+SP.html. Acesso em: 09 jul. 2021.

torno de uma suposta ‘ameaça a família’, além de, historicamente, ter relações íntimas com o libertarianismo (NUNES, 2022). Ele ganha força particular a partir do momento em que os movimentos sociais se retiram de uma ação efetiva em ambientes de fragilidade social, como através de associações de moradores e coletivos, deixando o campo aberto para que as igrejas ocupem esses espaços vazios e passem a fazer “trabalho de base” (NUNES, 2022).

Com as mazelas estruturais do capitalismo, e sem uma força que pudesse dar a essas pessoas as respostas necessárias para mudança dessa situação, as igrejas se tornaram tanto local de assistência como de convivência. Na ausência de conforto e respostas, as igrejas ofereciam psicólogos, pastores caridosos e pregações reconfortantes; com a falta de locais de acesso à cultura e arte, a igreja fornecia música (coro e banda), dança (Grupo de Gestos) e teatro (a interpretação como forma de pregação); isso sem contar as escolas bíblicas, encontros dominicais, e os grupos voltados especificamente para mulheres, jovens e crianças. Elas se tornaram o ambiente perfeito para socialização dentro de uma sociedade carente e fragilizada.

Essa atuação das igrejas ocorre sob uma nova forma de trabalhar a fé, entendida como “teologia da prosperidade” (NUNES, 2022), que, em linhas gerais, trata a crença em Deus como um investimento, onde você aplica ações hoje para colher o lucro no futuro (a salvação), reproduzindo um ideal de que o sucesso depende única e exclusivamente do sujeito enquanto indivíduo isolado, servido da reprodução teológica da ideologia individualista neoliberal.

A teologia da prosperidade vai de encontro a uma Teologia da Libertação, que prega a solidariedade pautada num senso coletivo, que enxerga no trabalho com o outro um caminho para uma salvação de todos. A lógica de salvação sob uma ideologia de prosperidade recai muito mais numa vaidade individual de fazer o bem para colher os frutos dessa ação de forma isolada e, uma vez que há numa reprodução da ideologia individualista neoliberal, acaba reproduzindo também suas consequências, como o sentimento de competição e de ‘nós’ contra ‘eles’.

Não à toa que alguns dos maiores líderes religiosos do país hoje em dia sejam pastores milionários, extremamente alinhados com os interesses da burguesia nacional (afinal de contas, eles fazem parte dela). Sob a lógica da competitividade dentro dessa teologia é comum então criar não só uma

competição entre fieis, para ser ‘o mais devoto’ ou ‘o mais correto’, como também o sentimento de segregação entre ‘as pessoas da igreja’ e ‘as pessoas do mundo’, no qual ‘o mundo’ é errado, corrupto e precisa ser salvo pela ‘igreja’ correta, justa e caridosa. Nessa lógica, o mundo deve ser a imagem e semelhança da igreja, excluindo qualquer tipo de pluralidade que possa existir tanto dentro quanto fora da instituição.

Por último, temos o espectro do anticomunismo que volta a rondar o Brasil depois da Ditadura Militar. Ele começa a ganhar contornos populares a partir do primeiro mandato de Lula através da “fabricação midiática de pânicos diante de uma suposta ameaça totalitária” e tanto ele quanto o libertarianismo são “resultado de uma ação coordenada” (NUNES, 2022, p. 32). Com a divergência realizada pela prática do PT, que usa de vários elementos estéticos da esquerda, mas que está longe de ser comunista, o anticomunismo agora se coloca como oposição a qualquer coisa que seja minimamente de esquerda (FERNANDES, 2019). Esse espectro é invocado sempre que é preciso criar um espantalho a ser atacado em defesa de alguma pauta econômica, seja o comunismo da defesa do meio ambiente, seja o do incentivo à vacinação.

O anticomunismo é um fantasma antigo que é mobilizado sempre que necessário para criar pânicos morais que possam impedir insurreições populares. É comum o uso de teorias conspiratórias, boatos e a fabricação de materiais falsos para dar sustento a essas teses mentirosas; os mitos nos quais as teorias anticomunistas se fundam constituem-se enquanto “uma narrativa que elabora uma explicação para a realidade social, contém uma série de mistificações e propõe um programa de ação” (MOTTA, 1998, p. 96).

Pânicos anticomunistas não são novos na história, como foi o caso de Getúlio Vargas, no Brasil, e a ameaça do golpe comunista que o levou a instaurar o Estado Novo (OLIVEIRA, 2022). Em termos de produção de gêneros discursivos para desinformar, um bom exemplo são os Protocolos dos Sábios de Sião, já mencionados anteriormente, que fazem parte de uma constelação de desinformações que embasam uma teoria conspiratória de dominação mundial judaico-comunista, um desdobramento da soma de antissemitismo e comunismo da Europa do século XX (MOTTA, 1998).

O padrão de uso do pânico anticomunista dos Protocolos se assemelha bastante na forma como *fake news* e outras desinformações são usadas hoje em

dia. Como Oliveira (2022, p. 142) aponta, “a propaganda nazista se fez ferozmente do falso documento [os Protocolos] para espalhar medo entre os alemães e buscar uma justificativa para a perseguição aos judeus”, da mesma forma que o kit gay lançou uma cruzada moral contra a população LGBTQIA+ em 2018.

Para além disso, as unidades temáticas, tanto dos Protocolos como de boa parte das desinformações que circulam na internet, são bastante similares; como Motta (1998) mostra, alguns dos supostos planos judaicos que os antissemitas espalhavam com os Protocolos se centravam em torno da corrupção da juventude, o ensino subversivo, a destruição da família e da igreja e o incentivo a atitudes libidinosas e vícios. Isso se assemelha, por exemplo, com mentiras espalhadas nas eleições de 2022 sobre Lula desejar fechar igrejas caso eleito presidente³⁵.

Oliveira (2022) traz alguns outros exemplos de como as unidades temáticas dessas desinformações permanece semelhante aos dos Protocolos e demais obras racistas, eugenistas e conspiratórias que circulavam durante o século XX, como o pânico em torno de um suposto esquema de pornografia infantil no *Pizzagate*, ou a guerra cultural internacional travada na teoria do Q-*Anon*. O autor ainda elenca a importância que fóruns online como o *4Chan* e o *Reddit* possuem na disseminação desse tipo de conteúdo, em especial no recrutamento dos chamados *incels*³⁶ para fileiras de organizações de extrema-direita, através da instigação de ódios e negacionismos por meio desse tipo de produção ideológica.

Observo que, por conta das constantes narrativas em torno do ataque à igreja, à família e, principalmente, às crianças e aos jovens, o anticomunismo

³⁵ DOMINGOS, R. É #FAKE mensagem que diz que Lula declarou que irá fechar igrejas. **G1**, [s.l.], online, 7 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/10/07/e-fake-mensagem-que-diz-que-lula-declarou-que-ira-fechar-igrejas-em-2023.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2023.

³⁶ ‘Involuntary celibates’, ou celibatários involuntários: são o conjunto de homens incapazes de se relacionar romanticamente e/ou sexualmente com mulheres, que culpabilizam os movimentos feministas, LGBTQIA+ e negro por essa inaptidão, fazendo com que direcionem ódio e ressentimento para esses sujeitos de forma violenta (OLIVEIRA, 2022). É um conceito usado para designar uma cultura masculina, majoritariamente heterossexual, extremamente presente no meio virtual e frequentadora assídua de fóruns online. Alguns atentados e assassinatos em massa foram protagonizados por alguns desses sujeitos e amplamente comemorados em fóruns virtuais, como pode ser visto aqui: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58300599> (Acesso em: 16 jan. 2023).

atualmente ganha lastro na classe trabalhadora através das igrejas – muito por conta de suas narrativas em torno do mundo corrupto e da igreja ameaçada. A mídia tradicional também desempenha um papel importante no pânico comunista, ao constantemente vincular matérias deslegitimando movimentos sociais e através da associação de regimes socialistas com ditaduras. Além disso, o anticomunismo também faz parte do repertório discursivo do libertarianismo, ao recorrer ao argumento de que ‘o comunismo matou milhões’ e de que ‘o capitalismo é superior ao comunismo’.

Por fim, as duas últimas matrizes discursivas são o militarismo e o anti-intelectualismo. Sobre a primeira, Nunes (2022) diz que o militarismo possui significados diferentes quando é reproduzido pela classe trabalhadora e quando vem da classe dominante. Em relação ao proletariado, esse apelo pela violência estatal “pressupõe uma demarcação entre quem é “trabalhador” ou “bandido” dentro da comunidade”, já nos bairros nobres das classes altas, “o sentido do policiamento é fundamentalmente protege-los dos pobres” (NUNES, 2022, p. 30).

Por conta da violência urbana e da sensação constante de insegurança, essas duas visões opostas em relação ao mesmo problema se cruzam através de uma gramática comum que apela por uma figura de autoridade e pela aplicação impiedosa da lei e da ordem (NUNES, 2022). Esse deslumbre pela militarização ganha um reforço maior através de programas de TV que promovem sensacionalismo e espetacularização da violência policial como o Brasil Urgente e o Cidade Alerta, além de alguns tipos de produções culturais, como o filme Tropa de Elite.

Já em relação ao anti-intelectualismo, Nunes (2022) não desenvolve o bastante para além de afirmar que ele se encontra tanto nas classes altas quanto nas mais baixas. Nesse sentido, retomo a afirmação do próprio autor de que algumas matrizes discursivas possuem sentidos diferentes para grupos diferentes. Para Adorno (2020a), um dos aspectos do radicalismo da Nova Direita é a oposição aos intelectuais e à figura do especialista. O autor afirma que esse aspecto se dá pelo fato de que esses movimentos operam muito mais pela técnica e pela ação do que por um embasamento teórico.

Adorno (2020a) também fala que a divisão do trabalho tem sua importância nesse processo, no ressentimento sentido entre os trabalhadores

manuais em relação aos intelectuais, especialmente com o avanço do capitalismo e a constante proletarização de profissões antes consideradas ‘pequeno-burguesas’ (ou de classe média, em termos mais reconhecíveis). A diferença de sentidos nessa questão está que, na medida que nas classes altas (em especial nas médias-altas) esse sentimento possa vir por conta do medo dessa proletarização e dos ressentimentos que isso causa, nas classes mais baixas, observo que possuem maiores relações com as contradições referentes à divisão do trabalho, expostas anteriormente.

Independente de suas origens, o anti-intelectualismo, juntamente com o militarismo e o anticomunismo são três elementos basilares na composição do modo de ação da extrema-direita pós-Segunda Guerra, segundo os estudos de Adorno (2020a). E é justamente por conta disso que são essas três unidades temáticas, junto com o conservadorismo, as responsáveis por denunciar o caráter fascista dessa Nova Direita e o caminho para o qual ela empurra a classe trabalhadora que, despolitizada, acaba por comungar de gramáticas comuns.

Sobre ela, Miguel (2021) afirma que devemos

entender a extrema-direita atual como um fenômeno específico, que se inspira em elementos da retórica dos fascismos clássicos, em especial a exploração dos ressentimentos das classes médias, adaptando-as às condições da esfera pública contemporânea, marcada pela presença de bolhas discursivas muito fechadas e pela emergência da chamada “pós-verdade” (MIGUEL, 2021, p. 16)

Não é função deste trabalho medir o grau de fascismo presente nessa Nova Direita, pois, não importa qual seja o nível, ele está em seu DNA e empurra a sociedade em direção a uma realidade fascistizada. É inegável, porém, como o uso da desinformação é parte primordial de seu modo de ação, tanto em relação ao fascismo clássico quanto nessa nova roupagem.

Não só Adorno (2020a), como também Konder (1979), trazem elementos para definir o fascismo, tanto enquanto fenômeno político, quanto em suas manifestações clássicas e contemporâneas, que o liga com questões envolvendo a manipulação das massas através de produções ideológicas e peças de informação. Numa definição geral do fascismo, podemos entendê-lo como

uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo [...]; um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça

sob uma máscara “modernizadora” [...] **servindo-se de mitos irracionalistas** e conciliando-os com **procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório** [...] e pressupõe também as condições da chamada **sociedade de massas de consumo dirigido** (KONDER, 1979, p. 21, grifos nossos)

O próprio autor afirma que, sob o fascismo clássico, “as verdades passaram a morrer” (KONDER, 1979, p. 10), muito por conta das (mas não limitado as) deturpações teóricas, manipulação de informações e uso de produções ideológicas enganosas que fizeram com que as populações alemãs e italianas mergulhassem em ideais e ações fascistas, tendo também como um importante alicerce discursivo o medo do comunismo e da revolução socialista, principalmente depois da vitória bolchevique na Rússia (KONDER, 1979).

Adorno (2020a) traz pontos similares na extrema-direita após o fascismo clássico. Para o autor, a propaganda é a peça fundamental do modo de ação desses grupos, em especial com o uso de retóricas que fazem o recorte de vários pedaços de informações de forma a forjar uma nova realidade, ou através de uma descontextualização de fatos como estratégia de convencimento.

Outro ponto de convergência entre os autores diz respeito aos veículos por onde essa mensagem circula. Konder (1979) traz a importância da sociedade de massas de consumo dirigido para o triunfo do fascismo; já Adorno (2020a), fala sobre como o aperfeiçoamento tecnológico, somado a um sistema de crenças ilusórias, consiste como parte fundamental da ação desses novos movimentos de extrema-direita.

Ora, há melhor aperfeiçoamento tecnológico para uma sociedade de consumo dirigido do que mídias em aparelhos móveis e portáteis, presentes em todos os lugares, que redirecionam propaganda de maneira personalizada e individualizada para cada sujeito, ao mesmo tempo que possuem artifícios para prender a atenção dessas pessoas pelo maior tempo possível? Esse aperfeiçoamento é muito bem utilizado pela Nova Direita no Brasil, como bem endossa Casimiro (2020), através do uso de memes, vídeos virais e informações rasas e falsas compartilhadas a exaustão.

Entretanto, o sucesso que esse tipo de produção possui não recai somente em uma suposta excelência da direita em fazer uso desses mecanismos. Na verdade,

se a extrema-direita, ao recorrer à desinformação ou a qualquer subterfúgio, conseguiu mobilizar as paixões antissistema de milhões de pessoas que se sentem desassistidas e deixadas para trás, **é porque esses sentimentos existem**. Isto é, a mensagem da extrema-direita só é convincente porque tem um grande número de pessoas que acredita que há, de fato, algo profundamente errado com o sistema político e econômico atual (NUNES, 2022, p. 59, grifo nosso)

Ou seja, não é culpa somente de um patrocínio ou suposta excelência em comunicação que a extrema-direita ganhou adeptos em várias camadas de várias classes sociais. Falar sobre as dimensões políticas da desinformação sem mencionar a atuação da direita e da esquerda é cair numa armadilha pós-política da qual este trabalho busca evitar.

Sendo assim, é necessário reconhecer também a grande falha que a esquerda fez e vem fazendo em dar coro e corpo de forma proporcional às necessidades que as narrativas enganosas da extrema-direita atendem; e essa falha prejudica o combate à desinformação, pois por mais que se invista em agências de checagem ou propostas de inclusão do combate à *fake news* nos currículos escolares, o que gera aderência a desinformação não é a mensagem em si, mas as questões concretas para as quais ela apela.

Essa falha da esquerda é herança da dinâmica entre neoliberalismo progressista e o conservador após os anos 1990. Como Nunes (2022) bem mostra, o que a esquerda hegemônica, que aceitou o fim da história, resolveu fazer, foi realizar uma polarização no campo da cultura e da moral, de forma a obscurecer o fato de que tanto ela quanto os conservadores defendiam planos econômicos bastante similares no fim das contas.

Então essa esquerda passou a pautar sua diferença em relação aos conservadores somente em questões relacionadas a gênero, sexualidade, raça e cultura. Com a classe trabalhadora sentindo cada vez mais as pressões do capitalismo e sem alguém que as desse respostas, ao invés da disputa ser entre burguesia e proletariado, passou a ser somente entre brancos e negros, heteros e LGBTQIA+, homens e mulheres – uma falsa polarização.

O problema com essa dinâmica é que “tanto uma das principais variantes do neoliberalismo quanto qualquer proposta de superação do projeto neoliberal são igualmente rotuláveis como “esquerda” (NUNES, 2022, p. 118). Então,

qualquer um que se coloque publicamente para falar algo como ‘negros merecem direitos’, ‘homossexuais não merecem apanhar’ ou ‘devemos parar com a violência contra a mulher’ é prontamente rotulado como esquerda e progressista, mesmo que defenda medidas práticas altamente danosas a essa população.

Sendo assim, a política de esquerda majoritária se pauta em uma performance, em estratégias meramente discursivas – pouco importa se você aprovou medidas ou apoiou candidatos que cortam direitos da classe trabalhadora, se você acredita que mulheres não são inferiores aos homens, automaticamente você é tão esquerda quanto um comunista. Nunes (2022) chama esse processo de radicalização das identidades; ao passo que a direita radicaliza em termos práticos para a defesa do acúmulo de capital da burguesia, a esquerda majoritária radicaliza no campo da identidade, da performance que a faz parecer progressista, do discurso que a mostra como ‘sensata’, mas mantém o mesmo teor conciliatório em seus termos práticos.

Com essa forma de radicalização, a esquerda (e aqui trato não somente ela em sua representação partidária, mas também como qualquer sujeito que se entende ou se declara como esquerda, organizado ou não) trata a classe trabalhadora como um ente monolítico uniforme e sem contradições, ao ponto de que, no minuto em que qualquer um manifesta algum nível de machismo, ele é prontamente atacado e rechaçado, pois nessa lógica de identidade, o problema está em que “o outro não seja sempre como nós” (NUNES, 2022, p. 131). Sendo assim, quando essa esquerda se depara com um trabalhador que vota em Bolsonaro, ela prontamente o tacha como ‘burro’ e o usa de chacota.

Entretanto, isso não significa que devemos ignorar os racismos e machismos reproduzidos, a questão está numa cruzada moral em torno apenas de comportamentos que não vem acompanhada de uma prática política concretas e organizada em direção a um combate às condições que geram esses problemas. Assim como também não devemos usar isso como argumento para minimizar as pautas antirracistas, feministas ou o movimento LGBTQIA+ como um todo; o problema não está em tratar dessas questões, mas sim, na perda de uma visão totalizante pautada na classe, com o abandono de uma visão que abarque o todo em detrimento de uma que vise somente os particulares.

Com essa assimetria, onde a direita radicaliza-se na prática e no discurso, e a esquerda somente no último, é criado um vácuo em um segmento social que é particularmente cooptado pelas propostas direitistas: o trabalhador/operário homem hétero cisgênero branco (ou que se entende dessa forma) (NUNES, 2022). Ao se deparar com uma realidade material cada vez mais hostil, com o aumento da carga de trabalho, a precarização e a diminuição do poder de compra, esse trabalhador não vê respostas para suas necessidades vindas do campo que deveria cumprir esse papel.

Mediante as péssimas condições de vida e em busca de respostas, um trabalhador informal, por exemplo, vê um lado dizendo abertamente que o sistema está errado e que “isso aí” precisa ser mudado, com um discurso antissistêmico, dialogando diretamente com questões candentes como a violência urbana e problemas com educação de qualidade, e apontando os culpados para isso (numa lógica ultrapolítica); enquanto do outro lado, há um discurso que diz que o sistema está bem, só precisa ser melhorado, e com discursos voltados somente para grupos que não representam esse trabalhador. Não é surpresa, portanto, para qual campo ele irá migrar.

Fernandes (2019) atribui essa prática a uma tendência pós-moderna dentro da esquerda, que entende certos problemas como ‘superados’ e debates sobre classe, por exemplo, como algo ‘arcaico’ e ‘desatualizado’. Ela atribui essa prática a uma sensação de ‘revigoramento’ e ‘renovação’ que teorias pós-istas trazem dentro de um tempo onde horizontes diferentes são difíceis de serem vislumbrados; com isso,

em vez de radicalizar a organização política, os grupos rejeitam a política organizacional marxista e o capitalismo, ao mesmo tempo, [e] optam por promover a resistência e a luta através da reconceituação do discurso, em vez de fazê-lo pela transformação (FERNANDES, 2019, p. 71)

É uma prática que se rende ao realismo capitalista e trata o fim do sistema como algo impossível. Nisso, a esquerda se fecha em seus muros acadêmicos e opta muito mais por debates eternos sobre quais termos usar e por reconceituação de questões sociais, ao invés de imbuir esse exercício teórico em uma prática política organizada.

Assim, as ruas são ocupadas apenas pela performance, as palavras de ordem são ditas, mas sem uma prática política que dê corpo, e *tags* e postagens são feitas nas mídias sociais apenas como posicionamentos estéticos para criar uma imagem progressista que não sai do campo da individualidade. A grande consequência disso é a celebração do particular (FERNANDES, 2019) e de atos isolados autoindulgentes que geram uma legião de “fadas sensatas”³⁷ que prontamente são atacadas quando as contradições da existência são expostas.

Ainda sobre essa questão, Fernandes (2019, p. 72) traz que “é no foco dos processos e verdades múltiplas do “pós” que está a excitação; é um apelo vago, mas esperançoso, para a solução de um problema que se alinha com o pessimismo teórico”. E isso se conecta com a afirmação de Nunes (2022) a respeito da esquerda estar em negação sobre a gravidade social em que estamos inseridos e sobre os meios necessários para reverter essa situação.

Como bem visto, parte do negacionismo bebe de uma positividade generalizada, um otimismo tolo que é incapaz de lidar com a negatividade da realidade. A mesma lógica se aplica à esquerda, que se reveste de armaduras acadêmicas e discursivas otimistas, que ajudam a se blindar de uma crítica em relação às próprias limitações e dos passos necessários para enfrentar as problemáticas atuais.

Esse comportamento afeta também o combate à desinformação de um modo mais geral, já que manter-se em negação sobre a gravidade e a emergência que nosso tempo demanda, impede ações mais efetivas, já que combater a mensagem (isto é, as unidades temáticas) das desinformações que a extrema-direita propaga não se limita “a combater as mentiras em que ela vem embalada, mas exige, em última análise, dar respostas às questões que estão na raiz desses sentimentos” (NUNES, 2022, p. 59).

Por isso que o combate à desinformação exige uma radicalização da prática aliada à do discurso, e uma radicalização que coloque em pauta as questões mais totalizantes da classe trabalhadora e que não se escondam atrás de bandeiras fracionadas que disfarçam uma política de defesa do *status quo*. As pessoas já sentem que nosso sistema econômico não funciona mais, que a política representativa está debilitada e que as condições do nosso planeta

³⁷ Termo usado na internet para designar pessoas com um posicionamento político considerado como exemplar.

camminham cada vez mais para uma situação irreversível – já existe a descrença, consciente ou não, na forma como nossa sociedade vem se desenvolvendo, e já há a sensação de que medidas drásticas precisam ser tomadas.

“Não se trata de radicalizar na performance ou na afirmação de princípios genéricos, mas em ideias concretas” (NUNES, 2022, p. 135). É necessário que o combate à desinformação se alicerce em bases que levam em consideração a dimensão da gravidade de nossa conjuntura e as questões que estão na raiz de seus apelos. Nossos problemas com desinformação possuem uma essência que é antiga, arquitetada a partir de movimentos históricos vistos dentro da materialidade das relações de classe sob o capitalismo.

Se seu combate pretende ser traçado dentro de uma educação informacional, ela deve ser feita a partir do fomento a uma consciência crítica de viés transformador, que se pautar numa mudança real da sociedade. Combater a desinformação, portanto, não se trata de buscar uma sociedade competente, mas sim, de construir uma sociedade mais crítica.

5 EM BUSCA DA SOCIEDADE CRÍTICA

“[...] a nossa capacidade de narrar o mundo está intimamente ligada com a nossa capacidade de conhecer o mundo; e um povo com um conhecimento limitado, com regras limitadoras, com um código moral limitador... **Um povo incapacitado – mesmo linguisticamente – de explorar, de conhecer, vai criar uma narrativa do mundo amordaçante, silenciadora,** que cria um certo tipo de angústia ao tentar nos localizar como estáticos, e não como móveis, eternamente em transformação – seres humanos como produtos, e não como processos.” (HUNTY, Rita Von, 2022)³⁸

5.1 Partindo do real...

Antes de abordar propriamente o tema deste capítulo, gostaria de iniciá-lo fazendo uma consideração que acredito ser imprescindível para termos uma discussão mais concreta: combater informações falsas e combater desinformação não são a mesma coisa.

Quando se fala sobre ‘combater informações falsas’, combate-se sua disseminação, traçamos suas origens, verificamos a procedência, então o foco está nas plataformas digitais, nos critérios de validação de fontes, em filtros de busca e demais propriedades que dizem respeito à qualidade da informação, que recaem muito mais sob uma via de ‘minimização de danos’ – sabemos que as informações falsas existem, temos consciência que elas serão compartilhadas, então vamos evitar que as pessoas se informem por elas. Somente combater informações falsas é uma ação de abrangência restrita.

Em contrapartida, ao falar em ‘combater desinformação’, como explanado anteriormente, estaremos falando de ações voltadas a um fenômeno complexo, que se conecta a todo o ecossistema de produção de informações nos mais diversos níveis e com os contextos e ideologias aos quais eles atendem – trata-se de relações cristalizadas na superestrutura.

Combater a desinformação é falar não somente das informações que são compartilhadas, mas também das condições de apropriação dessas informações pela população, a propriedade acerca dos aparelhos de produção e

³⁸ Drag queen, youtuber e professora, dona do canal Tempero Drag, onde fala sobre política e cultura sob uma perspectiva marxista revolucionária.

disseminação de informações, os sentimentos e demandas sociais aos quais suas mensagens atendem, a atuação política para além do campo informacional que possa balizar ações concretas de uma real democratização da informação, dentre outras medidas que vão muito além de um olhar focado somente nas plataformas e demanda um trabalho organizativo conjunto.

O combate à desinformação abrange o combate a informações falsas, mas vai além, pois necessita de uma compreensão mais ampla acerca de nossa organização política e socioeconômica e uma articulação com diversos setores da sociedade que deem conta de atingir as questões estruturais que criam as condições de existência da desinformação.

Dentro de todas as ações possíveis que podem compor uma rede de combate à desinformação, algo que acredito ser unânime pensar é em educar para informação. Se as pessoas se utilizam de informações falsas para o fomento de um conhecimento que irá balizar atitudes no mundo real de forma alienada e prejudicial para elas mesmas, é necessário que um plano de ações de educação informacional seja feito para realizar um contraponto.

Entretanto, como foi visto, a desinformação age como uma forma de alienação da classe trabalhadora em relação a si mesma – é um instrumento de manipulação e luta de classes. Neste sentido, a educação que se deve promover não é apenas educar por educar, mas uma educação que vise tornar a classe trabalhadora uma classe para si, que realiza um trabalho de autorreconhecimento do sujeito enquanto um ator político e social.

Obviamente, não devemos perder de vista o fato de que somente educar não basta, é precisa toda uma rede de reformas e estruturas que atuem em conjunto para atingir os mais diversos pontos sobre os quais a desinformação age; porém, no que compete aos bibliotecários, por exemplo, a principal frente de combate na qual podemos agir é a do fomento de ações de educação para informação.

É no horizonte do combate à desinformação e não somente a informações falsas que uma educação informacional que deve surgir deve ser feita de forma crítica. Em tempo, podemos entender educação para informação como o ato de tornar as pessoas aptas a saberem onde buscar informações, a selecionar quais informações são relevantes para sua necessidade e, principalmente, como buscar e validar essas informações de modo a tomar atitudes e formar

conhecimentos baseados em uma verdade. Ao falar sobre educação midiática, ainda que com o foco na televisão, Adorno (2020b, p. 86) nos diz que o ensino referente ao uso dos veículos de comunicação de massa

não deveria constituir apenas em aprender a escolher o que é certo, e na sua apreensão por meio de categorias, mas, desde o início, esse ensino deveria desenvolver as aptidões críticas; ele deveria conduzir as pessoas, por exemplo, à capacidade de desmascarar ideologias; deveria protegê-las ante a identificações falsas e problemáticas, protegendo-as sobretudo em face da propaganda geral de um mundo que a mera forma de veículos de comunicação de massa dessa ordem já implica como dado.

Publicado originalmente em 1963, o texto de Adorno dava conta de abranger o contexto informacional de sua época; hoje em dia, com a presença descomunal da internet e das mídias sociais na vida cotidiana, é necessário educar não somente em relação as mídias tradicionais, contudo para a informação em si, para que seja possível, dentre uma pluralidade de fontes e possibilidades disponíveis, discernir acerca de quais discursos serão adotados.

Sendo assim, a palavra 'educação' dentro do termo deve referir-se a uma educação para a vida como um todo, não para um fim específico, e deve adquirir o mesmo sentido trazido por Mészáros (2008) da educação em sentido amplo, pois, para o autor, "muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais" (MÉSZÁROS, 2008, p. 53), logo, a educação não deveria servir a um fim dentro de limites de uma instituição ou para algo específico, mas para toda a vivência no mundo, no sentido mais alargado o possível.

Para o autor, a educação institucional vem servindo para nada mais do que a manutenção de um modelo de ordem social e para a formação de mão de obra alienada, sem permitir que os sujeitos desenvolvam perspectivas reais de mudança de sua situação, fazendo-os aderir aos interesses do capital (o de produção e reprodução de riqueza) como se fossem seus próprios, mesmo que essa lógica não os beneficie efetivamente em nenhuma instância.

Desta maneira, uma educação em sentido amplo deveria dar conta de educar os sujeitos como seres sociais e políticos, cuja vida incorpora muito mais do que o desempenho de uma função. O que Mészáros (2008) defende é que a educação seja continuada e não limitada a uma certa idade, já que se aprende

o tempo todo e em todo lugar, então a educação deveria acompanhar essa trajetória; ele afirma que

nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora [...] A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (MÉSZÁROS, 2008, p. 76)

A ideia, portanto, é que a educação não tenha o trabalho como seu centro, mas a vida social do sujeito, dando a eles os artifícios necessários para se inserir no mundo, compreendê-lo e transformá-lo, dando conta de mudar radicalmente a ordem vigente, uma educação que vá além da lógica de reprodução capitalista e que se ancore na mudança revolucionária da sociedade – em suma, uma educação que forme pessoas e não instrumentos do capital.

A educação para informação deve se encontrar nessa mesma linha de pensamento, uma vez que os sujeitos não utilizam informação somente para desempenhar suas funções profissionais e/ou acadêmicas, mas também em pequenas decisões da vida, como qual ônibus pegar, ou em situações mais complexas, como compreender o motivo da alta nos preços dos alimentos no mercado.

Essa modalidade de educação, portanto, deve ter como norte capacitar o sujeito com ferramentas que o guie em sua jornada de compreensão da realidade e emancipação, servindo de apoio a outras formas de educação que vão formar uma pessoa crítica, ciente de seu local na sociedade e das estruturas que limitam sua atuação, pronta para se organizar socialmente em busca de uma sociedade mais justa. Não é sobre educar para obter informação como um fim em si mesmo, mas para o desenvolvimento de uma consciência crítica que acarrete em ações concretas de mudança coletiva.

Para que essa educação tenha efeitos reais e seja elaborada em consonância com a realidade material dos sujeitos, é necessário que aqueles que assumem o papel de educadores informacionais (que no fundo é um posicionamento que todo profissional da informação deveria ter, independente do setor que atue) devem ter em mente, como Freire (2021) diz, que todo ato

educacional para libertação deve levar em consideração o conhecimento prévio do sujeito e o contexto do qual ele surge.

Todos possuem alguma espécie de conhecimento *a priori* (mesmo que no mais simples nível de complexidade), o que significa dizer que uma ação de educação informacional não pode ocorrer deslocada das práticas informacionais das comunidades participantes no processo. Essa noção se liga a ideia de que as interações sociais dos sujeitos afetam na forma com a qual eles irão informar e se informar (BERTI; ARAÚJO, 2017); elas partem do pressuposto de que as pessoas se relacionam com informação a todo tempo, não somente quando há uma necessidade formada.

Se partimos da ideia de que a informação está inserida dentro da realidade social, e que é interpretada como tal a partir de um processo dialógico do sujeito; utilizamos e precisamos de informação a todo tempo, mesmo quando não temos consciência completa disso, e a noção de práticas informacionais surge para retirar a visão individualista do comportamento informacional e inserir a pessoa enquanto um sujeito sócio histórico atuante dentro da própria realidade, pertencente a um coletivo que ajuda a formar sua identidade e a orientar sua maneira de vivência em sociedade. Em outras palavras, “a informação, as necessidades de informação e os critérios de relevância, que deixam de ser vistos como algo externo ao usuário ou dependente apenas de sua subjetividade, para serem compreendidos enquanto construções sociais” (ROCHA; GANDRA, 2018, p. 568)

Ao trabalhar uma educação para informação orientada pelas práticas informacionais, promovemos um deslocamento da perspectiva cognitivista e individualizante de comportamento informacional, centrada somente no sujeito, para uma perspectiva social e coletiva centrada no contexto social (em seus mais diversos níveis de formação) e os efeitos que ele possui sobre as pessoas. Essa relação entre contexto e sujeito não ocorre de forma linear e hierárquica, com o sujeito sendo alguém completamente passivo acerca de seu contexto, mas de forma dialógica; como bem diz Araújo (2017, p. 229-230), “cada ação humana é também uma interferência naquilo que nos condiciona”, sendo assim, na mesma medida em que o contexto social influencia os sujeitos, as ações desses sujeitos afetam a organização do contexto.

Essa relação dialógica entre sujeito e contexto não se dá de maneira equiparada de força para todos, apesar de todos desempenharem um certo papel de influência no contexto, mesmo que numa dimensão mais rasteira. A forma como a sociedade se organiza está correlacionada com movimentos concretos da humanidade, isto é, o ser humano como sujeito de sua própria história (MARX; ENGELS, 2007), sendo assim, é a ação humana que molda a realidade.

Essa relação, contudo, se dá dentro de uma sociedade desigual, logo, ao mesmo tempo em que os sujeitos tem a potência de poderem mudar as estruturas sociais e determinar novos rumos da vida coletiva, eles também estão inseridos dentro de um sistema hierárquico que impõe uma série de restrições que impedem que essas ações (e a consciência dessa potência) sejam postas em prática, fazendo com que essa realidade incida sobre os sujeitos ao fornecer-lhes condições desiguais de formação.

Seguindo esse pensamento, as condições sociais **materiais** irão afetar na forma com a qual os sujeitos irão se relacionar com a informação e seus recursos, seja na escolha de fontes, na forma de pesquisar, no uso e preferência por certos suportes, dentre outros. Ao mesmo tempo, o sujeito em suas interações cotidianas, também afeta a realidade dos outros em sua volta e desempenha ações que podem afetar a comunidade na qual se insere; contudo, para que as ações saiam de um nível micro para um macro, é importante que essa atuação seja feita coletivamente organizada, por meio de uma unidade de força que, utilizando das diferenças entre suas partes, consegue criar um movimento de massa poderoso o bastante para modificar radicalmente uma estrutura e fornecer condições reais de liberdade para todos.

Segundo Rocha e Gandra (2018), algumas noções importantes das práticas informacionais são: a) a visão do usuário, não como ente passivo cuja busca por informação surge a partir de um estado anômalo do conhecimento, mas enquanto um sujeito informacional que usa e produz informação a todo o tempo; b) o contexto informacional enquanto uma construção sociocultural coletiva e não como algo dado; c) a informação como processo decorrente da influência de diversos fatores e não como algo objetivo e considerado de forma única para todos; d) o conhecimento enquanto um processo constante de acúmulo que é alterado sempre que entra em contato com novas informações e

que é construído coletivamente; e) a cultura enquanto elemento que conecta todas as demais noções e o local onde todas elas operam em conjunto.

Porém um ponto que gostaria de salientar é que, ao analisar a cultura e o contexto no qual as práticas informacionais se desenvolvem, é importante avaliar não somente seu estado presente, mas ter em mente a trajetória que pode ter gerado sua configuração, uma vez que o mundo sensível é um produto histórico resultado da atividade de gerações, uma sobre os ombros da precedente, que desenvolvem sua realidade de acordo com as necessidades materiais e as condições dadas pela ação do ser humano no mundo (MARX; ENGELS, 2007). Desta forma, não é possível avaliar um contexto informacional sem considerar os eventos históricos que levaram tal contexto a se dar de certa forma, e os agentes presentes nesse processo, isso sem perder o norte de que “até hoje, a história de toda a sociedade é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2012, p. 44), colocando assim em perspectiva os tensionamentos existentes dentro do trajeto histórico de formação.

O elemento da classe torna-se importante ao falar sobre essas práticas, uma vez que as condições materiais de acesso à informação e da liberdade de se informar estarão vinculadas as condições materiais de existência dessa classe. Assim explico: um membro da classe trabalhadora inserido dentro de uma rotina de trabalho exaustiva, com poucos recursos de lazer, morando em situações precárias, com recursos financeiros limitados, possuindo poucas condições de mobilidade urbana e direito à cidade, além de outras problemáticas impostas pela desigualdade oriunda da lógica estrutural do sistema capitalista, terá uma liberdade de buscar informação limitada na medida em que “não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 29); sendo assim, as privações impostas pelo capitalismo nas mais diversas esferas da vida dos seres humanos afetam em sua liberdade (e consciência) de escolha de recursos informacionais.

Com o advento da internet, há quem advogue a respeito da existência de uma ‘democratização da informação’ da qual todos possuem acesso, porém, essa visão encontra-se deslocada da realidade imediata. Uma globalização do acesso à informação não implica necessariamente em uma democratização da

mesma, uma vez que as condições de acesso aos recursos que permitiriam isso não são iguais para todos.

Mesmo que as novas TICs proporcionem um maior acesso à informação, ele está diretamente relacionado ao acesso à internet barata e de qualidade, no que diz respeito a wi-fi por exemplo; um pacote de dados móveis que consiga dar acesso a recursos suficientes para obter uma maior gama de opções de informação, *smartphones* de qualidade que consigam suportar uma grande quantidade de aplicativos e que tenham uma longa durabilidade; disponibilidade de demais recursos eletrônicos como tablets, computadores, *e-readers*, dentre outros, que possam ampliar a variedade de opções de acesso à informação e, mais importante, condições financeiras que permitam ter todos esses elementos ao seu alcance ao mesmo tempo que consigam dar conta de suprir as necessidades básicas de vivência de alguém. A informação pode estar mais disponível hoje em dia, mas as condições reais de acesso a ela não.

Na verdade, o avanço tecnológico vem acompanhado de um aumento na precarização dos postos de trabalho, principalmente pelo fato de que eles se dão impulsionados pela ofensiva neoliberal pós-anos 1970. Ao mesmo tempo que a nova forma do capitalismo gera uma vida mais precarizada e um aumento no foço entre as parcelas mais ricas e mais pobres da sociedade (PAULO NETTO, 2012), a lógica do lucro e da concorrência empresarial coloca os trabalhadores sob regimes de trabalho excruciantes, sendo um empecilho do aproveitamento das novas tecnologias de informação, pois “nenhum aproveitamento coletivo das novas tecnologias é factível sem uma redução radical da jornada de trabalho” (KATZ, 1996, p. 109).

Além disso, essa tecnologia gera uma grande leva de desempregados por fazer requisição de uma mão-de-obra qualificada, ao mesmo tempo que os meios materiais não dão conta de formar esses trabalhadores; sendo assim, Katz (1996) nos diz que há um aumento no chamado ‘exército de reserva’ de desempregados, uma medida necessária para manter o barateamento dos salários, a maior retenção de mais-valor, ao mesmo tempo que se emprega maiores regimes de trabalho.

Dessa maneira, como esperar que uma pessoa com um pacote de dados que permite o acesso somente ao WhatsApp, Instagram e Facebook, com um *smartphone* de pouca memória e de baixa qualidade, em um regime de trabalho

pesado, consiga ter acesso a uma ampla gama de informações? Como Katz (1996, p.73) afirma, “a “sociedade da informação” é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia”, sendo impossível pensar nas práticas desenvolvidas pelo sujeito e em ações de educação informacional sem ter em mente essa uma realidade material que vai além de um recorte sobre o grupo estudado.

Coggiola (1996) colabora com as ideias de Katz (1996) ao dizer que “a sociedade do tempo livre é uma possibilidade criada e negada pelo capitalismo ao mesmo tempo” (COGGIOLA, 1996, p. 125) por, ao passo que prega o aproveitamento do tempo pela via do consumo, impede também que ela seja de fato executada por conta das limitações de condições e recursos materiais disponibilizados para tal.

O autor também fala que a automação trazida pelas novas tecnologias conserva a exploração da força de trabalho ao mesmo tempo que acelera o tempo de produção, mas sem uma redução das jornadas de trabalho. Sendo assim, as limitações de recursos impostas pelo capital, bem como o domínio do capitalismo sobre o tempo livre das pessoas, irão proporcionar uma restrição no acesso a veículos de informação, dando condições para que o horizonte de referenciais informacionais dos sujeitos esteja circundado dentro daqueles que sua realidade material permite.

Em termos mais práticos, a educação informacional acontece no âmbito da mediação da informação, que podemos defini-la como uma ação de interferência que permite a apropriação de informações pelos sujeitos que assim as necessitarem (ALMEIDA JUNIOR, 2009). Ela é um ato de criar condições para o acesso e uso de informações pelas pessoas, auxiliando-as em seus processos de leitura de mundo e sua identificação com o coletivo, criando lastro para a reivindicação e ocupação de seus locais esvaziados, fomentando uma maior atuação enquanto sujeitos de sua própria história.

Segundo Almeida Junior (2009), a mediação da informação ocorre tanto de forma explícita quanto implícita. A primeira dá conta de compreender aquelas ações que efetivamente entram em contato com usuário, tendo sua presença de forma evidente; já a segunda, seriam aquelas ações que acontecem de forma discreta, que criam as estruturas que permitiram que ações explícitas ganhem corpo. Por exemplo, ações explícitas seriam atividades culturais e o atendimento

em unidades de informação, enquanto as implícitas seriam a elaboração de política de formação de acervo ou sua organização para posterior disponibilização.

A educação informacional, portanto, acontece majoritariamente no campo explícito da mediação da informação, com ações das mais diversas formas, que desenvolvam nas pessoas os conhecimentos necessários para se informar propriamente. Há um caráter implícito da mediação na educação informacional, que dá conta de abarcar, dentre outras coisas, a criação de programas e políticas em unidades de informação que tratem esse assunto enquanto prioridade. Contudo, há algo que merece uma atenção especial. Se a mediação da informação visa **criar condições de apropriação**, essas condições não devem estar limitadas somente ao âmbito individual das instituições, como também às condições mais amplas da sociedade que possam impedir essa apropriação, já que não há como uma biblioteca fazer ações culturais se ela não possui verbas nem mesmo para a manutenção de seu espaço, por exemplo – ou se ela nem mesmo existe.

Então, se existem estruturas que impedem que os sujeitos tenham condições de acesso a recursos informacionais, não seria ingênuo afirmar que mediar informação é também atuar ativamente na luta pela abolição dessas restrições de forma mais ampla, e no fomento de políticas e movimentos que de fato democratizem o acesso à informação. Se o que causa essa limitação possui um caráter estrutural, como afirmei anteriormente, essas ações devem servir para um abalo real dessa estrutura de forma a modifica-la.

Sendo assim, o caráter implícito da educação informacional se dá tanto de forma micro, sendo circunscrita dentro das unidades que irão executá-la, quanto de forma macro, associada a outras lutas sociais mais amplas. Sem a abolição dos grilhões que prendem a população, uma democratização da informação não será realizada de forma plena, o que implica em ações de educação informacional precarizadas, uma vez que seus efeitos estarão limitados pelas mazelas que estruturam os contextos dos quais os sujeitos emergem.

Uma vez posto isso, o teor da educação informacional que será explorado aqui se limita ao caráter explícito dela, dentro do âmbito das organizações e da atuação dos profissionais de informação (especialmente os da Biblioteconomia)

enquanto educadores, porém sem perder o norte dos problemas maiores que devem ser combatidos, uma vez que, como diz Freire (1999), ensinar exige também que o educador seja um sujeito político ativo, pois está ciente do que é necessário conquistar para que sua atuação gere bons resultados.

Para Freire (2021), educar é um ato dialógico, cujo aquele que educa e aquele que é educado intercambiam ambos os papéis em momentos distintos; desta forma, a educação é feita **com** os sujeitos e não **para** os sujeitos, através da instigação à curiosidade e no incentivo à sede de descobrir o mundo (FREIRE, 1999; 2021). Na visão do autor, a educação deve ser levada enquanto um ato de libertação, para inserir as pessoas de forma crítica na sociedade e muni-las das ferramentas necessárias para a mudança revolucionária que irá abolir suas condições de opressão. Para que isso seja feito, é necessário que o educador esteja em contato com o mundo do educando, estando ciente da realidade que ele conhece de forma a oferecer caminhos para conhecer outras, fornecendo, pouco a pouco, uma visão de coletividade que será imprescindível para uma atuação real no mundo material (FREIRE, 2021).

Neste sentido, educar informacionalmente deve permitir que os sujeitos não só saibam quais fontes confiar seguindo princípios técnicos, como também a reconhecer os discursos presentes nas informações que limitam o reconhecimento da realidade e minam a formação de uma consciência crítica de forma efetiva; isso tudo tendo em vista que, tanto educar quanto mediar informação são atos de intervenção, ideológicos e longe de qualquer parcialidade (FREIRE, 1999; ALMEIDA JUNIOR, 2009).

Se para educar é necessário partir do mundo no qual os sujeitos ocupam, os atos de educação para informação que se propõem a combater desinformação devem estar norteados pela noção de que, com a penetrabilidade das mídias sociais e motores de busca no cotidiano da população, as práticas informacionais dos sujeitos, principalmente no que diz respeito a pesquisa, estão 'viciadas' por fatores provenientes desse contato perene com o digital, fazendo com que isso componha um elemento importante no contexto informacional que deve ser levado em consideração. Esses vícios, contudo, são formados a partir não só de uma série de fatores estruturais externos (mencionados anteriormente) como também pela própria forma de funcionamento que essas mídias digitais possuem.

Segundo Rocha e Gandra (2018), outro elemento a ser considerado nas práticas informacionais diz respeito a autoridade. Segundo as autoras, a autoridade é construída através da relação entre o conhecimento autoritativo, a autoridade cognitiva e a credibilidade. Esses conceitos podem ser entendidos, respectivamente, como o conhecimento considerado legítimo para uma comunidade, tendo sua legitimidade instituída através de uma relação de consenso; o reconhecimento de alguém que sabe sobre o que fala e pode influenciar decisões a partir desse conhecimento; e o reconhecimento de alguém como competente, confiável e crível (ROCHA; GANDRA, 2018).

Com o contato do digital e a desmediatização por ele trazido, podemos afirmar que a forma com a qual nos relacionamos e atribuímos autoridades a algo ou alguém também foi afetada. Partindo do princípio de que para ser considerado autoridade, é necessário haver um consenso entre uma comunidade a respeito da credibilidade desse determinado indivíduo, é possível dizer, então, que todo *youtuber* e/ou influenciador digital é uma autoridade para seu conjunto de seguidores, uma vez que, ao se inscreverem e seguirem suas mídias sociais, curtirem os conteúdos produzidos, além de comentá-los e compartilhá-los, esse público realiza uma validação deste *youtuber*/influenciador por meio de um acordo tácito. As mídias sociais permitem que todos se tornem uma autoridade na medida em que seus seguidores legitimam seu reconhecimento perante eles, e quanto mais seguidores, mais legitimidade alguém poderá possuir.

Essa relação pautada na quantidade vai ao encontro da lógica de acúmulo capitalista, já que o grande número de seguidores implica em um grande acúmulo de popularidade para esse produtor, o que significa, para o capital, um novo campo de consumidores em potencial a ser explorado. Isso resulta que, por conta da legitimidade digital, esse sujeito é colocado em evidência para outros setores do capital, que irão utilizá-lo como veículo de propaganda para seus produtos, explorando o reconhecimento que ele possui para dar continuidade ao trabalho de acúmulo; isso faz com que a popularidade pré-existente no digital ganhe uma nova camada de legitimidade, agora realizada pelo mercado.

A grande questão é que, na medida em que todos podem se tornar autoridade de alguma forma, a autoridade em si se anula “e a única autoridade

efetiva na área é a que pode escolher entre elas” (BAUMAN, 2001, p. 83), sendo assim, a legitimidade não recai no conhecimento do sujeito em si, mas em quem o segue e o compartilha. Se há um abalo no número de seguidores, há um abalo na autoridade e essa legitimação é retirada (ou cancelada). Contudo, essa legitimação poderá reconstituída se assim for de interesse de algum setor do capital – caso contrário, essa ex-autoridade se vê rumando cada vez mais próxima do esquecimento.

Essa forma de legitimação é preocupante justamente por ocorrer em um local não-dialógico que funciona sob uma lógica algorítmica de compartilhamento. Não necessariamente aquele com mais seguidores será aquele mais indicado para falar sobre algo, isso apenas implica que ele tem mais apelo do público. Esse holofote proporcionado pelo digital gera a criação do que em linguagem de alguns setores das mídias sociais fica conhecido como ‘tudólogos’³⁹, ou seja, aqueles que falam sobre tudo como se tivessem propriedade, mas sem desenvolver um pensamento crítico sobre (no escopo desse trabalho, esse ato dos tudólogos liga-se com o que foi nomeado de ‘pordentrismo’).

A grande questão é que esse efeito da popularidade pode dar voz a pessoas que, por não conhecerem sobre algo, mas terem o apelo de certo público, acabam desinformando as pessoas e podem gerar prejuízos graves. Daí surgem blogueiras de *lifesytle* com dietas milagrosas que comprometem a saúde, *coaches* com palestras motivacionais que no fim incentivam o desgaste mental, *traders* com dicas de aposta que põem em risco a frágil estabilidade financeira, além de supostos especialistas em política, história, saúde, psicologia e demais áreas do conhecimento que sabem pouco ou nada do que falam e prejudicam a formação de uma opinião concreta sobre algo.

Não podemos ser levianos e devemos reconhecer que é possível que alguém com propriedade sobre determinado assunto consiga chegar a um alto nível de popularidade, porém, esse sujeito terá que nadar num oceano onde todos sabem de tudo, e que no fim são poucos os que conseguem realmente

³⁹ TUDOLOGIA | VLOG 025. [S.l.: s.n.], 2022. 1 vídeo (13min). Publicado pelo canal Tese Onze. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AS88IYO8Maw&t=244s>. Acesso em: 10 abr. 2022.

saber de algo, tudo isso aliado à lógica do algoritmo que comanda as mídias digitais e a distribuição de conteúdo online.

Como bem nos apontam Santana e Neves (2022), os algoritmos e os filtros das mídias digitais coletam dados fornecidos pelos próprios usuários, além do rastro de acesso na *web* para distribuir informações que, segundo seus cálculos, poderão ser consideradas relevantes para essas pessoas. O que em tese seria uma ótima maneira de poupar tempo de busca, na realidade se converte em uma forma de individualizar o acesso a informações, restringindo os usuários ao consumo de conteúdos que partem do mesmo ponto de vista, e enclausurando-os em bolhas informacionais que minam as chances de formar algum senso crítico.

Essa forma de segmentação, entretanto, não é neutra. Apesar de serem tecnologias, os algoritmos são programados por seres humanos e estão sob posse de empresas que, por sua vez, possuem seus próprios interesses e ideologias (SANTANA, NEVES, 2022), sendo assim, essa forma de filtragem e distribuição de conteúdo aparenta ser para uma melhor experiência de uso dessas mídias, mas na realidade atendem majoritariamente aos objetivos das empresas que as possuem.

Assim como ilustra o documentário *O Dilema das Redes* (2020), o objetivo primordial dos algoritmos é a criação de nichos de mercado. Eles segmentam seus usuários em grupos baseados em informações fornecidas e em probabilidades calculadas e usam dessas informações para distribuir anúncios e demais conteúdos patrocinados.

As mídias digitais transformam o máximo possível da existência em *commodity* e o vende no mercado seguindo a lógica do acúmulo infinito; afinal de contas, os algoritmos também são um meio de produção que está sob propriedade privada já que sites acessados, fotos postadas, comentários feitos, páginas curtidas, perfis seguidos, tudo é utilizado por eles como uma forma de calcular probabilidades e gerar capital para seus donos – a preocupação com o acesso real à informação figura como algo de segundo plano.

A lógica de relevância do digital, portanto, não é baseado no conteúdo em si, nas informações contidas nele, mas na popularidade e patrocínio desses conteúdos. Aqueles que possuem um maior número de seguidores, ou os que conseguem injetar altas quantias em dinheiro como forma de turbinar suas

publicações, são os que terão maior visibilidade nas redes e conseguirão chegar a uma quantidade mais abrangente de pessoas. Daí a possibilidade de os conteúdos considerados como 'relevantes' pelos algoritmos na verdade serem informações danosas e falsas que ajudam a desinformar e manipular os usuários das mídias. Outro problema é a possibilidade da criação de perfis falsos e o uso de *bots* que povoam as redes com postagens, aparentemente partidas de pessoas reais, como forma de manipular a opinião pública a respeito de determinados assuntos, criando uma ilusão de coerência e concordância geral acerca de algo.

Um exemplo preocupante dessa distribuição de conteúdo por patrocínio é o caso da produtora de audiovisual Brasil Paralelo. Com viés conservador, a empresa já dedicou cerca de R\$328 mil em anúncios no Facebook, cujo conteúdo varia desde visões negacionistas até teorias da conspiração como a de que Simone de Beauvoir teria associação com práticas de pedofilia (BAZZAN, 2020; DIAS, 2021). Com essa injeção de dinheiro em anúncios nas redes, seus conteúdos negacionistas chegam a milhares de pessoas, com propagandas, no YouTube por exemplo, de documentários produzidos que vão desde contra as medidas restritivas para contenção da pandemia de Covid-19, passando por revisionismos históricos sobre a ditadura militar de 1964 e até negacionismo ambiental a respeito das queimadas na Amazônia, ao mesmo tempo em que a empresa, só em 2020 gerou um faturamento de 335% (ZANINI, 2021).

Um exemplo da criação de perfis falsos pode ser citado com o caso da empresa *iFood*, que contratou agências de publicidades para atacar os eventos de 'breque dos apps', uma greve na qual os entregadores reivindicavam melhores condições de trabalho (LEVY, 2022). Na ação da agência, foram criados perfis falsos no Twitter e Facebook que se passavam por entregadores, além de páginas políticas e de memes que aparentavam ter relação com a causa, que ajudavam a disseminar uma narrativa contra o breque, dando a impressão de haverem entregadores contrários ao movimento, no objetivo de esvaziar a greve e manipular a opinião pública contra os trabalhadores e a favor dos interesses da empresa (LEVY, 2022).

Nesse cenário, levar em consideração que os sujeitos estão imersos a essa lógica de atribuição de autoridade, cuja legitimidade não necessariamente condiz com informações confiáveis, é importante ao se pensar em educar

informacionalmente, já que os meios catedráticos ensinados até agora sobre reconhecimento de autoridade e de veracidade de fontes está sendo posto em xeque e se mostra frágil perante as novas tecnologias.

Ao educar para informação no sentido de saber como se informar e combatendo desinformação, o 'como' não deve dizer respeito somente a maneiras técnicas e formuláicas de verificação, mas a um ensino a respeito do discurso proferido nas informações acessadas, o reconhecimento da estrutura que organiza o funcionamento das mídias digitais, a formação de uma consciência de classe a respeito dos conflitos de interesses que rondam os mais diversos setores da vida, além do desenvolvimento de uma compreensão de mundo que não se limite a objetivos específicos, mas que se estenda a uma participação ativa na construção da história. Em suma, para combater desinformação não devemos ter somente conhecimento técnico, é necessário também possuir uma consciência crítica.

5.2 ...em direção à consciência...

Quando há a pretensão de combater algum problema por meio da educação, é importante estar guiado pela noção de que esse ato não é uma espécie de treinamento mental, mas um processo gradual de elevação da consciência. Dentro da Ciência da Informação e Biblioteconomia é sabido que o bibliotecário além de um mero profissional da informação, é também um educador; porém, engana-se quem pensa que essa função deve estar relegada somente aos profissionais que trabalham em escolas do Ensino Básico. A imagem de bibliotecários especializados e universitários, por exemplo, como uma espécie de profissionais restritos apenas a um local de auxiliares da ciência através da pesquisa e fornecimento de informação é por demasiado limitada e, de certa forma, deslocada de uma visão menos mitificadas a respeito desses ambientes e dos sujeitos que os frequentam.

Aprende-se o tempo todo, em todos os lugares, e o fato de um bibliotecário estar inserido dentro de um ambiente universitário ou em bibliotecas especializadas (como em tribunais, centros de pesquisa, hospitais, dentre outros) não o isenta de exercer sua função educadora em detrimento de ser um amparo científico restritamente passivo; na verdade, exercer uma função

educadora demanda o exercício de uma atuação científica, na medida em que, como afirma Freire (1999), não há ensino sem pesquisa, sendo assim, as duas atuações não são divergentes. Ao colocar o bibliotecário na posição restrita de suporte a pesquisadores, relegando-o a uma imagem similar à de um guardião de conhecimentos que tudo sabe e tudo fornece, mutila-se sua capacidade interventora na realidade em prol de um acessório quase sem voz.

O bibliotecário, e a biblioteca por extensão, é um suporte ativo de conhecimento e agente de mudança social, cuja atuação vai além de encontrar fontes e fornecê-las, e recai sobre o ato de fomentar uma visão crítica a respeito da realidade, de maneira tal que ajuda a formar sujeitos ativos e conscientes em um trabalho constante de mudança do mundo. Essa atuação passa por um ato mediador de educação informacional, que não somente fornece fontes de maneira apática, mas que trabalha no fomento de ações intervencionistas que força os sujeitos a refletirem criticamente sobre as informações que recebem, as fontes que consultam, e como sua compreensão da realidade é afetada pela forma com a qual esses elementos estão dispostos a seu acesso.

O ato de combate à desinformação não deve ser carregado de uma visão elitista que entende que somente a população leiga deve tomar consciência desse problema. A educação contra a desinformação deve ser feita para todos os públicos, dos leigos aos especialistas, e carece do desenvolvimento de uma visão crítica, que deve ser fomentado em todos os tipos de sujeitos, já que os títulos que alguém possui não necessariamente fornecem um atestado de visão crítica da realidade.

Isso se dá na medida em que os sistemas educacionais não são, em nenhuma instância, isentos de ideologia, pois, como diz Catini (2019, p. 37) “não há maior doutrinação ideológica do que a doutrina do mercado”. Como bem mostra a autora, juntamente com Carneiro (2019), os parâmetros educacionais adotados em sistemas ao redor do mundo, inclusive no Brasil, vêm sendo elaborados a partir de metas do Banco Mundial e interesses de entidades empresariais, fazendo com que a forma com a qual se educa seja conduzida com os olhos voltados estritamente para interesses econômicos.

Inserida em um sistema dedicado à mercadoria e consumo, e transformada ela mesma em mercadoria, a educação vem sendo desenvolvida enquanto formação de mão-de-obra, de produtores e de consumidores, no qual

o sentido de 'educar para a vida' torna-se sinônimo de 'educar para o trabalho' ou 'educar para o capital', assegurando assim que os sujeitos adotem os interesses do mercado enquanto seus próprios (MÉSZÁROS, 2008). Desta forma, ela vem servindo enquanto uma estimuladora da inércia social frente a uma mudança radical da realidade, já que se propõe a “produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Não há como afirmar então que sujeitos altamente formados possuem inerentemente uma visão crítica, já que sua formação está toda permeada por interesses e ideologias que, como visto, estão voltadas para a criação de consenso e inércia. O sujeito verdadeiramente crítico não é aquele que reflete somente sobre uma realidade externa a ele, mas também a respeito de sua própria, e isso significa seus próprios valores familiares, sua formação acadêmica, seus próprios preconceitos e internalizações das estruturas de opressão – é aquele que desenvolve também um autoconhecimento.

Como Adorno (2020b, p. 132) coloca, uma educação que vise evitar que os horrores do fascismo clássico se repitam deve “evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias”, ou seja, é necessário que se fomente não somente a compreensão do mundo, mas, sobretudo, o autoconhecimento, uma consciência a respeito de como as estruturas de opressão se reproduzem dentro de si. A verdadeira consciência crítica não é aquela que somente compreende o mundo, mas especialmente a que conhece a si própria.

O fomento a esse tipo de educação não deve ser voltado somente aos sujeitos em processo formal de formação, mas também aqueles que já o concluíram, os supostamente já formados – justamente porque esse termo representa uma falácia, já que não é possível estar formado, de maneira acabada e finalizada, pois o ser humano é um sujeito em constante processo de formação; se consideramos a formação finalizada, perde-se a capacidade de autocrítica, autoconhecimento e elevação da consciência. Essa forma de educação não cabe somente a professores, assim como educar para informação não é um dever somente de bibliotecários escolares ou comunitários, mas de

todos aqueles que estão inseridos dentro de alguma comunidade, independentemente do nível de formação que seus membros possuem.

Quando se trata de educação informacional e a atuação de profissionais de Biblioteconomia, é comum que as discussões se deem em torno do fomento de competências em informação. Para a Associação Americana de Bibliotecas (ALA), a competência informacional, ou *information literacy*, é a capacidade de “localizar, avaliar e usar efetivamente a informação necessitada” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, *tradução nossa*); uma pessoa competente informacionalmente seria aquela que sabe escolher as informações que precisa, tendo consciência de que fontes consultar e quais estratégias de buscas realizar, sabendo fazer a seleção para filtragem daquilo que se precisa conhecer.

É uma ideia que vem na esteira do surgimento da sociedade da informação, com a popularização das TICs e o excesso de informações ofertadas para o público, com a proposta de servir como uma espécie de medida contraceptiva em relação a grande quantidade de materiais dispostos para serem conhecidos.

O pressuposto da competência informacional é treinar os membros da sociedade para que todos sejam capazes de se informar propriamente, com um ideal muito forte atrelado a noção do exercício da cidadania e o desempenho profissional através do acesso à informação. Em outras palavras, o que fica subentendido por essa proposta é que as pessoas têm sua cidadania fragilizada a partir do momento em que não têm acesso a informações de qualidade, ou quando não sabem quais fontes consultar, cabendo a cada sujeito individual a tarefa de desenvolver as competências necessárias para contornar esses problemas e se tornar um cidadão mais ativo e um profissional melhor.

Embora a ideia pareça legítima, há um problema na raiz de sua concepção que a torna problemática: a individualização da culpa e/ou responsabilidade por não saber se informar. Ao partir da premissa de que cabe aos sujeitos em si desenvolverem as competências para que possam se informar propriamente, a competência informacional individualiza as responsabilidades e deposita sobre as pessoas a culpa por uma suposta incapacidade de buscar informações e, por consequência, todos os prejuízos que isso proporciona.

Como bem visto anteriormente, a ideia de individualização de culpa e responsabilidade é uma das matrizes basilares do neoliberalismo, e não seria

surpresa se a ideia de competência informacional estivesse, de alguma forma, atrelada a ela. Na verdade, como nos mostram Bezerra, Schneider e Saldanha (2019), a proposição da competência em informação surge concomitantemente com a aplicação do modelo econômico neoliberal, e, por consequência, com o plantio de suas bases ideológicas e éticas no inconsciente coletivo da grande população.

O termo ‘competência em informação’ tem seu primeiro uso na literatura por volta dos anos 1970 e começa a ser popularizada nos ambientes profissionais em meados dos anos 1980 (DUDZIAK, 2003), essa faixa temporal coincide com a crise econômica de 1973 e as primeiras medidas neoliberais aplicadas e difundidas a partir de 1979 (ARAÚJO, 2006). Não é surpresa então que a base propositiva da competência informacional vá de encontro com as ideologias do novo modelo econômico e consiga se adaptar, e até mesmo fornecer certas explicações e novas formas de atuação profissional, a nova forma de pensamento social que começava a se formar a partir daqueles anos.

Uma das defesas do neoliberalismo é a ideia de concorrência enquanto algo benéfico para a sociedade, defendendo uma premissa de sujeitos livres, concorrendo entre si em busca de melhorias, sem intervenções maiores nessas relações. Segundo Araújo (2006), os ideólogos do neoliberalismo como Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek condenavam o igualitarismo promovido pelo estado de bem-estar social das políticas keynesianas, por afirmarem que ele prejudicava a concorrência entre os cidadãos, de forma que a desigualdade “era considerada um valor positivo” (ARAÚJO, 2006, p. 262). Nesta linha de pensamento, a competência informacional carrega em si uma semente do ideal da concorrência⁴⁰, como pode ser visto em Dudziak (2003) ao afirmar que

Atualmente, cresce cada vez mais a demanda por profissionais flexíveis, multicapacitados, capazes de aprender ao longo da vida. Informação, conhecimento e habilidade de lidar com grandes massas de informações, assim como demandas pessoais e profissionais, transformaram-se nos maiores determinantes dos avanços sociais e econômicos (DUDZIAK, 2003, p. 31)

⁴⁰ Como bem dissertei anteriormente, o ideal da concorrência é um dos colaboradores da pós-verdade e na criação do sentimento de ‘nós contra eles’ que serve de combustível à guerra de narrativas das desinformações. Sendo assim, como esperar que um conceito fundado em ideais de concorrência sirva como solução para um problema que comunga das mesmas bases ideológicas?

Ou seja, a competência em informação seria um diferencial que os profissionais possuiriam para aumentar suas chances de concorrência por um lugar no mercado de trabalho. Sendo assim, se existem pessoas competentes em informação, podemos afirmar que existem também as incompetentes em informação, o que reforça mais uma vez a noção neoliberal de que o sucesso de alguém depende exclusivamente de seu esforço individual, e que cabe a ele desenvolver as ‘habilidades e competências necessárias’ para se demonstrar útil ao mercado e ter capacidade de concorrer com os demais – se há alguma espécie de fracasso, não há ninguém além do próprio sujeito para ser culpado.

Ao fomentar competências em informação, o que a Ciência da Informação faz é fortalecer um discurso que possui em seu gene a semente da desigualdade, e ignorar toda a dinâmica material e social que compõe verdadeiramente o ato de criar e se apropriar de informações; é assim que “a “competência em informação” [...] representa a vitória do neoliberalismo técnico-político aplicada teórico-metodologicamente dentro de uma episteme” (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2019, p. 12). O conceito simboliza um vácuo na atuação em informação e Biblioteconomia, não só na formação dos profissionais, como também no seu fazer prático, que reduz toda uma área do conhecimento a um instrumento do capital.

Indo um pouco além disso, a noção de competência informacional esvazia o fazer profissional do bibliotecário, ao deslocá-lo de um lugar criativo e de intervenção, para relegá-lo a um papel infotécnico de desenvolvimento de habilidades, quase como um treinador de informação (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2019). Ela faz com que o fazer da Biblioteconomia (recaindo especialmente sobre o serviço de referência e informação) se resuma a ensinar técnicas para as pessoas de uma maneira totalmente vazia e oca, como se o ato de informar não fizesse parte de um processo criativo, mas se resumisse a um desenvolvimento de fórmulas cujos resultados podem ser metrificadas e contabilizadas em listas de checagem.

É em oposição a tudo que a competência informacional representa que surge a ideia de competência crítica em informação (CCI). Sua premissa parte do reconhecimento das limitações presentes dentro do termo inicial, acusando-a de ser algo meramente operacional e subordinado ao mercado (BEZERRA;

SCHNEIDER; SALDANHA, 2019) e indo em direção a uma expansão dessa compreensão que

prepara o usuário para olhar criticamente a informação e se capacitar para distinguir entre o que é relevante e/ou irrelevante, buscar fontes seguras de informação, hierarquizar as informações, utilizá-las, produzir novas informações, ser criativo, contextualizar etc (BRISOLA; ROMEIRO, 2018, p. 75)

A grosso modo, não aparentam haver grandes diferenças entre a competência em informação e a competência crítica, porém, esta última, ao reconhecer o caráter meramente utilitário e técnico da primeira, busca trazer um complemento alargado, na ideia de que não apenas desenvolvam-se capacidades de escolher quais informações utilizar, mas que se reflita criticamente a respeito de seu conteúdo.

O teor do exercício da cidadania está muito presente no escopo da competência crítica, se afastando mais das nuances profissionalizantes que o termo anterior possuía. Ela defende uma maior autonomia criativa das pessoas, e afirma que desta forma será possível a atuação dos sujeitos em torno da construção de uma sociedade mais justa, participativa e democrática (BRISOLA; ROMEIRO, 2018; MARTÍNEZ-ÁVILA; MELLO, 2021).

Ao olhar desta forma, a competência crítica em informação aparenta ser uma solução viável para o combate à desinformação, já que reconhece a importância que a informação possui no desempenho de um papel social mais ativo; entretanto, as compreensões em torno do termo ainda não dialogam o bastante com a realidade material, parecendo estarem deslocados e ainda restritos dentro de uma compreensão teórica que não afasta totalmente as problemáticas que são criticadas na competência informacional, necessitando assim de um corpo mais robusto.

Apesar da apreciação válida que a competência crítica traz, é possível observar uma visão demasiadamente idealista e ainda circundada dentro de ideais liberais que não rompem totalmente com as bases ideológicas que formaram o termo que ela mesma se propôs a criticar. Bezerra e Beloni (2019) apontam que o sentido de 'crítica' aplicado em muitos estudos sobre CCI não é aprofundado e pouco se dedicam a explorar o real sentido do que significa 'criticar' ou 'pensar criticamente', utilizando-as como palavras e termos

meramente adjetivos, sem maior robustez teórica, e, principalmente, ausentes de perspectivas de prática.

Indo além, como fica evidente nos estudos de Brisola e Romeiro (2018) e de Martínez-Avila e Mello (2021), a defesa em torno de um exercício da democracia através da competência crítica recai muito mais sobre uma forma de manutenção do sistema capitalista, através de uma aparente inserção dos sujeitos no debate público, mas que é feita de forma tal que ignora as limitações impostas pela própria realidade material que impedem o acesso pleno e igualitário de todos. Desta forma, sua defesa fica somente em um plano idealista, mas que em um plano prático carece de bases mais firmes para que possam ser executadas de forma eficiente.

O problema não é o que a competência crítica propõe, mas sim a forma como seu entendimento é conduzido. Por ainda advogar em torno de uma ‘competência’ (por mais crítica que seja), o tema pode ser tratado como uma habilidade técnica – como a habilidade de fazer malabares, de cortar o próprio cabelo ou de dar uma cambalhota – e que pode ser aprendido segundo um conjunto de regras prontas, como se fosse possível desenvolver criticidade a partir de fórmulas ou receitas.

Além disso, trata o ‘exercício da cidadania’ como uma compreensão rasteira de uma atuação passiva dentro da esfera pública, cuja atuação não oferece ameaça à ordem vigente, uma vez que não se propõe a modificá-la radicalmente, mas somente reformá-la. É uma ideia de que ser cidadão é exigir seus direitos dentro da lógica do sistema, e se contentar com mudanças ocorridas dentro dessa lógica, que apenas atingem uma ponta do real problema, já que vão até onde os interesses da classe dominante não são contestados.

Ela fala em cidadania e democracia, mas não responde quais seus sentidos. ‘Exercer cidadania’ seria saber em quem votar a cada 2 anos, ou teria algum contorno maior? O que seria um cidadão? Alguém que somente sabe seus direitos, ou aquele que tem a capacidade inclusive de questionar como e por que as leis foram formadas? Apesar da apreciação válida que ela traz, as discussões em torno da CCI ainda parecem pairar sobre uma superficialidade.

Ao ainda falar sobre competências, a discussão abre margem para o estabelecimento de critérios e métricas que supostamente poderiam avaliar o desenvolvimento de uma criticidade em um grupo de pessoas e seu

desempenho enquanto cidadãos ativos, porém, “as avaliações de desempenho são a única maneira de manter vivo aquilo que já é processo morto” (CARNEIRO, 2019, p. 45).

A questão que a competência crítica tenta trazer não se trata habilidades a serem desenvolvidas, mas de um conhecimento de mundo, um estado de consciência que se permite desvelar a realidade que as ideologias opressoras tentam esconder. Não é se saber como se informar enquanto um fim em si mesmo, mas como um meio para um horizonte mais amplo.

Sendo assim, não se trata de desenvolver alguma forma de competência como se o sujeito fosse um frasco vazio que pode ser preenchido com alguns critérios para que ele possa ser útil, mas sim sobre o despertar de uma consciência. Da mesma forma, não é sobre exercer cidadania enquanto categoria vazia, mas sobre a elevação de uma consciência de classe para a atuação radical em busca da libertação coletiva.

O tom geral dado às discussões sobre competência crítica ganha contornos reformistas. Luxemburgo (1990) traz a problemática das ações reformistas ao constatar que elas servem muito mais para manter os limites da exploração capitalista toleráveis, do que trabalhar para a construção de um horizonte onde ela não exista mais. Reforma e revolução não são meios antagônicos, na verdade, “a luta pela reforma social é o meio, a revolução social é o fim” (LUXEMBURGO, 1990, p. 23).

Sendo assim, não se trata de reformas por si só, para ‘melhorarem as coisas’ e que, uma vez realizadas, as pautas serão abandonadas, tratam-se de reformas estruturais, que visem atingir a exploração capitalista gradualmente, mas tendo em vista um horizonte revolucionário de desenvolvimento de uma nova sociedade. A revolução não é um elemento dado, mas uma construção, que é feita a partir de ações concretas no presente que visem construir suas condições no futuro – trata-se de um tensionamento entre estratégia e tática.

A estratégia é o caminho geral que se pretende seguir, é a forma de planejamento que guiará as ações rumo ao norte que se pretende chegar, já a tática, são as ações concretas dadas no presente mediante as condições materiais dispostas para realiza-la (HARNECKER, 2012). A tática está subordinada a estratégia, é o filtro concreto e operacional que irá colocar seus

planejamentos em prática, não somente dentro dos limites possíveis, mas tendo a perspectiva de ampliá-los no futuro.

É em relação a essas questões reformistas e revolucionárias, táticas e estratégicas, que os debates de CCI apresentam uma falha. O discurso em torno dela não aponta para horizontes novos, mas na melhoria da situação atual, discutir combate à desinformação dessa forma é como considerar sua eterna existência, sem vislumbrar um local possível onde ela deixará de existir. A CCI conduzida atualmente serve como forma de mitigação da desinformação como o fim em si mesmo, não como um passo para sua eliminação.

Defende-se ensinar as pessoas a se informarem melhor, mas por quê? Se é para tomarem melhores decisões, o que seria uma decisão melhor? E que tipos de decisões são essas? A quem elas servem? Se defendemos saber melhor se informar apenas para aprimorar os níveis de adaptação a sociedade atual, ignoramos o que Adorno (2020b) nos traz, quando afirma que a educação verdadeiramente emancipatória é aquela que não somente ensina o sujeito as formas de conviver e se adaptar ao mundo, mas principalmente, é aquela que fornece as ferramentas para transformá-lo.

A CCI não é um fim, mas um meio – e é aí que reside sua verdadeira contribuição. Ela deve ser uma tática dentro de um horizonte estratégico de educação informacional para o fomento de uma consciência crítica emancipatória. Ela deve trabalhar na perspectiva de auxiliar em ações concretas de educação informacional mediante as condições históricas dadas em determinado contexto de aplicação, estando especialmente alinhadas com esse horizonte estratégico de emancipação da classe trabalhadora. Quando se reflete e se debate sobre uma tática de forma isolada, longe de um horizonte estratégico norteador, ela se torna falha, relegada a subjetividade dos sujeitos (HARNECKER, 2012) e redundante, nunca apontando para um local onde possam ser vislumbradas mudanças reais.

A visão aplicada até então deve ser invertida: não é sobre saber como opera a informação, mas sim sobre como opera a sociedade e como essa operação está registrada/manifestada nas informações recebidas. A estratégia leva em considerações o aspecto amplo, e a tática os aspectos específicos de sua aplicação, então antes mesmo de discutirmos as melhores metodologias de

fomento a uma competência crítica em informação, precisamos nos centrar em torno do que seria a consciência crítica que ela pretende alcançar antes de tudo.

O combate à desinformação deve ser feito não apenas por meio de competências míopes, mas pela expansão de um estado de consciência que também envolve toda a dinâmica informacional que tanto é estudada pela Ciência da Informação. Bibliotecários e profissionais da informação devem trabalhar por uma educação em torno de um ensino crítico para o fomento de uma consciência, não somente para estipular técnicas que desenvolverão habilidades, uma vez que “a consciência crítica não pode ser imputada, só adquirida” (FERNANDES, 2016, p. 493).

Entretanto, não devemos atribuir essa responsabilidade aos profissionais de forma isolada dentro dos ambientes das instituições formais – é necessário um elemento centralizador que possa coordenar essas ações e que recaia também sobre os órgãos de classe e escolas superiores de formação, afinal de contas, não há como desenvolver um pensamento crítico se o próprio mediador não o possui. Demais organizações como partidos, sindicatos, movimentos sociais e coletivos também desempenham um papel importante nessa forma de educação, sendo necessário instigar os profissionais da informação a se organizarem nesses espaços.

Além disso, a instituição (biblioteca, museu, arquivo, etc.) não deve ser vista como um fim, mas como um meio, sendo a comunidade o seu verdadeiro fim. O foco deve ser no enraizamento das atuações nas comunidades/grupos sociais, tendo as instituições como mecanismos para a promoção disso, mas não se limitando somente a elas, uma vez que a atuação do profissional pode se dar a partir de articulações com outros setores das comunidades. É por isso que se torna necessário um engajamento maior de profissionais da informação em movimentos sociais, coletivos, sindicatos e partidos políticos, organizando sua atuação de forma coletiva de maneira tal que seus efeitos possam ser sentidos de formas mais profundas e alastradas do que aconteceriam se limitados somente ao ambiente do exercício profissional formal.

O desenvolvimento da consciência crítica é feito partindo da relação antagônica entre opressores e oprimidos, buscando desvelar os mecanismos que opera a opressão, ela se dá num movimento dialético de busca epistêmica (FREIRE, 2021; 1999), ou seja, de uma curiosidade investigativa que busca ir

além de conteúdos superficiais e se debruça sobre um direcionamento de descoberta da raiz de determinada questão. Muito além de saber ‘o quê’ e ‘como’, a consciência crítica se engaja na descoberta do ‘porquê’, pois, como o próprio autor afirma, pensar certo “demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e interpretação dos fatos” (FREIRE, 1999, p. 37).

Ao adquirirem uma consciência crítica, as pessoas se tornam sujeitos políticos voltados para si, como uma classe para si, que deixam de viver em prol de seu opressor e passam a viver em prol de seus iguais, na luta por sua libertação (FERNANDES, 2016). Esse é um processo que só pode ser atingido através da práxis, isto é, do confronto dialético entre teoria e prática, que promove o alinhamento entre a consciência prática e a consciência teórica. Os oprimidos tem consciência de sua opressão, pois a vivem diariamente; através do ensino crítico, esse conhecimento prático do mundo que habitam ganha um novo contorno através da explicação teórica que dá sentido e norte para aquilo que antes eles apenas sentiam empiricamente.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2021, p. 72)

A práxis é a ação que promove a reflexão, sem isso, ela se torna ativismo (FREIRE, 2021), que seria a ação pela ação. Todo ato mediador que se propõe a desenvolver uma consciência crítica não deve se limitar a gestos simplistas e denunciatórios que apenas evidenciam algo que a população, de sua própria forma, já sabe; é necessário que esses atos promovam a reflexão, saiam do mero conjunto de palavras vazias e aterrissem em atos que coloquem os sujeitos em local de constante indagação sobre sua situação material, desenvolvendo assim o que Freire (1999) chama de ‘curiosidade epistêmica’ – a curiosidade que os levará ao conhecimento necessário para se reconhecerem.

Entretanto, esse ato deve necessariamente despertar os oprimidos para a ação (FREIRE, 2021), se ele permanece em um constante ciclo de apenas promover reflexão, de nada irá adiantar e o conhecimento formado será meramente instrumental, não servindo para mudar a situação concreta, que é o

objetivo real de todo ato educador. Ou seja, não se trata apenas de ter conhecimento da opressão, mas de se engajar na ação para acabar com ela.

Torna-se contraproducente, portanto, ensinar que é preciso se libertar, tampouco reafirmar a situação de opressão em que as pessoas se encontram – disso, elas já têm consciência; o que precisa ser feito é dar as condições para que as pessoas, elas próprias, possam ver as estruturas de dominação e enxergarem a si mesmas dentro dessa estrutura, instigando na vontade para a ação.

No caso da desinformação, não se trata somente de dizer que algo é falso, ou de apontar onde estão os erros, mas de dar às pessoas as condições para que elas mesmas possam tomar consciência do teor do discurso e refletir sobre a informação que receberam; não é a partir de técnicas decoradas, mas a partir de um trabalho de questionamento para a reflexão, que coloque o sujeito de frente com a realidade contraditória e o leve a, de forma própria, questionar a respeito do conteúdo que acessa.

A verdadeira educação crítica é aquela que se empenha em proporcionar a compreensão da totalidade da realidade, caso não, ela será uma educação bancária (FREIRE, 2021), ou seja, uma educação que entende as pessoas enquanto recipientes vazios para preenchimento, passivos e sem opinião ou vontade, que fornece explicações rasas apenas com o intuito de que as pessoas saibam algo por saber, sem despertar a curiosidade do porquê. A desinformação opera com a mesma lógica da educação bancária, propondo explicações simples para problemas complexos, impedindo que os sujeitos acessem uma consciência crítica de fato que os faça contestar a realidade, e entregando para eles recortes de mundo que respondem suas questões, mas não atendem as suas necessidades, pois estão concentradas em servir aos detentores do poder que a criaram.

É por isso que, ao se educar contra a desinformação, o mediador jamais deverá se dirigir as pessoas com discursos que, de alguma forma, deem a entender que estão deslegitimando seu conhecimento. Como foi visto, a desinformação gera um conhecimento aparente, e esse conhecimento, mesmo que não seja aquele verdadeiro (gerado através da investigação epistêmica), ainda deve ser levado em consideração enquanto um conhecimento. Não se trata de demonstrar para as pessoas que elas não sabem, ou que estão

enganadas, mas fazê-las questionar seu próprio conhecimento, instigando nelas a dúvida a respeito de suas certezas e criando condições para que elas se engajem em uma busca por respostas.

Essa aproximação, então, não deve ser feita em confronto com sua realidade e forma de enxergar o mundo, mas de acordo com elas, pois “a investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar na ação, que ele mesmo se superará” (FREIRE, 2021, p. 141). Em outras palavras, deve-se levar em consideração o mundo do qual o conhecimento do sujeito surge.

Muito além das práticas informacionais (a forma como buscam, usam e produzem informação), é necessário levar em conta sua forma de pensar, a lente que as pessoas usam para enxergar a realidade, a maneira com a qual seu conhecimento sobre o mundo se forma. Sendo assim, se uma pessoa utiliza da religião para compreender a realidade, não é usando a ciência que ela será alcançada, mas através da própria religião, por meio de uma visão crítica formada pelos contrapontos fornecidos pela sua própria fonte de pensamento, propondo perguntas e questionamentos em direção ao despertar de uma criticidade dentro desta visão de mundo.

Se uma pessoa utiliza do senso comum ou de informações extraídas da TV para formar sua opinião, não é ignorando esses locais e propondo outros que ela será conquistada, mas através da proposta de reflexão, contestação e descobrimento da sua fonte de pensamento. É um movimento dialético, onde a negação sobre a forma de pensar deve ser encontrada dentro dela mesma, empurrando o sujeito para reconhecer as contradições dentro de seu próprio repertório discursivo e visões de mundo sem necessariamente o forçar a abandoná-la imediatamente por outra supostamente ‘mais correta’.

Isso se dá ao reconhecer as pessoas enquanto seres inseridos no mundo, tornando-se imprescindível também que esse ensino parta de sua opressão, tornando-as conscientes a respeito das causas estruturais que as mantem presas. É por obter essa dimensão que uma pedagogia como essa não pode ser elaborada pela classe dos opressores, mas somente pela classe dos oprimidos (FREIRE, 2021). Não se pode esperar que o opressor se engaje verdadeiramente na saga de tornar consciente os alvos de sua opressão;

somente outros oprimidos poderão se engajar na luta para uma libertação coletiva, pois ao criarem condições para que os outros se libertem, eles estarão também libertando a si próprios. É por isso que educar, inclusive contra a desinformação, possui um alto teor político, afinal, “estar no mundo [...] sem aprender, sem ensinar, sem idéias [sic.] de formação, **sem politizar não é possível**” (FREIRE, 1999, p. 64, *destaque nosso*)

Esse ato educador de despertar da consciência crítica passa por um lugar de solidariedade real, que se projeta no outro e o reconhece em si. É uma questão de enxergar-se como igual, numa relação horizontal, vendo o outro como um irmão, um camarada; vendo-me no outro e permitindo que o outro se veja em mim, entendendo que sua situação de opressão é também a minha, e que minha libertação depende da libertação do outro, é elevando a consciência individual a um nível de consciência de classe, onde eu me enxergo enquanto alguém como o outro.

Para Fernandes (2016), a solidariedade é composta pela ideia de que o ‘nós’ é composto por vários ‘eus’, longe de um ideal de ‘eus’ individualizados que gera a oposição de ‘nós’ contra ‘eles’. Nessa linha de pensamento, ela reconhece o lugar do outro e a sua importância na formação de um ‘eu’, na qual o outro que me nega é parte crucial para compor aquilo no qual eu me afirmo. Isso se dá dentro de um plano de relações concretas, mediadas pelo meio social, envolto em tensionamentos proporcionados pelos conflitos de classe e todos os desdobramentos que eles geram. A verdadeira solidariedade se desenvolve admitindo esses tensionamentos e com ciência das rugas que eles podem promover.

A educação para uma consciência crítica, portanto, não pode ser feita com individualismos ou sob a noção de ‘um comunicador que tudo sabe falando para uma audiência que apenas ouve’, mas sim sob o ideal de um educador que sabe de um algo, conversando com sujeitos que sabem de outros algos e que, juntos, trabalham no desenvolvimento de um conhecimento que não é nem de um, nem de outro, mas de ambos, pois é construído coletivamente. Isso se dá na medida em que o conhecimento é formado em conjunto, assim como a consciência.

Volóchinov (2018) afirma que uma consciência individual só pode ser formada a partir de um processo de interação social, partindo de um conjunto de significações ideológicas que só podem ocorrer dentro de uma realidade em

coletivo. Isso implica dizer que a consciência individual, ou seja, a individualidade, precede de uma coletividade. É impossível uma individualidade existir por si só sem remeter-se a um coletivo, pois ela se constitui a partir da negação que as outras individualidades fornecem. Um 'eu' só pode existir e ser entendido como tal a partir da existência e interação com diversos outros 'não-eus'; sem outros 'eus' que neguem aquilo que me constituiu, um 'eu' propriamente dito não pode existir, pois ele não possuirá referenciais externos para poder nomear aquilo que ele é.

A individualidade, portanto, reconhece e se reconhece na coletividade, pois sabe que é dela que ela precede e constitui. Sem coletividade, sem senso coletivo, não há individualidade, mas individualismo – a doença do indivíduo, pois ele nega a coletividade e tenta se afirmar por si próprio. O individualismo é frágil e, ao negar o coletivo, ele jamais se tornará individualidade de fato; ele se torna algo diferente, algo monstruoso, que não sabe quem realmente é, buscando desesperadamente confirmações e reafirmações para se constituir, buscando positividade, mas jamais conseguindo, pois ele não percebe que sua constituição jamais será dada por conta própria, mas a partir do outro – de um outro diferente que o nega.

Sendo assim, educar (e educar para informação, por consequência), é um ato de alteridade e solidariedade, que se nutre do otimismo da vontade pela emancipação coletiva; se as desinformações são usadas para perpetuar uma hegemonia de classe e conservar uma ordem social, seu combate deve ser feito na busca pelo desvelamento disso. Neste escopo, é necessário que o educador para informação seja, ele mesmo, um sujeito cuja noção de práxis está emersa em seu trabalho. Ele precisa viver aquilo que diz e dizer aquilo que vive, sendo necessária coerência que, segundo Fernandes (2016), só pode ser buscada a partir do reconhecimento do próprio inacabamento e de sua própria inserção dentro de um sistema de opressão, trabalhando dentro de si também a internalização do opressor.

A crítica, portanto, deve ser parte do processo formador também do próprio educador, a partir do diálogo de sua consciência com os dos demais oprimidos, trabalhando juntos na construção de sentidos. Criticar, ou ter senso crítico, não é sinônimo de apontar erros ou sair “falando mal” sobre algo, mas sim, ter a capacidade de se debruçar sobre a realidade de certo elemento,

analisando suas contradições, seus pontos e reconhecer esse elemento dentro do contexto social de sua formação.

Criticar é também se ver como agente inserido dentro da realidade social e como seu membro participante, não observando os fenômenos de uma forma distante e apartada daquilo que é real. A verdadeira crítica se dá a partir do momento em que o sujeito se reconhece como limitado, inserido em uma realidade social contraditória, e se abre para reconhecer os pontos e contrapontos nos mais diversos meios e, principalmente, se empenha não somente em descrever um fenômeno, mas em explica-lo.

Acredito que já tenha ficado claro que este ato educador é um ato revolucionário, que se propõe a romper com a lógica do senso comum e reestruturar a ordem social em torno de um mundo de fato justo e livre de opressões. Uma vez que ele se dá através da práxis, que é a tensão entre teoria e ação, e essa práxis se propõe revolucionária, é importante deixar claro que “sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário” (LÊNIN, 2020, p. 39); sendo assim, o ato de educação libertadora para formação de uma consciência crítica precede de teorias emancipatórias que possam munir, educadores e educandos, das armas da crítica necessárias para se engajarem na luta por sua libertação coletiva.

Partindo disso, o autor alerta sobre a ‘liberdade de crítica’ ao dizer que ela “não significa a substituição de uma teoria por outra, mas a liberdade de prescindir de toda teoria coerente e refletida, que significa ecletismo e falta de princípios” (LÊNIN, 2020, p. 39). Esse ecletismo pode ser entendido como o uso de teorias divergentes de forma acrítica, como o uso de preceitos e pressupostos de pontos de vistas opostos de tal maneira que um elimina o outro, tornando a argumentação e a crítica vazias, uma vez que o pensamento eclético que o sustenta está composto por modelos divergentes de ideais auto excludentes. Se trata de, ao tecer uma crítica sobre algo, abandona-se qualquer princípio de coerência teórica na análise e acaba-se por tecer comentários a esmo e vazios que contradizem o pensamento e que, no fim das contas, denunciam a falência da práxis.

Desta maneira, no ato de educação crítica, é necessário o processo constante de reflexão inclusive sobre as próprias teorias usadas para embasar a ação, buscando constantemente renová-las, questioná-las e defende-las, em

direção a uma coerência firme entre a ação tomada e o pensamento adotado. Não há crítica real se, a todo momento, os ideais são abandonados por quaisquer que sejam os motivos, e outros são adotados sem o menor rigor de análise ou sem um processo dialético de debate e reflexão.

É nesse sentido que Fernandes (2016) afirma que a consciência crítica é o resultado da síntese do conflito entre consciência teórica e consciência prática, pois ela deriva justamente da busca pela coerência entre ambas. Sobre isso, acredito ser importante frisar que alinhar a consciência prática com a consciência teórica não significa dizer que todos devem conhecer de pensamentos teóricos como um especialista, ou de que todos tem a obrigação de conhecer a fundo os pensamentos científicos tal qual um estudioso o faz; mas sim, que todos tenham, em algum nível e dentro de suas próprias condições, os “porquês” que dão sentido a sua realidade e que explicam a forma como o mundo se organiza, isto é, trata-se de saber o motivo das coisas serem de certa maneira.

Essa coerência, como visto, só pode se dar dentro de uma coletividade, e isso diz respeito não somente a forma como o ato educador se dá, mas também a como esse pensamento é conduzido. Ao falar sobre o conhecimento crítico (ou, em suas palavras, ‘consciência política de classe’), Lênin (2020) afirma que ele só pode ser obtido dentro do campo das inter-relações entre todas as classes, ou seja, dentro de uma ótica que se dedique a ver o todo e suas relações.

Uma consciência crítica (ou uma consciência de classe) só pode ser realmente formada se o objeto da crítica e de elevação da consciência consiga ser visto dentro de uma relação de todos-partes. Não é possível desenvolver uma consciência crítica real a respeito da realidade se seus pensamentos se mantêm restritos a campos individuais da existência (como gênero, raça, classe, neurodiversidade, dentre outros, isoladamente) e não conseguem estabelecer uma correlação entre todos esses campos, observando, portanto, seus atravessamentos e conexões. Isso é diferente de fazer uma crítica focada em um ponto (como uma crítica sobre questões de gênero, por exemplo), mas que, a todo momento do desenvolvimento do pensamento, há o reconhecimento das interrelações e interconexões que esse assunto possui com demais campos da realidade.

Em suma, o combate à desinformação deve ser feito através da elevação de uma consciência crítica que vai além da informação em si e se expande por uma compreensão geral sobre o funcionamento da sociedade e de suas estruturas de opressão. Esse ato só pode ser feito através de um processo educativo forjado dentro de uma práxis concisa que busca uma libertação revolucionária.

O educador em informação (seja ele um bibliotecário ou qualquer outro sujeito) deve fazê-lo em sua atuação, não somente nos ambientes profissionais formais das unidades de informação, como também em coletivos, assentamentos, partidos políticos, associações de moradores, dentre outros ambientes onde hajam sujeitos que necessitam de educação, oprimidos em busca de sua emancipação.

Não há como escapar do teor político que essa ação traz, dado que assim como educar é um ato ideológico, as desinformações também o são, sendo geradas em prol do benefício de alguma classe. Fallis (2015) mesmo afirma que as bibliotecas também podem ser responsáveis por disseminar desinformação em algum nível. Isso implica dizer, portanto, que a ideia da isenção ideológica do bibliotecário necessita ruir. Ele não é imparcial, mas crítico, reconhecendo sim que é necessário tudo conhecer para poder formar um pensamento, mas também ciente dos tensionamentos de classe que geram os produtos informacionais que ele disponibiliza. Essa afirmação serve não só para ele, mas também para todos os demais profissionais da informação.

Freire (2021), ao falar da invasão cultural das ideologias opressoras nas mentes dos oprimidos, afirma que

Os lares e as escolas, primárias, médias e universitárias, que não existem no ar, mas no tempo e no espaço, não podem escapar às influências das condições objetivas estruturais. Funcionam, em grande medida, nas estruturas dominadoras, como agências formadoras de futuros “invasores” (FREIRE, 2021, p. 208)

Isso nos leva a refletir que a própria biblioteca pode servir como veículo de disseminação da ideologia dominante, não servindo para a emancipação, mas para uma dominação, já que ela não está a parte da realidade material e de tudo que a compõe. A grande questão é que essa forma de dominação pode vir em uma “nova embalagem”, mais palatável e com disfarces de progressismo,

que mascara o conteúdo nocivo que ela possui. A consciência crítica também passa pela formação das bibliotecas em seu trabalho interno.

A educação crítica, portanto, é uma educação política, e ela necessita ser conduzida por agentes politizados e cientes do seu papel dentro da concretude das relações de classe. E para formar uma consciência crítica que possa de fato mudar a realidade de maneira radical, indo até a raiz dos problemas para solucioná-los, devemos nos munir dos mecanismos disponíveis para fomentar essa espécie de pensamento – sejam eles digitais ou não.

5.3 ...e para além do digital

Como bem diz Feire (1999), não se transfere conhecimento, se constrói, a partir da criação de condições para tal. Na mesma medida, não se transfere informação, se media. E como não é possível dissociar conhecimento de informação, educar e mediar informações são atividades irmãs, mesmo que possuam suas especificidades a depender do local e do sujeito que as executam.

Educar para informação, como bem defendido no início desse capítulo, é uma atividade germinada no âmago da mediação da informação – a mediação que não se propõe a educar em alguma instância não é mediação, mas transferência. E os estudos em torno da mediação da informação e mediação cultural são ímpares no desenvolvimento de qualquer teoria ou descoberta de nortes para a elaboração e execução de ações educativas informacionais.

Com o advento da internet e das mídias sociais, tem se tornado cada vez rápida a produção e veiculação de conteúdo online, deixando as pessoas perdidas e sobrecarregadas dentro dessa vasta gama de informações. Com essa grande quantidade de conteúdo para ser acessado, seria necessário haver uma instância mediadora que pudesse fazer o diálogo entre aquilo que se deseja conhecer e aquilo que se tem para ser conhecido, entretanto, com a penetrabilidade das mídias sociais na vida social, é impossível para um profissional da informação estar presente sempre que um sujeito buscar ou for exposto a uma quantidade de informações online – mas isso não significa dizer que esse acesso digital não está sendo mediado. No cenário da hipercomunicação, a mediação da informação está a cargo dos algoritmos de

redirecionamento das plataformas, que atuam como o filtro de informações para cada usuário.

Como visto, esses algoritmos, não só são propriedade privada dos donos das plataformas digitais (o que torna o conhecimento sobre sua dinâmica real de funcionamento difícil de ser acessado), como também operam como um meio de produção que trabalha voltado para o acúmulo de capital de seus donos. Sendo assim, o que está sendo mediado não é necessariamente o que se precisa conhecer tendo em mente as necessidades do sujeito, mas sim, tendo em mente as necessidades dos donos do capital.

Han (2018) afirma que o meio digital é um ambiente antidialógico, já que todas as relações são mediadas por máquinas e a organização desses lugares favorece o isolamento das pessoas. Nessa linha de pensamento, o que a mediação digital faz é romper com a essência do diálogo que jaz no ato mediador tradicional, jogando os sujeitos em ambientes apartados que nada colaboram para desenvolver uma consciência crítica ou um processo de apropriação da informação mais saudável. As informações, com essa mediação, são consumidas, como as mercadorias que elas se tornaram com o advento do capitalismo informacional.

Contudo, essa condição se dá pela forma com a qual as TICs estão sendo conduzidas. Katz (1996) enxerga um potencial revolucionário nas TICs, por permitirem um contato global e uma troca de experiências abrangente sem precedentes, mas para que esse potencial seja plenamente alcançado, é necessário haver uma coletivização da propriedade sobre essas tecnologias. O que impede que essas tecnologias sejam utilizadas como um instrumento de emancipação e de pleno diálogo é o fato delas serem propriedade privada de um seleto grupo que possui o domínio sobre suas formas de produção. Desta forma, elas acabam sendo utilizadas como mais um meio de exploração e extração de mais-valor do que como um mecanismo de diálogo mais alargado (KATZ, 1996).

Se retornamos a Grogan (1995), por exemplo, ao falarmos sobre o serviço de referência e sua relação com o mediador, é possível ver que o processo de referência realizado com o auxílio da mediação digital empobrece a experiência de construção de conhecimento. Nos oito passos que o autor descreve, os três primeiros (problema, necessidade de informação e questão inicial) são formados a partir das práticas informacionais dos sujeitos, em seu processo de leitura e

descoberta ao estarem em contato com o mundo; os 5 passos restantes, na qual a figura do mediador entra em cena, só são possíveis porque há um diálogo a respeito da necessidade do sujeito, ficando claro principalmente no quarto passo, “a questão negociada”.

Isso se dá porque, nesse ambiente, o mediador é a negação do sujeito que busca informação. Esse mediador irá confrontar com perguntas as possíveis certezas e a partir desse diálogo é que será possível chegar a uma síntese que indique onde a necessidade do sujeito possa realmente estar, configurando então essa ação como uma atividade dialética pura. Com a falta do diálogo no digital, não há questão para ser negociada, fazendo com que o sujeito realize o processo de busca por conta própria, relegado à própria sorte, e à mercê dos algoritmos e fontes de veracidade duvidosa que não necessariamente irão auxiliá-lo a desenvolver um conhecimento verdadeiro.

É por isso que não se pode esperar que a mecanização dos processos informacionais ou qualquer tipo de promessa messiânica que a internet possa trazer sejam responsáveis por construir uma sociedade crítica, pois o digital é um ambiente que, em sua essência, se constitui na aversão à crítica. A educação para informação deve ser feita por pessoas reais, no mundo real, pois é nele onde a vida de fato acontece, sendo o digital apenas um reflexo dela.

É necessário modificar a direção do pensamento e não mais acreditar que será o digital que transformará a realidade, mas sim que é a realidade que deve modificar o digital, visto que ele nada mais é do que um fruto da ação produtiva do ser humano sobre o mundo, em seu trabalho constante de produção e reprodução da vida face às condições materiais e históricas que foram desenvolvidas.

Para além de toda a antialogicidade que o processo mediador das plataformas possui, sua debilidade em formar qualquer tipo de senso crítico está também em sua própria forma de organização e concepção. Devemos ter em vista que as mídias sociais nada mais são do que mais um meio de comunicação de massa, sendo assim, toda a problemática educacional uma vez atribuída a inventos como a televisão permanecem válidos e importantes para refletir sobre educação informacional e essas mídias.

Freire (2015) já falava do problema que a massificação representa na formação de qualquer ser minimamente crítico e na execução de qualquer ato

que se almeja libertador. Para o autor, a massificação retira do ser humano a possibilidade de participar do debate público “a tal ponto que em nada confia ou acredita se não ouviu na rádio, na televisão, ou se não leu nos jornais” (FREIRE, 2015, p.87). Essa massificação trata o ser humano enquanto um depósito de conhecimento, que recebe as informações emitidas, as interpreta e age de acordo com seu entendimento, eliminando qualquer processo crítico-criativo que possa ser envolvido.

Não é possível esperar, portanto, que esses meios de comunicação eduquem de forma apropriada, mas que sejam um instrumento que agregue ao processo educativo, sendo encarados então enquanto meios de fato, e não como fim – a crença, então, de que a internet e as mídias sociais seriam uma espécie de novo bastião da conscientização possui suas fraquezas.

Outra debilidade que as mídias sociais apresentam na formação de um senso crítico está na forma com a qual as informações são repassadas para o público. A velocidade da hipercomunicação digital impede que os assuntos sejam tratados com a importância necessária, já que no rolar de página dos *feeds* e no pular dos *stories*, a fragmentação do tempo entre uma informação e outra não dá a oportunidade de um acontecimento ser devidamente compreendido, criando assim uma entorpecência em relação a realidade e o adoecimento do senso de urgência.

Han (2017b) traz que, para que a reflexão possa ser devidamente feita, é necessário tempo ocioso e atenção profunda, ao contrário da hiperatenção demandada pelo tempo do digital que faz com que as pessoas vejam tudo, ao mesmo tempo que refletem sobre nada. Muda-se o foco tão rapidamente entre uma informação e outra, entre uma plataforma e outra, que aquilo que é apresentado não tem tempo o suficiente para ser realmente entendido, refletido e criticado.

Freire (1999) já trazia a problemática com a forma com a qual as informações são dispersas nos meios de comunicação em massa ao falar sobre a televisão:

Como enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua “sintaxe” que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito. Mais ainda, que diversifica temáticas no noticiário sem que haja tempo para a reflexão sobre os variados assuntos [...] O mundo encurta, o tempo se

dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido (FREIRE, 1999, p. 157)

A mesma forma de organização ocorre nas mídias digitais, mas em um volume e rapidez muito maiores. Ao entrar no Twitter, por exemplo, em apenas uma rolagem de barra, é possível se deparar com pessoas lamentando a morte de algum parente, fazendo postagens sobre questões sociais como transfobia ou saúde mental, postando memes sobre participantes do Big Brother Brasil, falando sobre uma nova música da Anitta, reportagens sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia, sobre o preço da gasolina, sobre a inflação, sobre um novo filme da Marvel; além de outras postagens corriqueiras da internet como memes, *fancams*, *tweets* sedentos, dentre outros - tudo isso na mesma timeline, sem o menor indicativo de prioridade, existindo num mesmo espaço.

A pergunta é: como conseguir atribuir um significado real a tantas informações completamente divergentes em um curto espaço de tempo? Como dar real valor às discussões que falem sobre a crise climática, por exemplo, se a duas postagens abaixo é possível esquecer tudo com um meme de gatinho ou uma foto de alguém seminu? Como formar um pensamento crítico sobre os impactos do ódio digital na saúde mental das pessoas, se essas discussões estavam rodeadas de vídeos de influenciadores e fotos de famosos? Como conseguir apreender o real significado de algo, se ele está rodeado de conteúdos vazios e criados para o puro entretenimento e escape?

Na linha do tempo da internet, os significados não se formam, pois não há tempo para isso; o conteúdo se esvazia, porque tudo passa rápido demais para conseguir preencher alguma coisa, e se algo consegue ser apreendido, é por conta individual do próprio usuário, mas isso não é o bastante para formar uma consciência coletiva de verdade. Como esperar que um senso crítico surja de redes que permitem que discussões sobre suicídio e fotos de pratos de comida coabitem com o mesmo pé de igualdade? Como esperar atribuição de significado num ambiente onde tudo é concebido ao mesmo status de significação? O tempo da internet preza pela quantidade, e não pela qualidade.

Aliado a isso, a comunicação online é permeada por aquilo que Freire (2021) chama de *sloganização*, isto é, frases de efeito que se propõem reflexivas, mas que carecem de maior profundidade. Sendo um ambiente de hipervelocidade, não há tempo para aprofundar temáticas a um nível tal que

levem a uma reflexão; além de que, com os limitadores de tempo e caracteres, não há como tecer uma boa explicação sobre qualquer assunto que seja, fazendo com que as mídias sociais não tenham força própria para desenvolver uma consciência crítica real que leve para ação.

É verdade que essas mídias estão sendo responsáveis por grandes mobilizações ao redor do mundo, como as Jornadas de Junho de 2013 aqui mencionadas, porém, esses acontecimentos se dão dentro daquilo que Lênin (2020) chama de espontaneidade das massas. Sobre isso, o autor fala que esse elemento espontâneo “não representa nada mais do que uma forma embrionária do caráter consciente” (LÊNIN, 2020, p. 46) e que “quanto mais poderosa for a ascensão espontânea das massas, quanto mais amplo se tornar o movimento, tanto maior, incomparavelmente maior, será a rapidez com que aumenta a necessidade de uma consciência elevada” (LÊNIN, 2020, p. 69).

Sendo assim, o elemento espontâneo de movimentação das massas não deve ser confiado de maneira cega, mas é algo que deve ser orientado por uma liderança que dê sentido a essa movimentação e eleve a consciência em vias de despertar a um nível de consciência crítica coletiva. Caso isso não ocorra, essa espontaneidade pode ser capturada e desvirtuada para caminhos opostos aos quais ela se pretendia ir, como pudemos ver que ocorreu com as Jornadas de Junho de 2013.

É por isso que a consciência crítica não deve ser confiada somente no digital, mas sim a partir de um movimento complementar entre ações no mundo real e uso do digital como ferramenta de expansão da mensagem. Isso pode ocorrer em duas vias: tanto do digital para o mundo externo, quanto do mundo externo para o digital.

Na primeira via, é levado em consideração de que os produtores de conteúdo na internet, como os *youtubers* por exemplo, são capturados pela lógica de assujeitamento das mídias e transformados não em mediadores, mas em informação, podendo eles serem bloqueados, acelerados, pausados ou abandonados como qualquer outro tipo de suporte informacional como livros ou filmes. Desta forma, esses conteúdos produzidos não devem se encerrar em si, mas instigar uma movimentação em torno da curiosidade e do saber-mais, que leve os sujeitos para outras descobertas também no mundo real, seja através de pesquisa ou de uma contemplação reflexiva crítica da realidade.

Além disso, os *youtubers* são capturados também pela lógica da autoexploração, já que todo seu processo de trabalho de produção de conteúdo vê a maior parte da renda gerada com os anúncios vinculados nos vídeos sendo capturada pela própria plataforma do YouTube, que utiliza do trabalho invisível desses produtores como uma maneira de extrair lucro sobre essa produção.

Na segunda via, instituições e organizações empenhadas em educar e mudar a realidade trabalham em ações educativas que desperte a criticidade nos sujeitos e que acolha as curiosidades despertadas pela vivência no mundo, seja ele o analógico ou o digital. É por isso que essas vias não são excludentes, mas complementares, trabalhando em conjunto num movimento dialógico de tensionamentos em prol do despertar da crítica. Isso só pode ocorrer se houver algum elemento organizativo ou coletivizado por trás das ações, em especial àquelas que partem do mundo real.

Se um conteúdo produzido na internet se pretende educar para a crítica, ele deve ter algum grau de senso coletivo, e remeter os sujeitos para outros locais que expandam seus horizontes de conhecimento, em especial, instigando para uma organização coletiva no mundo externo.

Assim, Freire (2021) defende que educar é uma ação cultural, o que implica dizer que a educação para informação deve ser feita através de ações de mediação cultural nas mais diversas comunidades, encarando a produção de conteúdo online como uma forma de produto cultural. Flusser (1983) trata a ação cultural como uma forma de politização, enxergando a cultura como o resultado das relações inter-humanas a partir da síntese entre conhecimento e povo. Nesse sentido, a ação cultural trabalha no tensionamento de agitação e propaganda trazidas por Lênin (2020), que são primordiais para o exercício da crítica e na instigação para o engajamento na ação.

Para Lênin (2020), a forma agitativa é aquela comunicação rápida, feita para um público amplo, que visa instigar os afetos através de provocações curtas que possam atingir um grande público. A comunicação online pode ser um tipo de agitação, caso seja feita de forma coletivista e organizada. A agitação se debruça sobre um fato da realidade conhecido do grande público, instigando a reflexão sobre as estruturas por meio de indagações e diálogos menos complexos e mais corriqueiros.

Já para a propaganda, segundo o autor, é o ato que se dedica a explicar a situação material de uma forma mais profunda, configurando-se então como um ato de público mais restrito devido ao seu caráter mais denso. É aquele ato que, frente a determinado acontecimento da realidade, buscará explicar os diversos elementos que constitui a problemática, se dedicando a diálogos extensivos e de reflexão mais profunda.

Ambos os atos não ocorrem de forma isolada, mas em conjunto – a agitação é a ação que leva à propaganda, e a propaganda é o ato que dá corpo à agitação. É por isso que o desenvolvimento da consciência crítica por meio do digital deve ser feito através de um tensionamento dialógico entre o conteúdo produzido online e a ação de mediadores e organizações no mundo real em contato direto com os sujeitos. Tanto a agitação quanto a propaganda operam em conjunto para levar os sujeitos a momentos de formação que darão maior densidade a sua consciência teórica sobre a realidade material.

Não há como formar uma sociedade crítica através de atos isolados e pulverizados no digital e por ações tecnicistas e dos receituários de treinamento em informação no mundo concreto – é preciso um ato humano de educação emancipatória que vise trazer o diálogo entre os dois elementos e que se expanda para além das instituições de informação formais. Trata-se de um trabalho político, que não está deslocado das demais pautas da classe trabalhadora, justamente porque a desinformação é usada como uma forma de impedir que essas lutas aconteçam. Se pretendemos de fato derrotá-la, é necessário organização, prática, teoria e trabalho coletivo – é preciso romper os limites da performance discursiva e das táticas vazias, e se lançar em práticas sob um horizonte estratégico de emancipação cujas estruturas que mantêm a desinformação não existam.

6 INTERLÚDIO

“Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; **a questão, porém, é transformá-lo.**” (MARX, Karl, 1845)

Enfrentamos problemas grandiosos, e nosso tempo histórico urge por ações efetivas que saiam do campo do debate meramente idealista e que visem utilizar a teoria de maneira aplicada, dentro de uma realidade concreta, com vias de transformá-la. O primeiro ponto passa por compreender qual o problema que estamos enfrentando, afinal de contas, sem reconhecer o inimigo, dificilmente conseguiremos combatê-lo com propriedade.

As principais conclusões nas quais este trabalho chega, partindo das premissas colocadas em seu prelúdio e da investigação realizada, são:

- a) A desinformação é um fenômeno de manipulação das massas através de produtos informacionais, não só digitais;
- b) a produção informacional está subjugada a um processo de produção ideológica de gêneros discursivos, sendo a desinformação o uso desse modo de produção como forma de enganar;
- c) a pós-verdade é resultado do caldo cultural neoliberal e suas contradições mediante uma crise do capitalismo;
- d) o eclodir dessa crise no Brasil tem relação com as Jornadas de Junho de 2013 e a cobertura midiática, atravessada por questões de despolitização;
- e) o sucesso que as desinformações da extrema-direita possuem é resultado da ação de aparelhos de representação e difusão ideológica da classe dominante, de uma Nova Direita radicalizada e de uma esquerda que não consegue fazer um embate proporcional;
- f) a educação para informação que visa combater a desinformação deve vir aliada a uma prática política organizativa.

Como visto, devemos entender a desinformação como um fenômeno proveniente da superestrutura que usa a ecologia de produção informacional como forma de forjar uma verdade dada no objetivo de manipular as massas em direção a inércia e despolitização, facilitando o domínio de classe e evitando movimentos revolucionários provenientes da base. Ela não é exclusiva das

mídias sociais, mas sim incentivada por todo e qualquer aparelho ideológico burguês de informação e cultura, de forma explícita ou não, como uma disputa discursiva em torno da visão de mundo que se deseja obter.

Ela ocorre em diversos níveis, tanto cotidianos quanto estruturais, indo desde relações comuns do dia a dia, passando pela reprodução de violências estruturais na infraestrutura, e chegando até o uso sistemático e estratégico como forma de manipulação das massas – quanto mais complexificada e cristalizada na superestrutura ela estiver, maiores e mais poderosos deverão ser os meios para combatê-la.

Como um fenômeno tridimensional, responsável pela difusão da ideologia da classe dominante, a desinformação faz uso de uma série de gêneros discursivos desinformativos para comunicar sua mensagem, cada um deles adaptados as novas tecnologias de produção de informação, o que os dota de uma estética, unidade temática e forma composicional próprias que precisam ser investigadas de forma mais minuciosa. A desinformação, portanto, não está presente somente na forma de memes, vídeos ou mensagens de WhatsApp, mas também em livros, matérias de jornal, colunas, artigos, revistas e toda uma série de gêneros discursivos, o que implica dizer que para identificá-la, é necessário mais do que simplesmente conferir os autores, a editora ou as fontes que se utilizam – a análise de desinformação passa por uma análise discursiva de seu conteúdo.

Nossos problemas com desinformação se agravam na medida em que nos encontramos cada vez mais imersos em uma cultura de pós-verdade. Ela é uma consequência informacional do processo de neoliberalização da sociedade e do avanço do capital. A individualização decorrente dela, o surgimento das TICs e a desmediatização não conseguiram, contudo, apagar as lógicas e relações que são inerentes ao capitalismo: o acúmulo infinito, as relações de produção, consumo e circulação, e a exploração da força de trabalho, que agora se aproveita do efeito discursivo do alto desempenho para explorar a autoexploração de trabalhadores.

Encontramo-nos no interregno de uma crise de autoridade, ainda incertos se a nova hegemonia a surgir será a de uma sociedade crítica, ou se padeceremos por um bom tempo de mentiras generalizadas, na beira de um levante fascista que visa dizimar a classe trabalhadora em prol do acúmulo

capitalista de poucos. As desinformações (isto é, os gêneros discursivos) não causaram a crise, tampouco são seus responsáveis principais, elas são, antes de tudo, um sintoma - elas surgem como embasamento para atitudes cujas bases ideológicas já vêm sendo plantadas há muito tempo.

Para combater de fato a desinformação, é preciso também combater a estrutura que faz com que seus conteúdos ganhem aderência. As contradições referentes a divisão do trabalho e do comportamento de intelectuais apartados do povo e trancados em muros acadêmicos só acentuam a crise das verdades sob a qual vivemos. É importante salientar que, como Konder (1979) bem destaca, foram intelectuais com desprezo pelo trabalho orgânico junto às pessoas e fechados em seus próprios círculos, um dos motivos que fizeram com que as populações italianas e alemãs caíssem nos braços dos discursos da ideologia fascista na Europa do século XX. Se desejamos evitar uma reprise desses tempos sombrios, precisamos sair de uma atuação puramente teórica e nos voltarmos para ações mais práticas – é necessário um resgate da práxis.

Ficar num denunciacionismo eterno, no qual os problemas são constatados a exaustão, mas sem apontamento de soluções é o mesmo que, ao estar diante da violência mais brutal, virar-se para os outros dizer 'aquilo é errado', e depois seguir em frente – o problema não é enfrentado, e esse ato periga recair sobre a alimentação de uma autoestima de ter uma 'consciência moralmente correta'. O mesmo vale para o intelectualismo deslocado, que se fecha nos muros da academia para longas conversas idealistas e descritivas, mas que jamais se dedicam a se envolver na sociedade real para ajudá-la. Debates que se restringem aos muros da academia, e pesquisas científicas que servem para nada mais do que a contabilização métrica e preenchimento de currículo dificilmente poderão apresentar soluções efetivas e tendem a entrar num ciclo de autoindulgência intelectual sem fim.

É necessária uma organicidade na intelectualidade, e um enraizamento prático da ciência que vá além de ações feitas pelos braços da universidade; é necessário a inserção orgânica de cientistas e intelectuais na construção de organizações empenhadas na mudança da realidade. É preciso que as soluções e hipóteses encontradas pela ciência sejam construídas **junto com** o povo; seja em associações de moradores ou coletivos políticos, a academia precisa sair de si e voltar-se para o mundo, ou tenderá a ser tragada pelas narrativas

anticientíficas que se espalham como fogo. De nada adiante pedir para que as pessoas confiem nos cientistas, se eles não descem de sua torre de marfim e se juntam ao povo.

Como Nunes (2022) bem afirma, muito além do papel que as mídias sociais desempenham em compartilhar informações falsas; as *fake news* e outros tipos ganham tanta aderência principalmente por conta do fato de que elas muitas vezes são apresentadas por alguém de confiança – um pastor, um parente, um vizinho, alguém presente no cotidiano das pessoas. Se os cientistas não se fizerem presentes enquanto pessoas, enquanto trabalhadores, longe do manto da autoridade inquestionável que se revestem, dificilmente seremos ouvidos. Muito tem sido estudado, pouco tem sido realmente feito. Descrever o mundo sem se empenhar na prática de construí-lo, sem estar no dia a dia das pessoas, é trata-las como ratos de laboratório, e não como sujeitos.

Seguindo adiante, no que diz respeito ao combate efetivo a desinformação, é preciso que ele seja feito de forma estrutural, de tal maneira que, como bem diz Nunes (2022) atenda às necessidades para as quais as mentiras virais apelam. Agências de checagem, por mais importantes e imprescindíveis que sejam, ainda não são o suficiente para solucionar o problema, pois elas não o atingem na profundidade necessária. Da mesma forma, criminalizar a vinculação e compartilhamento de *fake news*, ainda que necessário, precisa ser feito de forma cautelosa, para não atribuir o mesmo peso de responsabilidade para um empresário que financia disparos em massa, e uma senhora trabalhadora que compartilha uma mensagem que recebeu no grupo da igreja.

Para que um combate à desinformação seja feito de forma efetivo, é necessário que ele vá a questões estruturais na ecologia de produção, circulação e mediação de informações e produtos culturais, estando alinhado especialmente com outras medidas voltadas para a melhoria de vida da classe trabalhadora, como pontos táticos dentro de uma estratégia de construção de uma sociedade realmente livre.

É preciso que políticas sejam tomadas de forma radical, isto é, que não somente reconheçam os limites presentes, mas que vise tencioná-los para ampliá-los, sempre mirando nos alvos mais altos, já que aqueles que sempre

baixam seu nível de demandas, sempre se contentando apenas como o menor possível hoje, muitas vezes acabam com nada no futuro (NUNES, 2022).

Por isso, defendo que seja tocada uma política radical de combate à desinformação aliada a questões anticapitalistas e em defesa da classe trabalhadora. São necessárias algumas reformas que visem construir hoje condições para que mais seja demandado amanhã, numa ofensiva em defesa da maioria trabalhadora contra a minoria burguesa.

Nesse sentido, é preciso pensar e demandar políticas e medidas estruturais de combate à desinformação, tais como

- **Regulação da mídia**, com abertura de possibilidades para participação popular com a criação de veículos de comunicação oficial provenientes de representantes da classe trabalhadora. Deve vir acompanhada de uma política séria e robusta de enfrentamento, censura e punição a organizações fascistas e neonazistas, e a discursos que reproduzem esse tipo de ideologia.
- **Estatização das redes de Ensino Básica e Superior**, ampliando a malha educacional e favorecendo um maior acesso a educação de qualidade sem a interferência de interesses empresariais e mercadológico na formação. Acompanhada de investimento na formação de professores, abertura de bibliotecas e o fomento a atividades esportivas e artísticas, com espaços vivos de convivência e cultura nas escolas e universidades; além de trabalhar a promoção de atividades que visem aliar o trabalho manual e artesanal com o intelectual e teórico
- **Reforma das políticas educacionais**, com a participação de órgãos representantes da classe trabalhadora, em especial os de educação e correlatos, como professores, psicólogos, bibliotecários e assistentes sociais. Isso engloba também modificações nas políticas de ensino nas universidades, tirando seu caráter produtivista e focando na formação de intelectuais orgânicos envolvidos ativamente na vida de suas comunidades e nas que circundam os campi.
- **Investimento em bibliotecas públicas**, tanto na criação quanto na manutenção, com a abertura de concursos públicos para compor o corpo profissional. Construindo bibliotecas como verdadeiros centros culturais que garantam diversas possibilidades de convivência e a realização de

atividades culturais de diversos tipos, especialmente com a participação de artistas locais.

- **Incentivo e apoio na criação de bibliotecas comunitárias**, com investimento estatal e sem interferência da iniciativa privada, a partir do estabelecimento de comitês populares nos bairros que possam servir como uma ponte direta entre as comunidades e o poder estatal, garantindo a possibilidade, inclusive, de que essas bibliotecas acabem se tornando bibliotecas públicas oficializadas pelo Estado.
- **Defesa de uma soberania nacional na produção de TICs**, o que passa por um amplo investimento em pesquisa na área de ciência, tecnologia e inovação e no incentivo a formação de pesquisadores e trabalhadores na área de tecnologia, informação e comunicação. Defende-se então uma produção nacional, tanto de extração de matéria-prima, quanto na criação dessas tecnologias – de forma a diminuir a dependência de outros países –, podendo também ser feita a partir de parcerias Sul-Sul com países da África, Ásia e demais da América Latina, numa perspectiva anti-imperialista e de solidariedade internacional.
- **Criação de mídias sociais nacionais alternativas**, de modo a diminuir a dependência das mídias internacionais, acompanhada inclusive de uma política de incentivo ao uso da produção nacional. Deve vir em conjunto com uma política de transparência algorítmica, cuja propriedade deve ser pública.
- **Criação de uma rede nacional de bibliotecas escolares**, onde seja possível pensar em políticas centrais de educação informacional que sejam aplicadas nacionalmente mediante as particularidades de cada região.
- **Realização de trabalhos de divulgação científica pelas universidades brasileiras**, tocadas não enquanto projetos de extensão, mas enquanto uma política central de comunicação. Por meio do uso da internet e das mídias sociais, e através de uma linguagem acessível utilizando os estilos discursivos e estéticos da comunicação digital, essa política se encarregaria de comunicar não somente as pesquisas em andamento dentro da universidade, como também popularizar saberes introdutórios de pesquisa científica, tornando mais transparente para o grande público

questões como avaliação por pares, etapas da pesquisa científica, citações e fontes de informação, o rigor científico etc. – numa tentativa de mitigar a barreira que separa a academia e a população. Esse mesmo tipo de ação poderia ser feito em programas de TV e rádio através de uma regulação midiática.

Essas são propostas específicas das áreas de Tecnologia, Comunicação e Informação, mas que, para avaliar sua viabilidade e condições concretas de execução, necessitariam ser discutidas de maneira transversal e interdisciplinar com partidos, movimentos sociais e entidades representativas da classe trabalhadora, além de outras áreas do conhecimento como Economia, por exemplo. Elas deveriam ser tocadas em conjunto com outras ações mais amplas, que não necessariamente pertencem a alguma dessas áreas, mas que as tocam transversalmente, como por exemplo

- **Redução da jornada de trabalho**, que venha acompanhada de políticas de incentivo à cultura – tanto em sua produção quanto em seu acesso – facilitando o acesso a bens como livro, cinema, teatro, festivais de música, dança e demais tipos. Além, claro, de incentivar manifestações culturais próprias de cada localidade.
- **Reforma urbana**, com melhoria da malha de transporte público e com políticas de incentivo a seu uso (como o Passe Livre), e na construção de ciclofaixas, de forma que se possa permitir um melhor traslado pela cidade, o que facilitaria o acesso dos moradores a instituições culturais e até mesmo à própria cidade, como praças e praias.

Seguindo adiante, reconhecendo as limitações dessa pesquisa, já que ela se lançou na proposta de ser exploratória e dar início a discussões mais materialistas sobre desinformação, e mais revolucionárias em seu combate, existem alguns novos nortes de pesquisa que podem ser explorados para que o assunto seja melhor desenvolvido.

O primeiro deles, e que talvez figure como a constatação mais candentes deste trabalho, é a necessidade de uma **reformulação dos critérios de avaliação de fontes de informação**. Como visto, critérios como autor, data de publicação e fontes citadas nem sempre serão efetivos já que, como no exemplo do Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, algumas peças

de desinformação possuem todos esses critérios em sua forma composicional, o que faz com que passem despercebidos por boa parte das avaliações.

Por isso, é preciso uma reformulação desses critérios utilizando como bússola a teoria de gêneros do discurso de Bakhtin (2011). As avaliações de fontes de informação até então estiveram puramente centrada em chegar a forma composicional dos gêneros, sendo necessário então avaliar seus estilos e unidades temáticas, gerando formas mais críticas de avaliar desinformação. É uma reforma epistêmica urgente que nossa área precisa conduzir.

O segundo ponto, é um **aprofundamento nas relações entre desinformação e capitalismo**, tendo especial atenção às questões referentes a produção, circulação e consumo, enxergando a informação como mercadoria na forma de livros, vídeos, documentários, fotos, etc. Esse ponto se conecta com um terceiro, que é **investigar as relações entre desinformação e a mediação cultural**, isto é, de que forma este último pode ou não acabar servindo como catalizador do primeiro, especialmente ao utilizar de peças desinformativas como o já mencionado Guia Politicamente Incorreto (mas não limitado somente a ele).

Por fim, acredito ser necessário tocar no ponto da prática bibliotecária no combate à desinformação. Não haverão soluções para problemas informacionais se não levamos em conta algo primordial: bibliotecários são, categoricamente, classe trabalhadora. Por isso, urge uma necessidade maior de organização política nossa. Isso passa, dentre outras coisas, pela criação de sindicatos da categoria para se empenharem na luta pela redução da jornada de trabalho, estabelecimento de um piso salarial, a obrigatoriedade da presença de auxiliares de biblioteca em toda e qualquer tipologia (independente de seu tamanho) e um diálogo ativo com os profissionais, empregados e desempregados.

Mas para que isso seja feito, é primordial que os órgãos de representação da classe (Conselhos e Associações), bem como as escolas de formação de Biblioteconomia e Ciência da Informação façam um trabalho latente de politização e mobilização, e o primeiro ponto para isso é o reconhecimento de algo imprescindível: **há uma luta de classes na Biblioteconomia**.

De um lado, há os porta-vozes da invasão burguesa, que enxergam as bibliotecas como empresas, que devem demonstrar relatórios de eficiência, de

rentabilidade e geridas sob a mesma lógica do lucro. Uma visão construída na qual as bibliotecas só têm utilidade quando servem de alguma espécie de instrumento para a perpetuação do capital, seja através de métricas de produção científica para aumentar a produtividade e conseqüentemente o lucro do empresariado; seja através da disponibilização de um acervo (para o público geral ou especializado) que serve como boca de difusão ideológica da classe dominante através de ideais como empreendedorismo, meritocracia, investimento financeiro, *coaching*, e demais manifestações ideológicas que tornam a biblioteca nada mais do que um instrumento passivo para uso do capital.

Esses invasores e seus porta-vozes trabalham como soldados da classe dominante, fazendo coro a ideia de que as bibliotecas são descartáveis, mas adicionam um diferencial a partir de um consenso na classe trabalhadora bibliotecária, onde essa descartabilidade é negociada em prol de uma defesa e reprodução dos interesses burgueses, como a apresentação de relatórios de atendimento a usuários que justifiquem a manutenção e investimento na biblioteca (como se fosse preciso justificar a existência de uma unidade de cultura).

Do outro lado, nós temos aqueles que trabalham como defensores da classe trabalhadora e que enxergam as bibliotecas como ambientes de mudança social e de emancipação; que tem consciência de que o local da biblioteca é para ser ocupado pelo público, que sua missão (seja em qual for a especialidade) é de ser um ambiente para o progresso científico e cultural da sociedade, um local para ser ocupado pelo popular. Contudo, pelo que a realidade nos tem mostrado, me parece que o segundo lado vem perdendo.

Primeiro, por ter sido invadido pela ideologia burguesa, que faz com que o teor popular seja subvertido por um ideal neoliberal progressista, evidenciado em acervos de psicologia repletos de livros de autoajuda, que reproduzem a ideia de individualização da culpa pelo mal-estar tipicamente neoliberal; seja por livros de economia que reproduzem as ideias de investimentos financeiros individuais e ideias de enriquecimento por mérito; seja em livros e ações que se pretendem reflexivas com pautas feministas, LGBTQIA+ ou raciais, mas que reproduzem a apropriação liberal de 'empoderamento' pela via do

empreendedorismo de diversidade, mas que não contestam a estrutura do capital que fomenta essas opressões.

Segundo, por uma aquiescência e condescendência dos órgãos de classe, que além de serem poucos (tendo somente o sistema de Conselhos Federal e Regionais como minimamente estruturados), não trabalham para mobilizar a classe e mais se preocupam em cobrar anuidades para exercício da profissão e em depositar sobre os ombros de sua própria classe a responsabilidade pelo não cumprimento – ignorando completamente as condições de trabalho desses profissionais, e se negando em se juntar a lutas mais coletivas da classe trabalhadora como um todo.

De nada adianta a conquista de postos de trabalho por meio da fiscalização (sem negar a importância dessa atividade), se as vagas disponibilizadas são extremamente precárias e condicionam os bibliotecários a condições de trabalho abusivas e, principalmente, a uma baixíssima remuneração.

Além da existência de uma ínfima sistematização de sindicatos pelo país (o que contribui para essa situação), os Conselhos não somente não enxergam que a situação dos bibliotecários se conecta intimamente com as de demais trabalhadores, como também se negam a fazer uma movimentação na direção de um trabalho conjunto, efetivo e ordenado com demais setores representantes da classe trabalhadora, se munindo apenas de discursos culpabilizatórios e despolitizadores, e atuando como gestores da ordem.

Em terceiro lugar, e acredito ser o ponto principal, uma despolitização na formação em Biblioteconomia, no qual os cursos formam seus graduandos sob o discurso dos bibliotecários enquanto gestores, ao invés de politizá-los e formá-los sob o que a realidade concreta demonstra: os bibliotecários enquanto parte de uma classe trabalhadora precarizada, explorada, com acúmulos de funções e totalmente desvalorizados.

É vendido um discurso do empreendedorismo da possibilidade de o bibliotecário atuar em *big techs*, agências de publicidade, escritórios de advocacia, hospitais e demais tipos de instituições, trabalhando com organização de arquivos e bibliotecas particulares, na elaboração de vocabulários controlados ou como consultores na criação de mecanismos de buscas e terminologias, mas que escondem uma realidade muito mais dura do que isso.

É verdade sim a **possibilidade** dessas atuações, mas o que esse discurso não mostra é a instabilidade financeira e a informalidade no trabalho generalizado na formatação de trabalhos acadêmicos, por exemplo, ou em prestações de serviço esporádicas que não garantem uma estabilidade e conforto mínimo; além daqueles que, ao conseguirem entrar no mercado formal privado, lidam com altas cargas de trabalho, falta de assistentes ou auxiliares, baixa remuneração, jornada de trabalho exaustiva e, principalmente, a falta de verba para a realização de atividades mínimas na biblioteca.

Por mais que o discurso dentro das escolas de formação em Biblioteconomia seja o do 'bibliotecário gestor' e das várias possibilidades de atuação, essa é uma visão que está presente somente entre nós; fora da área, o bibliotecário mal é visto, e quando o é, é dentro do estereótipo tradicional do trabalho com a organização de bibliotecas. Daí vem a outra estratégia discursiva de relegar sobre os ombros dos próprios bibliotecários a tarefa de serem valorizados e vistos como úteis, o que soma mais uma carga de responsabilização por uma precarização que é estrutural, pois advém da situação da classe trabalhadora como um todo.

Os bibliotecários são trabalhadores, e sendo assim, devem ser formados para terem a consciência de tal, e não sob mistificações liberais que basta alguns meses no mercado de trabalho para serem constatadas enquanto falaciosas. É preciso um incentivo à organização da classe bibliotecária em partidos e coletivos políticos, especialmente de teor revolucionário, que não estejam dispostos a negociar os interesses de nossa classe em prol do benefício de meia dúzia de empresários.

Faz-se necessária uma mudança na estrutura curricular dos cursos de Biblioteconomia que seja capaz de desenvolver em seus estudantes a consciência para a ação política radical, como a **inserção de uma disciplina de Economia Política da Cultura**, que os politize e engaje a se organizarem e ocuparem locais que possam efetivamente atuar na criação de políticas e leis que beneficiem a classe dos bibliotecários enquanto um braço da classe trabalhadora.

Ainda há muito a ser feito e, fazendo minha as palavras de Nunes (2022, p. 70), "a esta altura do campeonato, vencer aos poucos é o mesmo que

perder”. Por isso, que estejamos alertas. A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2022 não significa que a batalha está ganha, principalmente com o resultado expressivo que Bolsonaro teve, o que só aponta que, mesmo que sua imagem se desgaste, as ideias que ele representa ainda estão fortes.

O atentado fascista de 08 de janeiro de 2023 em Brasília⁴¹ mostra que essa base está organizada e pronta para agir, e que se não formos cuidadosos, uma outra figura poderá aparecer para liderar esse grupo. Não podemos esquecer que, durante um bom tempo, menosprezamos a possibilidade de Bolsonaro se tornar presidente, e no fim das contas, ele não só o foi, como fez estragos que demorarão a serem desfeitos – e alguns que jamais serão.

Não podemos permitir que tragédias semelhantes à Pandemia de Covid-19 e todo o dano causado por uma extrema-direita organizada se repitam. Foram milhares de vidas que jamais serão recuperadas. Mães que não verão seus filhos entrarem na faculdade, netos que jamais conhecerão seus avós, amigos que não poderão construir memórias, filhos que enterraram os pais sem a chance de um último adeus – pessoas, que tiveram suas vidas interrompidas, unicamente porque foi decidido que ‘o Brasil não pode parar’. Mas o verdadeiro Brasil parou.

Nosso tempo histórico demanda coragem, organização, paixão e, sobretudo, amor – mas não um amor em abstrato. É amor pela possibilidade de um mundo onde pessoas não precisem morrer no frio da rua, onde o barulho de chuva não seja sinônimo de medo de ver sua casa inundada; um mundo onde dormir sem saber o que comer no dia seguinte não seja uma realidade, onde possamos viver e vivenciar tudo que a humanidade é capaz de fazer e oferecer. Um mundo possível, que deve ser construído hoje, com os pés no chão, mas o olhar no horizonte. Ainda há muito o que ser conquistado, e não temos mais tempo a perder.

Ousar lutar, ousar vencer.

E venceremos!

⁴¹ ATAQUE em Brasília: veja como bolsonaristas invadiram e vandalizaram STF, Congresso e Planalto. [S.l.: s.n], 2023. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal UOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gTNXRtCgjhc>. Acesso em: 27 jan. 2023.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Aspects of the new right-wing extremism**. Cambridge: Polity Press, 2020a. 43 p.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2020b. 206 p.

ALESSI, G. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. **El País**, São Paulo; Porto Alegre, online, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 128 p.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential committee on information literacy**: final report. Washington, DC, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ARAÚJO, C. A. Á. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. **Palavra chave**, La Plata, v. 10, n. 2, p. 1-15, abr./set. 2021. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/119516>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. O fenômeno da pós-verdade: uma revisão de literatura sobre suas causas, características e consequências. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, jul/set. 2020. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/79>. Acesso em: 08 jul. 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. O que são práticas informacionais?. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>. Acesso em: 30 mar. 2022

ARAÚJO, N. C. de. A informação no contexto da política neoliberal. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 260-269, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66789>. Acesso em: 08 jun. 2022.

ARGEMÍ, M. El cuñadismo. *In*: _____. **Los siete hábitos de la gente desinformada**: cómo informarse y tomar decisiones en las redes sociales. Barcelona: Penguin Random House, 2019. 2522 p. *E-book*.

ATAIDE, G. A falsa consciência nos movimentos históricos: o caso das Jornadas de Junho e seus desdobramentos. *In*: CEI, V... et. al. (Org.). **O que resta das Jornadas de Junho**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 129-142.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: _____. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278 p.

BAZZAN, A. 'Netflix' dos bolsonaristas gastou R\$328 mil em anúncios de Facebook e Instagram. **Terra**, [s.l.], online, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/netflix-dos-bolsonaristas-gastou-r-328-mil-em-anuncios-de-facebook-e-instagram,95d2a6cacc3975f7e2c62b7eadfc7d84p5licuy7.html>. Acesso em: 11 abr. 2022.

BERTI, I. C. L. W; ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33832>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BEZERRA, A. C.; BELONI, A. Os sentidos de "crítica" nos estudos de competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208-228, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/82243/0>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 5-22, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/47337>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão parlamentar de inquérito da pandemia: relatório final**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. 1287 p. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinção, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais** [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 3316-3330. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102819>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 68-87, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BUARQUE, D. Mapa da Amazônia dividida é mentira deliberada, diz diplomata brasileiro. **G1**, São Paulo, online, 12 ago. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/08/mapa-da-amazonia-dividida-e-mentira-deliberada-diz-diplomata-brasileiro.html>. Acesso em: 17 maio 2021.

BUCCI, E. News não são fake – fake news não são news. *In*: BARBOSA, M. (org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 37-48.

BUCKLAND, M. **Information and society**. Massachusetts: MIT Press, 2017. 217 p.

CALIL, G. Embate e disputas em torno das Jornadas de Junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 377-409, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

CAPOBIANCO, M. A cada mês, 105 milhões de brasileiros navegam pelo YouTube. **Veja Rio**, Rio de Janeiro, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/105-milhoes-brasileiros-mes-youtube/>. Acesso em: 18 de jul. 2022.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. **Enl@ce: revista venezolana de información, tecnología y conocimiento**, [s.l.], v.4, n.1, p. 11-29, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2281778>. Acesso em: 08 dez. 2022.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CARNEIRO, S. Vivendo ou aprendendo... A “ideologia da aprendizagem” contra a vida escolar. *In*: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 41-46

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 583 p.

CASIMIRO, F. H. C. **A tragédia e a farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. 184 p.

CATINI, C. Educação e empreendedorismo da barbárie. *In*: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 33-40.

COHEN, S. The elementary forms of denial. *In*: _____. **States of denial**: knowing about atrocities and suffering. Cambridge: Polity, 2001. p. 1-20.

COGGIOLA, O. Crise, novas tecnologias e classe operária. *In*: KATZ, C.; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 119-142.

DANTAS, M. Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 283-307, mar. 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/download/3356/2963/8294>. Acesso em: 08 dez. 2022.

DIAS, T. Facebook lucrou com anúncio da Brasil Paralelo que associa Simone de Beauvoir à pedofilia. **The Intercept Brasil**, [s.l.], online, 18 dez. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/18/facebook-lucrou-anuncio-brasil-paralelo-associa-simone-de-beauvoir-a-pedofilia/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>. Acesso em: 08 jun. 2022.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997. 204 p.

FALLIS, D. What is disinformation?. **Library Trends**, [Baltimore], v. 63, n. 3, p. 401-426. jan/mar. 2015. Disponível em: <https://arizona.pure.elsevier.com/en/publications/what-is-disinformation>. Acesso em: 05 de abr. 2021.

FANTÁSTICO. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. **G1**, [s.l.], online, 16 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FERNANDES, S. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão, e revolução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 481-496, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4vSnkJhLd4wMzJjNFDdfxLK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 387 p.

FILIPPINI, M. The crisis. In: _____. **Using Gramsci**: a new approach. Londres: Pluto Press, 2017. p. 86-104.

FLUSSER, V. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71176>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo?. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 208 p.

FISHER, M.; TAUB, A. How YouTube radicalized Brazil. **The New York Times**, Nova Iorque, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtube-brazil.html>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FRANKFURT, H. G. **On bullshit**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2005. 67 p.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 98 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz & Terra, 2015. 151 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educadora**. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1999. 165 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021. 253 p.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. (orgs.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2006. p. 19-34.

GHEDIN, R. Cinco dos dez canais que explodiram no ranking do YouTube durante as eleições são de extrema direita. **The Intercept Brasil**, [s.l.], online, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GROGAN, D. O processo de referência. *In*: _____. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Brique de Lemos, 1995. p. 27-33.

GUARESCHI, P. A.; ROMANZINI, L. P.; GRASSI, L. B. A “mercadoria” informação: um estudo sobre comerciais de TV e rádio. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.18, n.41, p. 567-580, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/r67xVfwpvdxqS7M5HrwhcqB/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2021

GUIMARÃES JUNIOR, M. O. **Os boatos alarmistas na perspectiva da Ciência da Informação: o caso “Tapacurá estourou”**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29859>. Acesso em: 17 maio 2021.

HAN, B. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2018. 134 p.

HAN, B. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017a. 116 p.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2017b. 128 p.

HANSSON, S. O. ¿Cómo están conectadas las principales formas de irracionalidad? Análisis de la pseudociência, el negacionismo científico, la resistencia a los hechos y los hechos alternativos. **Méthode Science Studies Journal**. Valência, n.95, p.55-61, set. 2017. Disponível em:

<https://metode.es/revistas-metode/monograficos/como-conectadas-las-principales-formas-irracionalidad.html>. Acesso em: 26 jun. 2021.

HARNECKER, M. **Estratégia e tática**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 128 p.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementais do materialismo dialético**. [s.l.]: [s.n.], 1973. 317 p.

HOMEM-ARANHA: longe de casa. Direção: Jon Watts. Produção de Marvel Studios; Columbia Pictures. Estados Unidos: Sony Pictures, 2019. 1 vídeo (129 mins.)

KATZ, C. Sete teses sobre as novas tecnologias da informação. In: KATZ, C.; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 71-118.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 128 p.

LÊNIN, V. I. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020. 222 p.

LEVY, C. A máquina oculta de propaganda do iFood. **Pública: agência de jornalismo investigativo**. Disponível em: https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=ifood. Acesso em: 11 abr. 2022.

LEWANDOWSKY, S.; COOK, J. **Manual das teorias da conspiração**. Virgínia: Universidade George Mason, 2020. Disponível em: <http://sks.to/conspiracy>. Acesso em: 26 jun. 2021.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 112 p.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução?**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1990. 124 p.

MACIEL, A. *et. al.* Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país. **Pública: agência de jornalismo investigativo**. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MELLO, M. R. G. de. Teoria crítica, pedagogia crítica e competência crítica em informação: aproximações teóricas à Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43693>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 174 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Penguin Classics, 2012. 109 p.

MESQUITA, L. Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. **Época Negócios**. [s.l.], online, 09 nov. 2018.

Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/11/denuncias-de-discurso-de-odio-online-dispararam-no-2-turno-das-eleicoes-diz-ong.html>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p.

MIGUEL, L. F. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 8-20, maio/ago.2021.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43507>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. *In.*: SOLANO, E. G. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26

MIRANDA, M. G. de. Em que se sustenta a educação dos terraplanistas e criacionistas?. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 688-699, set./dez. 2020. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1210>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MORAES, D. de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gamsci. **Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. Uma explicação do conhecimento. *In*: _____. **A teoria do conhecimento**: uma introdução temática. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 27-45.

MOTTA, R. P. S. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, [S. l.], n. 138, p. 93-105, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18845>. Acesso em: 17 jan. 2023.

NUNES, R. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022. 208 p.

O DILEMA das redes. Direção: Jeff Orlowski. [S.l.]: Netflix, 2020. 1 vídeo (94 mins.). Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81254224>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OLIVEIRA, P. C. Dos Protocolos dos Sábios de Sião ao Q-Anon: a renovação do discurso conspiracionista na extrema-direita contemporânea. **Intèllectus**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/65226>. Acesso em: 17 jan. 2023.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138>. Acesso em: 08 jul. 2021.

PAULO NETTO, J. A ofensiva neoliberal e seu significado. *In*: _____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 73-97.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 3, n. 19, p. 26-45, dez. 1987. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/#qsc.tab=0>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PINHEIRO, J. Fake news e o futuro de nossa civilização. *In*: BARBOSA, M. (org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 87-95.

PIVARO, G. F.; GIROTTO JÚNIOR, G. O ataque organizado a ciência como forma de manipulação: do aquecimento global ao coronavírus. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1074-1098, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74968>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PRADO JUNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37760>. Acesso em: 26 fev. 2022.

PROCESSO de trabalho. *In*: BOTTOMORE, T.; GUIMARÃES, A. M. **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo: Zahar, 1988. e-book.

REBS, R. R. O excesso no discurso de ódio dos haters. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. esp., p. 2512-2523, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14nespp2512>. Acesso em: 01 jul. 2021.

RUBIN, V.; CHEN, Y.; CONROY, N. Deception detection for news: three types of fakes. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 1-4, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pra2.2015.145052010083>. Acesso em: 17 maio 2021.

ROCHA, J. A. P.; GANDRA, T. K. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 566-595, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33643>. Acesso em: 08 abr. 2022.

RODRIGUES, L. Mapa da intolerância: região sul concentra maioria dos grupos neonazistas no Brasil. **Empresa Brasil de Comunicação**. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/mapa-da-intolerancia-regiao-sul-concentra-maioria-dos-grupos-neonazistas>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SAAD-FILHO, A. Mass protests under 'Left Neoliberalism': Brazil, June-July 2013. **Critical Sociology**, Londres, v. 39, n. 5, p. 657-669. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0896920513501906>. Acesso em: 05 de julho de 2022.

SANTANA, R. D.; NEVES, B. C. Entre filtros e bolhas: a modulação algorítmica na sociedade pós-panóptica. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 47-64, mar./ago. 2022. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5825>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SANTOS, A. R. dos. Caracterização da pesquisa. In: _____. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 25-31.

SANTOS, E. H. de J. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 86-95. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3550>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

SANTOS-D'AMORIM, K.; MIRANDA, M. K. F. de O. Informação incorreta, desinformação e má informação: esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-23. jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76900>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SENRA, R. 'Sou nazista, sim': o protesto da extrema-direita dos EUA contra negros, imigrantes, gays e judeus. **BBC News Brasil**, Charlottesville, online, 12 ago. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. 274 p.

SILVA, J. L. C. Informação e ideologia: diálogos filosóficos no âmbito do proselitismo informacional. **LOGEION: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 72-89, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1477>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SILVA, J. L. C. Pós-verdade e informação: múltiplas concepções e configurações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018a, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018, p. 333-353. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103784>. Acesso em: 14 abr. 2020

SILVA, L. N. da. O mercado editorial e a nova direita brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.13, n.2, p. 73-84, dez. 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, [s.l.] v. 97, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt>. Acesso em: 02 de julho de 2022.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 726 p.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Protocols of the elders of Zion. **Holocaust Encyclopedia**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion>. Acesso em: 17 maio 2021.

VALENTE, J. WhatsApp é a principal fonte de informação do brasileiro, diz pesquisa. **Agência Brasil**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa>. Acesso em: 16 jul. 2022.

VASCONCELOS, F. M. **Mídia e conservadorismo**: O Globo, a Folha de S. Paulo e a ascensão política do Bolsonaro e do bolsonarismo. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43482>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018. 369 p.

VOLÓCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. 273 p.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017. 107 p. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

WILKE, V. C. L. Pós-verdade, fake news e outras drogas: vivendo em tempos de informação tóxica. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 8-27, set. 2020/fev.2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/147613>. Acesso em: 26 jun. 2021.

ZANINI, F. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, online, 29 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2022.